

8 ARTIGOS
ACADÊMICOS

RESENHA
DO LIVRO "A FLECHA DO CIÚME:
O PARENTESCO E SEU AVESSO
SEGUNDO OS AWETI DO ALTO
XINGU"

ENTREVISTA
JESÚS RIVERA
NAVARRO

VOLUME 15 - Nº 1 - ED. 2017

revista
habitus

ISSN: 1809-7065

<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>



Volume 15 – Número 1 – Edição 2017

<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro.

Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Anthony Rodrigues, Carolina Medeiros, Cleissa Regina Martins, Elis Colares, Francisco Kerche, Lucas Lemos, Paula Frias dos Santos, Ricardo Coelho, Rodolfo Teixeira Alves, Vivian Santos.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Paula Lengueta, Ruy Braga.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial.....	4
O Enraizamento da Violência no Brasil Contemporâneo: somos mesmo cordiais?.....	8
Trazendo o Sabão de Volta à Vida: discutindo natureza/cultura e substância/objeto à luz das ideias de Tim Ingold.....	19
O Espetáculo da Democracia e da Indústria Cultural: uma análise do refinamento da reprodução ideológica do capitalismo.....	33
Expansão e Estratificação do Ensino Superior Brasileiro: as experiências e condições de acesso e permanência dos estudantes cotistas na UFABC e Unifesp, em São Paulo.....	44
Condição Periférica: a internacionalização da sociologia brasileira e seus desafios.....	64
Megaeventos como Plataforma de Promoção do Rio de Janeiro no Âmbito Global.....	79

Uma Capital e Muitos Interiores: os perfis do sistema de ensino superior.....	94
Ecologia Política de uma Antropologia Simétrica: pensando a democracia pela cosmopolítica.....	115
<u>A Flecha do Ciúme: o parentesco e seu avesso segundo os Aweti do Alto Xingu.....</u>	<u>128</u>
Por Uma Sociologia da Saúde: entrevista com Jesús Rivera Navarro.....	134

CIÊNCIA E POLÍTICA COMO VOCAÇÕES

“a Reação se insinua por todo canto dos domínios da inteligência, e em um trabalho monumental de obstrução, breca em todas as curvas a expansão do progresso humano e da inteligência livre” **Florestan Fernandes**¹

“A ciência no Brasil é bancada pelos pais”. Essa foi a manchete estampada pela Revista Galileu há cerca de um ano atrás. Elucidativa sobre uma questão que tratamos nos dois últimos editoriais – e anterior até mesmo ao golpe de Estado –, a manchete nos retorna mais do que nunca com o agravamento institucional da produção científica no país. E desta vez não foram poucas as denúncias. Programas de televisão falam em “decadência”, matérias de jornais em “êxodo de cérebros”, intelectuais chamam de “economia burra”. Não nos faltam adjetivos para tratar novamente dos cortes de gastos públicos com pesquisas nas universidades. Nos espanta, como futuros cientistas sociais, que o discurso que supostamente justifica toda essa austeridade é baseado na ideia de “progresso”, estritamente econômico, que possivelmente nos levará a salvação como nação e nos fará colher frutos no futuro. Como espaço de contra argumentação, este corpo editorial prefere pensar como Karl Mannheim e Florestan Fernandes, que enxergavam o desenvolvimento da pesquisa científica como fundamental para o ordenamento verdadeiramente racional e democrático de todas as esferas da vida social.

Neste cenário, insistir no tema não só diz respeito a uma crítica do enfraquecimento do campo científico, mas também do retorno abrupto de antigas assimetrias, reforçadas agora pelo sucateamento das instituições públicas e dos programas sociais. Mais do que nunca aparece para nós a necessidade de sair em efusiva defesa da pesquisa científica, e em nosso caso particular, das Ciências Sociais. Desde seu processo de institucionalização no país entre as décadas de 30 e 40 do século passado, até sua posterior expansão, jamais presenciamos tamanho retrocesso. Nem mesmo em um período de autoritarismo desvelado, onde o “êxodo de cérebros” se deu pela força da repressão armada. Ter uma ciência “bancada pelos pais”, como indica a manchete supracitada, só revela o caráter elitista que orienta em última instância o processo de congelamento de gastos em curso no Brasil. Diante disso, estamos munidos de argumentos rigorosos que apontam sobre quais camadas da população recairão as consequências diretas do suposto caminho para o “progresso”.

¹ Trecho retirado de GARCIA, Sylvia Gemignani. Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Assim, a Revista *Habitus* torna pública sua primeira edição de 2017. Como revista para estudantes de graduação, nos vemos cada dia mais na obrigação de lutar por espaços de publicação como esse, que resiste aos argumentos daqueles que implicitamente, ou explicitamente, trabalham pela concentração do conhecimento nas mãos de poucos. Não à toa, não deixaremos de manifestar apoio e felicidade pela recente aprovação das cotas raciais na Universidade de São Paulo, uma das últimas a aderir às ações afirmativas. Dentro de uma conjuntura política instável, onde somos surpreendidos semana após semana com propostas de emendas constitucionais impopulares, uma medida como essa nos faz ter esperança de que futuramente ciência e universidade pública possam estar enraizadas na esfera pública brasileira, como meio de respostas firmes à concepções reacionárias de agenciamento político e econômico.

Além do mais, entendemos que o incentivo à publicação científica entre estudantes de graduação fortalece o processo de ampliação democrática da produção de conhecimento no interior do campo científico. A abertura de espaços para estudantes em congressos e encontros anuais de profissionais da área pode contribuir substancialmente para o intercâmbio de ideias acerca de possíveis saídas políticas para a crise institucional em que vivemos. Se no início das Ciências Sociais no Brasil, a luta era pela consolidação de uma linguagem científica que pudesse responder aos problemas sociais imediatamente identificados na formação da sociedade brasileira, vemos agora a possibilidade de instrumentalizar pesquisa e produção para o fomento de um debate público racionalizado, consciente da necessidade de reorientar o curso do “progresso” imposto pelas elites estacionárias. O desenvolvimento do pensamento crítico em todos os setores da vida social, é, para nós, o que pode nos diferenciar daqueles que herdaram das regalias de nosso passado obscuro.

Vamos à edição de 2017.1. Nesta contamos com oito artigos, uma resenha e uma entrevista.

No artigo “**Megaeventos como plataforma de promoção do Rio de Janeiro no âmbito global**”, Julia Mariano Zordan, Amanda Alcantara de Melo e Marianna Golçalves Abreu analisam como os Megaeventos mundiais fizeram do Rio de Janeiro um pretendente à condição de “cidade global” e colaboraram para um “ajuste espacial” da cidade, uma vez que esses fluxos impulsionados pela Globalização seriam uma consequência recorrente no capitalismo.

No artigo “**Ecologia Política de uma Antropologia Simétrica: pensando a democracia pela cosmopolítica**”, Rafael Damasceno propõe-se a discutir o político. Lançando mão de conceitos latourianos, pretende analisar a ecologia política na conjuntura moderna a fim de acessar uma reflexão sobre a democracia em face ao ontológico. O autor encaminha como pano de fundo para essa discussão a antropologia da ciência, bem como a etnologia amazônica e oferece-nos, neste artigo, novas formas de pensar o coletivo cosmopolítico.

Em “**Uma capital e muitos interiores: os perfis do sistema de ensino superior**” Filipe Peixoto analisa a recente expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, propondo um

olhar mais crítico a categoria de interior ao tratar de um panorama mais extenso que um contraponto entre interior e capital e mapeando desigualdades regionais. O autor procura contribuir de forma importante para o entendimento da desconcentração geográfica do ensino superior no Brasil, utilizando, de forma mais específica, de uma comparação do perfil das universidades dos estados de São Paulo e Bahia.

Em **“Condição periférica: A internacionalização da sociologia brasileira e seus desafios”** Edmar Filho nos brinda com uma discussão empírica e ao mesmo tempo normativa acerca do atual quadro de produção da Sociologia, mostrando os prós e contras, assim como os desafios no cenário nacional e internacional.

Carlos Raphael Oliveira do Rego et al. em **“O espetáculo da democracia e da indústria cultural: Uma análise do refinamento da reprodução ideológica do capitalismo”** revisitam a discussão teórica da indústria cultural, seus efeitos e particularidades no capitalismo mediante os aparelhos ideológicos deste sistema, em um artigo que muito nos ajuda a ler a atual crise social, econômica e política a qual nosso país passa.

Hugo Carvalho, em seu ensaio **“Trazendo o sabão de volta à vida: Discutindo natureza/cultura e substância/objeto à luz das ideias de Tim Ingold”**, propõe uma discussão de matriz conceitual, investigando os pormenores de um dos mais relevantes antropólogos contemporâneos, Tim Ingold; se valendo de seu arcabouço para analisar questões do cotidiano que passam muitas vezes por despercebidas, mas que, no entanto, se mostram também muito frutíferas para insights desta linha de pesquisa antropológica.

No artigo **“Expansão e estratificação do ensino superior brasileiro: as experiências e condições de acesso e permanência dos estudantes cotistas na UFABC e Unifesp, em São Paulo”**, Pedro Grunewald Louro analisa o padrão de estratificação horizontal nas universidades brasileiras a partir das políticas de acesso dos últimos anos. O autor apresenta o resultado de uma pesquisa sobre as trajetórias sociais de 12 estudantes que ingressaram após a chamada Lei de Cotas, tendo como base a UFABC e a Unifesp, ambas localizadas em São Paulo.

Encerrando a lista de artigos, Dejesus de Souza Silva e Rafael Junio Xavier em **“Enraizamento da violência no Brasil contemporâneo: somos mesmo cordiais?”** debatem a questão da violência no país por meio de um dos ideais brasileiros mais difundidos pelo pensamento social: a cordialidade. Nesta esteira, os autores discutem o mito da “passividade” e “hospitalidade” do brasileiro contrapondo com os altos índices de violência e criminalidade presentes em nossa sociedade.

A resenha desta edição, elaborada por Clara Fortes Brandão, é do livro “**A Flecha do Ciúme: o parentesco e seu avesso segundo os Aweti do Alto Xingu**” da antropóloga Marina Vanzolini. Nele a autora apresenta uma etnografia sobre a feitiçaria e seus efeitos com o parentesco no sistema multilíngue xinguano, sob a perspectiva de um dos povos que o integram, os Aweti.

A entrevista dessa vez é com o professor da Universidad de Salamanca **Jesús Rivera Navarro**, realizada e traduzida por Lidia Cordeiro Campos. Nela o sociólogo propõe um olhar mais sensível das Ciências Sociais para a Sociologia da saúde, área em que se especializou. Atualmente pesquisando desigualdades na saúde, Navarro também nos conta sobre as condições da produção científica na Espanha, a relação entre teoria e aplicabilidade do conhecimento científico e a questão do envelhecimento populacional em países como o Brasil.

Por fim o Comitê Editorial da Revista Habitus gostaria de agradecer a todos que contribuíram com a nossa nova edição. Em especial aos pareceristas que dedicaram tempo e esforço para garantir a qualidade dos artigos e seu padrão de rigor científico: Regimeire Oliveira Maciel, Jocélio Teles dos Santos, Altair Reis, Claudia Wolff Swatowski, Daniel Belik, Weligton Rodrigues da Paz, Maurício Hoelz, Marcio Abreu, Ana Carneiro Cerqueira, Patrícia Olsen de Souza, Lucas Carvalho, Hustana Maria Vargas, Luis Flávio Reis Godinho, José Carlos Martines Belieiro Junior, Suzane de Alencar Vieira, Edson Miagusko, Orlando Santos Junior e Ewerthon Clauber.

Boa leitura! 🌱

Comitê Editorial | Revista Habitus – IFCS/UFRJ

ENRAIZAMENTO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: SOMOS MESMO CORDIAIS?

ROOTING OF THE VIOLENCE IN THE CONTEMPORARY BRAZIL: ARE WE
REALLY FRIENDLY?

*Dejesus de Souza Silva**

*Rafael Junio Xavier**

Cite este artigo: SILVA, Dejesus de Souza; XAVIER, Rafael Junio. Enraizamento da violência no Brasil contemporâneo: somos mesmo cordiais?. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.8-18, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: É de longa data a difusão da ideia de cordialidade do brasileiro, isto é, a ideia muito comum entre nós brasileiros, enquanto povo, de que somos possuidores de características que marcam nossa cultura positivamente como a cordialidade, pacificidade, receptividade, tolerância, hospitalidade e entre outras do mesmo gênero. O presente artigo tem como proposta principal responder a seguinte questão: Nós, brasileiros, somos mesmo cordiais? Sugerimos, a partir de dados empíricos que abordam as altas taxas de criminalidade e outras que relacionam a violência e suas motivações, que a cordialidade do brasileiro não passa de um mito difundido pela nossa cultura de forma falaciosa.

Palavras-chave: Violência, Cordialidade, Sociabilidade Violenta, Criminalidade.

Abstract: There is a long-standing idea about Brazilian's cordiality, a very common idea among we Brazilian's, that we are owners of features that mark our culture positively, such as cordiality, friendliness, openness, tolerance, hospitality and others alike. The main purpose of this article is answering the following question: Are we, Brazilian's, really friendly? We suggest, based on empirical data concerning the huge rates of crime and other rates that relate violence with its motivations, that Brazilian's cordiality is just a myth spread by our culture in a fallacious way.

Keywords: Violence, Crime Sociology, Violence Sociology, Urban Violence, Social Sciences.

O brasileiro, segundo a ideia corrente no senso comum, carregaria características que nos colocaria como uma nação que teria um traço louvável de cultura de paz, assim sendo, os brasileiros possuiriam um jeito muito peculiar de solucionar problemas sem o uso da violência, portanto essa cultura da cordialidade se estenderia através dos mais diversos níveis sociais na sociedade brasileira. Para alcançarmos o objetivo proposto neste artigo iremos, na primeira parte, apresentar a visão de alguns autores do que seria a “cordialidade do brasileiro” e também demonstrar quais são as suas justificativas para refutar essa ideia de cordialidade.

O segundo momento ficará a cargo de esclarecer sucintamente o desenvolvimento da criminalidade, além de apresentar dados empíricos de diversas fontes com o objetivo de demonstrar os índices de violência, dados relativo as principais motivações e dados de pesquisa de opinião que demonstram a visão da sociedade em relação àqueles que cometem crimes.

Por fim, além desta breve introdução e dos dois momentos citados, apresentaremos na conclusão deste trabalho um argumento de contraponto entre as teorias apresentadas sobre a suposta cordialidade do brasileiro e os dados empíricos referentes à incidência de crimes.

1. O que as teorias nos dizem sobre nossa cordialidade?

O Brasil tem uma reputação de ser extremamente perigoso no sentido de possibilidade de ser violentado nas ruas (FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015), o que não se restringe somente aos habitantes locais, mas também para turistas estrangeiros. Durante a Copa do Mundo de futebol de 2014, por exemplo, diversas notícias circularam na mídia nacional e internacional sobre a desconfiança dos estrangeiros em relação à questão da segurança pública no Brasil, tendo o governo francês lançado uma cartilha que falava sobre o Brasil, com uma área exclusiva relacionada à segurança, informando aos franceses sobre a violência no país (R7, 2014). Porém, mesmo assim, a sociedade brasileira se apresenta como sendo pacífica, multicultural e que trata de forma cordial todas as pessoas, sejam elas brasileiras ou oriundas de qualquer lugar do mundo. A famosa cordialidade que já está integralizada em nossa cultura é utilizada, muitas vezes, como um elemento de propaganda positiva para o resto do mundo. Em outros termos, o nosso jeito pacífico de ser nos colocaria na condição de um país onde a cultura do outro é respeitada, afinal, somos também resultado de várias culturas que se misturaram ao longo de vários séculos durante a colonização do Brasil, fator que deu origem a um povo marcado pelo multiculturalismo.

No clássico *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1995) nos apresenta o conceito de cordialidade, todavia, tal conceito não diz respeito ao sentido de cordialidade que permeia as conversas diárias dos brasileiros, isto é, o senso comum, pois neste sentido cordialidade confunde-se com pacificidade, entendendo que o povo brasileiro seria genuinamente pacífico. No entender de Buarque de Holanda cordialidade é o espraiamento das relações domésticas, construídas no seio da família que se constitui como modelo das relações

sociais para a vida pública, mesmo se tratando de regimes democráticos. Logo, para Holanda, cordialidade é próprio das relações familiares e íntimas, entretanto, inadequadamente este tipo de relação se expande para o âmbito do Estado ou para o espaço público. Por outro lado, a burocracia que colocaria todos os indivíduos no mesmo nível de igualdade é anulada por desejos e vontades particulares do homem cordial de Buarque de Holanda, este, que não separa as relações privadas das relações públicas. Assim, para o autor, cordialidade é uma característica negativa, pois está se configura como comportamentos que são próprios e adequados ao universo privado ou particular que se manifestam e se impõem no espaço público, portanto, em ambientes regidos por regras impessoais.

Posto isso, é necessário que se diga que a interpretação equivocada do conceito de cordialidade de Holanda chegou a “boca do povo” associando cordialidade a pacificidade, portanto, largamente diferente do sentido proposto pelo autor. Tal interpretação é fruto da leitura equivocada da obra *Raízes do Brasil*, pelo autor Cassiano Ricardo, que entende cordialidade como sinônimo de bondade, gerando, deste modo, a falsa compreensão de cordialidade como sinônimo de pacificidade, bondade, que por sua vez, seria característica do povo brasileiro. Segundo o próprio Holanda, o conceito de cordialidade que ele faz uso é tomado de empréstimo, por assim dizer, do escritor Ribeiro Couto, que o utiliza no seu sentido etimológico, isto é, cordialidade é aquilo que é relativo ao coração, ao íntimo. Neste caso, cordialidade associa-se as relações familiares, permeadas de afeto, que não se restringe a sentimentos positivos. Assim, cordialidade a partir da leitura equivocada de Ricardo chega a “boca do povo” ou ao senso comum compreendida em sentido positivo e tornou-se uma maneira auto-elogiosa e até mesmo apologética do povo brasileiro mostrar-se ao mundo. O equívoco interpretativo que deu origem a confusão criada por Cassiano Ricardo, em torno do conceito de cordialidade, foi de tal amplitude que o próprio Holanda fez questão de elucidar o erro, em uma extensa nota de rodapé, na referida obra *Raízes do Brasil*.

Nesse sentido, Alba Zaluar (1985) nos fala sobre o “Etos da masculinidade”, que é a forma como o homem na periferia vai se colocar como digno, como um sujeito moral que deve ser respeitado, aquele homem que não vai usar de métodos covardes para conquistar alguma coisa. Dentro disso, Zaluar mostra como a própria comunidade divide os tipos de “bandidos” em duas categorias, primeiro o que são chamados de “Bandido Formado”, ou seja, aquele que está do lado da população local, que vai defender o seu território tanto de outros bandidos quanto da polícia. O segundo tipo é chamado de “Bandido Sanguinário”, que são os que não respeitam a comunidade e não são guiados pela busca por honra e dignidade, ameaçando até mesmo os próprios moradores da sua comunidade. Assim, existe, implicitamente, no conceito de “bandido formado” o princípio da negociação entre criminosos e moradores, o que não ocorre no caso dos “bandidos sanguinários”, que não respeitam nem mesmo os moradores locais. Essa tipificação dos chamados “bandidos”, efetuada por Zaluar, nos remete ao mito da cordialidade difundido no senso comum como sinônimo de pacificidade, todavia, essa tipificação demonstra que a ideia

de cordialidade não se estende a todos, sobretudo quando a própria nomenclatura “sanguinário” está longe de sugerir pacificidade.

O paradoxo está colocado, somos mesmo cordiais? Zaluar argumenta que não mais, pois a autora interpreta que a sociedade brasileira começou a mudar os próprios conceitos de cordialidade e conciliação após diversas críticas de “intelectuais importantes sobre a ausência de cidadania na nossa sociedade” (ZALUAR, 2007, p. 31). O aumento das taxas de criminalidade evidenciaram como os mecanismos brasileiros para se resolverem os problemas passam muitas vezes por métodos agressivos, onde a “vingança pessoal e os impulsos agressivos incontroláveis tomaram o lugar da cordialidade” (ZALUAR, 2007, p. 31). Neste contexto, o perfil de “bandido sanguinário” é ilustrador, visto que buscam solucionar problemas por meios avessos a pacificidade.

Assim, considerando que a sociedade brasileira passou por diversos momentos históricos em que a democracia não era o regime político adotado, como ocorreu na ditadura civil/militar iniciada em 1964 e findada em 1984, o processo de redemocratização, logo após esta ditadura, se restringiu a garantir à população direitos políticos e um sistema eleitoral democrático. Porém, o processo de reestruturação da sociedade após a ditadura não conseguiu garantir a cidadania plena e nem recuperar, segundo Zaluar (2007, p. 37), “a cultura urbana de tolerância e as artes da negociação”, cultura essa que, segundo a autora, fazia-se presente na sociedade brasileira há vários séculos. Zaluar (2007) na tentativa de explicar a contradição entre o país se redemocratizar e ao mesmo tempo as taxas de homicídios e os índices de violência aumentarem de forma expressiva, traz argumentos que convergem em torno dos conflitos com arma de fogo nas regiões mais pobres pelas disputa de grupos rivais pelos pontos de venda de drogas e ao mesmo tempo por haver um Estado excludente que é incapaz de deter em suas mãos o monopólio da força e formar as bases de uma cultura da paz, pois a cultura brasileira é marcada pelas práticas do “jeitinho” ou da corrupção, neste sentido, a polícia corrupta assim como o sistema de justiça criminal fecharia os olhos diante dos inúmeros homicídios e ignoraria os grandes traficantes de drogas, e teria como alvo os pequenos ladrões e traficantes de pequeno porte, que são os atores que compoariam a base desta pirâmide do crime. Desse modo, no entender de Zaluar, a cultura urbana de tolerância e negociação, que no nosso entender pode ser visto como cordialidade ou pacificidade, foi perdida pela ausência de democracia e pela incapacidade do Estado de assegurar a si próprio o monopólio do uso da força, de controlar os desvios praticados por servidores públicos e conseqüentemente de fortalecer os valores de uma cultura de paz.

Paulo Sérgio Pinheiro (2000), por sua vez, argumenta que o período de transição de regimes autoritários para os regimes democráticos nos países da América Latina traziam a esperança de que serviria para consolidar o “Estado de Direito”, porém mesmo após o retorno ao regime constitucional democrático, principalmente entre aqueles mais pobres, continuou sendo marcada pela ilegalidade e poder arbitrário das instituições do Estado. Assim, Pinheiro

(2000) argumenta que a ideia de incivilidade é uma característica crônica da sociedade civil, neste ponto, o autor dá especial atenção ao caso brasileiro, em que essa incivilidade recai preferencialmente nos ombros da população mais pobre, dado que nem o Estado e nem as classes dominantes conseguem assegurar a eles os direitos humanos.

Posto isso, o conceito de Sociabilidade Violenta de Luiz Antônio Machado da Silva (2011), nos ajuda no esclarecimento e compreensão da atual situação da cultura da violência no Brasil. Sociabilidade Violenta, sucintamente, é definida pelo uso da força, seja ela física ou por meio de instrumentos, como a arma de fogo, para a obtenção de interesses. Sendo que as condições necessárias para se manterem esse domínio faz com que se crie a possibilidade de se eclodir a “sociabilidade violenta”, isto é, estes atores não concebem o crime organizado e a economia do tráfico de drogas simplesmente como uma carreira, mas o transformam em uma forma de vida. Estes atores estão extremamente imersos em uma rotina em que a violência transforma-se em um ethos que permeia as relações nestes espaços, assim, a “violência urbana apreende e organiza simbolicamente a transformação de parte da violência criminal em uma forma de vida singular” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.73). Para o autor, a solução para o problema da violência não passa simplesmente pela reformulação de instituições do Estado que perpetraram ações violentas contra a população mais carente que explicitamente afrontam os direitos humanos como, por exemplo, a polícia. Machado da Silva declara que está “convencido de que não é a polícia que deve ser “refundada”, e sim a sociedade. Isto é, o que precisa ser mudado são os padrões concretos que organizam a sociabilidade urbana e a autoimagem que eles geram e da qual dependem” (MACHADO DA SILVA, 2011, p. 69).

Desse modo, Sérgio Adorno (2002) entende que houve mudanças expressivas nos padrões de sociabilidade, sobretudo, entre as classes populares. Assim, a violência urbana, sendo ela o crime comum, o homicídio relacionado ao crime organizado, violações de direitos humanos e a emergência do narcotráfico promoveu “a desorganização das formas tradicionais de sociabilidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem” (ADORNO, 2002, p. 88). A escalada da violência policial em São Paulo, onde muitas vezes as incursões da polícia nas favelas resultavam em mortes, geralmente são justificadas “em nome de resistência à ordem de prisão” (ADORNO, 2002, p. 96). O senso de justiça privada na sociedade brasileira estimula atos de violência pelos grupos de extermínio e de justiceiros, que respondem com ações que são legitimadas pela sociedade. Adorno (2002) argumenta que os pobres são tratados de forma diferente dos demais extratos da população, apesar da maioria dos chamados criminosos terem origem pobre, a maioria da população pobre não é criminosa, com isso o autor afirma que o problema não estava na pobreza, mas sim na forma como a sociedade criminaliza os pobres.

Considerando elementos como a chamada sociabilidade violenta e a criminalização da pobreza que, ostensivamente, negam o mito da cordialidade ou pacificidade do povo brasileiro, dado que as motivações fúteis para a prática de crimes no Brasil são as mais corriqueiras. Nesse

viés, crime fútil pode ser explicado como um “motivo incapaz de dar ao fato explicação razoável” (FRAGOSO, 1982, p. 1). Segundo Amendola (2005), são motivos em que o uso da violência torna-se uma opção por mais banal que seja o acontecimento, por exemplo, uma pisada no pé, ciúmes, um arranhão no carro ou qualquer outro motivo, no Brasil, pode tornar-se justificativa para o uso da violência, que acaba por ter consequências imprevisíveis. Um estudo realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2012) categorizou os crimes banais como aqueles praticados por impulso somados aqueles efetuados por motivos fútil, categoria que inclui modalidades de crime informadas pelos gestores do Ministério Público ou da Polícia Civil. São inclusos, por exemplo, brigas familiares, ciúmes, conflitos no trânsito, embriaguez, intolerância religiosa e de gênero, racismo e outras.

2. O crime no Brasil

Como a motivação para a prática de um crime pode ser muito diversa, o comportamento humano relacionado ao crime não pode ser explicado por apenas uma teoria. Vários cientistas com diferentes bagagens em pesquisa estão se questionando há séculos sobre as causas do crime. No início do século 19, quando os primeiros levantamentos sobre o crime foram publicados - a maioria por cientistas da natureza - eles estavam certos sobre o “mau” geneticamente inerente e, portanto, buscavam por características físicas dos criminosos. Ainda hoje, neuropsicólogos procuram anormalidades bioquímicas para explicar o comportamento criminoso (OSTENFORD, 2010).

No século 20, humanistas começaram a ver uma relação entre o comportamento criminoso e o desenvolvimento humano. O comportamento não era mais tido como algo genético ou inerente, ele era aprendido - ou não aprendido. Considerando que criminologistas psicológicos veem a origem principalmente no desenvolvimento baseado em experiências internas - como traumas ou doenças psicológicas -, os sociólogos também consideram fatores externos: O ambiente social ou a estrutura das instituições podem levar alguém a cometer crime (ibidem).

No Brasil, o crime e a violência são parte da vida cotidiana. Assim, vários sociólogos brasileiros e internacionais estão pesquisando sobre essa questão desde 1970 (SPRINGER DE FREITAS; RIBEIRO, 2014, p. 175). Alguns autores falam sobre a falta de poder institucional (Cf. Adorno, 2002), outros falam sobre uma sociedade violenta ou uma cultura violenta no Brasil (Cf. Machado da Silva, 2011). Portanto, no Brasil, é bem difícil distinguir os motivos que levam as práticas criminais. Eles podem estar relacionados a razões econômicas, como pobreza; motivos pessoais, como vingança; ou causas sociais ou psicológicas.

Atualmente, o Brasil pode ser incluído entre os países com as maiores taxas de criminalidade em todo o mundo: em 2012, mais de 4 milhões de casos de crime (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015). Os criminologistas falam ainda, em relação aos crimes sem vítima fatal, sobre “figuras escuras do crime”, que são os casos não registrados

ou infratores não detectados (COLEMAN, MOYNIHAN 1996), que pode sugerir que a taxa disponibilizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública pode ser ainda maior.

Em relação aos homicídios, a tabela 1 demonstra, no Brasil e por regiões, os homicídios em números absolutos e a taxas de homicídios por 100 mil habitantes para os anos de 2013 e 2014:

Brasil e Regiões	Homicídios em números absolutos		Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	
	2013	2014	2013	2014
Brasil	56.804	59.681	28,3	29,4
Centro-Oeste	5.589	5.782	37,3	38,0
Nordeste	22.019	23.408	39,5	41,7
Norte	6.097	6.286	35,8	36,4
Sudeste	17.100	17.675	20,2	20,8
Sul	5.999	6.530	20,8	22,5

Tabela 1: Homicídios e Taxas de homicídios no Brasil e por região. Fonte: Brasil (2014)

Observa-se que as taxas de homicídios são substancialmente maiores em algumas regiões do país. Tendo as maiores taxas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os altos índices de homicídios no Brasil ficam mais evidentes ao compararmos com os índices de outros países da América do Sul. De acordo com o UNODC (2015) em 2014 a Argentina obteve a taxa de 7,6 homicídios a cada 100 mil habitantes, números próximos a outros países da América do Sul como o Peru que teve uma taxa de 6,7 e o Uruguai com uma taxa de 7,8 por 100 mil habitantes. Das maiores taxas da América do Sul, o Brasil tem taxas próximas a da Colômbia que registra 27,9 e da Guyana com 20,4 homicídios por 100 mil habitantes.

Dados apurados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2012) e retirados do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) revelaram que, no período entre 2011 e 2012 em São Paulo, mais de 83,03% dos homicídios estavam relacionados a motivos fúteis ou por impulso, crimes esses que foram motivados por vingança, desavença ou é crime passional.

Em Pernambuco, onde os dados de 2010 e 2011 foram apurados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2012) e retirados da Secretaria de Defesa Social / Gerência de Análise Criminal e Estatística, pode se perceber uma melhor diferenciação entre os crimes que estão relacionados à própria ação criminal, como o tráfico de drogas, disputa de gangues, pistolagem, queima de arquivo e outros, como os crimes que a referida Secretaria considerara como sendo “Conflitos na Comunidade”. Nesse caso, abrange homicídios por vingança pessoal, discussão, embriaguez, dentre outros. A pesquisa demonstra que em Pernambuco, das investigações concluídas (quase 50% dos casos de homicídios ainda estão sendo investigados), 46,70% para 2010 e 50,66% para 2011 podem ser colocados na categoria de “motivação fútil”. Os dados se repetem demonstrando a condição crítica em que o Brasil se encontra considerando os Estados que fazem parte do estudo feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, existindo, claro,

diferenças em questão percentuais de Estado para Estado, como o caso do Rio de Janeiro, em que ficou demonstrado que 26,85% dos casos de janeiro de 2011 a setembro de 2012 foram por motivos banais. Um dado comum a todos os Estados da Federação abordados pela pesquisa foi o fato de que muitos homicídios ficam sem identificação de causa provável. Além disso, a pesquisa encontrou dificuldades ao fazer as comparações entre os Estados, pois eles adotam nomenclaturas diferentes para as motivações criminais, pois não existe nacionalmente um critério único para classificação de crimes. Estes dados alarmantes demonstraram a dura realidade brasileira e motivou a criação da campanha “Conte até 10” pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2012). A campanha explicita como, no caso brasileiro, existe a persistência de crimes que acontecem “por motivos fúteis ou por ações impulsivas” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2012, p.1).

Além dos homicídios, foram registrados pela polícia brasileira cerca de 53 mil casos de violência sexual em 2012 e de aproximadamente 56 mil casos em 2013, resultando em uma taxa de 27,5 casos de violência sexual por 100 mil habitantes segundo o UNODC (2015). A título comparativo, o Brasil ocupou a 41^o posição entre as maiores taxas de violência sexual em 2013 dentre os 95 países analisados pelo UNODC (2015).

Outro lado da violência no Brasil é a imposta pela polícia brasileira. De acordo com a pesquisa do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015), em 2014, 5% das mortes violentas intencionais eram resultado de intervenção policial que totalizou 3009 vítimas em 2014. Violência que é legítima para parcela significativa da população, pois ainda segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) 50% dos entrevistados concordam com a frase “bandido bom é bandido morto”. Estes dados de tamanha envergadura contribuem para refutar o mito de que o povo brasileiro é cordial ou pacifista, dado que parte expressiva da população aprova o uso da violência como solução para o problema da criminalidade no Brasil. Os dados demonstram também que além da letalidade policial, que condiz com a vontade da sociedade, o número de policiais mortos também é expressivo, pois foram, em 2013, 408 policiais mortos e 398 em 2014 em todo o país segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015).

Considerações Finais

É necessário dizer, que muitos dados utilizados nesta pesquisa são provenientes de investigações policiais, como é sabido, muitas investigações são incapazes de atribuir uma causa para determinados crimes. Outro possível problema é a quantidade de homicídios que ficaram fora da caracterização da pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público, pois eles têm como motivação, em muitos casos, as chamadas “outras causas”, não captadas pela referida pesquisa. Mesmo com estes problemas, os dados nos oferecem um panorama capaz de representar, com certo grau de proximidade, a real condição da criminalidade no Brasil, deixando claro que a violência alcançou níveis alarmantes.

Assim, esse possível traço cultural do brasileiro denominado de cordialidade, entendido como sinônimo de pacificidade, e amplamente difundido no senso comum, mostrou-se, a nosso ver, algo muito mais próximo de um mito, sem lastro na realidade, visto que não é observado nos fatos corriqueiros da nossa sociedade e não é um elemento que compõem nossa forma de socialização, dado que esta possui traços marcantes de violência, como demonstrado ao longo do texto.

A partir da literatura trabalhada neste texto, podemos observar que vários dos autores abordados argumentam contra a ideia de o brasileiro ser cordial ou pacifista, portanto, afeitos a solucionar seus problemas pelo viés da violência. Desse modo, os autores negam categoricamente a cordialidade do povo brasileiro. Alba Zaluar, entre os autores contemplados neste trabalho, afirma que no passado existiu no Brasil uma “cultura urbana de tolerância e de artes da negociação” (ZALUAR, 2007, p. 36), Entretanto, a autora afirma que esse brilhantismo da cultura da cordialidade foi perdida com o crescimento da violência pós ditadura civil/militar no Brasil. Luiz Antônio Machado (2011), por sua vez, argumenta que as motivações para diversos crimes violentos estão, em grande medida, ancorados na chamada “Sociabilidade Violenta”.

Os dados empíricos aqui utilizados também derrubam a tese do mito da cordialidade do brasileiro, pois, é possível um povo cordial ostentar o vergonhoso e trágico título de campeão mundial de homicídios (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015) e ainda, um expressivo número destes homicídios serem cometidos por motivação fútil? A resposta é um sonoro não. Dado que a ideia de cordialidade traz no seu âmago o gene da paz, assim, um povo que se mata por qualquer motivo não pode ser considerado cordial.

Outro ponto que merece destaque é a expressiva e surpreendente aprovação, para um povo dito pacifista, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) que 50% dos residentes das grandes cidades brasileiras concordam com a afirmação de que “bandido bom é bandido morto”. Novamente, não conseguimos ver traços de cordialidade a partir destes dados.

Por fim, os dados empíricos referentes a polícia militar brasileira, também são alarmantes, pois segundo o Anuário Brasileiro de segurança Pública (2015), é a polícia que mais mata e também a que mais morre no mundo. Apesar de ser uma instituição estatal de um país democrático e em alguma medida refletir características da sociedade, ela deveria agir democraticamente, todavia os dados e os meios de comunicação mostram exatamente o oposto. Sendo assim, tanto a teoria quanto os dados empíricos refutam a ideia da cordialidade do brasileiro e nos mostra, na verdade, uma dura e fria cultura da morte. Matar é algo corriqueiro, aceitável e até necessário se pensarmos que “bandido bom é bandido morto”, assim, a morte, para o brasileiro, é um instrumento de solução definitiva para uma série de problemas. O homem cordial ou pacifista brasileiro, a nosso ver, detentor de uma cultura de paz só existe enquanto representação nas nossas conversas do dia a dia.

NOTAS

* Os autores, à época da submissão, cursavam o 7º período do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rafael-954@hotmail.com; dssfilosofia@gmail.com

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, v. 4, n. 8, p. 84-135, 2002.

AMENDOLA, Gilberto. **Assassinatos sem a menor importância: Banalização da violência no Brasil**, ed., Terceiro Nome, 2005, Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=DuTWY8VomPYC&lpg=PA5&ots=xQSvbS3hHH&dq=crimes%20banais&lr&hl=pt-BR&pg=PA17#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 16/12/2015.

BRASIL. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def>> Acesso em: 01/05/2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Conte até 10. 2012. Disponível em: <<http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Noticias/2012/Apresentao2.pdf>> Acesso em: 01/05/2016.

COELHO, Edmundo Campos. 1978. **A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade**. O Instituto de Organização Racional do Trabalho do Rio de Janeiro: 12(2)139-161.

COLEMAN, Clive; MOYNIHAN, Jenny. Understanding Crime Data: Haunted by the Dark Figure. United Kingdom, Open University Press, 1996.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário De Segurança Pública**, 9ª edição. 2015.

FRAGOSO, Heleno. **Jurisprudência Criminal**, 4.ª ed., Forense, Rio de Janeiro/RJ, 1982. Disponível em: <http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/heleno_artigos/arquivo21.pdf> Acesso em: 12/12/2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira**. Etnográfica, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 67-82, fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So873-65612011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01/12/2016

_____. **Violência e ordem social**. In: Lima, Renato Sérgio; Rattón, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Guiringhelli. (Org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. 1ed. São Paulo: Contexto, 2014, v. 1.

MURRAY, Joseph; CASTRO CERQUEIRA, Daniel Ricardo de; KAHN, Tulio. 2013. **Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors**. US National Library on Health of Medicine. National Institute of Health 18(5): 471-483.

OSTENFORD, Heribert. 2010. **Ursachen von Kriminalität. Bundeszentrale für politische Bildung (BPB)**. <http://www.bpb.de/izpb/7735/ursachen-von-kriminalitaet?p=all> (29/10/2015, 10:00).

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Estado de Direito e os não-privilegiados na América Latina**. Mendez JM, O'Donnell G, Pinheiro PS. Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, p. 11-29, 2000.

R7. **Às vésperas da Copa, governo da França lança manual sobre riscos de violência contra turistas no Brasil**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/as-vesperas-da-copa-governo-da-franca-lanca-manual-sobre-riscos-de-violencia-contr-turistas-no-brasil-26022014>> Acesso em: 01/12/2016.

SPRINGER DE FREITAS, Renan; RIBEIRO, Ludmila. 2014. **“Lifescience Global Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?”**. International Journal of Criminology and Sociology (3): 175-185.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). 2013. **Global Study on Homicide**. Disponível em: <<https://www.unodc.org/gsh/>> Acesso em: 10/11/16.

_____. 2015. **Statistics on crime and criminal justice. Database**. Data uploaded on 13/04/2015. Disponível em: <https://data.unodc.org/>. Acesso em: 09/12/16.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. Dados. Rio de Janeiro, v. 55, p. 327-365, 2012.

_____. **Democracia Inacabada: o fracasso da Segurança Pública**. Estudos Avançados. USP, v. 21, p. 31-49, 2007.

_____. **Trabalhadores e bandidos: identidade e discriminação**. In: A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985.

World Bank Date. 2015. GINI index. The World Bank. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI> Acesso em: 11/12/15, 15:00.

Recebido em 19/04/2016

Aprovado em 19/03/2017

TRAZENDO O SABÃO DE VOLTA À VIDA: DISCUTINDO NATUREZA/CULTURA E SUBSTÂNCIA/OBJETO À LUZ DAS IDEIAS DE TIM INGOLD

BRINGING THE SOAP BACK TO LIFE: DISCUSSING NATURE/CULTURE AND SUBSTANCE/OBJECT IN LIGHT OF TIM INGOLD'S IDEAS

*Hugo de Ferreira Carvalho**

Cite este artigo: CARVALHO, Hugo de Ferreira. Trazendo o sabão de volta à vida: discutindo natureza/cultura e substância/objeto à luz das ideias de Tim Ingold. Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.19-32, Agosto. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: O presente artigo é inspirado nas ideias do antropólogo Tim Ingold. Na mesma direção de sua crítica ao modelo hilemórfico – onde os objetos são entendidos como a camada de cultura e forma dada pelo homem às substâncias, matéria bruta e natural – busca-se aqui fazer um exercício teórico tendo como exemplo o sabão: afinal, seria o sabão uma substância dada na natureza, ou um objeto, parte da cultura material? Nesse sentido, em consonância com a linha teórica de Ingold, propõe-se uma compreensão do sabão enquanto uma coisa, pertencente ao mundo da vida e ao fluxo e movimento dos materiais.

Palavras-chave: Tim Ingold; natureza/cultura; modernidade

Abstract: The present article is inspired by the anthropologist Tim Ingold's ideas. Following his critics against the hileomorphic model – in which objects are understood as the layer of culture and form given by man to the substances, raw and natural materiality - it aims to do a theoretical exercise taking the soap as example: after all, would be soap a substance given in nature, or an object, part of material culture? In this sense, following Ingold's train of thought, it is suggested a comprehension about soap as a thing, belonging to the world of life and materials flows and movements.

Keywords: Tim Ingold; nature/culture; modernity

Meu atual campo de pesquisa e estudo diz respeito às ecovilas ou comunidades intencionais. A título de uma breve ilustração, de um modo geral, essas comunidades são habitadas por indivíduos que têm determinados princípios ecológicos (em geral a chamada permacultura) como centrais para suas vidas, e assim, apresentam outras formas de viver, pensar e se relacionar com animais, plantas, alimentos, céu, etc.

O *insight* para o presente artigo ocorreu enquanto assistia a um vídeo sobre uma determinada ecovila. No vídeo, um dos habitantes falava sobre o jardim/horta em frente à cozinha:

[...] a permacultura é a ciência de estabelecer as conexões entre os elementos, assim como são nos ecossistemas... tem várias coisas conectadas aqui: a necessidade de alimentos e temperos com a cozinha, e a água cinza, ou seja, a água que vem da pia, com sabão dos chuveiros, etc., essa água cinza também vem pra horta... ela vem por aqui e chega aqui nesse lugar aqui embaixo, onde tem um buraco e bastante composto de madeira, e as plantas ao redor aproveitam essa água com nutrientes que vem da cozinha. A gente só usa sabão natural que a gente mesmo faz, a gente não usa detergente, o qual é uma substância artificial que imita sabão, que é produzido no polo petroquímico [...] o sabão é uma coisa que a gente mesmo faz e não contamina os alimentos e o meio ambiente. Então a gente transforma os resíduos como do sabão e do resto de comida em tomates, feijões, pepino, girassol e outras coisas, que acabam retornando para a cozinha.

Embora o processo de produção de sabão não seja explicitado neste vídeo, sabe-se que muitas destas comunidades possuem técnicas artesanais de produção. Mas o ponto interessante a se notar na fala citada é que o sabão faz parte de um fluxo de materiais e nutrientes – da produção local à cozinha, da cozinha para a água cinza (em sua forma residual), sendo incorporado pelas plantas e retornando à cozinha na forma de alimento. Ora, pode-se perguntar, mas onde o sabão terminou? Na pia, na água, no solo, nos alimentos ou novamente na cozinha? É claro, a provocação que se faz aqui por meio da explicação sobre o sabão-cozinha-horta, é que o início e fim dos objetos e coisas podem não ser tão óbvios.

Ao que parece, no que diz respeito ao exemplo da ecovila em questão, estamos diante de um “sujeito ecológico”, que no sentido dado por Steil e Carvalho (2014) se refere ao sujeito que para além da preocupação ambiental tende a superar dicotomias como humano e animal, sujeito e objeto, pensando o mundo como fluxo, rede e processo. De certa maneira, pode-se contrastar esse “sujeito ecológico” com o “sujeito moderno” no sentido conferido por Latour (1994), i.e., aquele que entende o mundo com base na purificação da distinção entre natureza e cultura, objeto e substância, animal e humano.

Por exemplo, comparemos essa perspectiva ecológica com a ideia de sabão nas sociedades modernas. Ao que parece, o sabão é usualmente associado às barras e tabletes coloridos e aromatizados, os quais têm início nas prateleiras dos supermercados e que têm fim nas pias. Logo, vê-se a diferença entre as concepções de sabão entre empregadas pelo sujeito ecológico e pelo sujeito moderno (enquanto tipos ideais), e o pressuposto aqui é que essas concepções estão associadas a diferentes perspectivas sobre as coisas e o mundo.

Dito isso, no que tange às questões metodológicas deste ensaio, pode-se questionar, por que o sabão? Esta não foi uma escolha exatamente planejada, mas não obstante, parece ser um bom ponto de partida uma vez que o termo “sabão” é aplicado a coisas com diversas texturas, formas, odores, consistências, e possui um claro caráter efêmero. Assim, o sabão (ou sabões, como será argumentado) se situa numa zona limítrofe entre a distinção usual entre materialidade (natureza crua) e a cultura material (objeto formatado e perene).

Dessa maneira, em relação ao que seria o sabão, busca-se explicitar um contraste entre a concepção “hilemórfica” e aquela dos “materiais da vida”. A concepção hilemórfica é também a perspectiva científica dominante e *lato sensu*, e postula que o mundo natural seria feita a partir de substâncias, elementos físico-químicos regidos por leis naturais. O mundo artificial seria fruto da intenção e engenho humano, originado a partir da transformação da matéria bruta em objetos (ou seja, da transformação da natureza). Portanto, a concepção hilemórfica se baseia sobretudo na distinção entre natureza e cultura (oposição crucial para o pensamento ocidental). Assim, embora os objetos sejam elementos da cultura e o do mundo artificial, estes também são formados a partir da matéria, substâncias – ou simplesmente, natureza. Para ilustrar tal pensamento, serão apresentadas posteriormente algumas ideias dos autores Karl Marx e Clifford Geertz.

No pólo oposto, será abordada a concepção dos “materiais da vida” com base nos conceitos e ideias de Tim Ingold, que em poucas palavras, privilegia o fluxo e o devir das coisas no mundo, e dessa maneira, põe em questionamento as distinções entre natureza e cultura, substância e objeto. Para o autor, o mundo é um emaranhado criativo, vivo, sendo o privilégio das formas e dos aspectos culturais meros resquícios de uma visão antropocêntrica das coisas. A antropologia de Ingold tem profundas raízes na fenomenologia de Merleau-Ponty (STEIL & CARVALHO, 2013) e na ecologia de Bateson (VELHO, 2001), onde a percepção não é uma mera interpretação do mundo (tal qual entende a antropologia semiótica), mas um estar num mundo que se abre. Não se trata de um mundo pronto a ser “representado” pelos humanos, mas de um mundo inacabado, em movimento e em constante transformação, onde o “humano” (se é que isso possa ser dito) é apenas mais um modo de habitar entre tantos outros (usa-se aqui “habitar” uma vez que esse termo faz parte do vocabulário de Ingold, referindo-se ao “habitante” enquanto um devir integrante e transformador do ambiente).

De qualquer modo, os conceitos relativos ao modelo hilemórfico e à teoria de Ingold serão abordados posteriormente. Por ora, vale salientar que não há nenhuma intenção aqui (e tampouco capacidade) de se fazer uma investigação pormenorizada sobre o sabão em diversos povos e tempos. O que se pretende é explorar uma visão geral de como o sabão pode revelar fundamentos e concepções em torno de questões antropológicas tais como natureza/cultura, substância/objeto. Mas antes disso, pergunta-se uma vez mais: o que é o sabão?

1. O que é o sabão?

Como uma primeira aproximação, buscou-se por uma definição dos termos sabão e *soap* nos seguintes dicionários: Dicionário Michaelis, Dicionário Aurélio, *Oxford Dictionaries*, *Cambridge Advanced Learner's Dictionary*, *MacMillanDictionary*, *General Chemistry online Glossary*. Após a

busca, optou-se por desambiguar os resultados focando apenas na categoria gramatical “nome”, já que existem outros usos em expressões informais e gírias. Vejamos os resultados:

Dicionário Michaelis: 1) substância detergente, usada com água para lavar roupa, utensílios, superfícies etc., obtida pelo tratamento de uma gordura com um álcali e consistindo essencialmente nos sais de sódio ou potássio dos ácidos contidos na gordura; 2) pedaço dessa substância solidificada; 3) qualquer sal metálico de ácido derivado de gordura.

Dicionário Aurélio: 1) produto resultante da saponificação de uma substância gorda por um álcali que serve para branquear roupa, para lavar e desengordurar; 2) um pedaço desse material.

Oxford Dictionaries: a substance used with water for washing and cleaning, made of compound of natural oils or fats with sodium hydroxide or another strong alkali, and typically having perfume and coloring added.

Cambridge Advanced Learner's Dictionary: a substance used for washing the body that is usually hard, often has a pleasant smell, and produces a mass of bubbles when rubbed with water, or a piece of this.

MacMillan Dictionary: a substance that you use with water to wash your body or an object. It can be a liquid, but is usually a solid piece called a bar of soap.

General Chemistry online Glossary: A salt of a fatty acid. For example, sodium stearate is a soap made by neutralizing stearic acid. Commercial soaps are mixtures of fatty acid salts.

Após essa curta inquirição, alguns pontos interessantes podem ser destacados. Em primeiro lugar, há uma comum caracterização química em termos de substância, agente limpante ou emulsificante, obtida através do processo de saponificação, onde se reage um ácido graxo (ou ácido gorduroso) com uma base, obtendo-se um sal gorduroso com uma extremidade polar; as definições mencionam o seu típico uso, incluindo locais de limpeza e objetos a serem limpados; e seus efeitos e características secundárias como odores, cores, produção de bolhas, etc.

Saliente-se que o *General Chemistry online Glossary* define sabão exclusivamente por suas propriedades químicas, sem qualquer menção ao seu uso ou efeitos. Assim, o leitor poderia ser levado a pensar que o sabão é algo natural o qual se utiliza para fins de limpeza.

No entanto, vale ressaltar um detalhe que aparece em algumas das definições: “pedaço dessa substância”, “um pedaço desse material” ou “*a piece of this*”. Mas o que seria um pedaço dessa matéria? Por que se faz menção a uma parte da substância-sabão? Como contraste, basta buscar pelo termo água – também se obtém definições como substância, mas nada como “um pedaço desse material”.

Aparentemente, tanto as definições pelos usos e efeitos, ou aquelas como “pedaço de” apontam para um impasse. Embora as ciências naturais tenham sua definição em torno de sais de origem gordurosa, usualmente o sabão é vivido como aquilo que se usa na cozinha e no banheiro para lavar coisas. E ainda mais, a repetida menção ao “pedaço”, parece-me, é uma referência ao sabonete ou ao objeto-sabão – aquilo que as pessoas habitualmente usam.

Mas essas observações servem para quê? A presente hipótese é que embora o sabão possa ser entendido pelos habitantes de ecovilas como uma coisa resultante do fluxo de nutrientes, ou como uma substância química pelas ciências, os indivíduos “modernos” entendem o sabão principalmente como um tablete, e ainda como gel ou líquido, mas sobretudo como um objeto, algo que se usa pra lavar. De certa forma, essas definições dos dicionários tentam acomodar a substância (ácidos graxos com um polo hidrofílico), suas propriedades e uso (limpeza), e ainda, sua objetificação (tablete, barra ou gel).

Com efeito, ao se fazer uma simples busca pela palavra sabão no Google imagens, vê-se uma predominância avassaladora de barras e tabletes de inúmeras cores, com formatos variando principalmente entre quadrados e retângulos. Ora, quadrados e retângulos parecem formas estranhas para óleos e gorduras! Ainda que o sabão em formato gel e líquido também seja chamado de sabão, o fato é que eles são de algum modo objetificados nos banheiros e nas prateleiras dos supermercados. E esse é um ponto crucial: embora o sabão seja entendido como dotado de características naturais ou substâncias, hoje ele se apresenta principalmente em sua forma artificial ou formatada.

Voltaremos a esse ponto, mas antes podemos investigar a etimologia da palavra sabão. Segundo o *Online Etymology Dictionary*, a palavra “soap” vem do inglês antigo “sape”, que se referia ao tingimento vermelho que os guerreiros utilizavam no cabelo; do proto-germânico “saipon” que significa “resina” ou “coisa pingante ou pegajosa”; possui uma relação com o latim “sebum”, associado à gordura, sebo. Segundo a mesma fonte, os romanos e gregos utilizavam óleos para limpar a pele (mas não sabão), e as palavras que significam sabão em algumas línguas românicas atuais (sabão, *jabón*, *savon*, *sapone*) derivam de “sapo”, que significa “pomada para colorir o cabelo”.

De acordo com essas informações, os termos antigos fazem referências a dois fatores presentes nos dicionários atuais: óleos, gorduras e resinas; e seu uso em limpeza e purificação. No entanto, é possível perceber certas diferenças: as definições antigas não fazem menção a substâncias, ácidos, agentes, mas aos materiais gordurosos os quais se tinha à mão; e ainda, não se referem a “pedaços” ou “partes” desses óleos. Novamente, à primeira vista parece que o sabão de hoje se apresenta principalmente através de uma determinada forma, artificialmente modelado, objetificado. Daí a conveniência do sabão para a presente análise, pois parece que ele se encontra numa posição ambígua entre a materialidade ou “natureza bruta” e a cultura material – e essas são as questões que serão exploradas ao longo do artigo.

2. O modelo hilemórfico

O termo hilemórfico deriva dos termos gregos *hyle* (matéria) e *morfo* (forma), e se refere ao modo como as coisas são criadas. No pensamento moderno, essa concepção se faz ainda mais presente, e os objetos são entendidos como resultado do trabalho humano impresso na materialidade natural. Portanto, os objetos são frutos do projeto, do *design*, da intencionalidade humana, da pré-concepção de uma forma a qual se imprime na matéria. Dessa maneira, a pedra seria natural, substância; mas a estátua é caracteristicamente um produto humano, resultado do desenho, da forma pré-concebida pelo homem a qual se materializou na pedra. Segundo Ingold, é a partir desse modelo originado na filosofia grega que se constitui as noções de substância e objeto no pensamento moderno.

Como ilustração de como o pensamento ocidental se nutre da concepção hilemórfica, explicita-se aqui algumas ideias de dois conhecidos autores dos séculos XIX e XX, respectivamente, Marx e Geertz.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que para Marx o ser humano é definido pela “capacidade de trabalho”, que por sua vez, significa capacidade de transformação da natureza. Diz Marx, “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1996, p.297). Mais do que isso, o ser humano seria aquele ser singular o qual transforma a natureza conscientemente, racionalmente. E por isso, diz Marx, “Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem” (MARX, 1996, p.297). Essa concepção (a meu ver antropocêntrica) está explícita no trecho abaixo:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX, 1996, p.298).

Uma ideia semelhante pode ser percebida no pensamento de Geertz. No capítulo *the growth of culture and the evolution of mind*, Geertz assume uma empreitada em explicar como o cérebro humano se desenvolveu a partir de seus demais parentes primatas. Geertz segue a linha tão questionada por Ingold, buscando construir um nexos entre o desenvolvimento cerebral como condição para a humanidade e para a racionalidade, e assim, situando o humano no exclusivo grupo de seres culturais os quais transformam a natureza intencionalmente.

Essa linha teórica é patente em outro capítulo do mesmo livro, *Religion as a cultural system*, onde Geertz compara as barragens produzidas por homens e aquelas produzidas por castores:

To build a dam a beaver needs only an appropriate site and the proper materials—his mode of procedure is shaped by his physiology. But man, whose genes are silent on the building trades, needs also a conception of what it is to build a dam, a conception he can get only from some symbolic source—a blueprint, a textbook, or a string of speech by someone who already knows how dams are built—or, of course, from manipulating graphic or linguistic elements in such a way as to attain for himself a conception of what dams are and how they are built (GEERTZ, 1973, p.93).

Nesse sentido, de acordo com o modelo hilemórfico, o que seria o sabão? Um objeto/artefato, feito por humanos e com uma função característica, ou seria uma substância sem forma definida? O sabão seria o objeto-sabão parte da substância-sabão, conforme alguns dicionários sugerem? Em poucas palavras, observa-se que tal abordagem teórica resulta num dilema, uma vez que o sabão “deveria” se adequar à categoria natural ou artificial. E, conforme sugerido até o presente momento, no caso do sabão esse dilema se apresenta de forma especialmente complicada.

Assim, uma vez introduzida a perspectiva do modelo hilemórfico, pode-se e agora discutir os conceitos de Tim Ingold a fim de dar uma nova perspectiva às presentes reflexões.

3. Os materiais da vida

Pode-se dizer, *grosso modo*, que em seus últimos trabalhos Ingold vem se dedicando principalmente à desconstrução do modelo hilemórfico (2012; 2013).

Com base nos escritos de Marx e Geertz citados na seção anterior, fica evidente que para estes autores há uma distinção entre a transformação da natureza ou uso dos materiais pelos animais daquela realizada pelos homens. Os homens têm planos, projetos, intenções. De certa maneira, conforme Ingold discute em *Making things, growing plants, raising animals and bringing up children* (2000), a própria ideia de produção traz em si um fator de distinção, de corte, que separa aquilo que era antes daquilo que foi produzido. Em outras palavras, quando um homem diz que produziu uma cadeira de madeira, o que ele quer dizer? Afinal, a madeira já estava ali antes da cadeira. O que ele fez, diz-se, foi imprimir a imagem mental de cadeira ao material cru, madeira. A produção é concebida enquanto a camada de cultura ou trabalho humano sobreposto à substância, natureza, matéria inerte.

Novamente, é contra esse fundamento que Ingold escreve vividamente. E esse mesmo ponto é abordado por ele em inúmeras dimensões. Por exemplo, em sua discussão sobre os objetos e as coisas no artigo *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais* (INGOLD, 2002). Conforme o autor, o mundo está em constante movimento, fluxo, mudança, e se sabe, os objetos mais sólidos estão fadados a se desfazerem mais cedo ou mais tarde a partir da ação dos seres vivos, ar, umidade, etc., e em algum momento eles serão descartados. Pensemos numa espada. Por mais eterna que a sua forma possa parecer, tanto a lâmina quanto o cabo estão em contínua troca e transformação com o mundo. As formas não são perenes, ou melhor dizendo, as formas são as imagens mentais que projetamos. A forma é fluida. Não há tal coisa como uma espada, definido por sua forma. Conforme Klee, a ideia de uma forma estática está associada à ideia de um objeto morto, isolado do mundo e do fluxo da vida: “A forma é o fim, a morte [...] o dar forma é movimento, ação. O dar forma é vida.” (KLEE *apud* INGOLD, 2012). Assim, Ingold sugere a ideia de “coisa” para os materiais que fluem, rechaçando a noção de “objeto” como matéria formatada, como uma camada de cultura sobre a natureza.

Nessa linha, quando objetificamos uma árvore – isto é uma árvore – projetamos a imagem-árvore. Mas, questiona Ingold (2012), onde começa e termina a árvore? Nas palavras do autor:

A árvore é um objeto? Em caso positivo, como a definiríamos? O que é árvore, e o que é não árvore? Onde termina a árvore e começa o resto do mundo? Essas não são questões fáceis de responder – ao menos não tão fáceis como parecem ser no caso dos móveis no meu escritório. A casca, por exemplo, é parte da árvore? Se eu retiro um pedaço e o observo mais de perto, constatarei que a casca é habitada por várias pequenas criaturas que se meteram por debaixo dela para lá fazerem suas casas. Elas são parte da árvore? E o musgo que cresce na superfície externa do tronco, ou os líquens que pendem dos galhos? Além disso, se decidimos que os insetos que vivem na casca pertencem à árvore tanto quanto a própria casca, então

não há razão para excluirmos seus outros moradores, inclusive o pássaro que lá constrói seu ninho ou o esquilo para o qual ela oferece um labirinto de escadas e trampolins. Se consideramos que o caráter dessa árvore também está em suas reações às correntes de vento no modo como seus galho e suas folhas farfalham, então poderíamos nos perguntar se a árvore não seria senão uma árvore-no-ar (INGOLD, 2012, pp. 28-29).

E assim, são esses mesmos pressupostos que distinguem a materialidade e a cultura material. A primeira, o mundo da natureza: pedras, água, madeira, metais; a segunda, muros, moinhos, martelos, espadas. E Ingold segue em sua crítica argumentando que, quando um antropólogo estuda um carpinteiro, ele descreve a identidade e valores do carpinteiro, seus objetos de trabalho, seu ambiente de trabalho, etc. – mas os materiais foram perdidos de vista, e se olha para tudo menos para a madeira.

E é daí que Ingold propõe uma outra perspectiva, rejeitando a noção de uma camada de cultura que se projeta sobre as substâncias. Ele sugere, por exemplo, a ideia de um “ambiente sem objetos”:

O mundo não é material, mas um mundo de materiais, de matéria em fluxo. Seguir esses materiais é entrar num mundo, por assim dizer, em fervura constante. No lugar de compará-lo a um grande museu ou loja de departamentos nos quais os objetos encontram-se dispostos de acordo com seus atributos ou origem, seria melhor imaginar o mundo como uma grande cozinha, bem abastecida com ingredientes de todo tipo (INGOLD, 2012, p.35).

Portanto, o que devemos fazer é seguir os materiais, e entender como eles fluem e se coificação – sem um privilégio da ação humana sobre os materiais. Ao invés do desenho mental projetado pelo carpinteiro, devemos observar o seu engajamento com os materiais. Com efeito, no capítulo *Walking on plank: meditation of a process of skill* (2011), Ingold sugere que a função de uma coisa é determinada sobretudo a partir daquele a qual se engaja com a mesma. Embora um serrote pareça ser “naturalmente” coerente com a função de serrar, este também poderia servir a qualquer outro propósito como uma arma ou instrumento musical. Em outras palavras, para além da “substância” ou “forma”, a função de uma coisa está associada a um modo de engajamento relacionado ao sujeito que lida com esta mesma coisa.

4. Tecendo cestos, fazendo sabão

No capítulo *On weaving a basket* (Sobre tecer um cesto), Ingold (2000) inicia questionando que, segundo o pensamento moderno, artefatos são feitos; organismos crescem. Mas essa distinção pode não ser tão óbvia, e de fato só faz sentido se as coisas foram isoladas do mundo dos materiais na forma de objetos projetados – exatamente a concepção que o autor pretende demolir. Uma proposição de compreensão sobre o crescimento e movimento dos materiais é ilustrada na confecção de cestos.

Em *Making* (2013), Ingold narra uma atividade de campo com seus alunos que consistiu na tecelagem de cestos a partir de fibras de salgueiro. Segundo ele, ao olhar para um cesto acabado, as fibras parecem ter sido projetadas perfeitamente para aquela forma. Porém, ao fazer o cesto, vê-se que

o material resiste ao trabalho dos alunos, e em alguns momentos atingindo os alunos enquanto estes tentavam domar o material. Ao contrário do que se poderia pensar, os alunos não tinham total controle sobre a forma dos cestos – a forma ia sendo realizada na interação dos alunos com os materiais. Não era o pensamento e projeto que faziam o cesto, mas a interação mútua, o engajamento, e que compreendia todo o corpo do aluno (se dobrando de um lado ao outro conforme o cesto tomava forma). Mais do que isso, o cesto se fazia num campo de força que compreendia o aluno, o material, o vento, etc. Nesse sentido, a produção do cesto que seria atribuída ao aluno, pode também ser entendida como um engajamento mútuo, criativo, onde outras coisas e materiais se interpenetram – em vez de uma ideia de cesto que foi projetada às fibras. O cesto não é magicamente formado, mas é fruto de um processo de crescimento, movimento. Conforme Ingold: *“even if the maker has a form in mind, it is not this form that creates the work. It is the engagement with materials. And it is therefore to this engagement that we must attend if we are to understand how things are made”* (INGOLD, 2013, p.22).

Finalmente, podemos voltar agora para o sabão. Mais especificamente, explora-se a seguir o processo de confecção de sabão descrita por Pinheiro e Giordan (2010). Os autores investigaram os saberes e o processo de preparo artesanal do “sabão de cinzas” por um grupo de mulheres no interior de Minas Gerais.

O sabão é preparado a partir de dois ingredientes básicos: as cinzas de madeira e a gordura animal. Primeiro, coloca-se as cinzas num recipiente forrado com folhas de bananeira e então se adiciona água. A água lava as partes solúveis, num processo semelhante a coagem do café, onde as folhas de bananeira funcionam como filtros. Ao mesmo tempo, espreme-se e se soca as cinzas para que a solução resultante do caldo seja mais espessa (solução essa que deve ter o mínimo possível de cinzas). Após isso, deixa-se o recipiente liberar o caldo das cinzas por alguns dias, que é então levado para a cozinha. Ali, mistura-se numa panela de ferro ou tacho de cobre a lixívia de cinzas com a gordura animal. A gordura adicionada é medida em relação à quantidade de lixívia. No entanto, uma vez que a qualidade e quantidade da lixívia são sempre diferentes (dependo do material, do trabalho de socagem, da folha de bananeira, etc.), nunca se pode fazer uma receita com uma estequiometria perfeita conforme nos livros de química. A mistura é então aquecida por um fogão a lenha, e o processo de cocção dura cerca de uma ou duas semanas, onde as mulheres mexem a mistura, alimentam ou interrompem o fogo, etc., até atingir o “ponto”. O ponto é decidido através de experimentos como a adição de água e a consequente observação de espumas, ou ainda a própria degustação da mistura. Quando é atingido o “ponto”, a mistura é levada a outro recipiente para que esfrie o suficiente para que se possa moldar e cortar o sabão com as mãos e uma faca. Em seguida, guarda-se o material em local seco envolvido por papel ou folhas de vegetais.

Ora, muito longe de um procedimento com etapas bem definidas e pré-concebidas, a produção de sabão descrita por Pinheiro e Giordan é sem dúvida um árduo engajamento com os materiais, conforme diria Ingold. Não por acaso, a cozinha é um exemplo largamente utilizado por Ingold:

What is odd is that studies of the material culture of kitchens have generally concentrated on pots and pans, and spoons, to the virtual exclusion of the soup. The focus, in short, has been on objects rather

than materials. Yet on second thoughts, this is not a division between what we find in the kitchen: objects here; materials there. It is rather a difference of perspective. Householders might think of pots and pans as objects, at least until they start to cook, but for the dealer in scrap metal, they are lumps of material (INGOLD, 2013, p. 19).

Na cozinha, as coisas são misturadas em combinações variadas, gerando nesse processo novos materiais que serão por sua vez misturados a outros ingredientes num processo de transformação sem fim. Para cozinhar, devemos abrir recipientes e retirar seus conteúdos. Temos que destampar coisas. Em face das proclividades anárquicas de seus materiais, o cozinheiro ou cozinheira tem que se esforçar para manter alguma aparência de controle sobre o que se passa. (INGOLD, 2012, p. 35).

Nessa perspectiva, os objetos e utensílios utilizados (panelas, recipientes) – o que se chama de cultura material – são apenas um dos aspectos do preparo do sabão. O que dizer da lenha usada para o aquecimento e das folhas de bananeira usadas para a filtragem? E o ar no processo de resfriamento e secagem? Estes fatores fazem parte e atuam na preparação do sabão? Assim sendo, o preparo do sabão não é um empreendimento exclusivamente humano, e sim, fruto do movimento dos materiais e interações entre eles (que sim, incluem o trabalho humano).

O sabão nunca está pronto, como um claro e bem delimitado objeto – é sempre uma mistura em transformação que é aquecida e resfriada, mexida, investigada (em sua cor, cheiro, gosto), e muitas vezes misturada com mais gordura ou cinzas conforme a percepção do cozinheiro.

Se o sabão for considerado um objeto em razão de sua forma modelada em barras ao final do processo, devemos rever as definições de sabão nos dicionários que fazem menção às substâncias. Mais ainda, o sabão tem sua forma obviamente alterada à medida que é utilizado. Porém, se o sabão for considerado em termos de sua forma (tablete, barra), onde ele deixaria de ser sabão?

Mas se o sabão não é um objeto, seria então uma substância, conforme o dicionário de química? Ora, mas então onde começou a substância-sabão? Em qual ponto estequiométrico da mistura e transformação do processo cinzas-gorduras-ar-panela-mundo? Um ponto curioso pode ser destacado em uma das falas das cozinheiras: ela diz que acha engraçado, pois precisa da gordura para fazer o sabão, mas se ficar gordura na mistura final, o sabão “não vale nada”. E o mesmo para as cinzas, que após serem coadas, devem estar fora da lixívia. Logo, segundo elas, a mistura ideal para a preparação do sabão não deve conter nem as cinzas e nem a gordura! Em última análise, a definição da substância-sabão perde de vista que o mesmo é parte da vida, das misturas, do movimento dos materiais. Afinal, seria esse sabão um artefato pré-concebido e idealizado ou uma substância pré-existente na natureza?

5. “Histórias” do sabão

De acordo com Wisniak (2002) e Emptoz (1991), atribui-se a Michel E. Chevreul a “descoberta” do sabão e do processo de saponificação no século XIX. Em linhas gerais, o processo consiste na reação entre um ácido graxo/gorduroso e uma base forte (em geral composta por sódio ou potássio), gerando álcool e sabão. A propriedade limpante do sabão se dá por sua dupla polaridade –

hidrofóbica e hidrofílica – o que basicamente permite que ele se ligue a gorduras (aqueles que estão na panela) e que possam ser diluídas em água (da pia, por exemplo). Combinando ácidos graxos e bases, Chevreul determinou a “natureza” do sabão, a qual aplicou a inúmeras formas de gordura (animal, vegetal e humana) e compostos básicos/alcalinos. Nas palavras de Emptoz (1991), “Ele também descobriu que as substâncias de um sabão são derivadas da combinação de uma base com um ácido, e que todos os corpos gordurosos nascem a partir destes ácidos graxos ou sabões e da glicerina”. E assim, Chevreul e seu colega se reservaram todos os direitos sobre o uso de ácidos graxos sólidos e líquidos a partir da saponificação com potássio, sódio e outras bases. E foi a partir do estabelecimento dos princípios de saponificação que a indústria de sabão em larga escala teve origem. Com efeito, essa é a origem da parte substancial presente nas definições encontradas nos dicionários.

Então, o sabão não existia antes de Chevreul? Ao que parece, a saponificação “inventou” a substância-sabão, embora aquilo que se conhece como sabão já fosse preparado e utilizado em muitos lugares. Com a industrialização do processo de produção do sabão, uma determinada forma passou a ser produzida em larga escala até os dias de hoje, e assim, parece ter sido criada uma substância-sabão atrelada a uma determinada forma – a familiar substância modelada em tabletes. Dessa maneira, parece ter havido uma padronização do sabão, ou nos termos de Ingold, criou-se uma imagem-sabão a qual é então aplicada às coisas do mundo - aquilo que o autor chama de “lógica da inversão”.

Um exemplo interessante dessa lógica da inversão: em vários sítios eletrônicos é possível encontrar sugestões de que povos tais como os romanos ou os egípcios usavam algo como se fosse sabão (*soap-like substances*). De acordo com Gibbs em *History of manufactured soap* (1939), o sabão era desconhecido pelos egípcios e os gregos, embora existam registros de usos medicinais e higiênicos com o uso de misturas de sebo ou gordura e compostos alcalinos e cinzas para a confecção de pomadas ou limpantes para cabelos. No entanto, Gibbs defende, não havia tal coisa que se pudesse chamar de sabão. Porém, chamar algo de “como se fosse sabão” é já introduzir uma distinção em relação ao sabão real. Mas por que essas coisas não seriam propriamente sabão? E assim, a questão mais interessante está por vir: em muitos destes sítios eletrônicos, há a afirmação de que os primeiros registros de sabão remetem à Babilônia de 2800 anos a.c. Em um deles – www.soaphistory.net - lê-se o seguinte trecho: “*Archaeologically, the first evidence for soap dates from 2800 BCE from ancient Babylon where a container was discovered containing a soap-like residue. A cuneiform tablet, again from Babylon, from much later at 2200 B.C., has a recipe for soap on it*”. Logo, de acordo com essa linha de pensamento, a evidência de um sabão na antiguidade é dada pelo registro de um molde de tablete! Em última análise, vê-se aqui um uso claro da lógica da inversão: é a imagem do sabão-objeto ou sabão-tablete que se aplica aos demais povos em busca de um “autêntico” sabão.

Nesse sentido, observa-se que o uso ou não de um sabão “real” na antiguidade é uma questão principalmente ligada à narrativa em que esta coisa se insere. Desnecessário dizer, estas narrativas ou histórias sobre uma determinada coisa podem ser conflitantes de acordo com a pluralidade dos variados sujeitos relacionados com esta mesma coisa.

Para exemplificar como as histórias e a definição de uma coisa podem variar e gerar visões conflitivas, apresenta-se o caso do “Sabonete de murmuru”. O artigo de Pimenta & Moura (2010)

discorre sobre o conflito (jurídico) entre os Ashaninka e algumas empresas do setor de cosméticos, os quais disputam os benefícios da comercialização do sabonete de murmuru. O sabonete é produzido a partir do óleo de murmuru – recurso tradicionalmente utilizado pelos Ashaninka - o qual foi pesquisado, “cientificizado” enquanto conhecimento e incorporado na fabricação e comercialização por essas empresas. Embora esse não seja o foco do artigo, vale apontar as distintas concepções sobre o óleo de murmuru. Enquanto as empresas e instituições científicas o entendem enquanto substância ou componente químico, os Ashaninka entendem o murmuru como um outro humano “num corpo de planta”, sendo o óleo de murmuru o seu “cérebro”. Em última análise, a mesma coisa-sabão pode ser compreendida com base em histórias bem distintas, revelando o caráter subjetivo de coisas que nos parecem dadas.

Um último exemplo a ser mencionado é o caso do “sabão enquanto alimento”. Embora se saiba que muitos sujeitos “modernos” ou “ocidentais” tenham apetite por sabão (sendo então considerados casos médicos), privilegia-se aqui o contexto intercultural do encontro entre os europeus e os Inuítes. Sabe-se que os cetáceos apresentam uma estrutura corpórea gordurosa chamada “âmbar” (“*blubber*”) o qual pode ser utilizada para fabrico de sabão, velas e cosméticos, mas que também era considerada uma iguaria pelos Inuítes. Assim, é interessante ler a declaração de navegantes europeus ao ver um inuíte “comendo sabão”: “*I saw him cast many longing looks at the tempting piece of yellow soap which we were using, until at length his repeated Ay-yā’s of admiration determined me on making him happy, and he devoured it with delight*” (LYON, 1824, p.132). Espanto semelhante teve Edmond, e que ao observar algumas senhoritas, concluiu:

Se o sintoma principal da civilização é a crescente limpeza do corpo, nós temos uma prova de que a população gronelandesa é a raça mais retrógrada que existe [...] Um pedaço de sabão, o qual ironicamente nos ofereceram, foi dividido em pedaços iguais e comido pelas damas [Tradução nossa] (EDMOND, 1857, p.245).

Percebe-se o ponto a ser destacado. Aquilo que os europeus reconheciam como sabão, para os Inuítes era alimento; aquilo que uma dada empresa entendia como estrutura química, para os Ashaninka era parte de um ser semelhante. Portanto, as coisas não são coisas por si só, mas são delimitadas, recortadas do mundo através da percepção. Ainda que as coisas sejam devires, estas podem ser estabilizadas como um determinado objeto por determinados sujeitos.

Considerações finais

Em suma, refletir, de um lado, sobre a substância ou natureza de uma coisa, ou do outro, sobre sua objetividade e forma, é assumir a distinção entre estas categorias. Conforme argumentado ao longo do ensaio, uma vez que o sabão popularmente assume variadas formas, odores, substâncias e modos de preparo, a concepção hilemórfica se mostra inadequada para compreender tal questão.

Por outro lado, no sentido de Ingold, entender o sabão como uma coisa é trazer o sabão ou os sabões de volta à vida, e não aceitar, *a priori*, a definição de uma coisa por sua forma definida ou por uma descrição química. Por mais que o sabão seja idealizado, ele é sempre feito no engajamento com

os materiais e com o mundo, com movimento, fluxo – e não um projeto pré-concebido ou como uma substância natural. O sabão é parte de um movimento, de um fluxo de materiais através da vida.

Nesse sentido, a antropologia de Ingold dialoga com o paradigma ecológico na medida em que entende o sabão como um devir estabilizado por aqueles aos quais estão engajados. Em outras palavras, um esforço de contextualizar o sabão-coisa como um devir em uma determinada malha de engajamento, seja a das “mulheres do sabão” de Minas Gerais, dos Ashaninka ou nos laboratórios de química.

E assim, pode-se então retomar o início do texto e a fala um dos habitantes de uma ecovila sobre o sabão. Para esse sujeito (ecológico), o sabão sai da cozinha junto com a água da pia, se mistura com a terra, é absorvido pelos vegetais do quintal, e através do fabrico “natural” é então reintroduzido. É claro, não se trata da mesma unidade de sabão, mas de um devir sabão que se apresenta na cozinha como parte de um fluxo de materiais, dos ciclos de nutrientes e do engajamento com os humanos. Nem natural, nem cultural. Seria possível uma visão mais ingoldiana do que essa?

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 9º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: hugo.decf@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; STEIL, Carlos Alberto. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. **REMEA. Rio Grande, RS. Nesp (mar. 2013), f. 59-79**, 2013.
- EDMOND, Charles. **Voyage dans les mers du nord à bord de la corvette la Reine Hortense**. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires Éditeurs, 1857.
- EMPTOZ, Gérard. Des produits chimiques très recherchés: les acides gras pour la fabrication des bougies. **La naissance de la lipochimie industrielle au cours du XIXe siècle**. Centre de recherche sur la culture technique, Neuilly-sur-Seine (FRA), 1991.
- GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures: Selected essays**. New York: Basic books, 1973.
- GIBBS, F. W. The history of the manufacture of soap. **Annals of Science**, v. 4, n. 2, p. 169-190, 1939.
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London and New York: Routledge, 2000.
- INGOLD, Tim. **Being alive: Essays on movement, knowledge and description**. London and New York: Routledge, 2011.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- INGOLD, Tim. **Making: Anthropology, archaeology, art and architecture**. London and New York: Routledge, 2013.
- LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LYON, George F. The private journal of Captain GF Lyon, of H. MS. **Heels, during the recent voyage of discovery under Captain Parry**. London: John Murray, 1824.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

PIMENTA, José; MOURA, Guilherme Fagundes. O sabonete da discórdia: uma controvérsia sobre conhecimentos tradicionais indígenas. **Edilene C. de Lima & Marcela Coelho de Souza. Conhecimento e cultura. Práticas de transformação no mundo indígena. Brasília: Athalaia**, p. 63-93, 2010.

PINHEIRO, Paulo César; GIORDAN, Marcelo. O preparo do sabão de cinzas em Minas Gerais, Brasil: do status de etnociência à sua mediação para a sala de aula utilizando um sistema hiperídia etnográfico. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 2, p. 355-283, 2010.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

VELHO, Otávio. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 133-140, 2001.

WISNIAK, Jaime. Michel. Eugène Chevreul. **Educación Química**, v. 13, n.2, 2002.

Recebido em 12/05/2015
Aprovado em 20/03/2017

O ESPETÁCULO DA DEMOCRACIA E DA INDÚSTRIA CULTURAL: UMA ANÁLISE DO REFINAMENTO DA REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA DO CAPITALISMO

THE SPECTACLE OF DEMOCRACY AND THE CULTURAL INDUSTRY: AN ANALYSIS OF THE REFINEMENT OF IDEOLOGICAL REPRODUCTION IN MODERN CAPITALISM

*Carlos Raphael Oliveira do Rego; Ceci Penido da Cunha; Gisele da Silva Rodrigues; Luisa Machado de Siqueira; Maryahua Meyer Padilha Silva; Marianna Teixeira.**

Cite este artigo: DO REGO, Carlos Raphael Oliveira *et al.* O espetáculo da democracia e da indústria cultural: uma análise do refinamento da reprodução ideológica do capitalismo. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.33-43, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: O artigo propõe uma abordagem crítica da reprodução ideológica do capitalismo no último século, dando ênfase no aprimoramento de suas estratégias e consequente controle das subjetividades de modo a se impor enquanto ordem social. Sendo assim, o espetáculo, conceito elaborado por Guy Debord será tomado como objeto privilegiado nessa análise, como também os Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser, a questão da democracia em Poulantzas e a indústria cultural de Adorno e Horkheimer. A partir disso serão traçadas considerações sobre o desenvolvimento do sistema capitalista, bem como o de suas técnicas e funcionamento a fim de elucidar o tipo de dominação que está posta pelo sistema político e econômico moderno.

Palavras-chave: Capitalismo; Sociedade do Espetáculo; Aparelhos de Estado; Democracia; Indústria cultural

Abstract: This article focuses on a critical approach to the ideological reproduction of capitalism in the last century, with emphasis on the improvement of its strategies and consequently control of subjectivities in order to impose itself as the social order. Thus, the spectacle, concept developed by Guy Debord will be taken as a privileged object of analysis, as well as the ideological state apparatuses of Althusser, the question of democracy in Poulantzas and the cultural industry of Adorno and Horkheimer. From this analysis, it will be drawn some considerations upon the development of the capitalistic system, as well as of its technique and functioning in order to elucidate the type of domination that is imposed by the modern political and economic system.

Keywords: Capitalism; Spectacle Society; State Apparatuses; Democracy; Cultural Industry.

O presente artigo tem por objetivo discutir algumas estratégias do sistema capitalista, de modo a questionar o seu caráter de dominação e de ideologia aos quais estão sujeitos os indivíduos modernos, frente à ideia de liberdade e democracia. Tomando como ponto de partida a ideia de *Sociedade do Espetáculo*, proposta por Guy Debord no final da década de 1960 e de um estudo prévio das teorias marxistas foi possível perceber que, com o desenvolvimento do processo histórico e das forças produtivas, a dominação do Estado capitalista deixa de ser majoritariamente repressiva e passa para um domínio de controle ideológico, de forma subjetiva.

Desse modo, na modernidade, essas duas caracterizações se confluem de maneira a garantir maior eficiência tanto da dominação de uma elite capitalista, quanto da própria produção material da sociedade. O refinamento seria então uma especialização das técnicas de dominação, a partir de instituições de controle ideológico, responsáveis por perpetuar essa prática capitalista, através da internalização da falsa necessidade de consumo. Essa dominação é também criadora de subjetividade, a partir do momento que o modelo produtivo cria “liberdades” de escolha, mas que ainda estão inscritas dentro da gama de possibilidades que o sistema capitalista reproduz.

Para realização da proposta, inicialmente fizemos uma volta ao pensamento de Marx (1996) para entender o surgimento do capitalismo moderno, a partir do processo de acumulação, chegando ao ponto em que a mercadoria é fetichizada, consolidando um importante processo para a posterior espetacularização da vida. De onde pudemos, através de Althusser (1974), buscar um entendimento de como se sustenta e se reproduz de maneira única o capitalismo na modernidade, bem como os mecanismos inerentes a esse processo, com foco em sua análise sobre ideologia e Estado. Trazendo a partir de então dois exemplos de como se dá o refinamento proposto, primeiro, com base no pensamento de Poulantzas (1980), através da análise do discurso democrático e das práticas do Estado moderno que garantem o seu papel na reprodução das lógicas produtivas, e depois através da abordagem sobre a Indústria Cultural de Adorno e Horkheimer (1985), por meio de uma justaposição aos conceitos de ideologia, tempo-mercadoria e espetáculo elaborados por Guy Debord (2013).

1. Desenvolvimento do sistema capitalista: do excedente ao espetáculo

Para abordar a *sociedade do espetáculo* de Guy Debord (2013), se faz necessário analisar a sociedade capitalista a partir das colocações de Karl Marx (1996) acerca das transformações sociais que levam à sua formação e é deste prisma que o presente trabalho se iniciará. Segundo o autor alemão, a sociedade capitalista se consolida a partir da dissolução da estrutura econômica da sociedade feudal com a primeira revolução industrial, quando os meios de produção são usurpados do camponês, que passa a ter somente a sua força de trabalho para oferecer neste contexto das relações de troca. Deste modo, temos a subjugação do trabalhador como ponto de partida para o surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode

ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1996, p. 961).

Seguindo o raciocínio de Marx (1996), num primeiro momento, dinheiro, mercadoria e meios de produção não se constituíam enquanto capital e essa transformação seria absolutamente necessária para a consolidação definitiva de um esquema social tipicamente capitalista, que surgiria a partir da relação entre aqueles que teriam somente a própria força de trabalho para oferecer – os trabalhadores livres – e os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que comprariam sua força de trabalho.

No início do capitalismo, o proletariado era visto apenas como operariado, devendo receber o necessário para sua sobrevivência. No entanto, na modernidade, a produção de excedente, por meio da colaboração do primeiro em forma de trabalho não pago e alienado, promove a abundância, o novo fim da sociedade capitalista. A alienação se dá de várias formas; por meio da ocupação praticamente total do tempo do trabalhador, em que ele perde sua capacidade reflexiva sobre aquilo que exerce, passando a ser mero consumidor e reprodutor do capital, não percebendo que sua própria essência está no produto. Ao invés disso, ele recebe um salário. O trabalho é, portanto, não para ele, mas para o outro, além de lhe causar sofrimento. Outra forma de alienação está no fato do sujeito se tornar indivíduo e não mais pertencente ao gênero humano, pois se separa de sua essência de trabalhador multifacetado para apenas exercer uma tarefa. Por fim, essa alienação do homem em relação à humanidade, o torna vazio, sem significado de vida, pois o trabalho não o preenche e a vida se torna objetificada (coisificada ou reificada, nos termos do autor), apenas voltada para o consumo de bens materiais, o que está diretamente ligado a concepção debordiana da perda da essência vital no mundo moderno.

Segundo Debord (2013), o espetáculo é o capital em tal grau de transformação que se transfigura em imagem, assim separando-se da realidade, o que ocorre de forma bilateral, pois sua influência nas relações sociais é tanta que passa a fazer parte da vida, ainda que seja uma visão superficial dela. A abstração vem da visão, que gera um comportamento hipnótico e torna o espetáculo o herdeiro de toda a fraqueza do projeto filosófico da sociedade ocidental. Desse modo, o espetáculo é a afirmação do modelo consumista da sociedade capitalista, estando associado ao modo de produção, a partir do momento em que forma imagens objetos de consumo, cujo objetivo é alimentar a economia, que, por sua vez, ocupa lugar quase místico na modernidade, transformando o que antes era valorizado na vida, o “ser”, em “ter”. Seguindo esta metáfora, o espetáculo, por fim, se transformaria em “aparentar ter”, a radicalização da imagem.

Enquanto reflexo e sustentação de uma visão econômica do viver, as imagens tornam-se fonte de poder e dominação em uma sociedade hierárquica, que busca passar aquilo “que é bom”, como algo inacessível, quase religioso. Com a Revolução Industrial, a mercadoria passa a ocupar um espaço muito importante na vida das pessoas e a economia passa a dominar como ciência. O espetáculo é o instante em que a mercadoria preenche completamente a vida social e só é vista no mundo visível. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente, até mesmo em

lugares menos industrializados (DEBORD, 2013). Nessas zonas, o consumo torna-se dever para as massas tanto quanto a sua produção alienada.

A mercadoria passa a ter um caráter recôndito na esfera de sua circulação, principalmente por causa do ofuscamento das relações sociais que são intrínsecas à mesma. Com esse processo, surge o fetichismo da mercadoria, em que o trabalho passa a ser visto como algo material, que não mais é inerente à mercadoria, mas sim separado desta, levando-a a se tornar definida por ela mesma. Nesse sentido, a mercadoria praticamente passa a ter vida própria, comandando o modo de produção, embora todo o processo que se seguiu tenha sido realizado e posteriormente consumido pelo homem. Ou seja, “desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam” (MARX, 1996, p 34). Diante disso, o ser humano passa a adorar essa mercadoria e acaba se esquecendo do caráter social em que foi produzida. Deixa-se encoberto o caráter de trabalho que esses indivíduos foram submetidos para que essa mercadoria chegasse em seu estágio final.

2. O espetáculo e a ideologia como procedimento

Guy Debord (2013) apresenta uma análise crítica da história do desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças que resultaram desse processo, consolidando o sistema capitalista que fundamenta toda a vida moderna em uma sociedade do espetáculo; modelo social que é “simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente” (DEBORD, 2013, p.15). Sendo assim, temos uma vida estruturada a partir de uma elite capitalista dominante, através da completa alienação dos indivíduos que vivem o espetáculo como forma de se justificar e se reproduzir. De modo que o espetáculo se coloca ao mesmo tempo como parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação (DEBORD, 2013), configurando uma visão de mundo que se traduz materialmente.

Aprofundando um pouco mais, o autor coloca que a possibilidade de formação de excedente, primeiramente de mercadorias (alimentos) e posteriormente de dinheiro, permitiu que os indivíduos não mais se digladiassem por condições básicas de subsistência, resultando em tempo livre para ser aplicado em outras atividades. Porém, uma vez dada essa transição das condições de sobrevivência, frente ao medo da escassez, os indivíduos foram condicionados à uma lógica produtiva, a uma racionalidade econômica dos modos de vida. E é nesse ponto em que o espetáculo se consolida como mecanismo de sustentação e reprodução do sistema econômico dominante, momento em que a mercantilização monopoliza a vida em sociedade. Mas o que falta à consciência destes indivíduos, agora organizados enquanto proletários, é saber que o mundo que eles estão reproduzindo não é o qual eles fazem parte, o que se tem é um discurso forjado em expectativas, ilusões e aparências em que a busca incessante por ter nunca se finda. São vários espetáculos se sobrepondo às formas cognitivas, criando falsas necessidades que aprisionam os indivíduos cada vez mais em seus postos de trabalho, e o pouco tempo livre que ainda os resta mal serve para recuperar da exaustão consequente da produtividade. A reflexividade se nivela por baixo, refletindo as condições materiais nas quais eles estão inseridos.

Para entender melhor como o espetáculo opera em um sentido de refinar as estratégias de reprodução ideológica do capitalismo, temos que considerar alguns atores na múltipla rede de relações que configuram a modernidade, entre eles, o Estado e a Industrial Cultural. A partir de Louis Althusser (1974) podemos adentrar melhor nessa discussão. A princípio para que se tenha a reprodução das relações de produção por meio de uma ideologia posta, não basta apenas pagar salários aos trabalhadores, de modo a engendrar a qualificação – ainda que aquele seja indispensável –, mas ao mesmo tempo, tem de existir a reprodução da submissão dos trabalhadores à ordem determinada e a “capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, pela palavra, a dominação da classe dominante” (ALTHUSSER, 1974, p.22), de maneira que a força de trabalho nesse sistema é garantida por meio da subordinação ideológica.

Porém, ainda é preciso saber: como que a ideologia se faz e age sobre os indivíduos? Para isso é preciso voltar à teoria de Marx, uma vez que ele considera a sociedade estruturada a partir de diferentes níveis que se articulam entre si. Sendo eles a infraestrutura – que são os meios de produzir a existência; relações de produção – e a superestrutura – que são as esferas política, jurídica, religiosa etc. instituições responsáveis pela produção ideológica. Segundo a lógica apresentada por Marx, a infraestrutura material e econômica determina a superestrutura política ideológica, fato que também está posto em Debord (2013) na medida em que parte desse processo pode ser percebido na ilusão inerente aos atos de produção e consumo da sociedade capitalista, conformando o que ele chama de espetáculo. No entanto, o espetáculo enquanto forma de produção do capitalismo contemporâneo extrapola os limites superestruturais, tal como posto por Althusser e anteriormente por Marx. Pois na medida em que a lógica da eficiência e do cálculo - categorias essenciais para que o capitalista obtenha a mais valia - passam a compor os aparelhos ideológicos de estado, como veremos a seguir, também se transformam em ideologia, de modo que a racionalidade passa a perder espaço na esfera pública, como bem apontado por Habermas (1987). A questão ainda levantada pelo autor alemão versa sobre a capacidade que os indivíduos tiveram de dominar a natureza, chegando ao ponto em que tal processo se intensificou de maneira jamais vista com o desenvolvimento das forças produtivas e consequente transformação do capitalismo ao longo da história, onde o próprio homem tornou-se objeto de sua dominação. Assim o esclarecimento **[1]** que já foi libertador, agora não faz mais do que aprisionar os indivíduos. De forma que o Estado se coloca como a reverberação dos processos técnicos e científicos intrínsecos aos aparelhos ideológicos conformando toda a sociedade.

Focando então nos aparelhos ideológicos do Estado, temos principalmente a partir deles a reprodução da ideologia capitalista feita por meio do espetáculo que acaba estruturando a subjetividade dos indivíduos, de modo que, uma vez condicionados a esse sistema, as condições de saída e libertação das massas se configuram em uma luta complexa e assimétrica – já que o capital detém o monopólio ideológico e repressivo –, questão que é custosa aos estudos das ciências humanas. Porém é preciso esclarecer melhor esta conexão que se dá entre os Aparelhos Ideológicos de Estado, ideologia capitalista e o Espetáculo. Althusser explica seu conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) como estabelecido enquanto um conjunto de instituições – escolar, familiar, jurídico, político, sindical, informacional, cultural –, sendo um mecanismo fundamental da luta de classes, uma vez que

têm por função garantir a exploração capitalista por meio da dominação ideológica. Eles são os locais por onde a ideologia se cria e se efetiva, sendo assim, as instituições que compõem os aparelhos ideológicos de Estado são palcos de disputas entre capitalistas e proletariado. De forma que para uma mudança no *modus operandi* da sociedade capitalista moderna seria necessário o controle dos aparelhos ideológicos de Estado por meio dos proletários, reproduzindo então uma ideologia da maioria. Porém seria necessária uma análise detalhada de todas as instituições que compõem os Aparelhos Ideológicos de Estado para que fosse possível entender suas dinâmicas, suas complexidades e como superá-las. Aqui nos atentaremos em demonstrar como que três destes conjuntos de instituições atuam de maneira muito intensa e complexa na modernidade, que são os Aparelhos Ideológicos de Estado voltados para a política –o sistema político –, e aqueles que são voltados para a informação e para a cultura – imprensa, rádio, televisão, letras, belas artes, etc (ALTHUSSER, 1974). O AIE político será compreendido através do Estado enquanto *lócus* de reprodução e manutenção das instituições e discursos democráticos que imperam ao menos desde o início da modernidade, travestidos de liberdade, igualdade e fraternidade [2], ao passo que os aparelhos de informação e cultura serão entendidos a partir do conceito de Indústria Cultural [3], onde espetáculo se coloca para ambos como força motriz da reprodução da ideologia capitalista.

3. Espetáculo democrático de direito

Desde a Revolução Americana, juntamente ao processo de maturação do sistema capitalista, surgiu uma crescente onda de revoluções democráticas que varreu o mundo, principalmente ao longo do século XX. Como já foi dito, segundo a teoria marxista, as mudanças nos processos de produção (infraestrutura) gerados pela acumulação de capital reverberam também nas organizações políticas (superestrutura), de forma que, acompanhando as mudanças econômicas que se intensificavam, o Estado moderno acaba por se consolidar em seus novos moldes. Entretanto, não se pode esquecer que esta é uma relação de mão dupla: ao mesmo tempo que o Estado e as instituições políticas se apoiam nas relações de produção, ele também as reforçam por meio de seus aparelhos de repressão e ideológicos. A democracia, então, se consolida como paradigma do Estado moderno e como seu principal constructo político-ideológico espetacularizante, pois inverte a lógica do real, deixando transparecer somente uma unidade totalizante, enquanto esconde as contradições de classe inerentes ao sistema capitalista. "O espetáculo, da mesma forma que a moderna sociedade, está ao mesmo tempo unido e dividido" (DEBORD, 2003, p. 39). Portanto, a pergunta que nos cabe tentar responder aqui é: através de quais mecanismos a democracia moderna constrói o seu espetáculo?

O primeiro mecanismo espetacularizante do discurso democrático surge com a *égalité* francesa, marcada no artigo primeiro da Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789 [3]. Através da crescente burocratização do Estado e do crescimento da dominação racional legal, o princípio da igualdade acaba por implicar em “uma atomização e parcelarização do corpo político nisso que se designa de indivíduos” (POULANTZAS, 1981, p. 70). Essa individualização ordena todas as bases político jurídicas do Estado de forma que os sujeitos políticos passam a se ver somente como cidadãos e não mais como membros de uma determinada classe social. O ideal de liberdade democrática unifica todos os sujeitos perante a lei, mas também os fragmenta e contribui para a

alienação das massas frente as explorações econômicas. Todo ordenamento jurídico se estrutura com base no cidadão e, portanto, serve a dupla função de homogeneizar as condições, mas também de as criar e reproduzir. E é também através do domínio da lei que o Estado se aproveita de um novo espaço para exercer o seu poder de maneira mais refinada, não mais sendo necessária a violência sobre os corpos (Aparelhos Repressivos de Estado) pois há a possibilidade do controle pela normatização (Aparelhos Ideológicos de Estado).

Com a individualização dos sujeitos políticos, o Estado centralizado passa a ser o principal representante do corpo social, contribuindo para a solidificação da ideia de Estado-nação que surge como o segundo mecanismo espetacularizante. Esse conceito se constrói através da intrínseca relação entre seus termos, onde a nação se apresenta como o conjunto dos indivíduos fragmentados, que se delimitam tanto espacialmente através do seu território, quanto temporalmente através de suas tradições (POULANTZAS, 1981) e o Estado se apresenta como representante da vontade geral deste todo. Entretanto, a vontade geral é só a imagem que se deixa mostrar, o espetáculo da nação, pois o Estado ainda mantém em seu cerne suas características de classe. Como as classes dominantes ainda possuem o controle dos centros reais de poder da administração pública, elas fazem com que a “vontade geral” passe a se conciliar com os seus interesses particulares. Facilita ainda mais este processo a falsa separação que se construiu entre o Estado e a economia, com a primazia desta última como uma ciência objetiva. Desta forma, os interesses da burguesia, travestidos de vontade-geral, podem guiar os fluxos de materialidade do Estado para a manutenção econômica sob a luz de uma falsa objetividade e, conseqüentemente, a manutenção dos processos de produção capitalista e suas opressões. O que é (a realidade), se resume ao que aparenta ser (o espetáculo).

Até agora, os dois processos apresentados – a individualização e o Estado-nacional – por mais que se encontrem no centro das democracias modernas, também podem estar (e estão) presentes em Estados modernos não democráticos. O terceiro processo espetacularizante, o das eleições, no entanto, é típico do regime democrático. Os sujeitos políticos, agora individualizados e tendo o Estado-nação como representante de sua vontade “unificada”, se utilizam do voto para escolher os seus representantes, que irão compor o corpo administrativo do Estado. Assim, as massas delegam a sua agência política aos seus representantes, passando a ter uma posição passiva e reativa em relação à política. Muito similar ao que acontece com a mercadoria, o voto encobre o papel dos sujeitos como produtores políticos para transformá-los em meros consumidores dos candidatos que lhes são oferecidos. As eleições passam a ocupar e delimitar todo o espaço da vida política das pessoas, tornando qualquer outra possibilidade de atuação impensável. Podemos, então, estender as palavras de Debord (2013) quando diz que “o espetáculo é uma constante guerra do ópio para confundir bem com mercadoria; satisfação com sobrevivência [...]” (DEBORD, 2013, p. 34); eleições com política.

Para além da separação entre o sujeito e a atuação política, as eleições também criam espaço para novas oposições espetaculares. Os conflitos políticos entre partidos distintos passam a representar as condições da unidade totalizante, ao mesmo tempo em que suprimem a consciência das condições reais que marcam a vida dos sujeitos. “A luta dos poderes [...] se desenrola como contradição oficial, mas que pertence de fato à unidade real” (DEBORD, 2013, p. 40). Dentro do Estado

democrático, os partidos lutam pela administração do mesmo sistema socioeconômico e, portanto, não há contradições entre eles que não sejam espetaculares. A escolha que o processo eleitoral constrói nada mais é do que a “justaposição de espetáculos concorrenciais e solidários” (DEBORD, 2013, p. 45), da mesma forma que a escolha gerada pela abundância de mercadorias. Ambas são escolhas falsas e sem qualquer efeito real, pois não alteram em absoluto a natureza espetacular do voto e da mercadoria; escolhe-se apenas a máscara a ser apresentada.

Dentre os espetáculos que se sobrepõem nas sociedades modernas, o Estado democrático de direito é um dos que se apresenta de maneira mais central. Os seus processos espetacularizantes, aqui apresentados, chancelam as relações produtivas assimétricas, dando-as a legitimidade da democracia. A alienação das massas em relação a sua agência e força política garante que estas poderão ser melhor e mais docilmente conduzidas na direção dos interesses das elites que mantêm o poder real do Estado. Por fim, quando o conceito de democracia se apresenta com bases tão contraditória, tão antidemocrática, por detrás da falsa unidade espetacular, não é de se espantar que Marx vá chamar, ironicamente, uma organização política que leve em conta a agência das massas de ditadura. O espetáculo inverte a realidade e seus sentidos na reprodução de si mesmo.

4. Cultura e indústria espetacular

O espetáculo, para Debord (2013), exige uma “aceitação passiva” que é reflexo do monopólio da aparência que resulta de sua mensagem única “o que aparece é bom, o que é bom aparece” (DEBORD, 2013, p. 12). O espetáculo é a relação social mediatizada por imagens-mercadorias, que passam a ditar o tempo e movimento da vida dos indivíduos no capitalismo como o conhecemos atualmente. Para pensar o papel espetacular e, portanto, ideológico, que opera na produção de arte consumível voltada para as massas e na sua relação com os trabalhadores-consumidores, o conceito de Indústria Cultural aparece como caminho.

Adorno e Horkheimer (1984) dedicam-se a um estudo do que chamam de indústria cultural em *Dialética do esclarecimento*. Para os autores, o cinema e o rádio seriam meios de produção e difusão de um sistema ideológico. A indústria cultural é, então, um instrumento de unificação dos indivíduos, que se apoiaria na idolatria desse espetáculo por parte da sociedade. Na medida em que essa unificação cultural se dá através da “falsa identidade do universal e do particular” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 99), a produção de cultura de massas é idêntica em todo lugar e opera no sentido de mercado de forma declarada, em lógica industrial de produção. Debord (2013) também fala do espetáculo como cosmovisão materialmente traduzida, a cristalização de uma perspectiva, reforçando que o espetáculo é não só parte da (ou a própria) sociedade, mas também o instrumento de unificação social.

Nesse processo de unificação, Guy Debord (2013) chama atenção para a percepção de um tempo espetacular, que não é histórico, já que não há consciência humana na produção, mas um tempo da economia, marcado pelo ritmo da produção de mercadoria e consumo, que agora se dá em esfera global. Isso significa que o tempo que é sentido como único é na verdade particular: “a dominação social do tempo-mercadoria” (DEBORD, 2013, p. 101). Esse tempo da produção

mercadológica é reflexo da sincronização dos relógios para o funcionamento do modelo capitalista globalizado, mas tem sua potência pelo fato de operar não só nas fábricas, no processo de controle da produção em si, mas também no horário “livre” desses trabalhadores, que continuam monitorados e reprodutores dessa lógica que beneficia aos detentores dos meios de produção, já que a sociedade do consumo passa a existir em tempo consumível – turismo, cinema, televisão, etc. O processo de espetacularização se dá através dessa falsa consciência do tempo, “materializada” de forma aparente, que acontece através da publicidade e de imagens sociais de consumo.

Adorno e Horkheimer falam sobre como a racionalidade técnica é na sociedade a racionalidade da própria dominação, isso pois, alienada de si mesma, a sociedade só pode viver a racionalidade que se apresenta como dominante e total: “O paradoxo da rotina travestida de natureza pode ser notado em todas as manifestações da indústria cultural, e em muitas ele é tangível.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 105). A exclusão do novo é para a dupla um aspecto fundamental da cultura de massas na fase em que se encontrava, “a máquina gira sem sair do lugar”, pois, determinando o consumo a priori, ela descarta o risco da ausência de controle sobre o novo. Essa característica dialoga com a característica pseudocíclica do tempo unificado da produção como pensado por Debord (2013), em que o consumo da sobrevivência moderna – a sobrevivência aumentada – é pseudonaturalizado através da alienação e passa a operar por processos análogos aos que operavam na pré-modernidade – dia e noite, trabalho e repouso. Como espécie de “disfarce consumível do tempo-mercadoria da produção [...] ele deve estar carregado de pseudovalorizações e aparecer numa sucessão de momentos falsamente individualizados.” (DEBORD, 2013, p. 102).

Outro ponto abordado por Adorno e Horkheimer (1985) é o processo de transição da arte para a esfera do consumo. A produção em massa da indústria é feita de forma a encontrar o consumidor de diferentes públicos, através de uma hierarquia de qualidades, que não necessariamente influencia no conteúdo - já que “o esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 101) - mas sim em sua utilidade de “quantificação mais completa” da sociedade. Cada indivíduo deve então se comportar segundo o seu “nível”, na escolha individual dos produtos que foram fabricados em massa. Debord (2013) explica esse aspecto da produção capitalista como fragmentos de consumo direcionados, que visam individualizar o que é, na verdade, homogeneizante, e que funciona e se reproduz pela alienação ideológica que tem sentido a partir de uma busca incessante pela aparência do “ter”, em detrimento do “ser”.

A ideia de cultura aparece no pensamento dos três autores de formas diferentes, porém complementares. Para Adorno e Horkheimer, “Falar em cultura foi sempre contrário à cultura.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 107), isso pois a cultura seria introduzida no domínio da administração através de levantamentos estatísticos, catalogação e classificação. Sendo assim, ao voltar “todos os setores da produção espiritual” para ocupar e dar sentido à vida do trabalhador em seu tempo “livre” fora da fábrica, o processo não é de unidade cultural mas de produção industrial massiva. Debord define cultura como “poder de generalização existente à parte” (DEBORD, 2013, p. 116). A cultura teria sido dissociada da unidade da sociedade no mito para inaugurar um “movimento


imperialista de enriquecimento”, sendo o lugar da procura por uma unidade agora perdida. O espetáculo teria “função de fazer esquecer a história na cultura”, a cultura passando a atuar como mercadoria, sendo motor de desenvolvimento econômico.

Em uma sociedade de classes a ideologia é base do pensamento. Debord (2013) percebe o espetáculo enquanto “ideologia por excelência”, ilusão que separa o homem de sua própria vida e permite apenas a “consciência espectadora”, que tem na representação e na mimetização, possibilitadas pelo consumo, um sentimento de existência. Assim, o entendimento da história econômica como história unificada, que dá sentido à ideologia que se traduz e reproduz na espetacularização da vida, é a própria vigência do pensamento burguês em sua hegemonia e disseminação na sociedade, operando como modelo unificante através da alienação do produtor-consumidor.

4. Cultura e indústria espetacular

No último século a sociedade mundial passou por grandes mudanças estruturais, tanto no campo material quanto no ideal, modificando todas as esferas da vida em sociedade, como é mostrado por Guy Debord (2013) em sua obra *A Sociedade do Espetáculo*. Desta forma, através de uma concepção materialista da história, que parte da tese de que “a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social” (ENGELS, 1999, p.95), podemos entender como que, em companhia dessas mudanças, os mecanismos de reprodução do sistema capitalista na modernidade se complexificaram.

Dito isto, temos que “os fatos ideológicos não foram nunca simples quimeras, mas a consciência deformada da realidade, e, enquanto tais, fatores reais exercendo, por sua vez, uma real ação deformada” (DEBORD, 2013, p. 160). Para elucidar tal afirmação, tentamos por meio dos teóricos marxistas, apontar para os condicionamentos postos na realidade, tentando consolidar o processo de deformação que, por meio da ação dos aparelhos de estado, aliena todo o produto do homem, seja econômico, político ou cultural.

O espetáculo ocupa todas as esferas da vida social e nelas incute a lógica mercantil capitalista, unificando o mundo sob a efígie da mercadoria, ao mesmo tempo que desloca o homem de sua vida real para uma espetacular. A sobreposição de imagens e discursos que se constrói e se repetem incessantemente levam a uma naturalização da falsa consciência produzida e a lógica das relações de produção – baseada na técnica e na ciência – se torna verdade incontestável. 

NOTAS

* Estudantes, a época, do 6º (Gisele Rodrigues) e 8º (Carlos do Rego, Ceci da Cunha, Luísa de Siqueira, Maryalua Silva e Marianna Teixeira) períodos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ)

[1] Esclarecimento como apresentado por Adorno e Horkheimer In: ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores

[2] Lema da Revolução Francesa, como também da democracia liberal

[3] Conceito criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer para compreender a sociedade capitalista moderna. Retirado da obra *A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas* In: *A dialética do esclarecimento*

[4] “Article premier – Les hommes naissent et demeurent libres et égaux. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l’utilité commune”

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, A *Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 99-138, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Biblioteca de Ciências Humanas, Editorial Presença / Martins Fontes, 1974.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Versão para eBook, eBooksBrasil.com, 2013. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebooks/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. eBooksBrasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf> Acesso em: 23 jul. 2016.

FRANÇA, Ministério da Justiça. **Déclaration des droits de l’homme et du citoyen de 1789**. [S.l.: s.n.] 2001. Disponível em <http://www.textes.justice.gouv.fr/textes-fondamentaux-10086/droits-de-lhomme-et-libertes-fondamentales-10087/declaration-des-droits-de-lhomme-et-du-citoyen-de-1789-10116.html>. Acesso em: 22 jul. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

Recebido em 20/09/2016

Aprovado em 24/04/2017

EXPANSÃO E ESTRATIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: AS EXPERIÊNCIAS E CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COTISTAS NA UFABC E UNIFESP, EM SÃO PAULO

EXPANSION AND STRATIFICATION OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION:
EXPERIENCES AND CONDITIONS RELATED TO ACCESS AND PERMANENCE OF
PUBLIC FEDERAL QUOTA STUDENTS IN UFABC AND UNIFESP, SÃO PAULO

*Pedro Grunewald Louro**

Cite este artigo: LOURO, Pedro Grunewald. As experiências e condições de acesso e permanência dos estudantes cotistas na UFABC e UNIFESP, em São Paulo. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.44-63, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: Na primeira parte deste artigo, caracterizamos a constituição de um padrão de estratificação horizontal a partir das políticas referentes ao ensino superior dos últimos anos. Depois, apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa sobre trajetórias sociais de 12 estudantes, que ingressaram no ensino superior federal mediante a reserva de vagas estabelecida pela chamada Lei de Cotas. Com base em entrevistas em profundidade e na solicitação de um memorial descritivo escrito por eles, procuramos qualificar as distintas vantagens e desvantagens em relação à produção da longevidade escolar que tendem a se associar aos subcotistas que e ingressam graças ao critério de renda e aqueles sem esse mesmo critério, por meio das quais verificamos afinidades e tensões entre os processos de socialização e de escolarização desse nível escolar e das classes sociais de que provêm.

Palavras-chave: ações afirmativas, Lei de Cotas, ensino superior, trajetórias, socialização

Abstract: In the first part of this article, we identify a pattern of horizontal stratification starting from policies regarding higher education of the last years. Thus, we show a part of results of a research about social trajectories of twelve students who joined public federal higher education by the reserve of admissions settled by the so-called Quota Law. Based on in-depth interviews and request of a description memorial written by them, we aim to qualify different advantages and disadvantages concerning the production of school longevity, which tend to be associated to the by-quota students who joined by the criterion of income and those without that same criterion, whereby we verify affinities and tensions between the process of socialization and education of this level and the social classes from which they come.

Keywords: affirmative action, Quota Law, higher education, trajectories, socialization

A expansão do sistema escolar, constituído por seus três níveis formais, fundamental, médio e superior, possui padrões de desenvolvimento relativamente gerais para qualquer experiência nacional. Assim, verifica-se que esse sistema vem se ampliando ao redor do globo, aumentando o contingente de vagas em cada nível e elevando o número de estudantes a patamares médios de anos estudados cada vez mais altos. Segundo os autores que comentam essa literatura (SILVA, 2004), a partir dos anos 1970 no Brasil, as desigualdades de oportunidades educacionais, isto é, a influência dos fatores socioeconômicos e culturais da família sobre resultados educacionais dos filhos, vêm diminuindo continuamente ao longo das transições dos níveis de ensino fundamental e médio. São efeitos que dizem respeito a processos mais gerais de urbanização e industrialização, que, por sua vez, tem relação com as condições de superação de uma economia de base predominantemente rural, sendo o ensino de massas a mediação necessária para a inserção das novas gerações nesta estrutura produtiva em formação contínua, bem como o mecanismo central de integração social (VINCENT, et al., 2001).

Segundo diversas pesquisas internacionais (SILVA, 2004), a expansão por si só da cobertura do sistema de ensino não garante a redução das desigualdades escolares e sociais, nem das taxas de fracasso escolar – materializadas nos índices de evasão e reprovação – nos diversos contextos nacionais. É preciso levar em consideração o processo global de reprodução das desigualdades sociais, sobre as quais a estrutura de relações de classes sociais se assenta, tal como a chamada teoria da reprodução já diagnosticava no que se refere à situação histórica francesa da década de 1960. Por outro lado, é preciso ressaltar também a atualização das desigualdades sociais na própria relação entre contextos nacionais, que diz respeito aos processos de reprodução ampliada das relações da divisão internacional do trabalho, repondo as posições hierárquicas historicamente constituídas entre elas. Evidentemente, foge ao escopo deste artigo reconstruir tal movimento histórico, mas é importante estabelecer a vinculação entre tal processo produtivo constituído mundialmente e seus efeitos diferenciais para cada contexto nacional específico, antes de focar na reprodução das desigualdades sociais que se verifica no campo escolar brasileiro. Trata-se de defender, enquanto hipótese, que é fundamental remontar o regime de desenvolvimento econômico e social precedente, que, por sua vez, se caracterizou pela marginalização de amplo contingente populacional da repartição do produto social, um resultado da estratégia de posicionamento neste mesmo processo produtivo. Visamos esboçar aqui que os requisitos estruturais de inserção no processo produtivo global do presente momento histórico, entre outros efeitos, engendram a atual expansão do sistema escolar que tem em vista precisamente a inclusão dessas camadas anteriormente interdidas.

Portanto, a progressão linear ao longo da série de níveis escolares formais não pode ser tomada como evidente para qualquer estudante, visto que a distribuição desigual de oportunidades escolares ante as diferentes categorias sociais tem sido reiteradamente verificada por meio das mais diversas técnicas estatísticas (MONT'ALVÃO, 2014; RIBEIRO et al., 2015). Não se trata, contudo, de uma simples desigualdade de origem, mas de desvantagens que vão se materializando em diversos momentos biográficos no decorrer da trajetória social dos indivíduos, sobretudo aqueles que provêm das camadas populares e dos grupos raciais negros, os quais possuem desvantagens mais acentuadas em relação aos demais grupos sociais cujas posições socioprofissionais dependem de elevados graus de

escolarização – ou então fazem parte do topo da hierarquia econômica de política de tal modo que podem dispensar a instituição escolar como instrumento de conservação e ampliação de poder social.

Assim, a aqui denominada longevidade escolar (VIANA, 1998) tem como objeto exatamente a produção social destas trajetórias escolares prolongadas e contingentes, dado que remetem a uma configuração histórica singular de relações entre mercado escolar e estrutura produtiva. Por outro lado, como resultado da ampliação crescente do nível superior enquanto alargamento do acesso a determinado nível de competição social junto a suas respectivas recompensas materiais e simbólicas, cresce também a chamada estratificação social horizontal (RIBERIA, et al., 2015). Ou seja, não significa a pura suplantação da desigualdade escolar, e sim a conformação de suas dimensões múltiplas à medida que trajetórias estratificadas se mantêm no interior do mesmo nível tornado formalmente mais acessível. Logo, processos de estratificação social horizontal estão imbricados nos de longevidade escolar e, por isso, assentam as condições de acesso e permanência relativamente gerais a certo grupo social em instâncias escolares e territoriais específicas à época analisada.

Com efeito, cabe examinar as experiências daqueles estudantes que ingressaram graças à lei 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas – culminância jurídica de um conjunto de disputas entre movimentos sociais, conselhos universitários, partidos políticos e intelectuais –, em que processos de reposição e de mobilidade sociais estão articulados, pois sugerimos que há tanto estudantes que puderam superar notáveis desvantagens – processos estes, que, entretanto, não poderão ser aqui abordados – quanto outros que se valem de suas relativas vantagens a fim de lograr o êxito universitário necessário, ambos os quais na mesma reserva total de vagas garantida pela legislação. Tal distinção, entretanto, ao ser deduzida a partir somente do critério de renda, nubla um conjunto de práticas sociais que se efetivam na vida cotidiana destes estudantes e orientam suas ações e expectativas. A seguir, serão levantados recentes estudos sobre estratificação social e parte das últimas políticas do ensino superior, visando indicar que o regime de desenvolvimento anterior é um elemento fundamental para interpretar estes dados, pois aventamos a hipótese de que a verificável estratificação horizontal do nível superior reproduz, ainda que sob correlações de força atualizadas, as relações de classe constituídas anteriormente com base em tal regime de desenvolvimento.

1. Desenvolvimento: expansão e estratificação

Recentes estudos sobre estratificação social (MONT'ALVÃO, 2014; RIBEIRO et al., 2015), fornecem dados significativos, a partir dos censos demográficos de 1960 até 2010, que medem a evolução histórica dos efeitos de origem social e linha de cor sobre a progressão escolar ao longo dos níveis do sistema de ensino. Ora, sobre o nível fundamental – que hoje é praticamente universal, com 98% da faixa etária adequada de 7 aos 14 anos dos jovens em geral – verifica-se que o efeito da renda familiar *per capita* está diminuindo crescentemente ao longo dos anos nas chances de conclusão. No entanto, as desigualdades raciais, mesmo diminuindo, até desaparecendo entre pardos e brancos em 2010, ainda persistem consideravelmente entre brancos e negros, sobretudo na faixa de 11 a 14 anos. Por outro lado, as chances de conclusão do médio a partir do efeito da renda familiar *per capita*, após crescer em 1980, têm um período de estabilidade e passa a diminuir em 2010. Já a desigualdade racial na participação dos jovens de 15 a 17 anos de idade nesse nível de ensino vem diminuindo até 2010,

saindo dos 6,4% e 8,7% de 1990 para 49,3% e 53,7, de negros e pardos, respectivamente. Com efeito, tais mudanças implicam a própria expansão do nível superior na idade escolar adequada - 18 a 24 anos de idade -, já que se aumentou o número de estudantes elegíveis para tanto. Desde 1982 a 2009, contudo, a proporção dos estudantes que realizam efetivamente a transição permanece constante, a saber, apenas um terço dos egressos do médio. Isso indica que, até então, a desigualdade de acesso ao ensino superior aumentou, pois deixou de acompanhar proporcionalmente o crescimento demográfico. Assim, trata-se de uma evolução caracterizada pela gradual dissolução da estratificação vertical – isto é, a intensidade com que o acesso ao nível de ensino imediatamente posterior é restrita – nas transições iniciais, mas que ainda mantém considerável restrição na transição para o nível superior, não obstante sua notável expansão.

Com efeito, o desenvolvimento econômico e a maior cobertura do sistema escolar não são suficientes para a maior inclusão no ensino superior, exigindo políticas educacionais para tanto, cuja natureza depende do regime específico de desenvolvimento dirigido ou certificado pelo Estado. As políticas educacionais em torno da expansão do ensino superior radicam-se no final da década de 1960 em resposta às demandas por mobilidade social das classes médias em ascensão (MARQUES et al., 2015), visto que o acesso aos níveis anteriores já havia sido parcialmente garantido a essas camadas graças à expansão do setor público. Retomando as teses acerca da política econômica do período (BERGER, 1980), tratou-se de um modelo de desenvolvimento encampado pela coalizão então dominante, cuja consequência fundamental foi a acentuada concentração de renda. Tal concentração faz referência às próprias classes e grupos sociais que compuseram as alianças dessa coalizão, o que fez a distribuição do excedente do produto social corresponder à forma historicamente constituída de relações de produção. Ora, remontando ao clássico estudo sobre esse período (CARDOSO e FALETO, 1975), tal modelo de desenvolvimento, grosso modo, consistiu em garantir as condições necessárias para a internacionalização do mercado interno brasileiro, permitindo avançar a acumulação de capital nos setores produtivos então mais dinâmicos, mas com base em investimento e financiamento externos, de modo a possibilitar a transferência de capitais e conhecimentos científicos ainda não adquiridos. Isto se deu enquanto estratégia de posicionamento no processo produtivo entre as nações industrializadas, abordagem dependente de um regime autoritário que garantisse a consolidação do poder decisório de grupos nacionalmente externos e contivesse as demais demandas locais.

São as burguesias internacionalizadas e os grupos sociais associados a elas, portanto, os mais beneficiados por tal estratégia, que deixou à margem demandas políticas populares, provenientes das camadas operárias, camponesas e assalariadas, porque não diretamente vinculadas aos setores econômicos mais avançados. Isto afetou a relação do regime com o próprio sistema escolar, já que tal setor significou um dos centros estratégicos de reestruturação – sendo o caráter abrangente do projeto evidenciado pela reforma universitária de 1968 – voltando à expansão do seu nível superior a atender parcialmente as demandas das camadas médias ascendentes por tal crescimento econômico. Quanto à capacidade produtiva das camadas populares, que pode ser medida pelo grau de qualificação em média requerido (BERGER, 1980), esta era delegada a postos de trabalho que ainda prescindiam da aplicação de conhecimentos especializados, dado que pertenciam a determinado contexto em que as formas de

trabalho fordistas ainda não haviam sido reconfiguradas como aconteceria na mecanização da produção industrial vindoura, o que vem a incluir aspectos do trabalho de escritório ao manual.

Desde então, a expansão do ensino superior se deu majoritariamente pela via privada, com base na destinação de recursos públicos para as instituições de ensino superior (IES) privadas, segundo Almeida (2012), indo dos mecanismos de isenção fiscal e crédito estudantil iniciados em 1975, passando em 2000 pelas políticas do governo Fernando Henrique Cardoso de flexibilização das normas para criação de novas IES privadas, até chegar ao lançamento do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Financiamento do Estudante no Ensino Superior (FIES) no governo Lula. Ainda que este último governo tenha anunciado que priorizaria o setor federal, foi o setor privado, mais uma vez, aquele que absorveu as novas matrículas, cabendo ao Estado financiar a oferta de vagas e a demanda educacional, já que o FIES pode custear até 100% da mensalidade, enquanto o ProUni oferece bolsas de estudos para estudantes de baixa renda com a contrapartida da desoneração de quatro impostos da IES. É o setor privado lucrativo, que mais absorve o alunato nacional, porém, em cursos de baixa qualidade formativa e de retornos materiais e simbólicos relativamente menores. Se a estratificação vertical diz respeito à restrição do acesso das camadas populares ao nível superior, seu processo contínuo de expansão pela via privada não diz respeito só aos interesses destes grupos econômicos e da política fiscal de contenção de gastos públicos, mas também a constituição de relativa estratificação horizontal (RIBEIRA et al. 2015), no sentido da distribuição de cursos e instituições com mais ou menos retornos materiais e simbólicos a depender da origem social da família do estudante, além da própria condição racial, o que garante, com isso, a reprodução do monopólio das posições sociais respectivas às camadas dominantes. Ora, a substituição da formação humanística do nível secundário pelo ensino profissionalizante evidencia não só que exigências econômicas são crescentemente absorvidas pelo sistema escolar (BERGER, 1980), mas também que a massificação do sistema escolar vai deixando de atender exclusivamente as camadas dominantes. Essa verificável coexistência entre ampliação das oportunidades educacionais e concentração de renda demonstra que a ocorrência de mobilidade social se deu nos marcos da reprodução social ampliada das relações de classe, repondo as relações de dominação inerentes à dinâmica do processo produtivo. Assim, tal situação concreta abarca tanto a democratização dos primeiros níveis de ensino, quanto os elementos não democráticos operantes no e para o notável funcionamento autoritário do regime à época.

Podemos tomar como hipótese que a ação das organizações internacionais, como a OCDE e o Banco Mundial, podem não só ter influenciado a criação de um conjunto amplo de políticas educacionais voltadas ao setor federal (MARQUES et al. 2013), mas também agem visando a elevação da qualificação das camadas populares a fim de atender aos requisitos estruturais do presente momento histórico da acumulação capitalista, progressivamente assentada na aplicação da tecnologia e ciência no processo de trabalho, logo, demandando, a elevação do nível médio de escolaridade de dada economia nacional. Contudo, isto não leva necessariamente a uma diminuição estrutural do monopólio dos diplomas com altos rendimentos materiais e simbólicos, devido a já mencionada estratificação horizontal. Evidentemente, ainda que se trate de um processo cujos efeitos devem ser acompanhados em longo prazo, já há pesquisas que examinam o impacto do conjunto destas políticas

sobre a inclusão social no estado de São Paulo, até antes da promulgação da Lei de Cotas, a saber, os estudos de Almeida e Ernica (2015) e Costa e Perosa (2015) - então em relação às IES aqui em questão.

Em ambos os estudos, identifica-se um padrão de inclusão social caracterizado pela estratificação social horizontal, isto é, os estudantes vão se distribuindo nos cursos mais ou menos prestigiados segundo sua origem social, resultando em cursos e *campi* com uma composição social que concentram determinadas camadas sociais. O caso da Unifesp é patente, pois inaugurou *campi* que absorvem estudantes com indicadores socioeconômicos de baixa renda, tal como pais sem escolaridade superior e necessidade de conciliar estudos com trabalho, alocando-os em cursos socialmente desvalorizados, tal como na área de humanidades – localizado em Guarulhos. Nos *campi* que indicam relativa mistura social, ainda assim predominam os indicadores referentes às camadas médias, visto que mais de 64% destes alunos são egressos da escola privada. Quanto à UFABC, lá também se beneficiou o ingresso de frações das classes médias, pois, mesmo que predominem filhos de pais sem escolaridade superior, eles advêm de famílias que acumularam a médio prazo considerável base econômica. Pode-se concluir que, até a Lei de Cotas, a inclusão social propiciada pelas recentes políticas educacionais tenha favorecido os grupos com indicadores das classes médias, distinguindo-se do setor privado lucrativo que absorve as camadas mais inferiores na hierarquia social.

Com efeito, é fundamental observar os efeitos advindos da Lei de Cotas, pois, diferentemente das políticas educacionais anteriores – em especial o REUNI – que estimula, mas não obriga medidas inclusivas, em troca de recursos econômicos, tal legislação estabelece um regime unificado de vagas, associado também aos percentuais de pretos, pardos e indígenas de acordo com o censo do IBGE de cada unidade federativa em que a universidade se localiza. Isto garante o ingresso efetivo e constante, para todos os cursos, dos grupos com desvantagens socioeconômicas e culturais. Evidentemente, ainda é preciso analisar o sentido desta política em relação às demais, bem como sua participação no que se refere à distribuição das posições sociais dentro do presente momento do processo produtivo, mas isso sem desconsiderar as lutas políticas em função da ampliação de oportunidades desse nível de ensino. O caráter geral e unificado desta lei permite supor o aumento da presença efetiva até nos cursos mais seletivos, o que pode vir a afetar os processos de reprodução das camadas dominantes, dado seu potencial de maior democratização para além da simples expansão de matrículas na sua dimensão quantitativa. Vale ressaltar que a política de adoção de ações afirmativa não se reduz a tal legislação, nem se restringe ao âmbito universitário, mas faz parte de um processo mais abrangente de contestação do universalismo formal institucionalizado (HALL, 2011) em virtude das particularidades culturais e históricas mobilizadas pelos movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros, sendo a adoção de cotas raciais na UERJ em 2003 um precedente importante para esta legislação federal (FERES Jr. et al. 2013). Assim, a Lei de Cotas engendrou a convergência a partir de um contexto nacional em que as regiões do país enfatizavam medidas afirmativas distintas – sendo no Sul predominante o caráter de renda e escola pública, enquanto no Norte o caráter racial –, em um patamar geral mais elevado e com a garantia de um nível mínimo, permitindo medidas adicionais.

A análise empírica que se segue busca interpretar as experiências e condições dos grupos sociais que ingressaram no setor federal a partir da Lei de Cotas, sugerindo com isso a existência de

diferenças qualitativas importantes quanto ao acesso e à permanência entre subcotistas sem o critério de renda e aqueles com esse mesmo critério. Já que a lei reserva 50% das vagas de dado processo seletivo para egressos do ensino médio público e, desta metade, outros 50% são reservados para alunos com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e meio, incluindo também o percentual de pretos, pardos e indígenas da unidade estadual que a IES se insere. Portanto, esta legislação garante quatro modalidades de cotas, os aqui chamados subcotistas: o indivíduo da escola pública com renda inferior a um salário mínimo e meio (1); o indivíduo da escola pública com renda superior a um salário mínimo e meio (2); o indivíduo autodenominado preto, pardo ou indígena com renda inferior a um salário mínimo e meio (3); e o indivíduo autodenominado preto, pardo ou indígena com renda superior a um salário mínimo e meio (4). Ademais, o processo seletivo das instituições aqui estudadas consiste exclusivamente no ENEM, que, não sendo tão pautado pela memorização de extensos conteúdos escolares quanto são os vestibulares tradicionais, e sim pela avaliação de operações cognitivas tidas como mais gerais, aumentando a chance efetiva de ingresso das camadas populares. Isso, junto com o SiSU, que garante a inscrição em mais de uma opção, pois oferece uma plataforma em que ele pode calcular e comparar suas probabilidades entre os cursos, o que antes cabia a sua própria responsabilidade coletar informações e acompanhar seus prazos. Assim, enfocaremos aqui em específico os subcotistas divididos pelo critério de renda – sem com isso supor que a classe social subsuma as particularidades de raça, e sim como seleção inerente a toda pesquisa.

Segundo S. Ball (2012), não se deve tomar a reprodução social como consequência automática e generalizada de práticas sociais que repõem suas condições de origem, mas considerá-la dependente de uma dinâmica política entre os grupos sociais de caráter inevitavelmente inconsistente, sendo os temas referentes à educação parte deste processo. Podemos notar assim o efeito disruptivo (HALL, 2011) da Lei de Cotas, efeito este notado quando os temas das diferenças conquistam o debate público, abalando os consentimentos históricos e discursivos acerca das garantias formais e institucionais da igualdade de oportunidades. Nesse sentido, o princípio de discriminação positiva, então demandado pelos movimentos sociais sob a forma de ações afirmativas, permitiu explicitar formas de dominação nubladas, bem como ensejou a construção de vocabulários políticos e normativos inéditos a um conjunto de agentes já tradicionais. A título de ilustração, podemos retomar a aliança provisória entre políticos e intelectuais refratários a adoção de ações afirmativas, estabelecida entre aqueles que assinaram o manifesto contra as cotas raciais[1], em que tanto intelectuais reconhecidos no campo político das esquerdas e apoiadores do PT (Caetano Veloso e Lilia Schwarcz[2]), como aqueles do campo político das direitas e também próximos ao PSDB (Eunice Durham e Simon Schwartzman) (HEY, 2008), estiveram ali coligidos. Apesar do contingente contemplado pela Lei de Cotas não ser representativo do contingente nacional daqueles considerados negros, dentre outros efeitos, os movimentos sociais lograram expor o efeito ideológico das justificativas universalistas legitimando as desigualdades raciais, dado que perpassa até os agentes com divergências políticas marcadas.

Dado que os funcionários do MEC já possuíam o diagnóstico de que o setor federal em geral passava por diversas crises financeiras que o impediam de responder com o grau de desempenho acadêmico esperado, são limitadas as possibilidades de inclusão pela Lei de Cotas no que se refere à elevação estrutural de recompensas materiais e simbólicas dos diplomados. Contudo, o desenho da

legislação permite favorecer grupos sociais com evidentes desvantagens concorrenciais. Aventamos como hipótese a relativa inclusão das camadas populares, expressas nos estudantes que ingressaram com o critério de renda, mas que não podem ser estendidas ao todo dessa categoria social, já que dependem de outros processos contingenciais não redutíveis as condições de classe. A seguir, caracterizamos essas desvantagens, bem como as vantagens dos subcotistas sem esse mesmo critério.

2. As origens sociais distintas e suas implicações: referências teórico-metodológicas

A pesquisa que se segue tem como base a metodologia qualitativa, sem a pretensão de propor um quadro representativo da composição social desse alunato, mas sim de demonstrar tendências relevantes. Trata-se de uma interpretação sociológica fundamentada nos princípios da diferenciação e da comparação, isto é, a partir de um ponto comum – a situação empiricamente verificável do estudante cotista – buscamos abranger as mais diversas trajetórias sociais, visto que elas são o resultado do entrecruzamento de múltiplas categorias sociais (classe social, gênero e raça, além de outras secundárias, como idade, seletividade do curso, configuração familiar, ocupação, relação com o saber, categorias estas também suscetíveis a apreensão estatística). Assim, a pesquisa qualitativa depreende o modo pelo qual tais categorias convergem e divergem entre si, exprimindo a vida cotidiana e efetiva dos indivíduos concernidos. Visto que a trajetória social é também a materialização das oportunidades objetivas de vida, cabe certo conhecimento quantitativo prévio acerca das regularidades estatísticas com vista a prosseguir qualquer análise sociológica.

Com efeito, a amostra abrangeu treze estudantes ao todo, sendo três da Unifesp e os restantes da UFABC, tendo como objetivo abarcar relativo grau de heterogeneidade entre as experiências, por um lado, de cursos e IES e, por outro, de subcotistas. São estudantes que ingressaram nos anos 2013, 2014 e 2015, sendo que a seleção deles se deu visando compor a amostra que mais abarcasse uma coleção plural categorias sociais, a partir das quais pudéssemos depreender as regularidades no interior dessas singularidades. O roteiro da entrevista foi concebido em função do que Passeron (1995) propõe quanto a elencar “traços pertinentes”, isto é, evitando a descrição de uma biografia reconstituída exaustivamente que procure todos os sentidos a ela relacionados, mas partindo de um conjunto preestabelecido de aspectos. Convém ressaltar, ainda, que a seleção da UFABC e Unifesp se deu não só porque elas são as únicas universidades federais da região da grande São Paulo, mas também passaram por políticas de expansão, as quais já foram objeto de pesquisas acerca da composição social desse perfil universitária – que, inclusive, servem de base a este estudo.

O problema de pesquisa desdobrou-se na questão da longevidade escolar, remontando ao que propõe Viana (1998), uma vez observado que a transição continuada no decorrer dos níveis de ensino, apesar de em última instância depender da atividade intelectual do estudante, resulta da conjunção de determinadas condições sociais, que se encontram histórica e estruturalmente distribuídas de modo desigual entre as diversas categorias sociais. Ademais, os próprios sentidos de “sucesso” e “fracasso” estão antes sob critérios institucionalizados, logo autonomizados da comunicação pedagógica realizada interpessoalmente entre professor e aluno. Assim, os critérios de “sucesso escolar” tendem a operar

suas ordenações menos segundo os processos de aprendizagem em si mesmos e mais de acordo com a conformação do indivíduo às regras formais, sociais e lógico-cognitivas escolares, sendo elas tanto explícitas, quanto implícitas. A longevidade escolar, portanto, não funciona como um atributo intrínseco ao indivíduo, mas consiste na unidade do diverso de trajetórias sociais e percursos formativos, processados mediante múltiplas relações. Em decorrência, o ensino superior público brasileiro não pode ser tomado como um destino reservado a todas as categorias de estudantes, como se estivesse dado de antemão, sobretudo em relação às camadas populares e aos grupos raciais negros, tendo em vista as desvantagens historicamente impostas sobre o acesso destes a este nível.

Desenvolvida por autores como P. Bourdieu (2008) e depois aprimorada por B. Lahire (2004), a chamada vertente disposicionalista foi tomada como referencial teórico e metodológico de mediação entre indivíduo e sociedade nesta pesquisa. Segundo esses autores, as práticas evocadas pelos indivíduos investigados são originárias da incorporação de modos de socialização passados, vindo a constituir disposições que orientam formas de pensar, agir e sentir. Trata-se de uma construção de objeto que se contrapõe à concepção de trajetórias escolares por uma teoria de ação racional, como se os indivíduos fossem plenamente autônomos em suas tomadas de decisão, sem levar em consideração as experiências sociais acumuladas por eles. Assim, as disposições remetem à propensão de reincidência de certas práticas, sendo a persistência e alternância entre elas variáveis conforme os contextos de ação, bem como os indivíduos e grupos de referência que socializaram sincrônica e diacronicamente o indivíduo concernido. Os modos de socialização, contudo, não dizem respeito apenas ao percurso biográfico que o indivíduo desenvolve e as relações sociais que nele e partir dele puderam ser tecidas, mas também se referem às suas condições de vida. Com efeito, as competências necessárias para a apropriação dos saberes e saber-fazer escolares cabem ao estudante desde o início de sua escolarização, na medida em que no meio familiar ele constitui as disposições socioculturais capazes de interpretar e cumprir as regras que prescrevem o jogo escolar. Destarte, o “fracasso” ou o “sucesso” escolar dependem não apenas dos modos de socialização desenvolvidos na configuração familiar específica a que pertence, mas também, tal como enfatizaremos, das condições de vida que estruturam a origem social do indivíduo concernido.

A ascensão, assim como a conservação, à posição social que as classes médias ocupam no espaço social depende historicamente do sistema escolar (THIN, 2006), uma vez que elas ascenderam em função da expansão do setor de serviços e postos de comando internos às grandes corporações – sem possuírem, contudo, a propriedade privada destas –, sobretudo como assalariados não manuais, posições que demandam não só competências técnicas que envolvem determinadas qualificações, mas também são chanceladas por diplomas com altos retornos materiais e simbólicos. Assim, a lógica de socialização familiar nas classes médias é aquela que mais tende a concordar com a forma escolar de relações sociais, visto que o sistema escolar é uma das instituições necessárias para a reprodução social de tal condição de vida. Evidentemente, é necessário empregar critérios empiricamente verificáveis para nos valermos de tais esquemas teóricos com vista à especificidade da situação histórica brasileira. Para tanto, recentes estudos acerca do espaço das classes sociais no Brasil (BERTONCELO, 2016), fornecem critérios que podem fundamentar as categorias, aqui empregadas por termos ainda genéricos, tais como “camadas populares” e “classes médias”, que podem homogeneizar as distintas

modalidades e processos de apropriação de recursos materiais e simbólicos disponíveis ao conjunto dos membros da classe delimitada, bem como sua formação histórica e relação estrutural concernentes à situação no processo produtivo, do qual as classes se originam e nele interagem entre si.

Tendo em vista as relações produtivas, os critérios adotados para classificar as classes sociais aqui foram menos a renda em si, do que a ocupação e escolaridade da família do estudante, categorias estas que informam acerca do lugar estratégico (Idem, p.82), a partir do qual o campo dos possíveis se apresenta a essas famílias e indivíduos. Isto é, no sentido das vantagens e desvantagens desigualmente distribuídas, com as quais é preciso sempre lidar em função das estratégias familiares e individuais de produção social da longevidade escolar. O que impede não só de subsumir a especificidade dos processos de socialização e escolarização aos processos gerais de produção e reprodução das classes sociais, como também não deixa de salientar os efeitos destes sobre aqueles, à medida que supõe a autonomia relativa dos modos de socialização ante a acumulação capitalista. Por outro lado, para examinar experiências vivenciadas pelo sujeito concreto mesmo, é necessário contextualizar toda a pluralidade de relações sociais enfeixadas entre si, a partir das quais o indivíduo concernido desenvolveu-se enquanto ser social, em vez de adotar uma explicação unilateral do ponto de vista da renda familiar ou das chances de transição escolar, o que recairia em um evidente economicismo.

Baseado em dados produzidos em 2008, de acordo com a pesquisa desse autor, uma das particularidades do espaço das classes sociais no Brasil concerne ao imenso contingente de famílias e indivíduos (45% da sua amostra) destituídos dos recursos necessários para a concorrência nos mercados econômicos e escolares, bem como desqualificados nas posições que ocupam na hierarquia socioprofissional, tal como trabalhadores não qualificados ou autoempregados. Assim, são camadas com fortes tendências de reproduzirem as condições de sua origem social, dentre um dos fatores, por serem menos capazes de arcar com os custos do investimento escolar, inclusive por causa da baixa rentabilidade de seus diplomas. Tendo isso em vista, os critérios empregados para classificar as famílias como camadas populares são a escolaridade de no máximo até o ensino médio completo (1) e a ocupação predominantemente manual dos pais (2). Uma vez que a progressão escolar requer de saída não só condições econômicas favoráveis, mas também supõe certa consecução linear e estável de seus níveis, são as camadas populares aquelas mais sensíveis aos efeitos das urgências materiais, devido ao patrimônio mais escasso e com menores chances de poupança, tendendo, assim, a apresentar trajetórias escolares mais instáveis. Por outro lado, já as classes médias aqui verificadas dizem respeito a uma fração sua que, como será exposto, ocupam um polo inferior. Destarte, os critérios empregados para classificar as famílias como frações da baixa classe média são a escolaridade superior (1) e a ocupação não-manual, válidos ao menos para um dos pais (2).

Portanto, a estabilidade econômica e o investimento cultural disperso na socialização familiar consistem nas duas vantagens ante a longevidade escolar verificadas nos subcotistas sem o critério de renda, já a descontinuidade entre meio familiar e escolar, bem como a instabilidade econômica, consistem nas duas desvantagens verificadas nos subcotistas de renda. A seguir, apresentamos o primeiro grupo para depois contrastar com o último, no sentido de demonstrar que dizem respeito a indivíduos provenientes, respectivamente, de uma baixa fração das classes médias e das camadas

populares. Isso, junto com o conjunto de práticas sociais que favorecem ou dificultam o acesso diferencial ao setor federal para cada origem social. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é fundamental para apreender tendências do funcionamento cotidiano de práticas sociais que favorecem ou não a longevidade escolar, mas as quais não são manifestadas necessariamente enquanto cálculos probabilísticos, e sim como trajetórias escolares naturalizados devido à construção da realidade social contínua, por sua vez, assentada propriamente nas condições de vida dessas famílias. Trata-se agora da análise empírica dos estudantes pesquisados, cujos nomes aqui, vale endossar, são fictícios.

3. Origens sociais distintas e suas implicações: análise empírica

Thiago (Bacharelado em Ciências e Humanidades, BCH, UFABC), Clara (Ciências Econômicas, Unifesp), Helen (BCH, UFABC) e Cláudia (Administração, Unifesp) são os quatro casos de subcotistas ingressantes sem o critério de renda, que, embora possuam diferenças notáveis entre si, partilham das mesmas práticas sociais específicas que os favorecem na produção da longevidade escolar. Atendendo aos critérios já expostos, as mães de Thiago e Clara possuem formação superior em pedagogia, sendo a do primeiro na UNIBAN e hoje é diretora de escola pública, ao passo que a da última na UNIP e hoje é enfermeira instrumentalista. Já com Cláudia e Helen, são os pais delas que possuem escolaridade superior, em particular o de Cláudia que é formado na Academia Militar das Agulhas Negras. Ademais, os pais de todos - excetuando a mãe de Helen - possuem origem urbana no Estado de São Paulo, mesmo que parte significativa de seus avôs seja de origem rural, o que indica a assimilação de camadas antes rurais nas ocupações urbanas, dando então continuidade ao processo de mobilidade social ainda recente em direção aos postos de trabalho propriamente médios que são os urbanos.

Com efeito, excetuando o pai de Cláudia, Thiago e Clara têm mães diplomadas em cursos e com ocupações no polo dominado, implicando retornos materiais e simbólicos relativamente mais modestos, logo, o que os faz provir de uma fração baixa das classes médias. Ademais, a renda familiar de Thiago provém da ocupação do pai, que é operador de máquina gráfica há quase vinte anos, e dividida entre mais duas irmãs, já Clara, por ser filha única, poupa custos educacionais da sua mãe, que hoje é divorciada. A presença de membros familiares com escolaridade superior – inclusive na família expandida, como Clara, que tem primos na USP –, permitiu aos quatro reconhecer a universidade pública como destino possível precocemente, bem como a contribuir para todos eles a inserção em redes de sociabilidade em que o ensino superior é naturalizado. Como podemos notar nesse trecho da entrevista com Helen, em que o ensino superior público aparece como autoevidente: “pesquisadores: e como você ficou sabendo dos vestibulares do ENEM e para a FUVEST? Helen: pela escola, quer dizer, o mundo fala sobre isso [risos], todo mundo fala sobre isso”. Assim, para o caso desses quatro subcotistas sem o critério de renda, então advindas das classes médias, a universidade pública é tomada por antecipação nas suas estratégias familiares e individuais face à escolarização.

Ao longo da entrevista com Clara, perguntamos se já estava pensando na universidade antes de ingressar em uma ETEC da zona sul de São Paulo, onde cursou o ensino médio. Ela me respondeu que não só que sim, mas acrescentou que era “um dos motivos: as cotas que eu teria depois”, isto é, o sistema de bônus que a USP oferecia à época. Nesse sentido, as estratégias familiares de reprodução das suas condições de vida não só presumem cálculos que racionalizem os melhores meios segundo

determinados fins, mas são elas também realizadas de modo tão disperso e contínuo, imbricadas em gratificações e relações afetivas, a ponto de naturalizar as próprias condições sociais de sua produção, bem como redundar em atos pré-reflexivos e formas de conhecimento tácitas ante a vida social. Assim, o ensino superior consiste em um destino necessário para quem “crescer” significa “tornar-se alguém como seus pais”, ou seja, diplomada no nível escolar que garante sua própria posição social.

Para esses estudantes, a conformação às regras escolares, como a realização das tarefas diárias para a casa, encontra-se mais radicada no decorrer de seus percursos escolares. Ao longo das entrevistas, foram reportadas diversas formas de intervenção familiar, demandando e inculcando que se mobilizassem a fazer tarefas escolares desde o período biográfico da infância. Tal como Vanessa e Clara se recordaram de quando as mães as perguntavam se já tinham feito as lições de casa, quando à tarde não as viam a realizá-las. Bem como Thiago, que, até ingressar ao ensino médio, reconhecia a escola como, segundo ele mesmo, um “dever”, evidenciando com isso a legitimação do discurso de sua mãe que, como ele reportou, associava o sucesso escolar a “ter um bom futuro”. O investimento cultural inclusive se materializa na escolha dos estabelecimentos escolares, como no caso de Cláudia, que sempre frequentou colégios militares federais – notadamente melhores do que o restante do setor público neste nível escolar – ao longo das migrações por força da função do pai. Além disso, num desses colégios militares ofereceram à estudante, no último ano do ensino médio, um curso pré-vestibular gratuito, consistindo em notável vantagem ante o restante do setor público. Assim como nos casos de Clara e Thiago, que antes do nível médio passaram pelo setor privado, inclusive para ele, sua mãe o matriculou em um colégio renomado da região de Barueri, após verificar que ali se adequaria da melhor maneira possível as oportunidades educacionais aos recursos materiais disponíveis de então.

Ademais, aqui as estratégias de investimento cultural são encampadas junto com atividades extracurriculares, tais como, principalmente, cursos de inglês e cursos técnicos. Quanto a estes, nos casos aqui em tela, mais voltados para testar supostas vocações profissionais do que à entrada precoce ao mercado de trabalho, que é o caso daqueles advindos das camadas populares. Trata-se do caso de Clara que fez Design de Interiores, construção civil e depois rumou a outra área e o de Thiago que experimentou fotografia, além de ter podido praticar judô. Enquanto nas camadas populares, são os cursos profissionalizantes que são incentivados por parentes de referência, como pais, tios e irmãos.

Vale ressaltar que nesses casos são os pais que negociam o adiamento ao ingresso dos filhos no mercado de trabalho em virtude da condição integral de estudante – ao passo que naqueles oriundos das camadas populares, prevalece a situação inversa. Os recursos materiais que essas famílias podem proporcionar estão predominantemente voltados à escolarização, assim, deixando de cobrir as atividades de lazer dos filhos, o que vem a motivá-los a expressar o desejo pela independência econômica. Ademais, isso se refere também à posição geográfica dessas famílias no Estado de São Paulo, uma vez que Thiago pretende trabalhar para orçar a moradia em república. Ele, então morador do Jardim Tonato, em Carapicuíba, por causa da distância até o seu *campus*, em São Bernardo, não frequenta os eventos acadêmicos e de lazer que a vida universitária lhe proporciona, o que endossa também seu ascetismo, inculcado continuamente pela organização familiar, já que ele obedece de pronto os horários de saída estabelecidos pela família. O mesmo ocorre com Clara em função do

usufruto do espaço universitário – por morar no bairro da Saúde e estudar em Osasco, deixa de ir a palestras –, que durante a entrevista enfatizou desejar a independência econômica.

Com efeito, eles dão continuidade também ao sentido familiar de mobilização escolar, isto é, acumulação de capital cultural, sendo este inscrito nos certificados escolares, a fim de reconvertê-lo doravante em capital econômico. Além disso, o ingresso correlato ao mercado de trabalho, no sentido de acumular capital econômico como requisito para usufruir da experiência universitária em si, o que leva à constituição da condição destes de estudante-trabalhadores (ROMANELLI, 1999). Ao passo que tais preocupações não são de tal veemência para Cláudia, uma vez que a estabilidade econômica e a renda relativamente superior da família garantiram a ela a percepção do trabalho mais como uma parte coerente à formação na sua área profissional – já que cursa administração. Porém, exercer “bicos”, como vender bijuterias e doces na faculdade, além cuidar de crianças (*babysister*), ainda são mobilizados aqui visando relativa independência econômica, tal como ela coloca: “preciso ter meu dinheiro”. Assim, a condição de estudante-trabalhador é revista aqui, entretanto, com o tempo de trabalho consideravelmente menor, e, portanto, com menores custos para com a experiência universitária em si, já que não se coloca a necessidade de morar sozinha, diferentemente dos demais.

Aventamos a hipótese, destarte, que, quanto maior o grau de seletividade do curso ou IES pretendidos, maior a chance de casos equivalentes aos de Cláudia preencher a reserva de vagas destinada à Lei de Cotas. Ou seja, estudantes com percursos formativos constituídos em ensinos médios públicos distintos, seja por um plano curricular específico e direcionado a treinar para processos seletivos, seja por eles mesmos requererem um processo seletivo para o ingresso.

Os casos de Helen e Clara dizem respeito aos casos limites para com a referência às classes médias, pois é a dimensão diacrônica que torna mais nítida tal condição de classe. Pois, enquanto o primeiro caso remete a um processo de ascensão social, já o segundo se refere a outro de declínio. A posição social de Clara foi notadamente rebaixada após o divórcio dos pais, sucedâneo a problemas nos negócios da família. Até então, ela estudara em um colégio bem classificado e renomado de Salvador no ensino fundamental. O que permitiu a ela construir ascetismo suficiente para retomar a rotina de estudos dando cabo às tarefas do curso pré-vestibular dito comercial, que a mãe ainda pôde custear. Isso, após o recaimento tanto do patrimônio de capital econômico, quanto da qualidade do ensino escolar que passou a frequentar, ou seja, trata-se do seu ensino médio na tal ETEC, que se tornou uma opção viável e desejada por ela com vistas a sua gratuidade, mas sem corresponder às expectativas de qualidade de ensino, já que ela relata sobre a falta rotineira de professores e o baixo nível de exigências escolares no que se refere aos conteúdos requeridos pelos processos seletivos – o que contrasta e, por isso, matiza a capacidade organizacional comumente atribuída a este setor de se distinguir do restante do ensino médio do setor público.

Por outro lado, para Helen, foi apenas recentemente que seu pai passou a possuir uma ocupação que garante maior poder aquisitivo, como guarda municipal, e inclusive hoje está se formando no ensino superior em um Instituto Federal, o que indica uma continuidade na estratégia familiar de reposicionamento social para cima. Enquanto a irmã primogênita, hoje mãe de três filhos e que trabalha como recepcionista sem escolaridade superior, ela mesma repõe certa trajetória social

concernente às camadas populares. Porém, as práticas de socialização no seu seio familiar foram equivalentes àquelas das famílias acima descritas, tal como o contato precoce e incitado continuamente com a cultura escrita, que é a cultura escolar por excelência (LAHIRE, 2004). Como Helen recorda: “eu lembro quando era criança, meu pai abria o jornal e lia com ele. Eu aprendi a ler muito cedo. Perguntava pra ele o que tava escrito ali. Meu pai lia muito para eu dormir. Comprava turma da Mônica. Livros infantis de um modo geral”.

Ademais, o recebimento de aluguel – em Ilha Bela, região turística valorizada – e a presença de familiares em Santo André, próximo ao seu *campus*, fornece a ela recursos que a faz se diferenciar quanto aos outros mais próximos às camadas populares, pois a renda constante advinda de dado capital patrimonial lhe garante a continuidade da sua própria trajetória escolar até o nível superior, deixando seu tempo de estudo livre das urgências econômicas. Trata-se de experiências socializadoras heterogêneas (Idem, p.328), que colocam Helen subjetivamente entre as classes médias e populares, de modo a ela expressar as tensões relativas à sua posição objetiva anterior, identificando-se como “pobre”. Como é notável a recente melhora da vida material da família, em contraposição à reprodução social presente na trajetória da irmã mais velha que é marcada pela gravidez precoce, sua trajetória não deixa de ser incluída aqui como parte das classes médias, apesar de que como ser social concreto, experiências comuns às camadas populares lhe tenha sido impostas. Assim, esses subcotistas em algum momento biográfico perpassaram pelas propriedades sociais comuns às baixas classes médias.

Já para as famílias advindas das camadas populares, ou seja, com escolaridade baixa e ocupação dos pais predominantemente manual, foram reconstruídas as experiências sociais de André (BCH, UFABC), Maria (BCH, UFABC), João (Bacharelado de Ciências e Tecnologia, BCT, UFABC), Joana (BCH, UFABC), Wellington (Engenharia Aeroespacial, UFABC), Felipe (Matemática, UFABC), Ana (Ciências Contábeis, Unifesp) e Vanessa (Ciências da Computação, UFABC). Se nesses casos a ocupação predominante das mães é no setor de serviços sem qualificação necessária, como emprega doméstica – com ou sem registro –, lojista, ajudante de hospital e feirante, também as escolaridades médias aqui foram completadas recentemente via o programa Educação de Jovens e Adultos. Quanto aos pais, ou padrastos, ainda que haja alguns já aposentados, mas por decorrência de problemas físicos e acidentes originários do trabalho. Isso acontece porque o trabalho manual sem qualificação é o que se faz predominante aqui, como eletricista, jardineiro, descarregador ou ajudante em transportadora e na construção civil, além dos casos de autoemprego, como os pais de João que vendem informalmente planos de saúde. Ademais, mesmo esses já aposentados, muitas vezes continuam no trabalho informal para complementar a renda doméstica, por vezes, deixando aos avôs a criação mais diária dos filhos.

Tais condições assentam desvantagens evidentes em relação aos casos anteriores, pois, devido à baixa escolaridade, o ensino superior não se coloca como um destino necessário e a estabilidade econômica é relativamente menos presente – sobretudo devido ao desemprego e acidentes laborais. O que diz respeito também a eventos de desagregação no núcleo familiar mais frequentes, como os divórcios, migrações e até morte de parentes por envolvimento com o tráfico de drogas ou alcoolismo. Isto contribui também para a predominância da configuração monoparental, em que a mãe, majoritariamente, é quem assume a criação diária dos filhos. Ora, as práticas familiares de socialização

foram observadas aqui em situações que tendem ao descompasso às formas escolares, tal como, dentre outros fatores, a falta de demanda familiar mobilizada no sentido da resolução das tarefas escolares em casa, resultado da própria experiência escolar reduzida ou do diálogo restrito entre pais e filhos em função das jornadas de trabalho consideravelmente mais extensas. O que torna aqui mais frequente uma forma de trajetória escolar mais individualizada, sobretudo depois do nível médio – quando a maioria dos pais se vê desobrigada a custear a escolarização dos filhos –, assim como incerta, cabendo ao estudante adquirir por si próprio as oportunidades educacionais, tal como a interpretação pessoal que Ana exprime sobre a relação dos seus pais com a escola: “apoiar, mas sem orientar”. A título de ilustração, a mãe de Joana possui estantes com livros exotéricos dos quais, apesar da curiosidade, ela diz ter lido apenas dois, daí podemos depreender as desvantagens resultantes das extensas jornadas de trabalho, já que faltou a ela interações afetivas e efetivas (LAHIRE, 2004) com a cultura escrita, que, para tanto, dependem da solicitação contínua dos pais quanto ao investimento cultural no lar.

Também os percursos formativos e trajetórias escolares desses estudantes foram realizados integralmente em escolas públicas, sendo estas, na maioria dos casos, caracterizadas pelas tarefas escolares de baixas exigências e desperdício do tempo letivo por falta de professores ou pela indisciplina dos demais membros do grupo-sala, visto ainda configurar rotinas e conteúdos escolares apartados de um trabalho escolar dos alunos, já que predomina mais as formas de conduta repetitivas, do que tarefas escolares que solicitam mais a reflexividade deles. O depoimento de Wellington aqui é ilustrativo: “na minha escola tinha aquela coisa de copia aí que eu dou visto depois. O tempo da aula era o tempo do professor sentado esperando os alunos terminarem”. Assim como para André, que indagou acerca da falta de sentido na sua experiência escolar. Em decorrência, nos estudantes cotistas que ingressam com o critério de renda, concentram a maior incidência de dificuldades relativas à escrita acadêmica e ao domínio das operações intelectivas típicas da matemática.

Assim, a noção do acesso diferencial ao setor federal não aparece como destino necessário, não só pela ausência dele no meio familiar, mas nos próprios meios escolares ele tende a aparecer nas vésperas dos processos seletivos, então desacoplada das rotinas escolares e discursos docentes diários. Mas, ao contrário, os veredictos escolares aparecem aqui contribuindo para naturalizar determinadas trajetórias escolares, supostamente mais ajustados às condições de vida deles, à medida que antecipa frustrações. Tal como a recordação de Felipe sobre sua professora que “mandava a real”, isto é, ela dizia “se acostumem a entender que vocês não vão passar” para os estudantes interessados em prestar medicina, que ao nos narrar isso rindo, indica a sua relativa aceitação. Tal escolarização contribui para a conformação de uma integração social inferiorizante (ZANTEN, 2014), isto é, o sistema de avaliações é imanente à reprodução de hierarquias sociais, no sentido de limitar as aspirações subjetivas de mudança das condições de vida, conforme se acumula imagens estigmatizantes de si mesmo.

Seguindo os contrastes, nas camadas populares, a negociação acerca do adiamento ao ingresso no mercado de trabalho parte agora mais dos filhos em virtude da dedicação integral à condição de estudante, estando os pais continuamente a reclamarem a eles para participarem do orçamento doméstico ou por lhes faltarem recursos materiais para investir na vida universitária deles. Assim, as bolsas de permanência e de estudo são cruciais – que, por vezes, são elas destinadas às contas da casa

–, pois assim realocam o estudante na vida escolar para si. Ademais, se eles já não são os da primeira geração no ensino superior, são notadamente os primeiros a ingressarem em uma universidade pública. Sendo assim, aqui o contingente de pais de origem rural é muito mais expressivo, nomeadamente contendo migrantes das regiões do Nordeste, como Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Essas circunstâncias embasam o porquê os processos de independência econômica estão relacionados também a processos de distanciamentos culturais e identitários. Assim, geralmente após os indivíduos se afiliarem a vida universitária, eles rompem também com as confissões religiosas da família, notadamente de igrejas pentecostais, o que aumenta os conflitos e brigas familiares. A pertença ao pentecostalismo e neopentecostalismo aparece também particularmente àqueles advindos das camadas populares, pois a maioria fez parte de alguma confissão religiosa – nomeadamente, Deus é amor e Universal do Reino de Deus –, algo que não se verificou com os demais membros da amostra. Daí coadunar com a interpretação sobre a tal nova classe trabalhadora (SOUZA, 2012), segundo a qual as igrejas evangélicas consistem em instituições que favoreceram os processos de mobilidade social dessas camadas. Dado a especificidade do setor federal em relação ao privado, pois neste é aonde as camadas populares majoritariamente se destinam, a inclusão em outras redes de sociabilidade, junto aos indivíduos advindos das camadas médias, faz com que esses estudantes passem a se distanciar do conteúdo cultural e identitário evangélico, que antes contribuía para a unidade moral do meio familiar.

Vale ressaltar que tal distanciamento se materializa também na formação de diferentes competências linguísticas, visto que para este grupo, os pais analfabetos funcionais são mais presentes. Por um lado, na relação entre pais e filhos, estes podem adequar os códigos linguísticos tornando o meio familiar nuclear também inteligível, por outro, face aos demais membros da família, podem ocorrer descontinuidades mais acentuadas. Como podemos observar no caso de Maria que classifica sua avó materna como “bichinho”, além de referi-la como violenta e “estereótipo do Nordeste”, dado a incapacidade alegada por ela de travar diálogo entre as duas. Porém, a própria busca de independência econômica presume previamente a autonomia material do restante da família nuclear em relação aos filhos. Algo que não foi verificado no caso de Vanessa, uma vez que ela própria é a principal responsável pela renda da casa. Trata-se da condição do trabalhador-estudante (ROMANELLI, 1999), isto é, o trabalho preside o tempo ante o estudo, afetando substancialmente sua experiência universitária, que no caso desses estudantes, por vezes, têm sua fruição reduzida ao tempo na sala assistindo as aulas, sem poder participar dos demais eventos e dispositivos institucionais.

Observamos, contudo, que toda a nossa amostra se insere na faixa etária ideal a esse nível – de 18 a 24 anos. Ao contrário do que os estudos sobre os bolsistas do ProUni (ALMEIDA, 2012) apontam, a saber, que há expressiva parcela de estudantes fora dessa idade oficial, já que o ensino superior não havia inicialmente se apresentado a eles enquanto destino efetivo de vida, nesse sentido evidenciando determinada desigualdade também geracional, da qual nossa amostra não cobriu. Tal diferença pode ser atribuída ao fato de que o grau de seletividade para o setor federal permanece de médio para alto, mesmo após a implantação do regime de reserva. Assim, a despeito das desvantagens advindas, esses estudantes lograram trajetórias escolares com fluência. Isso porque os processos de socialização não podem ser reduzidos meramente à condição de classe, o que indica a ocorrência de processos outros

que permitem a produção da longevidade escolar, tais como aqueles concernentes aos meios familiares e escolares. Convém ressaltar, ainda, que atentar a tais desvantagens significa mesmo analisar as barreiras que em geral constroem as estratégias de acesso dos membros desses grupos sociais como um todo, de modo àqueles, em específico dentro desse nível escolar, consistir em trajetórias relativamente distintas de sua origem social, tal como propõe o trabalho de E. V. Bonaldi (2016).

Considerações finais

O presente artigo esboçou uma hipótese sobre o processo de expansão do sistema de ensino superior em curso, segundo a qual ele opera mediante a gradual conversão da estratificação vertical, constituída anteriormente no e por um desenvolvimento econômico marcado pela concentração renda de tal modo a restringir o acesso das camadas populares ao ensino superior, em um padrão de estratificação horizontal. Ora, procuramos interpretar as experiências e condições de acesso e permanência de acordo com o momento histórico específico, no qual o sistema escolar em geral e o setor federal em específico interagem. Outras dimensões fundamentais para com a longevidade escolar, como raça, gênero, configuração familiar, organização escolar e atividade intelectual do aluno, tiveram de ser aqui eximidas por fins expositivos, as quais, no entanto, são fundamentais para examinar principalmente a longevidade escolar daqueles advindos das camadas populares. Também é necessário nuançar as formas de generalização desse estudo, já que remete ao campo escolar específico do estado de São Paulo, de modo aos demais estados apresentarem tendências outras - ainda que possam dizer respeito ao mesmo padrão geral -, pois a constituição histórica de dado campo social possui padrões relativamente autônomos entre si. Por exemplo, no estado de São Paulo as universidades mais privilegiadas tendem a serem as estaduais, excetuando certos cursos, de tal modo que o setor federal acaba sendo a segunda opção do vestibulando, o que foi inclusive aqui verificado - o que impõe uma análise contextual das dinâmicas das trajetórias escolares.

Com efeito, tais considerações remontam também que não há uma relação automática desses processos mais gerais e a situação efetiva do estudante, por isso é preciso examinar os processos de socialização e escolarização que se dão na sua experiência vivenciada, sendo a metodologia qualitativa um procedimento eficiente para tanto. Ademais, apenas referir às experiências escolares e universitárias mediante o poder aquisitivo e de renda da família, como geralmente são delimitas as classes econômicas, nubla essa pluralidade de práticas sociais que são fundamentais para as formas de produção social da longevidade escolar. Dados sobre o perfil universitário federal até o ano de 2014, produzidos pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2016), indicam uma notável inclusão de grupos populares e raciais, pois 66,19% dos discentes possuem renda *per capita* familiar de até 1,5 do salário mínimo e 47,57% são negros, supondo que são valores a aumentarem com a consolidação da Lei de Cotas. Sem contar as possíveis divergências regionais, vale ressaltar que isso indica avanços reais na democratização do setor público, mesmo que este ainda careça de maiores políticas de permanência, o que é uma desvantagem adicional às camadas populares. Ora, é preciso ressaltar que elas ainda são absorvidas de modo dominante pelo setor privado lucrativo, isso por causa das desvantagens acima analisadas, mas as quais podem ser

superadas por processos de socialização e escolarização específicos, ainda que estes não abranjam as camadas populares na sua totalidade.

À guisa da conclusão, é preciso ainda melhor qualificar uma definição do que seria uma democratização do ensino superior, para além de apreendê-la na sua dimensão quantitativa de maior expansão das matrículas enquanto ampliação formal de direitos sociais, sendo a chamada Lei de cotas um momento de inflexão desse processo, à medida que promove a maior representação factual dos grupos historicamente desfavorecidos. É preciso analisar tais processos de inclusão social, contudo, sem perder de vista que a mobilidade social, nesse caso ascendente, se dá nos marcos da reprodução ampliada das classes sociais, vindo a recorrer, para tanto, sempre a elementos não democráticos.

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 9º período do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. E-mail: pedro.louro@usp.br

[1] <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>, acessado em 26/05/2017.

[2] Tanto Lilia Schwarcz, quanto Peter Fry, são renomados pesquisadores das relações raciais no Brasil, e particularmente este último escreveu um artigo (MAGGIE e FRY, 2007) em que, mesmo reconhecendo o caráter velado do racismo brasileiro, foi a favor de critérios universalistas de inclusão social. Isso porque, segundo os autores, uma classificação oficial acaba interferindo nas formas nativas de classificação social. Mesmo que esta pesquisa tenha focado nas relações de classe, verificamos um uso estratégico das categorias raciais oficiais que se combina com as demais categorias identitárias e segundo as diversas esferas da vida que dado indivíduo transita. Assim, podemos tomar como hipótese que a despeito dos critérios oficiais, a interpretação subjetiva destes contém em si uma autonomia relativa ante a dimensão jurídico-administrativa, daí que as identidades pessoais e coletivas estão sempre a se transformar, sem que isso implique necessariamente na ocorrência de injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. F.; ERNICA, M. “Inclusão e segmentação social no ensino superior público no estado de São Paulo (1990-2012)”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n.130, p.63-83 2015.

ALMEIDA, W. M. de. **Ampliações do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, 2012. Doutorado.

ANDIFES. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. 2016. Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0ahUKEwit7tH0sYTTAhVCEJAKHQqlDOUQFghNMAk&url=https%3A%2F%2Fsistemas.ufrn.br%2Fshared%2FverArquivo%3FidArquivo%3D3432746%26key%3D1f267e260d88b14e8f77cd223d2d2b5c&usg=AFQjCNG9yq8lOS_gbCHd4AaAoXdI5LV1sg&bvm=bv.151325232,d.Y2I

BALL, S. J. **Politics and policy making in education: Explorations in policy sociology**. New York, USA: Routledge, 2012.

BONALDI, E. V. **Tentando chegar lá: as experiências sociais de jovens em um cursinho popular de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, 2015. Doutorado.

- BERGER, M. **Educação e dependência**. São Paulo, SP: DIFEL, 1980.
- BERTONCELO, E. R. “O espaço das classes sociais no Brasil”. **Tempo social**, São Paulo, v.28, n.2, p. 73-104, 2016.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1975.
- FERES Jr., J.; DAFLON, V.; RAMOS, P.; MIGUEL, L. “O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais”. **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, (IESP-UERJ) setembro, 2013.
- HALL, S. “A questão multicultural”. In: _____. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**: A educação superior no Brasil. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2008.
- LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MAGGIE, Y.; FRY, P. “O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 01, n.01, p. 93-117, 2002
- MARQUES, A. C. H.; CÊPEDA; V. A.; ZAMBELLO, A. V. “Novas configurações do ensino superior na sociedade contemporânea”. **39º Encontro Anual da Anpocs**, 2015.
- MONT'ALVÃO NETO, A. L. “Estratificação educacional no Brasil no século XXI”. RJ, **Revista Dados**, v. 54, n.2, p. 389-430, 2011.
- PASSERON, J. C. **O raciocínio sociológico**: o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis, Vozes, 1995.
- PEROSA, G. S.; COSTA, T. L. “Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp”. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 36, n.130, p. 117-137, 2015.
- RIBEIRO, C. C.; CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. A. de. “Estratificação Educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010”; RIBEIRA, C. A. C.; SCHLEGEL, R. “Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010)”. In: ARRETICHE, M (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 79-108, p. 133-162.
- SILVA, N. do V. “Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil”. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). **Origens e destinos**: Desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 105-46.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012
- VINCENT, G.; LAHIRE, B; THIN, D. “Sobre a história e a teoria da forma escolar”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.33, p. 7-47, 2001.
- VIANA, M. J.; ROMANELLI, G. “Longevidade escolar em famílias de camadas populares: Algumas condições de possibilidade”, “Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: o estudante-trabalhador”. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- THIN, D. “Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11. p. 211-25. 2006.
- ZANTEN, A. van. “*L'école de La périphérie* (A escola de periferia) revistada”. In: KRAWCZYK, N (Org.). **Sociologia do Ensino Médio**: Crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortez, 2014, p. 163-185.

Recebido em 12/04/2017

Aprovado em 04/06/2017

CONDIÇÃO PERIFÉRICA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA E SEUS DESAFIOS

PERIPHERAL CONDITION: INTERNATIONALISATION OF BRAZILIAN SOCIOLOGY AND ITS CHALLENGES

*Edmar Machado Braga Filho**

Cite este artigo: FILHO, Edmar Machado Braga. Condição periférica: a internacionalização da sociologia brasileira e seus desafios. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. X, n. X, p.64-78, Agosto mês. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto mês. 2017.

Resumo: Neste artigo, analisa-se a internacionalização da sociologia brasileira nos âmbitos da produção de artigos, dos meios nos quais eles circulam e da mobilidade internacional dos sociólogos. Adotando um modelo que enfatiza a formação de centros e periferias na circulação internacional do conhecimento, o autor conclui que a produção sociológica brasileira é predominantemente nacional, tornando-a marginal frente aos grandes centros, por um lado, mas relevante, por outro, considerando os circuitos regionais de circulação. Defende-se, ao final, uma internacionalização que privilegie o intercâmbio entre comunidades científicas periféricas.

Palavras-chave: internacionalização da sociologia; circulação do conhecimento; sociologia do conhecimento, sociologia brasileira

Abstract: In this article the internationalisation of Brazilian sociology is analysed in terms of production of academic articles, the means in which they circulate and the international mobility of sociologists. By adopting a model that focus on the formation of centres and peripheries in knowledge circulation, the author concludes that the Brazilian sociological production is mostly national, what makes it marginal within the centres on the one hand, and relevant on the other, considering the regional circuits of circulation. At the end, the author defends an internationalisation that pay attention to the exchange between scientific peripheral communities.

Key Words: internationalisation of sociology; circulation of knowledge; sociology of knowledge, Brazilian sociology

O debate sobre a internacionalização das ciências sociais no Brasil vem ganhando cada vez mais destaque nos últimos anos [1]. Evidência disso é o espaço reservado para o tema nos últimos encontros de associações de classe, como o da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio da realização de fóruns, mesas redondas e colóquios. Essa recorrência denota o esforço coletivo da comunidade acadêmica em pensar formas de inserção de sua produção científica no cenário internacional. Paralelamente a esses eventos, alguns autores têm se debruçado sobre o assunto de forma mais sistemática. FRY (2004) faz um balanço da internacionalização da antropologia brasileira, apontando tendências e desafios. Ainda no escopo dessa disciplina, NEIBURG (2002) reflete sobre os efeitos da articulação entre espaços nacionais e internacionais sobre a produção científica, tendo como referência a história do periódico *Mana*. Já na sociologia, DWYER (2013) faz um diagnóstico da internacionalização na disciplina, baseado em um *survey* aplicado aos membros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 2009. Por fim, MARTÍN (2013) elabora uma reflexão sobre as desigualdades na circulação do conhecimento no âmbito internacional, destacando o papel da América Latina nas publicações de artigos. Além disso, a autora analisa a posição da produção nacional em relação ao panorama global, a partir de dados referentes à publicação, participação de eventos e atividades editoriais (MARTÍN, 2015).

O presente trabalho insere-se nesse contexto de reflexão, procurando compreender o *processo* de internacionalização das ciências sociais brasileiras, considerando-o não como um dado, mas como um objeto de análise. Isso significa discutir o que se considera uma ciência internacional, os seus mecanismos de realização, bem como os seus efeitos sobre o campo científico. Com isso, o objetivo deste artigo é analisar os aspectos da sociologia feita no Brasil no que diz respeito à sua internacionalização.

Para isso, tomo como ponto de partida a discussão da bibliografia sobre internacionalização da sociologia, disciplina privilegiada nesta análise. Estabelecido o enquadramento teórico, serão analisadas: 1) a publicação de artigos dos sociólogos; 2) os seus meios de circulação; 3) e a mobilidade internacional no âmbito da formação acadêmica. Os dados foram coletados de fontes secundárias, a partir de pesquisas realizadas por DWYER (2013), MARTÍN (2015), dos sites de indexadores regionais e locais (Latindex, Redalyc e Scielo) e o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Concluindo o artigo, reflito sobre duas formas de internacionalização que se apresentam para os sociólogos de países periféricos, como também os seus desafios. Defende-se a necessidade de se pensar em formas alternativas de internacionalização, como o diálogo entre comunidades periféricas e a emergência de temas que possibilitem uma teorização tendo em vista o diálogo global.

1. Internacionalização: definição, mecanismos e efeitos

A circulação do conhecimento para além de fronteiras políticas não é um fenômeno recente. Se o restringirmos à Europa Moderna, verificaremos grande fluxo de conhecimento entre intelectuais de diferentes localidades, estabelecendo um circuito de informações transnacional denominado “República das Letras” (BURKE, 2002) [2]. Além disso, HEILBRON (2014) salienta que a expansão

dos estados nacionais europeus produziu uma mudança na estrutura institucional da ciência, bem como na forma como o conhecimento circula, verificando-se a intensificação do intercâmbio entre intelectuais de distintas nações. Dessa forma, tomando-se o termo internacional como algo que “se promove entre nações”, e internacionalizar-se como o processo de “difundir por várias nações”, segundo definição do Houaiss, pode-se com segurança dizer que o conhecimento científico está intrinsecamente relacionado à internacionalização – não apenas em sua gênese, como também em sua realização. Este fenômeno é observado, na atualidade, através do conjunto de políticas e medidas tomadas por diferentes atores, como governo, universidades, departamentos e indivíduos, de forma a dar conta de um contexto cada vez mais globalizado do ensino superior (Altbach, 2004). Além dos aspectos supracitados, por fim, a ciência pode ser tomada como uma atividade internacional na medida em que suas afirmações se pretendem universais, ao mesmo tempo em que ela é praticada virtualmente em todo o mundo (RODRIGUEZ MEDINA, 2015: 10), propiciando o intercâmbio mútuo e cada vez mais intenso entre distintos cientistas, e suas respectivas produções, diversamente posicionados.

Compreender a atual posição da sociologia brasileira no âmbito internacional exige mais do que a definição do termo e a caracterização da disciplina como propensa ao diálogo com cientistas de outras nações. Envolve, fundamentalmente, a identificação dos meios pelos quais o conhecimento flui, dos processos que os tornam possíveis, e de suas implicações não só sobre o campo nacional da disciplina, como também sobre sua projeção internacional.

Para operacionalizar essas questões, utilizarei um modelo analítico que enfatiza a formação de centros e periferias, estruturador da circulação internacional do conhecimento científico. Muitos autores têm trabalhado com essa chave (ALATAS, F. 2003; BEIGEL, 2013; CONNELL, 2012; KEIM, 2008, 2011; KREIMER, 2006; RODRIGUEZ MEDINA, 2015). Em linhas gerais, ela se baseia na análise dos mecanismos que tornam a produção e a circulação do conhecimento um processo desigual, privilegiando determinadas comunidades acadêmicas, em detrimento de outras (KEIM, 2008). Essa desigualdade, como argumenta ALATAS F. (2003) é reforçada por uma divisão internacional do trabalho acadêmico, em que alguns países formulam teorias, metodologias e conceitos, e outros oferecem sobretudo dados, reproduzindo as tendências das academias centrais na compreensão de suas realidades locais. Essas desigualdades seriam resultado de um longo processo de colonização, em que parte das estruturas coloniais continuariam operando (ALATAS F. 2003: 601) **[3]**. Verifica-se também a ocorrência de outros fatores estruturais, como aqueles relativos ao grau de autonomia do campo científico, nos termos de BOURDIEU (1983), ou seja, em contextos nos quais processos políticos e econômicos afetam mais alguns campos nacionais do que outros, como argumenta RODRIGUEZ MEDINA (2015) no caso da ciência política na Argentina. Pode-se dizer, com isso, que se tratam de fatores “externos” à comunidade científica, ou, em outros termos, de dimensões estruturais que transcendem a dimensão da ação. Neste trabalho, contudo, enfatizarei aqueles fatores, ou condicionantes, de caráter “interno”, ou seja, relativos às estratégias e atitudes adotadas pelos cientistas que, direta ou indiretamente, contribuem para a reprodução das possíveis desigualdades anteriormente mencionadas. Enfatiza-se, dessa forma, a agência individual e coletiva dos sociólogos.

Considero, portando, o modelo de centro e periferia “uma ferramenta válida para a descrição e a compreensão do processo de produção, difusão, recepção e comunicação do conhecimento das ciências sociais a um nível internacional” (KEIM, 2008, p.22). Seguindo a conceitualização desta autora, adotarei um esquema analítico que compreende a divisão centro/periferia em três aspectos distintos. O primeiro diz respeito à infraestrutura e às condições materiais da comunidade científica, e depende sobretudo de fatores externos, concernentes à configuração econômica e política na qual ela está imersa. Em seguida, há a dimensão referente às condições de existência e reprodução das ciências sociais, caracterizando-as como autônomas ou dependentes. Por fim, o terceiro aspecto é relativo à posição e ao reconhecimento no cenário mundial, podendo a produção científica ser *marginal* ou *central*, e descreve a relação existente entre comunidades, instituições e produções acadêmicas (KEIM, 2008: 24 – 25). Para a proposta do presente artigo, darei atenção para este último aspecto, tomando como comunidades centrais aquelas cuja produção é internacionalmente visível [4], obtendo maior prestígio. Por outro lado, serão consideradas marginais aquelas que se encontram numa posição secundária, em termos de visibilidade e reconhecimento internacionais.

Complementando esse esquema, adotarei o conceito de “sistema acadêmico mundial”, tal como formulado por BEIGEL (2013), para uma melhor compreensão da condição de marginalidade em que se encontram as comunidades científicas periféricas. De acordo com a autora, esse sistema é configurado de acordo com 1) a “universalização” da bibliometria como ferramenta de avaliação e prestígio na ciência; 2) na supremacia do inglês e 3) na concentração do capital acadêmico em determinados polos. Ao mesmo tempo em que privilegia determinadas comunidades, ele também possibilita a emergência de circuitos alternativos ao *mainstream*, de escopo mais regional, com diferentes regimes de reconhecimento e efeitos sobre a circulação internacional do conhecimento (BEIGEL, 2014: 745 – 746). Para essa autora, contudo, não é possível dizer que as ciências sociais periféricas, no contexto latino-americano especificamente, sejam acometidas por um processo imperialista de “aculturação” e importação acrítica de modelos e teorias dos países centrais, e que afetaria, entre outras coisas, o processo criativo dos intelectuais [5] (BEIGEL, 2013: 169 – 70). Esse ponto de vista corrobora com KEIM (2011) e ALATAS F. (2010), autores que apontam para a existência de ricas perspectivas teóricas nas ciências sociais de países periféricos, a despeito dos constrangimentos e das desigualdades existentes.

Dado o enquadramento teórico, partamos para uma perspectiva mais comparativa. Quanto ao sistema acadêmico mundial sobre comunidades periféricas, é importante destacar o trabalho de alguns autores. HANAFI (2011) e OMOBOWALE (2014) demonstram, para o Oriente Médio e Nigéria, respectivamente, como a exigência de se publicar em revistas prestigiosas, em inglês e na maioria das vezes de academias americanas ou da Europa Ocidental, tem acarretado não só a desvinculação dos autores a problemas locais, como também o desmantelamento de sistemas regionais de publicação. RAHBARI (2015) revela o impasse pelo qual passam as ciências sociais iranianas, alheias às transformações enfrentadas pelo país. Esse impasse se relaciona, para ela, com as escolhas teóricas e metodológicas daqueles atores do campo que possuem mais capital político e científico. Por fim, MARTÍN (2014) reflete sobre o ensino da disciplina antropologia da religião no Brasil, e como são priorizados autores europeus e americanos, marginalizando a produção local e regional, considerada

apenas em sua significância empírica. Este seria, segundo a autora, um dos aspectos da dependência acadêmica, no âmbito das ideias, da disciplina em relação às comunidades centrais.

Com o exposto, argumenta-se que a posição periférica de uma comunidade científica se manifesta de diferentes formas. Primeiramente, as estratégias de consagração e prestígio, bem como as formas de avaliação da produção científica, não são só distintas, como também têm efeitos distintos para quem está situado em comunidades centrais e periféricas. Como argumenta RODRIGUEZ MEDINA e BAERT (2014), o pertencimento a um campo científico periférico faz com que o cientista se defronte com posicionamentos distintos – local e internacional –, priorizando determinados aspectos de sua carreira, como ensino, pesquisa ou pertencimento a redes internacionais. Por outro lado, MARTÍN (2015) alega que determinados cientistas, mais ligados a essas redes (sobretudo de países centrais) se adequam mais aos ditames de internacionalização, reforçando a divisão internacional do trabalho acadêmico, uma vez que a produção é sobretudo empírica, e envolve grande número de pessoas responsáveis pela coleta de dados. Por fim, destaca-se a crescente pressão por produtividade, centralizada na publicação de artigos em revistas de grande prestígio. No caso de muitos sistemas de avaliação de comunidades periféricas, revistas de renome internacional são consideradas, na verdade, revistas *nacionais* americanas e de países da Europa. Publicar nelas, dessa forma, implica se submeter aos seus critérios editoriais de relevância, metodologia e teoria (MARTÍN, 2015).

Dada a argumentação e os conceitos utilizados, analisarei a internacionalização da produção sociológica brasileira, os meios pelos quais ela circula, e a mobilidade de pesquisadores. Baseio-me nas pesquisas de DWYER (2013) e MARTÍN (2015) no que diz respeito à produção de artigos dos sociólogos que atuam no Brasil. Para os dados sobre circulação de artigos, extrai dados disponibilizados nos *sites* de indexadores regionais, a saber, Scielo, Latindex e Redalyc, além daqueles concernentes aos indexadores *mainstream*, obtidos pela pesquisa de MOSBAH-NATANSON e GINGRAS (2014). Por fim, os dados referentes à mobilidade foram extraídos do site do Portal Geocapes, vinculado à Capes.

2. Sociologia brasileira: produção, circulação e trajetórias

O primeiro aspecto a ser analisado se refere à publicação de artigos. A publicação destes em periódicos reconhecidos como prestigiosos ganhou centralidade para os órgãos de fomento no Brasil, sobretudo no âmbito da pós-graduação. É neste nível da formação científica que se concentram não só a avaliação, como também a exigência de internacionalização sobre a produção dos professores vinculados aos programas de mestrado e doutorado. Por isso, a produção de artigos é central para entendermos a circulação do conhecimento sociológico produzido no Brasil, identificando onde publicam os sociólogos e qual a sua relação com a internacionalização da disciplina.

A partir de um *survey* aplicado pela diretoria da associação na época aos membros da SBS, em 2009, DWYER (2013) delinea alguns pontos referentes à produção dos sociólogos que atuam no Brasil. Destaca-se a produção voltada para os limites nacionais, priorizando os pares e o diálogo local, com 77% dos respondentes tendo publicado em periódicos nacionais no período de 1999 a 2009. Em contrapartida, em torno de 27% publicaram em periódicos no exterior. A taxa se mantém alta para

livros e capítulos de livros nacionais. Para Dwyer, esses dados podem refletir o interesse dos sociólogos em querer ser relevante para o próprio país, ou como uma fuga das possíveis dificuldades que poderiam encontrar ao publicar no exterior, como o rigor, ou a presença de “cartas marcadas”. O autor chega à conclusão, também, de que a publicação no exterior está fortemente relacionada com a formação internacional, no domínio da pós-graduação.

Ainda na esfera das publicações, MARTÍN (2015) sistematiza os dados referentes à publicação de artigos dos professores dos programas de pós-graduação em sociologia, entre os anos 2008 e 2014, e reforça a tendência apontada por Dwyer. Em sua pesquisa, foram computados 3412 artigos. Desse total, em torno de 82,1% foram publicados em periódicos nacionais, e 17,9% em internacionais (MARTÍN, 2015: 59 – 60). Destaca-se o considerável número de artigos publicados em revistas não qualificadas, ou seja, que não contam no sistema de avaliação. Isso poderia demonstrar, segundo a autora, uma deficiência no atual sistema de avaliação e qualificação, pois muitas revistas prestigiosas internacionalmente não estão inclusas, sendo possivelmente evitadas pelos sociólogos que almejam publicar internacionalmente, já que elas não “contam” na avaliação. Além disso, a autora traça outras explicações para o caráter nacional de nossa produção, atendo-se à estrutura e à cultura acadêmica do Brasil. Primeiramente, ela afirma que os professores dos programas pós-graduação em sociologia não publicam no exterior não porque sua produção seja de menor qualidade, mas porque eles enviam menos artigos para consideração para essas revistas (MARTÍN, 2015: 58). Isso pode ser explicado, segundo a autora, pelo fato de que a estrutura acadêmica brasileira é bem consolidada no âmbito da pós-graduação, com associações científicas nacionais com muitos filiados, e financiamento para a publicação de revistas e livros. Essa estruturação seria espelhada, argumenta, numa determinada cultura acadêmica, verificada nos temas de pesquisa, no estilo de escrita e nas referências em comum.

Sendo o próprio Brasil o horizonte de pesquisa, mas também de diálogo, “tradicional” e legítimo, e tendo excelentes condições (institucionais e de fomento) de realizar carreiras acadêmicas bem-sucedidas de portas para dentro, nem sempre foi considerada uma prioridade a participação internacional [...] (MARTÍN, 2015: 61).

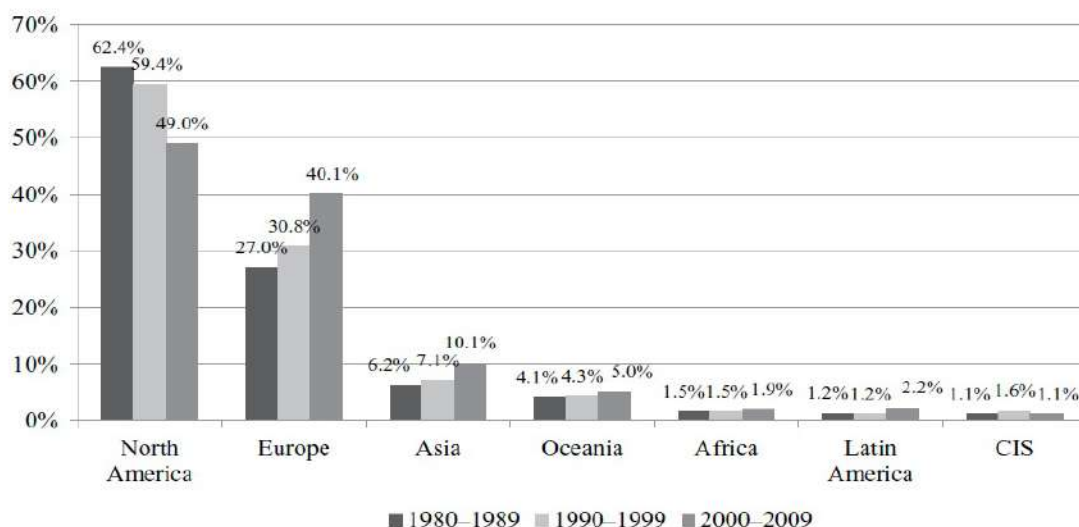
Por outro lado, como afirma Martín (2015), os artigos publicados internacionalmente são desigualmente produzidos, com alguns poucos pesquisadores concentrando o maior número de publicações. Isso pode indicar que, além de incomum, esse tipo de publicação está relacionado com diferentes redes pessoais e estratégias de consagração. Os dados não permitem dizer, contudo, quem são esses pesquisadores, e se eles concentram alguma forma de capital, científico ou político, nos termos de BOURDIEU (2003). Seguindo a distinção feita por este, o capital científico está relacionado com a consagração da produção científica e a sua contribuição para o progresso da ciência, ao passo que o capital político, ou temporal, se relaciona com o prestígio que o cientista possuiria ao ocupar cargos institucionais, chefias de laboratório ou diretorias de associações. Dessa forma, não é possível identificar possíveis correlações entre a publicação internacional, aquisição desses capitais e a posição na estrutura do campo científico [6].

Essas observações nos levam a contrastar a situação brasileira com outras regiões periféricas (como mencionado anteriormente ser o caso do Oriente Médio e Nigéria), nas quais há uma pressão

institucional para que os cientistas de seus países publiquem no exterior, conferindo-lhes não só capital científico, mas também configurando uma condição para progresso de suas carreiras. Isso sugere que o modelo analítico centro/periferia, em termos de reconhecimento, desenvolvimento e autonomia, revela-se dinâmico, e não estanque. A condição periférica de uma comunidade acadêmica deve, portanto, ser vista sempre de forma contextualizada, tendo em vista as suas especificidades, o que abre caminho para uma análise comparativa. Corolário dessa afirmação é que devemos falar de periferias (e centros) em seu aspecto plural, no sentido substantivo de suas variações internas, e não apenas quantitativo. Digno de ser reforçado é que o modelo analítico se define pela interação entre distintas comunidades, conferindo-lhe um estatuto relacional. Um centro e uma periferia não podem ser compreendidos fora das relações que estabelecem entre si.

Saber em quais periódicos – se nacionais ou internacionais – publicam os sociólogos que atuam no Brasil não nos diz muito sobre os potenciais leitores de seu trabalho, uma vez que os artigos são indexados a portais que concentram revistas de vários países. Esses indexadores servem, entre outras coisas, como mecanismos de busca da produção científica, nas esferas locais, regionais e internacionais. Como a produção sociológica brasileira, no plano dos artigos, é concentrada em periódicos nacionais, saber a quais indexadores eles estão vinculados é uma forma de detectar seus potenciais leitores. Alguns indexadores, como o *Thomson Reuters Social Science Citation Index (SSCI)*, do *Web of Science (WoS)*, garantem mais prestígio, por ter um maior alcance internacional, fazendo parte do que se denominou “sistema acadêmico internacional” (BEIGEL, 2013). Por meio de uma análise quantitativa deste indexador por um período de 30 anos (1980 – 2009), MOSBAH-NATANSON e GINGRAS (2014) mostram como a presença latino-americana, nas ciências sociais, é pequena, frente à América do Norte e à Europa. Juntas, essas regiões não são apenas maioria no número de publicações, como também se beneficiam de tal sistema, entre outras coisas por causa idioma hegemônico, o inglês. Observa-se a pequena quantidade de artigos provenientes da América Latina, o que sinaliza o nosso *status* marginal frente ao cenário internacional hegemônico. No ano de 2009, as duas regiões mencionadas eram origem de 89,1% das publicações. Notável é, neste mesmo ano, o baixo número de artigos de autores provenientes da América Latina, onde se inclui os sociólogos que atuam no Brasil: 2,2%.

Gráfico I: Percentual do indexador *mainstream* SSCI por regiões mundiais, em três décadas (1980, 1990 e 2000)



FONTE: Gráfico elaborado por MOSBAH-NATANSON e GINGRAS (2014: 631)

Depreende-se, dessa forma, que os periódicos nacionais circulam por outros meios, alternativos ao *mainstream*. BEIGEL (2014) chama a atenção para a existência de circuitos regionais de circulação do conhecimento. A autora defende que, “embora o conhecimento produzido na periferia tenha pouca margem para exportação (circulação) para os circuitos *mainstream*, isso não implica dizer que esse conhecimento é o resultado de uma importação massiva dos modelos centrais” (BEIGEL, 2014: 746). Exemplo desse circuito regional é aquele presente entre países da América Latina, possuindo, segundo ela, uma posição subordinada em relação aos circuitos centrais (por exemplo, o próprio SSCI), mas uma posição dominante dentro da região.

Se o número de artigos de pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação no Brasil (incluídos na categoria “latino-americanos”) indexados no SSCI é diminuto, o mesmo não se pode dizer de nossa presença nos circuitos periféricos. Em dois indexadores regionais, é possível verificar a presença marcante de revistas brasileiras específicas da área de sociologia. No Latindex, de origem mexicana, pode-se ver que em ambos mecanismos de buscas – diretório e catálogo – as revistas brasileiras representam aproximadamente 15% e 18% do total, respectivamente, ao passo que no Redalyc, também do México, essa proporção se mantém próxima (cerca de 17,5%). Isso implicar dizer que a produção sociológica brasileira, mesmo que majoritariamente nacional, possui considerável circulação no âmbito regional, caracterizando o que DWYER (2013) chamou de “internacionalização estreita”, ou seja, aquela que ocorre entre países vizinhos, ou da mesma região. No caso do Scielo, em sua plataforma nacional, de um total de 355 revistas indexadas na área de Ciências Humanas, segundo classificação da própria base, 95 são brasileiras, contabilizando 26,76%. É natural essa concentração, uma vez que o Scielo possui bases nacionais, priorizando suas respectivas produções. Contudo, além de nele também estar indexados periódicos de outros países, reforça-se o fato de ele estar vinculado a outros portais, como o DOAJ [7], possibilitando uma maior circulação de nossa produção. Por fim, destaca-se que todos esses indexadores e portais são de acesso aberto, contrapondo-se ao modelo *mainstream* do sistema acadêmico mundial, no qual o acesso a artigos científicos é prioritariamente

pago. Isso contribui, entre outras coisas, para uma maior democratização do acesso ao conhecimento científico.

Tabela I: Número de revistas brasileiras de sociologia e respectiva participação em indexadores

Indexadores	Revistas brasileiras na área de Sociologia	% do total
Latindex (diretório)	128	15,6
Latindex (catálogo)	59	18
Redalyc (catálogo)	11	17,5

FONTE: Elaboração própria, feita a partir dos sites dos indexadores [8]

Por fim, resta-nos analisar os dados referentes à mobilidade internacional dos sociólogos. Como sugeriram DWYER (2013) e FRY (2004), a experiência de estudar no exterior está relacionada com a maior projeção internacional do cientista, por meio da criação de redes, de sua incorporação nos debates em voga, e da familiarização com o inglês. Dessa forma, analisar a trajetória dos sociólogos, nos âmbitos da formação (graduação, mestrado e doutorado) e profissional (pós-doutorado) é uma chave privilegiada para se entender a sociabilidade internacional dos sociólogos, “pois além de demarcar afinidades intelectuais, resulta muitas vezes em laços duradouros de cooperação” (FRY, 2004: 230).

A partir de informações coletadas no site do portal Geocapes, plataforma que contém dados relativos à distribuição geográfica das bolsas concedidas pela Capes, é possível verificar os países para os quais foram concedidas bolsas para pesquisadores na área de sociologia, de 1998 a 2013 [9]. Os dados dizem respeito às bolsas de graduação sanduíche, mestrado, mestrado sanduíche, doutorado, doutorado sanduíche e pós-doutorado.

Tabela II: Percentual de bolsas de estudo em Sociologia concedidas por país. Diversas modalidades. Série histórica

País/Região	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
França	38,5	47,4	56,7	61,9	55,4	44,6	37,0	37,7	41,6	34,4	33,0	39,6	35,1	28,1	30,4
EUA	25,6	18,4	13,3	11,1	21,5	18,9	16,0	22,1	10,1	11,8	8,7	9,9	7,9	9,4	12,5
Canadá	7,7	7,9	3,3	3,2	1,5	2,7	6,2	6,5	5,6	4,3	3,9	2,7	1,8	3,1	3,3
Reino Unido	15,4	13,2	6,7	4,8	6,2	6,8	4,9	3,9	5,6	4,3	5,8	8,1	9,6	8,8	8,2
Alemanha	5,1	2,6	1,7	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	5,6	5,4	4,9	9,9	11,4	12,5	8,2
Portugal	0,0	5,3	8,3	7,8	4,7	16,1	22,2	11,6	16,9	27,9	24,3	12,6	20,2	19,4	19,6

Outros A.L.	0,0	0,0	3,4	3,2	0,0	2,8	1,3	5,2	6,7	2,2	8,7	4,5	3,6	4,4	1,6
Outros África	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Outros Ásia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	2,2
Outros Europa	7,7	5,2	6,6	6,4	10,7	8,1	9,8	10,4	7,9	9,7	10,7	12,7	10,4	13,1	13,5
Oceania	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Elaboração própria, feita a partir dos dados disponibilizados do site do Portal Geocapes

Observa-se que o número de bolsas aumentou com o passar dos anos, o que evidencia a valorização do investimento público para a área de ciência e tecnologia. Confirma-se também que América do Norte, especificamente os EUA, e Europa (notadamente França, Portugal, Alemanha e Reino Unido) constituem o principal destino. Com exceção de Portugal, esses países possuem um longo histórico de institucionalização das ciências sociais, sendo suas comunidades acadêmicas mais desenvolvidas, centrais e autônomas, nos termos de KEIM (2008), atraindo maior número de pesquisadores de regiões periféricas. Além disso, esse padrão está em consonância com a existência dos centros das ciências sociais, na categorização de ALATAS F. (2003). No caso de Portugal, FRY (2004) argumenta que houve, nos últimos anos, um acréscimo no interesse em estudar a significação da “cultura portuguesa” (no caso da antropologia), e suas relações com o Brasil, além do fácil acesso linguístico à União Europeia. Os números relativos a esse país são bem expressivos, e merecem mais atenção em futuras pesquisas. O aumento do número de bolsas para outros países da Europa, além de Portugal, como também de países da América Latina, ainda que apresentando um crescimento mais instável, elucida a importância do investimento público para o estabelecimento de redes entre comunidades periféricas e semiperiféricas.

A concentração da mobilidade internacional em alguns poucos países sugere sua influência sobre o desenvolvimento e estruturação das ciências sociais dos campos científicos periféricos, uma vez que o aprendizado, nos âmbitos teórico, metodológico e epistemológico, é aplicado nas atividades profissionais dos sociólogos, como ensino e pesquisa. Sobre esse aspecto, RODRIGUEZ MEDINA (2013, 2014) argumenta que o processo de circulação do conhecimento, via formação no exterior, é marcado pelo papel desempenhado pelos “objetos subordinantes”. Esses objetos – programas de cursos, livros, artigos, discursos de conferências – seriam a forma materializada do conhecimento que é fruto do intercâmbio entre, de um lado, um campo científico menos institucionalizado (periférico), e um mais institucionalizado (central) de outro. Eles teriam, segundo o autor, a capacidade de estruturar agendas de pesquisa, conferências, cânones e até programas de mobilidade, subordinando um campo científico a outro no âmbito internacional.

Analisando os três aspectos da internacionalização da sociologia brasileira, é possível extrair algumas conclusões. O primeiro diz respeito à publicação de artigos, se em periódicos nacionais ou

internacionais. Conforme demonstraram os trabalhos de DWYER (2013) e MARTÍN (2015), os sociólogos que atuam no Brasil, sejam eles os associados da SBS, ou professores dos programas de pós-graduação, têm o próprio país como horizonte de publicação, e ocorre por causa da estrutura e da cultura acadêmicas que permeiam o campo sociológico brasileiro (MARTÍN, 2015). Esse aspecto difere de outros contextos periféricos, onde a publicação internacional é mais valorizada, acarretando em efeitos diversos sobre a produção e circulação local do conhecimento, como exemplifica os casos no Irã (RAHBARI, 2015), Nigéria (OMOBOWALE, 2014) e Oriente Médio como um todo (HANAFI, 2011). Contudo, é importante apontar para o fato de que os dados mobilizados sobre publicação não possibilitam afirmar se, mesmo com um perfil mais endógeno, os sociólogos que atuam no Brasil se leem e se referenciam. Esse possível paradoxo é sugerido como um aspecto do fenômeno da dependência acadêmica no âmbito das ideias, elucidado por Martín (2014) em seu estudo sobre o ensino de antropologia da religião nos programas de pós-graduação do país, e merece ser tratado de forma mais empírica para chegar a uma conclusão mais abrangente.

O segundo aspecto analisado, complementando as publicações de artigos, refere-se à circulação dos periódicos em que são publicados a maioria dos artigos dos sociólogos em questão. Como ficou evidenciado, as revistas nacionais possuem circulação ínfima nos circuitos hegemônicos de circulação do conhecimento. Em outros termos, a produção sociológica brasileira possui um caráter marginal na paisagem internacional, o que corrobora para a sua condição de periferia no que se refere ao reconhecimento e prestígio (KEIM, 2008). Por outro lado, possui um papel de relevância nos circuitos regionais de circulação do conhecimento (BEIGEL, 2013), ou numa internacionalização que priorize o diálogo regional, de forma “estreita” (DWYER, 2013). Isso indicaria a existência de alternativas à internacionalização que tem como fim a circulação entre os países centrais.

O terceiro aspecto reforça o modelo centro e periferia na circulação do conhecimento não apenas via artigos e periódicos, mas também através da mobilidade de cientistas, com possíveis efeitos sobre a produção acadêmica nacional. Isso sugere que há uma estrutura de dependência acadêmica, marcada por uma divisão internacional do trabalho acadêmico (ALATAS F. 2003), em que o desenvolvimento de algumas comunidades científicas dependeria, de alguma forma, do desenvolvimento de outras, centrais. Todavia, a mobilidade oferece apenas um indicativo desse fenômeno, o que precisaria de maiores dados para sua confirmação. Por fim, dada a centralidade da mobilidade para o aprendizado do idioma estrangeiro, da formação e estabelecimento de redes de cooperação, o corte dos gastos públicos observado recentemente em ciência e tecnologia reforça o aspecto estruturante da dependência acadêmica, pois é justamente esse investimento que possibilitou, conforme traduzem os dados, uma maior circulação de pesquisadores em países (e comunidades) que não constituem os tradicionais centros de atração.

Concluindo: a internacionalização e seus desafios

Diante do exposto nas seções anteriores, os desafios em relação à internacionalização parecem muito maiores, tendo em vista a condição de marginalidade da produção sociológica brasileira e um quadro de divisão internacional do trabalho acadêmico. DWYER (2013) enumera alguns empecilhos

para a internacionalização: a falta de domínio da língua inglesa, as diferenças entre os padrões de produção científica de países centrais e periféricos, a falta de uma “ousadia” por parte de nossos sociólogos e a burocratização da vida universitária do país. Esses desafios, contudo, só fazem sentido posicionando a produção brasileira em relação aos constrangimentos que o sistema acadêmico mundial, mencionado anteriormente, impõe às periferias.

A condição de sociologia periférica, dessa forma, possibilita duas formas, não necessariamente excludentes, mas complementares, de internacionalização. Cada uma com diferentes efeitos e prestígio. De um lado, publicar sobretudo em inglês e em revistas internacionais prestigiadas, adequando-se aos ditames do sistema acadêmico internacional, obtendo um maior reconhecimento internacional (em seu sentido “amplo”). Algumas tentativas desse empreendimento são a criação de revistas brasileiras publicadas em inglês, como a revista *Vibrant*, na área de antropologia, a *Brazilian Political Science Review*, de ciência política, e a *Sociologies in Dialogue*, de sociologia. Todas elas frutos das associações nacionais das respectivas disciplinas. A outra forma de internacionalização, mais estreita, priorizaria o diálogo e a circulação de conhecimento entre comunidades científicas regionais, no caso da América Latina, ou aquelas que compartilham também uma posição periférica, como as posicionadas na África e Ásia. As duas formas de internacionalização implicam diferentes escolhas e consequências, e envolvem distintas dimensões estruturais, como também a possibilidade de ação de atores heterogêneos.

No que diz respeito a essa distinção analítica entre ação e estrutura, é possível estabelecer duas dimensões – que tensionam entre si – que permeiam a internacionalização: aquela que não depende da comunidade acadêmica, como a questão do idioma, políticas científicas de financiamento e suas prioridades, e situação econômica e política de um país; e aquelas questões que dizem respeito à prática da profissão, como a publicação de artigos, criação de programas de curso, convites de conferências em eventos científicos, busca bibliográfica (a escolha de com quais referenciais se pretende dialogar) e a participação de redes de colaboração científica e cooperação internacional. REIS (2014), por exemplo, argumenta que mais importante que uma política de tradução de artigos, é a participação de cientistas em grandes projetos de pesquisa, que lhes possibilita um diálogo maior com a comunidade científica internacional. Todavia, como têm mostrado os autores mencionados anteriormente, é importante levar em consideração as desigualdades presentes e os seus mecanismos de reprodução, para que nesse processo não reproduzamos a divisão internacional do trabalho científico, cabendo às comunidades periféricas a captação de dados e a utilização de conceitos, agendas de pesquisa e teorias formuladas pelos países centrais.

Uma das consequências mais danosas do referido sistema acadêmico mundial é que desconhecemos a produção sociológica de outros contextos periféricos, comprometendo assim a qualidade da própria imaginação sociológica, cujos cânones concentram-se nos grandes centros, notadamente nos países da Europa Ocidental e nos EUA (CONNELL, 2011). Nesse aspecto, é importante pensar em formas de tornar a circulação do conhecimento mais equânime. Além do conhecimento e da crítica dessa desigualdade, CONNELL (2011) também sugere, seguindo KEIM (2011), o estabelecimento de problemas sociológicos calcados em questões que dizem respeito a suas

sociedades (periféricas), mas que também sejam passíveis de teorização no âmbito global, considerando diferentes contextos sociais.

Como exemplo, a autora cita os estudos feministas e de gênero, que proporcionariam diferentes teorizações, dependendo de onde são formuladas. Eu complementaria, dizendo que tão importante quando o enquadramento teórico, é a criação de canais de diálogo. Esse parece ser o maior desafio da internacionalização atualmente, uma vez que privilegia formas menos desiguais de produção e circulação do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, lembremos que são os próprios cientistas que ocupam cargos de relevância dentro do campo científico, como associações de classe, órgãos de avaliação, ou instituições com algum grau de autonomia nas tomadas de decisões relativas a financiamento e formação de redes, como núcleos, departamentos e programas de pós-graduação, por exemplo. Como argumenta SINHA (2003), em suas atividades cotidianas de ensino, pesquisa e ocupação de cargos burocráticos, os cientistas sociais podem exercer um papel de “descentralizar” as ciências sociais, possibilitando caminhos alternativos aos hegemônicos, abrindo espaço para novos horizontes teóricos, não eurocêntrico e menos desiguais. Esse aspecto denota que, a despeito dos aspectos estruturais, há uma dimensão da agência que se manifesta no componente prático da profissão. 🌀

NOTAS

* A época, estudante do 8º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). E-mail: edmarmb_filho@hotmail.com

[1] Gostaria de agradecer as valiosas observações feitas pelo(a) parecerista anônimo(a). Elas me propiciaram pensar o fenômeno da internacionalização de forma mais complexa, instigando-me novas ideias para a pesquisa, agora na condição de mestrando.

[2] BURKE (2002) chama a atenção para a existência de comunidades transnacionais de estudiosos, como a referida República das Letras, que se mantinha pelo intercâmbio entre participantes de diferentes países. Além disso, o autor também destaca a formação de centros do conhecimento, como Londres e Paris, onde era grande o número de espaços dedicados à troca de informações e conhecimento, como cafés e bibliotecas.

[3] Importante frisar que F. Alatas toma como referência o contexto do sudeste asiático.

[4] De forma geral, a literatura mencionada caracteriza como comunidades científicas centrais aquelas pertencentes aos EUA e Europa Ocidental (França, Reino Unido e, para alguns, Alemanha), e como periféricas aquelas dos chamados países em desenvolvimento, outrora “Terceiro Mundo”. Para uma melhor tipificação e discussão sobre, ver ALATAS, F. (2003)

[5] Essa visão pode ser encontrada, por exemplo, em ALATAS, H. (2000), que lança mão do conceito de “mente cativa” para caracterizar a condição intelectual nos países que outrora foram colonizados. Contudo, deve-se contextualizar o argumento deste autor para o contexto pós-colonial do sudeste asiático, com suas especificidades históricas e políticas.

[6] O que, evidentemente, está sendo um de meus objetivos na pesquisa de mestrado.

[7] *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) é um indexador de periódicos de acesso aberto que congrega a produção de um amplo número de países, tendo um impacto internacional sobre a circulação do conhecimento maior que os circuitos regionais.

[8] Salienta-se que a categoria “Diretório” é mais geral, abarcando mais periódicos, enquanto que a categoria “Catálogo” é mais prestigiosa, na medida em que concentra de forma mais precisa periódicos em circulação.

[9] Com exceção de 2000, cujos dados não estão disponíveis no site da Geocapes.

BIBLIOGRAFIA

ALATAS, F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. **Current Sociology**, v. 51, n.6, p. 599 – 613, 2003.

_____. A definição e os tipos de discursos alternativos. **Estudos Históricos**, v. 23, n. 46, p 225 – 245, 2010.

ALATAS, H. Intellectual imperialism: definitions, traits, and problems. **Southeast Asian Journal of Social Science**, v. 28, n. 1, p. 23 – 45, 2000.

ALTBACH, P. Globalisation and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and Management**, vol 1, p 3 – 25, 2004.

BEIGEL, F. Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento. **Nueva Sociedad**, p 168 – 180, 2013.

_____. Publishing from the periphery: structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina’s CONICET. **Current Sociology**, v. 62, n. 5, p 743 – 765, 2014.

BOURDIEU, P. O campo científico. In ORTIZ, R. (Org) **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CONNELL, R. Sociology for the whole world. **International Sociology**, v. 26, n. 3, p. 288 – 291, 2011.

_____. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9 – 20, 2012.

DWYER, T. Reflexões sobre a internacionalização da sociologia brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 01, n. 01, p. 57 – 87, 2013.

FRY, P. Internacionalização da disciplina. In TRAJANO FILHO, W. e RIBEIRO, G. (Org). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA, Contracapa, 2004.

HANAFLI, S. University systems in the Arab East: Publish globally and perish locally vs publish locally and perish globally. **Current Sociology**, v. 59, n. 03, p. 291 – 309, 2011.

HEIBRON, J. The social sciences as an emerging global field. **Current Sociology**, v. 62, n. 05, p. 685 – 703, 2014.

KEIM, W. Social sciences internationally: the problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. **African Sociological Review**, v. 12, n. 02, p. 22 – 48, 2008.

_____. Counterhegemonic currents and internationalization of sociology. Theoretical reflections and an empirical example. **International Sociology**, v. 26, n. 01, p. 123 – 145, 2011.

KREIMER, P. ¿Dependientes o integrados? La ciencia latino-americana y la nueva división internacional del trabajo. **Nómadas**, n. 24, p. 199 – 212, 2006.

MARTÍN, E. (Re)producción de desigualdades y (re)producción de conocimiento. **Working Paper Series**, n. 59, 2013.

_____. El karma de vivir al Sur. Interlocuciones y dependencia académica em las ciencias sociales de la América Latina. In SUAREZ, H. e PIRKER, C. **Sociólogos y su sociología**. Experiencias em el ejercicio del oficio em México. DF: Ed. México, p. 47 – 67, 2014.

_____. Publicação acadêmica internacional e o lugar do Brasil na sociologia global. In: COSTA PINHEIRO, C, BUARQUE DE HOLANDA, B e MAIA, J. (Org.). **Ateliê do Pensamento Social. Práticas e Textualidades. Pensando a pesquisa e a publicação em ciências sociais.** 1ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 47-70, 2015.

MOSBAH – NATANSON, S e GINGRAS, Y. The globalization of social sciences? Evidence from a quantitative analysis of 30 years of production, collaboration and citations in the social sciences (1980 – 2009). **Current Sociology**, v. 62, n. 05, p. 626 – 646, 2014.

NEIBURG, F. Espaços nacionais e circulação internacional de ideias. **Mana**, v. 08, n. 01, p. 165 – 179, 2002.

OMOBOWALE, A. La dependencia y las publicaciones académicas de los científicos sociales de una selección de universidades de Nigeria. In BEIGEL, F e SABEA, H. **Dependencia académica y profesionalización en el Sur.** Perspectivas desde la periferia. Mendoza: EDIUNC e Sephis, p. 141 – 150, 2014.

RHABARI, L. Peripheral position in social theory. Limitations of social research and dissertation writing in Iran. **Civitas**, v. 15, n. 01, p. 155 – 165, 2015.

REIS, E. Entrevista ao site Circuito Acadêmico. Disponível em <http://circuitoacademico.com.br/2014/05/27entrevista-com-a-professora-elisa-reis/> Acesso em 03 abril 2016.

RODRIGUEZ MEDINA, L. Objetos subordinantes: la tecnología epistémica para producir centros y periferias. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 75, n. 01, p. 7 – 28, 2013.

_____. Construyendo periferia: um microanálisis de objetos subordinantes como tecnologías epistémicas. **Sociológica**, n. 83, p. 9 – 46, 2014.

_____. **Centers and peripheries in knowledge production.** New York: Routledge, 2015.

RODRIGUEZ MEDINA e BAERT, P. Local chairs vs International Networks: the Beginning of the Scholarly Career in a Peripheral Academic Field. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 27, n. 01, p. 93 – 114, 2014.

SINHA, V. Decentring social sciences in practice through individual acts and choices. **Current Sociology**, v. 51, n. 01, p. 7 – 26, 2003.

Recebido em 18/04/2016

Aprovado em 28/06/2017

MEGAEVENTOS COMO PLATAFORMA DE PROMOÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO ÂMBITO GLOBAL

MEGAEVENTS AS A PLATFORM FOR RIO DE JANEIRO'S PROMOTION ON A GLOBAL SCALE

*Amanda Alcantara de Melo, Julia Mariano Zordan e Marianna Golçalves Abreu**

Cite este artigo: MELO, Amanda Alcantara de. ZORDAN, Julia Mariano. ABREU, Marianna Gonçalves. Megaeventos como plataforma de promoção do Rio de Janeiro no âmbito global. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.79-93, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: O Rio de Janeiro, após ser escolhido como cidade sede de quatro megaeventos nos últimos nove anos, verificou uma intensificação no recebimento de fluxos financeiros, comerciais, humanos e de informação. O presente artigo busca mostrar que esse contexto propulsionou seu reposicionamento nos mercados nacional e internacional, o que poderia levar, futuramente, a sua ascensão à condição de “cidade global” - segundo termo cunhado por *Saskia Sassen*. De acordo com a análise, este processo ocorre devido ao que *David Harvey* chama de “ajuste espacial”: uma necessidade típica do capitalismo de mudanças espaciais que possam acomodar os fluxos recebidos e enviados por algum lugar, frutos do processo de globalização.

Palavras-chave: Cidades Globais; Ajuste espacial; Megaeventos; Rio de Janeiro; Globalização

Abstract: Rio de Janeiro, after being selected as host city of four major events in the past nine years, has verified an intensification of financial, commercial, human and information flows. This article aims to show that this context propelled its repositioning in the national and international markets, which could lead, in the future, to its rise to the status of “global city” - according to the term coined by *Saskia Sassen*. According to the analysis, this process occurs due to what *David Harvey* calls “spatial fix”: a need of spatial changes, typical of capitalism, in order to enable the place to accommodate the flows received and sent somewhere, that are originated from globalization.

Keywords: Global Cities; Spatial Fix; Megaevents; Rio de Janeiro; Globalization

Os chamados megaeventos são mais que uma reunião periódica de delegações e jornalistas feita para entreter o público mundial. Sua realização é um processo longo e seus efeitos atingem vários aspectos da vida no país ou cidade-sede, desde a economia até a mobilidade urbana.

A globalização não só é produzida por estes megaeventos, como também os molda. Por exemplo, a primeira transmissão feita ao vivo no Brasil dos jogos da Copa do Mundo só aconteceu em 1970, pois, até então, os jogos eram gravados e apresentados na televisão somente dois ou três dias depois. O fluxo de pessoas que acompanham e a quantidade de empresas envolvidas nesses megaeventos também contribuíram para que eles ganhassem a proporção que têm nos dias de hoje, quando são transmitidos em tempo real.

A análise de tal tema mostra-se de fundamental relevância para uma série de áreas de estudo, dado que ajuda a compreender o impacto que os fluxos financeiros, comerciais, humanos e de informação transferidos internacionalmente têm sobre os ambientes locais onde atuam. Assim, o estudo se torna relevante para diversos campos disciplinares, como geografia, relações internacionais, sociologia, engenharia, arquitetura e urbanismo, etc.

Os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, geraram especulações, previsões ou análises posteriores a sua realização (nos casos dos jogos de 2007 e de 2014). O trabalho busca complementar a ampla produção acadêmica existente sobre megaeventos e seu objetivo geral é analisar como mudanças espaciais – em especial as ensejadas pelos megaeventos em suas cidades-sede – influenciam a configuração de cidades globais. Para isso, seu objetivo específico é analisar o caso do Rio de Janeiro – baseado nas experiências passadas que a cidade possui. Para fundamentar a hipótese, são utilizados especialmente os estudos de Saskia Sassen (2007) e de David Harvey (2001).

O texto de Sassen (2007) é útil na medida em que traz o conceito de “cidade global”, um dos pontos-chave da nossa hipótese. Já o texto de Harvey (2001), ao trazer a ideia do “ajuste espacial”, permite uma melhor compreensão dos efeitos do capitalismo sobre o espaço físico das cidades. Assim, a proposta deste trabalho não é concordar ou se opor a este conceito, mas entender como este pode ser relacionado ao contexto em questão, ainda que na literatura os autores possam apresentar perspectivas não alinhadas – ou, até mesmo, opostas.

Assim, busca-se testar a hipótese de que as modificações espaciais pelas quais o Rio de Janeiro passou nos últimos anos, ao sediar estes megaeventos esportivos, levaram a um reposicionamento da cidade no mercado internacional, a ponto de poder influenciar futuramente na sua ascensão à condição de cidade global. Dessa forma, serão trabalhadas as mudanças espaciais sofridas pelo Rio de Janeiro como variável independente e a possibilidade de ascensão da cidade à condição de cidade global como variável dependente.

Esta exposição internacional, mesmo que não alavanque a cidade a este âmbito, é considerada por muitos como algo muito benéfico somente pelo potencial que ela possui de atrair fluxos de diversas partes do mundo para diferentes áreas do país. Tal ideia ganha ainda mais aderência quando

associada à Copa do Mundo, que teve 12 cidades-sede no Brasil, inclusive o Rio de Janeiro. Além de atrair mais turistas para o país, dinamizando sua economia, a cobertura da mídia também é um meio de levar ao público internacional mais informações sobre áreas do país fora do eixo Rio-São Paulo.

Entretanto, é possível discordar, afirmando que os benefícios almejados, tanto em nível local quanto em nível nacional, não chegam igualmente a todas as parcelas da população – inclusive com potencial de prejudicar essas populações. Por esse motivo, é importante ter em vista quais são os interesses políticos ou econômicos por trás do apoio, ou não, de diferentes setores da sociedade, já que eles impactam diretamente no cotidiano das populações que sediam esses eventos.

O uso do Rio de Janeiro como exemplo mostra-se extremamente oportuno, por se tratar de uma das cidades mais desenvolvidas do país e sede de filiais de grandes empresas. Isto é, a realização de uma quantidade significativa de megaeventos, especialmente em um intervalo de tempo inferior a uma década, incentiva a projeção internacional de uma cidade além da potencialidade já existente por tratar-se de uma metrópole.

Assim, o presente trabalho será estruturado da seguinte forma: na primeira seção, será apresentado o conceito de “ajuste espacial” de David Harvey (2001), e, na segunda seção, o conceito de “cidade global” de Saskia Sassen (2007). Estes conceitos são indispensáveis para o argumento apresentado na terceira seção, demonstrando que os megaeventos amplificam os processos de modificações estruturais. Dessa forma, no momento em que o Rio de Janeiro passa por ajustes espaciais para sediar megaeventos esportivos, ele abre espaço para que se torne, futuramente, uma cidade global. Na terceira seção, será analisado o caso do Rio de Janeiro, cujos ajustamentos apresentam benefícios e prejuízos e que, portanto, no processo de aprovação da realização de eventos desse porte, é necessário analisar se os pontos negativos serão preponderantes aos positivos. Na última seção, serão feitas algumas considerações finais.

1. O ajuste espacial

A globalização tem sido analisada por vários autores, através de diversos ângulos, assim como seus efeitos sobre a sociedade, o Estado e o cotidiano. Dentre essas perspectivas está a visão do geógrafo marxista David Harvey (2001). Ele considera que a produção, a reprodução e reconfiguração do espaço sempre foram centrais ao entendimento da política econômica capitalista.

Um dos seus conceitos principais para explicar esse processo é o “*spatial fix*” – em português, ajuste espacial. Este termo descreve o movimento capitalista de resolver suas tendências a crises internas por meio da expansão e da reestruturação espaciais, ou seja, modificações que podem ser vistas de forma permanente no espaço físico das cidades. A ideia de ajuste espacial surgiu da tentativa de Harvey de reconstruir a teoria de Karl Marx sobre a geografia da acumulação capitalista.

A superacumulação de capital é, portanto, entendida como os excessos de capital em relação às oportunidades de empregá-lo de forma rentável, podendo levar a um excedente de força de trabalho. Assim, a política do capitalismo é guiada pela necessidade de encontrar locais que absorvam o capital excedente. Harvey (2001) explica que se há uma escassez de trabalho e os salários são muito altos, a solução seria a desvalorização do capital e trabalho, isto é, o ajuste espacial. A

superacumulação e a redução da força de trabalho poderiam ser ajustadas, respectivamente, pela abertura de novos mercados em territórios com práticas capitalistas menos intensas e pela transferência de capital para áreas com excedente de mão de obra. É o caso, por exemplo, da incursão de empresas chinesas em países africanos na busca por mercados consumidores ou da cadeia de produção global de algumas companhias.

Segundo Harvey (2001), o capitalismo é tão dependente da expansão geográfica quanto da mudança tecnológica e alargamento contínuo por meio do crescimento econômico. O desenvolvimento do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do mesmo. Essas novas regiões são os lugares onde o excedente de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis (HARVEY, 2009).

Assim, a globalização seria a versão contemporânea da busca incessante do capitalismo por um ajuste espacial para resolver sua tendência a crises, ou seja, o produto desses processos de reestruturação geográfica promovida pelo capitalismo ao longo do tempo. As relações sociais capitalistas produziram o espaço através da sua expansão, pois, do contrário, o capitalismo não se sustentaria.

2. O ajuste Espacial e a cidade global

O processo de ajuste espacial possibilita o entendimento sobre as mudanças que também ocorrem no espaço urbano de modo a melhorar a expansão do capitalismo, em uma dinâmica de mútuo reforço entre o espaço físico e os fluxos. Assim, David Harvey (2001) diz que o capital fixo pode ser entendido como aquele que está inserido em algum recurso (por exemplo, maquinário) e que não é diretamente consumido durante a produção (como matéria-prima), mas que se esgota à medida que é utilizado.

No entanto, esse capital fixo pode ser subdividido em dois: capital fixo móvel e imóvel. A lógica por trás desta subdivisão fica clara quando considera-se, por exemplo, que, ainda que um avião (capital fixo móvel) carregue consigo a característica de poder se deslocar para qualquer parte do globo, é necessário que haja um aeroporto (capital fixo imóvel) para que esse deslocamento ocorra. Assim, há uma relação dialética de fixidez e movimento que ocorre dentro da categoria de capital fixo (HARVEY, 2001).

Essa dinâmica entre espaços físicos e os fluxos é ainda mais presente nas chamadas “cidades globais”, um conceito trazido por Saskia Sassen em seu “Sociologia da Globalização”, de 2007. Essas cidades são caracterizadas por receber grandes fluxos financeiros, comerciais, humanos e de informação das mais variadas partes do mundo. Segundo Ferreira (2003, 46),

O principal pressuposto das teorias contemporâneas da cidade-global é o de que as transformações da economia mundial ocorridas a partir dos anos 70, e que chamaremos por hora de “globalização”, alteraram o papel e as formas de organização e estruturação das principais cidades mundiais, em especial aquelas com papel mais significativo no sistema econômico global.

Sassen (2007) explica que a intensificação de tais fluxos ao redor do mundo surtiu um efeito de desestabilização das hierarquias de escala tradicionais (ou seja, a classificação dos espaços em municípios, estados, países). Dessa forma, esses fluxos criaram um mercado global de capital, um regime de comércio global e a internacionalização da produção industrial, como, por exemplo, companhias de calçados esportivos como Nike e Reebok – que comercializam os produtos, mas alocam a sua produção em outros países por diversas razões estratégicas e comerciais.

Isso quer dizer que tais elementos ultrapassam os limites nacionais em termos de escala: a escala nacional e a autoridade estatal não se aplicam a tais regimes e fluxos, estando estes novos escalonamentos estratégicos em escala subnacional, como é o caso das “cidades globais” ou em escala supranacional, como é o caso dos “mercados globais”. Esta é a especificidade da atual fase da globalização, uma fase ligada à expansão da área de tecnologia da informática e sistemas de informação. Segundo Sassen (2007, p. 24, grifo nosso),

Quando a atividade econômica se torna globalizada, ela reformula parcialmente as ordens existentes e contribui para a formação de novas ordens. Isso ocorre por meio das práticas de atores econômicos (empresas e mercados globais) e do desenvolvimento de determinados regimes de valor (desregulação da economia). Para investigar essas mudanças, são necessárias novas arquiteturas conceituais; um exemplo é o modelo da cidade global. À medida que a economia global se expandiu nas duas últimas décadas, assistimos à formação de uma rede crescente de cidades globais, hoje somando em torno de 40, pelas quais a riqueza econômica e os processos nacionais se articulam com uma proliferação de circuitos globais de capital, investimento e comércio. Essa rede de cidades globais constitui um espaço de poder que contém as capacidades necessárias para as operações globais de empresas e mercados. Ela atravessa parcialmente a velha divisão Norte-Sul e constitui uma geografia de centralidade, que atualmente também incorpora as principais cidades do Sul global, ainda que a hierarquia dessa geografia de centralidade seja bastante nítida. Em seu nível mais concreto, essa nova *geografia é o terreno em que diversos processos de globalização assumem formas materiais e localizadas*

Esta especificidade não quer dizer, como Sassen salienta, que as antigas hierarquias escalares – organizadas do internacional para o regional, urbano e local, com o nível nacional funcionando como articulador desta configuração – tenha sido extinta, apenas que as novas formas de escalonamento passaram a conviver com, e às vezes se sobrepor à, tradicional. Assim, Sassen (2007, p. 22) coloca que “As cidades globais são lugares subnacionais em que diversos circuitos globais se cruzam e, a partir daí, posicionam essas cidades em diversas geografias transfronteiriças estruturadas, cada uma com um alcance distinto e constituída em termos de práticas e atores distintos”.

Nesse sentido, é importante ressaltar que como toda mudança urbana, nem sempre o cidadão é colocado no centro do processo. Quando isso ocorre, corre-se o risco da mudança ser orientada para interesses articulados de grupos específicos. A geógrafa Doreen Massey (2000) chama de “geometria do poder” a forma como diferentes grupos sociais se posicionam em relação a fluxos e interconexões nos espaços. Ela afirma que existem os grupos que estão em uma posição de controle em relação à mobilidade dos fluxos enquanto outros se posicionam na posição receptora do que ela chama de “compressão de tempo-espaço”.

No entanto, inevitavelmente isso mobiliza questões políticas e, se há espaço para tal, deve haver abertura para que haja a formulação de práticas inclusivas para que os fluxos ocorram de maneira mais horizontal e menos impositiva – diferente do histórico de alterações no espaço urbano tem apresentado.

Assim, as cidades globais já são *per se* lugares cujo espaço urbano está em constante mudança, onde a globalização encontra um ambiente altamente propício. Nos termos de Orlando dos Santos Jr. (2014), “os espaços urbanos seriam apropriados pelo capital visando garantir as condições necessárias para produção-reprodução das relações capitalistas”. Ferreira (2003, p. 50) lista os atributos considerados pelos principais teóricos das “cidades globais” como sendo suas características primordiais:

As “cidades-globais” por excelência, na visão dos seus ideólogos, devem apresentar alguns “atributos” básicos: abrigam um número significativo de sedes de grandes empresas transnacionais, têm bolsas de valores de importância internacional, têm uma economia majoritariamente de serviços, oferecem centros de convenções, modernos aeroportos, rede hoteleira de primeira linha, e por isso tudo recebem significativo fluxo de capital financeiro, de homens de negócios e de mercadorias.

Assim, o conceito de “cidade global” se desenvolve especialmente a partir dos anos 1970, quando os países começam a sentir de forma mais incisiva os efeitos da reestruturação produtiva fruto da “revolução da informática”, “que Harvey (1992) apresenta como a passagem do sistema de acumulação rígida do fordismo para um modelo de acumulação flexível do pós-modernismo” (Ferreira, 2003, p. 48). Este desmonte das estruturas espaciais rígidas do fordismo, somado às novas tecnologias de informação, permitiram um processo de desconcentração espacial, o que acabou tendo por efeito o abandono de antigos centros industriais fordistas ao redor do mundo. Assim, as “cidades globais” são somente aquelas que sobreviveram a este processo, que é particularmente desafiador nas cidades situadas em países em desenvolvimento. O maior desafio destas cidades seria, então, a superação da desigualdade formada por estas “ilhas globalizadas”, ao invés da sua “conexão” à economia global (Ferreira, 2003).

Sassen afirma que o crescimento da globalização da atividade econômica aumentou a escala e a complexidade das transações. Desta forma, houve estímulo ao crescimento das funções de comando das matrizes de multinacionais de primeira linha e o incremento da prestação de serviços – tendo, este último, visto também um aumento na sua intensidade em diversos setores da economia. Dessa forma, a crescente demanda de serviços por empresas de diferentes setores, somado ao fato de que as cidades são os locais preferenciais para produção desses serviços em diferentes escalas, fez com que as cidades se tornassem núcleos de coordenação, controle e prestação de serviços para o capital global. Essas novas dinâmicas, portanto, demandam uma mudança estrutural para atender as demandas de um novo e moderno setor econômico com localização concentrada, chamado de “terciário avançado” por Sassen.

Argumenta-se então que os processos de modificações espaciais são ainda mais fortes em cidades globais, pois são destino (e origem) de fluxos substancialmente mais intensos, dado o grande

volume de empresas ali presentes, de investimentos estrangeiros e domésticos e da correnteza de pessoas que por ali passam. É fácil entender, então, a ação que a realização de um megaevento tem sobre o processo de globalização: ela o intensifica. No entanto, é fundamental apontar que a intensificação desse processo nas cidades submetidas à realização de uma série de megaeventos traz consigo impactos controversos para a nova configuração urbana acarretada por esses eventos. Como indicado por Doreen Massey (2000), os interesses de grupos dominantes – como empresários e o próprio governo – podem sobrepor-se aos da população local quando na reconfiguração urbana ensejada pela intensificação dos fluxos comerciais, financeiros, humanos e de informação.

3. Megaeventos: ajuste espacial na cidade global

Os megaeventos, por si só, já carregam consigo para as suas sedes uma grande quantidade de fluxos, principalmente de capital e pessoas, além de orientarem a atenção do resto do mundo para tais lugares, o que promove ainda mais esses fluxos, fazendo os ajustes espaciais necessários ao capitalismo. Quando essa atenção advinda dos megaeventos se soma àquela que a cidade já tinha, o que acontece é uma mega concentração de fluxos, que impulsionam mais e mais ajustes espaciais. Sassen (2007, p.28) coloca que:

À medida que as transações transfronteiriças de todos os tipos aumentam, também aumentam as redes que conectam certas configurações de cidades (por exemplo, Taylor, 2004; Amen *et al.*, 2006; Lo e Yeung, 1996). Esse crescimento, por sua vez, contribui para a formação de geografias transfronteiriças específicas que conectam certos conjuntos de cidades

No entanto, a existência da escala global está atrelada à escala local. A primeira só ocorre na medida em que existe uma escala local que se adequa e cria uma infraestrutura favorável ao desenvolvimento. Toda a estrutura – desde aeroportos que possibilitam a movimentação de pessoas até cabos de fibra ótica que promoverão a troca de comunicações – passa pelo território e depende da materialidade do espaço para que o global ocorra. Sem a materialidade do espaço, não há escala global. Sem internet, não há espaço virtual que conecte o indivíduo a outro país, ainda que haja o fortalecimento das novas escalas surgidas, supracitadas. Este ponto é corroborado por Sassen (2007, p.28-29) quando ela argumenta que:

Juntamente com a desvinculação parcial, ou pelo menos o enfraquecimento do nacional como unidade espacial, vêm condições para a ascensão de outras unidades e escalas espaciais (por exemplo, Taylor, 1995; Sum, 1999; Brenner, 1998, 2004; Harvey, 2007). Entre elas, estão escalas subnacionais; e entidades supranacionais, como mercados eletrônicos globais e blocos de livre comércio. A dinâmica e os processos que são territorializados ou localizados nessas escalas variadas podem, em princípio, ser regionais, nacionais e globais. Esse reescalamento traz consequências para a gestão dos fluxos e transações que circulam por meio de redes específicas ou gerais de cidades, sejam elas globais ou de outra forma

Assim, megaeventos não são apenas fruto da globalização e de suas inovações tecnológicas na área de comunicação e transporte. Eles também são elementos produtores da globalização, pois colaboram para essa busca insaciável por expansão do capitalismo. Este processo é mais facilmente

visualizado quando observado na realidade. Com esse objetivo, na próxima seção, será analisado o caso do Rio de Janeiro para identificar como essa dinâmica funciona na prática.

4. Os ajustes na Cidade Maravilhosa

O presente trabalho parte do pressuposto de que o Rio de Janeiro é uma cidade que já vive diariamente uma dinâmica de fluxos globais, sejam eles financeiros, comerciais, culturais ou de trânsito de pessoas. Fluxos estes que são potencializados a partir do momento em que é escolhida como a cidade-sede de não apenas um, mas quatro importantes megaeventos: os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo da FIFA, em 2014, e as Olimpíadas e Paraolimpíadas, em 2016.

O Rio de Janeiro já recebe naturalmente grandes quantidades de fluxos de todas as partes do mundo — tanto através de informações que vêm de fora por meios de tecnologias e relações comerciais e financeiras, como através da convivência do carioca com estrangeiros que escolheram a cidade para viver, trabalhar, estudar ou simplesmente visitar. Da mesma forma, os fluxos produzidos na cidade também são exportados e influenciam negócios e pessoas nas mais diversas partes do mundo. Isso acontece, por exemplo, através dos negócios aqui realizados e das diversas expressões culturais produzidas na cidade, como música, arte, literatura e moda.

No entanto, a partir do momento em que é selecionada como cidade sede dos megaeventos, o Rio de Janeiro passa a receber uma quantidade significativamente maior dos supracitados fluxos: a cidade passa a ficar no centro das atenções do mundo inteiro, recebendo uma quantidade ainda maior de turistas — que trazem consigo os lucros do consumo —, de jornalistas — cujo trabalho é fazer a cobertura dos mais variados aspectos por trás desses megaeventos, mandando para fora do país conteúdo e informação sobre o que acontece aqui. Ou seja: enviando mais fluxos e influenciando mais negócios e pessoas —, e, especialmente, de investidores interessados nas possibilidades de mercado que são abertas com a realização de tais eventos na cidade — como os negócios que, principalmente, infraestrutura, transporte e turismo. A partir da análise de dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo, percebemos que:

Os números mostram que a Copa do Mundo foi um grande negócio para o turismo. Agora o desafio é garantir condições para o setor crescer de forma continuada’, defendeu o ministro do Turismo, Henrique Alves. ‘Os megaeventos são excelentes catalisadores do aumento no fluxo turístico dos destinos, mas, para mantermos um crescimento consistente, temos de atacar questões estruturais e encarar o turismo com profissionalismo no Brasil’, completou. (JÚNIOR, 2015)

Já segundo a pesquisa “Bola da vez” (2010) da consultoria Deloitte junto ao Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI),

O governo projeta que os impactos econômicos produzidos pela concentração de quase R\$ 30 bilhões em investimentos no ápice do calendário esportivo da próxima década — a Olimpíada — se multiplicarão por quatro vezes em 2027, gerando mais de R\$ 100 bilhões em riquezas no País, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Por conseguinte, a pesquisa destaca que as três atividades com maior potencial para recebimento de investimentos em decorrência dos eventos esportivos são indústria da construção, transporte aéreo e infraestrutura aeroportuária e turismo, hotelaria e lazer. Tais atividades, diretamente relacionadas com os megaeventos, já contam com uma participação expressiva do setor privado e devem passar a receber maiores estímulos dos governos federal e local. Portanto, investimentos já considerados prioritários para o País passarão a receber atenção especial, sendo acelerados por causa da realização dos jogos. (DELOITTE, 2010)

Desse modo, este aumento de fluxos vivido pelo Rio de Janeiro nos últimos anos relaciona-se com o que argumenta Sassen (2007, p. 27-28):

O crescimento da dinâmica transfronteiriça de rede entre as cidades globais envolve uma ampla variedade de domínios — político, cultural, social e criminal. Existem diversos referenciais empíricos para essas formas não estatais de articulação, que podemos desagregar em componentes específicos. Um tipo de referencial empírico é econômico, incluindo o número crescente de fusões e aquisições transnacionais, as redes crescentes de associados estrangeiros, e o número crescente de centros financeiros que são incorporados aos mercados financeiros globais. Também existe uma proliferação de circuitos globais especializados para atividades econômicas que contribuem para essas novas escalas e se fortalecem com o seu surgimento

Toda essa atração de investimentos e de atenção exige algo em retorno: a cidade é obrigada a passar por uma série de intervenções urbanas, principalmente relativas a questões estruturais, objetivando atender às exigências dos comitês e das entidades organizadoras de tais eventos. Nesse sentido, não somente os estádios e grandes instalações esportivas tiveram que passar por monumentais reformas, sendo impactos diretos da realização desses megaeventos na cidade, mas também reformas no planejamento urbano e no sistema de transporte da cidade, que funcionam como legados permanentes para a cidade e para os cariocas. São exemplos disso a criação de corredores de BRT; a renovação da região do Porto; as obras estruturais realizadas no aeroporto internacional; a implementação da linha 4 do metrô; do sistema de BRS; a construção de espaços de convivência da população, como o Parque Madureira; e a substituição dos antigos trens e metrôs por modelos novos importados da China.

No entanto, verifica-se que mais do que uma alteração do planejamento urbano, o Rio de Janeiro passou por uma reformulação de seu planejamento estratégico. Nesse sentido, Arantes, Maricato e Vainer (2000), explicam que mudanças sociais causadas pelas transformações culturais ao longo dos últimos 40 anos levaram também a mudanças na concepção que se tem sobre a forma e a função das cidades, o que é refletido em mudanças no planejamento urbano. As cidades passam a ser vistas e geridas como empresas, ou seja: elas passam a ser geridas com base em um planejamento estratégico. Dessa forma, os autores (2000, p.8) entendem que disso

resulta um projeto de cidade paradoxalmente articulado por três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria e como tal está à venda num mercado em que outras cidades igualmente são vendidas; a cidade é uma empresa, e como tal resume-se a uma unidade de gestão e de negócios; a cidade enfim é

uma pátria, entendamos uma marca com a qual devem se identificar seus usuários, cuja fidelidade ao produto, vendido como civismo, requer algo como o exercício bonapartista do poder municipal.

Em seu artigo de 2001, Harvey explica que os fluxos de capital precisam de um espaço fixo no qual se ancorar, e essa estrutura, por sua vez, permite o desenvolvimento e expansão desses fluxos, em um movimento de reforço mútuo. Se a globalização enseja fluxos de capital, mercadorias e serviços, deve haver uma modificação local, de espaço físico, para se adaptar às novas demandas geradas pelo processo de globalização que promove um adensamento dos fluxos de capital e serviços.

Pode-se ver isso claramente nos investimentos feitos no Rio de Janeiro em relação às reformas no aeroporto internacional do Rio, o Galeão, por exemplo. A realização dos megaeventos na cidade impulsionou a sua reforma, ao mesmo tempo que um aeroporto reformado será capaz de receber mais voos e pessoas, ou seja, maiores fluxos são possibilitados.

Outro exemplo bastante claro de intervenções realizados no Rio de Janeiro é o das reformas realizadas na região portuária da cidade, especialmente na Praça Mauá. Trata-se de uma das mudanças físicas mais significativas que o governo realizou na cidade: a Perimetral foi derrubada e a praça, revitalizada. Foram construídos o Museu de Arte do Rio, o MAR, e o Museu do Amanhã.

Além disso, estão sendo realizadas também intervenções por todo o centro da cidade — e também na própria praça Mauá— para a implementação dos veículos leves sobre trilhos, os VLTs, muito utilizados em outras cidades do mundo, como Amsterdã, Paris e Berlim, por exemplo. São 28 km e 32 paradas, num trajeto que liga a região portuária ao centro, transportando estimados 300 mil passageiros por dia. Segundo a própria página online do projeto Porto Maravilha (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, grifo nosso):

O Rio de Janeiro dá claros sinais de uma nova dinâmica econômica, *impulsionada pelos grandes eventos* que vão ocorrer na cidade nos próximos anos. A Operação Urbana Porto Maravilha está preparando a Região Portuária, há muitos anos relegada a segundo plano, para integrar este processo de desenvolvimento

Assim, os megaeventos “impulsionaram” essa alteração no espaço urbano, que, por sua vez, atrairão maiores investimentos na área. No entanto, é interessante perceber para tais mudanças realizadas na cidade, especialmente as ligadas à área cultural, como parte de um “marketing urbano”, integrando-as, assim, ao ponto levantado por Arantes, Maricato e Vainer (2000, p. 34), de que “é *estasiombose de imagem e produto* que caracteriza a cidade-empresa-cultural perseguida pela terceira geração urbanística” (grifo dos autores), dentro da lógica de reestruturação do planejamento estratégico da cidade.

Dessa forma, fica bastante claro que no caso do Rio de Janeiro, que já recebia e enviava ao mundo grande quantidade de fluxos de todos os tipos, isso foi potencializado pela escolha como cidade sede desses eventos esportivos, já que investimentos como os citados acima demorariam muito mais a acontecer — ou nem aconteceriam — caso a cidade não fosse escolhida para sediar tais eventos. Essa intensificação de fluxos recebidos e enviados pela cidade não só permite os ajustes do capitalismo,

trazidos por Harvey (2001), como também mostra como esse processo molda a globalização e é moldado por ela.

A partir dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, busca-se integrar os planos já existentes do Rio de Janeiro com estratégias a partir da análise de sedes anteriores. O projeto Rio 2016 prevê como principal legado olímpico a constituição de uma nova era para o Rio e seus habitantes, que envolveriam quatro áreas prioritárias: transformação da cidade; inserção social — habitação, treinamento e emprego; juventude e educação; e esportes. Entretanto, as mudanças que foram feitas até o momento apontam para um quadro que nos leva a questionar se esse legado realmente estaria destinado a *todos* os habitantes da cidade.

Em 1968, Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, cunhou o termo “direito à cidade”, no livro “Le droit à la ville”. O conceito é maior do que meramente um direito de ter uma propriedade na cidade, mas sim um direito que todos os membros da sociedade têm de não serem excluídos dos benefícios da vida urbana. Lefebvre, preocupado com os problemas urbanos, diz que não é pela ação solitária de um governante, arquiteto ou engenheiro que esses problemas vão se resolver, já que projetos urbanísticos não podem “resultar de um simples estudo das cidades e dos tipos urbanos existentes, seja de uma simples combinatória de elementos” (LEFEBVRE, 2001, p.114), mas sim da ação conjunta de todos os que habitam a cidade.

David Harvey (2012, p. 74), partindo do que foi elaborado por Lefebvre, afirma que o direito à cidade seria

longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

Assim como para Lefebvre, o direito à cidade para Harvey é um direito coletivo, ligado à construção e transformação da cidade.

Em muitas das mudanças que vêm acontecendo no Rio de Janeiro, pode-se ver uma incongruência entre os objetivos apresentados pela organização dos eventos aqui sediados e a manutenção desse direito à cidade, que é, desde 2001, matéria da Lei Federal 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade. O direito à cidade, como entendido aqui, está visível já no início da supracitada lei (BRASIL, 2001):

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

Há, como exemplos dessa discordância com o direito à cidade, o fato de muitos moradores de comunidades estarem sendo coagidos a deixar suas casas para dar espaço para a construção das vilas olímpicas que abrigarão os participantes dos Jogos. A Vila Autódromo é o maior exemplo dessa prática. Sendo uma comunidade pacífica, que ainda resiste às desapropriações promovidas pela prefeitura, seus moradores chegaram a desenvolver um plano de urbanização, de modo a cidade pudesse receber as Olimpíadas sem que tantas famílias tivessem que ser removidas. O Plano Popular foi premiado internacionalmente, mas não chegou a sair do papel. Enquanto isso, as famílias que decidiram sair recebem uma indenização – cujo cálculo é realizado pela Secretaria de Habitação, mas que não divulga os critérios utilizados – ou são realocadas para um condomínio construído pela prefeitura a um quilômetro de distância.

O próprio projeto do Porto Maravilha, mencionado anteriormente, não foi feito sem contradições. Um estudo promovido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE, 2014) apresenta os problemas enfrentados pela população com a implementação do projeto. O fascículo mostra que, dentre as propostas do Porto Maravilha, está a de “melhoria das condições habitacionais da população existente e atração de novos moradores para a região”. Entretanto, o esforço maior que se viu na área foi a de remoção dos moradores existentes, que são realocados para outras unidades habitacionais, principalmente aquelas do programa federal Minha Casa Minha Vida, mas que na maioria das vezes ficam a muitos quilômetros de distância, em locais de difícil acesso e longe dos locais de trabalho dessas pessoas.

Um outro projeto implementado na área foi a construção do Mercado Popular de Compras Leonel Brizola, aberto para substituir o camelódromo da estação Central do Brasil que pegou fogo em 2010. Porém, os trabalhadores reclamam da localização do Mercado, por onde as pessoas acabam não passando no seu trajeto para o trabalho como acontecia no caso do camelódromo, o que não gera a oportunidade para as pessoas consumirem. Além disso, após a reforma do Terminal Américo Fontenelle, os camelôs que lá trabalhavam foram removidos e impedidos de comercializar suas mercadorias no local. Ainda na mesma região, a construção de um teleférico no morro da Providência pegou os habitantes de surpresa e destruiu um importante espaço de lazer dos moradores.

Tal qual o caso da implementação dos VLTs, mudanças nos trajetos e oferta de ônibus, essas mudanças são feitas sem uma efetiva consulta e colaboração da população, o que por si só já mostra um descompasso com a noção de direito à cidade, como mostrada por Lefebvre (2001) e Harvey (2012). Some-se a isso uma dificuldade de acesso à moradia no perímetro urbano, a mobilidade urbana, vê-se uma violação ao direito da população de realmente participar da vivência na cidade.

Tanto em nível local, quanto em nível nacional, os benefícios relacionados ao maior grau de investimentos e aos ajustes feitos em prol desses megaeventos não alcançam toda a população, podendo gerar até o efeito contrário, prejudicando uma grande parcela dos cidadãos.

Assim, os megaeventos e a reconfiguração local que eles promovem podem facilitar uma futura alçada da cidade à categoria de cidade global por possibilitar o desenvolvimento do “terciário avançado”.

Considerações finais


É possível concluir então que os megaeventos que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro nos próximos anos serão elemento de destaque ao longo do processo de intensificação da globalização. Pode-se inferir isso a partir da utilização do conceito de cidade global de Sassen (2007) e do de ajuste espacial de Harvey (2001), uma vez que esses megaeventos catalisam os processos de modificações espaciais ao fazerem convergir os fluxos da globalização que se somam àqueles já presentes na cidade. Apesar de serem parte relevante no processo de propulsão da cidade à condição de “cidade global”, os megaeventos em si não se mostram suficientes para fazê-lo imediatamente. No entanto, pavimentam o caminho para que isto aconteça no longo prazo.

Analisando, especificamente, o exemplo do Rio de Janeiro, fica claro que esse processo toma forma nas várias intervenções urbanas que foram — e ainda estão sendo — realizadas com o objetivo de não só adequar a cidade aos padrões exigidos pelos órgãos internacionais para sediar esses eventos, mas também com a intenção de potencializar a sua capacidade de atrair investimentos futuros. É o que Harvey (2001) sinaliza como a produção de um espaço físico, fixo, que possibilite os fluxos, aquilo que é móvel.

Entretanto, é necessário registrar que a realização desses megaeventos tem repercussão na provisão de impactos e de legados em outras áreas importantes da vida em sociedade, podendo até ameaçar o direito à cidade das pessoas, como descrito por Lefebvre (2001) e Harvey (2012). Por exemplo, a mobilidade urbana foi altamente afetada, não só pelos transtornos gerados pelas realizações das obras mas também pela implantação de sistemas de *BRT e BRS*, faixas de circulação exclusiva de ônibus e táxis — e de nova linha de metrô, apenas citando alguns exemplos. Além disso, as remoções promovidas em comunidades como a Vila Autódromo e do Morro da Providência, são mais do que meras inconveniências que passarão com o término dos megaeventos, mas sim alteram a vida das pessoas permanentemente, sem que suas perspectivas sejam totalmente levadas em consideração, no que poderia ser uma efetiva participação do projeto de urbanização da cidade.

Além disso, ao fazer um comparativo, já analisado por Ferreira no caso da cidade de São Paulo, fica claro que o Rio de Janeiro precisaria expandir os aeroportos em fluxos de carga e passageiros, aumentar seus fluxos de telecomunicações e desenvolver seu porto em volume de *containers* além de abrigar a sede de algumas das principais transnacionais do mundo para que conseguisse, potencialmente, configurar uma cidade global.

Assim, os megaeventos e a reconfiguração local que eles promovem podem facilitar uma futura alçada da cidade à categoria de cidade global por possibilitar o desenvolvimento do “terciário avançado”. No entanto, o caminho da cidade do Rio de Janeiro até o status de cidade global — o encaixe empírico da cidade dentro deste arcabouço conceitual — depende de mais elementos do que somente aumento de investimentos financeiros e mudanças estruturais. São vários os desafios que a cidade precisa enfrentar ao longo da busca pelo desenvolvimento e visibilidade internacional além dos megaeventos esportivos. A cidade deveria aproveitar a oportunidade de se apresentar como possível cidade global pela ótica da produção e não da demanda — nos termos de Ferreira — e para isso, é necessário

considerar as dinâmicas intra-urbanas, sem penalizar parte da população por um pretenso desenvolvimento que pode nem chegar a ela. 

NOTAS

* Estudantes, a época, do 8º período do curso de Relações Internacionais da PUC-Rio

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Portal da Legislação. Brasília, jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Host City Contract: Games of the XXXI Olympiad in 2016**. 02 out. 2009

COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. Jan. 2009.

COMPANHIA de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. **Apresentação do Projeto — Porto Maravilha: um sonho que virou realidade**. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

DELOITTE. Brasil, bola da vez – Negócios e investimentos a caminho dos megaeventos esportivo, 2010. Disponível em: <<http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/conteudos/ibri/IBRI-2010.pdf>> Acesso em: 01 jun 2016.

FASE. **Cartografia Social Urbana: Transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/cartografia-social-urbana-transformacoes-e-resistencias-na-regiao-portuaria-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 30 jun 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global**. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_mitocidglobal.pdf>. Acesso em: 27 mai 2016.

HARVEY, David. **Globalization and the Spatial Fix**. *Geographische Revue*, n. 2, 2001.

_____. A liberdade da cidade. *Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 26, p. 9-17, 2009.

_____. O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

JÚNIOR, Darse. Mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014. *Ministério do Turismo*, Brasília, DF, 13 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5227-mais-de-6,4-milh%C3%B5es-de-turistas-estrangeiros-visitaram-o-brasil-em-2014.html>>. Acesso em: 30 jun.2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.

LO BIANCO, Vittorio Leandro Oliveira. **O legado dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro pós-sede**. Rio de Janeiro, 2010. 125 p. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MASSEY, Doreen. **Um sentido Global do Lugar**. São Paulo, 2000. Disponível em <https://goo.gl/ySG8QK>. Acesso em 10 de junho de 2017.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Veículo Leve Sobre Trilhos**. Rio de Janeiro, 18 set. 2015. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/esq/projEspVLT.aspx>>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. **Nova Mobilidade Urbana**. Rio de Janeiro, 18 set. 2015. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/esq/projEspVLT.aspx>>. Acesso em: 13 out. 2015.

RIO 2016. **Garantias apresentadas pelo Rio 2016 superam exigências feitas pelo COI**. Disponível em: <<http://www.rio2016.com/noticias/garantias-apresentadas-pelo-rio-2016-superam-exigencias-feitas-pelo-coi>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

SASSEN, Saskia. Elementos da sociologia da globalização. In: _____. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 15-40.

_____. **As Cidades na Economia Global**. Cadernos de Urbanismo, Ano 1, nº1, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Urban common space, heterotopia and the right to the city: reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey**. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 6, n. 2, p. 146-157, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE?dd1=12686&dd99=pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

Recebido em 24/11/2015

Aprovado em 17/07/2017

UMA CAPITAL E MUITOS INTERIORES: OS PERFIS DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR

ONE CAPITAL, MANY CITIES: A BRIEF OUTLINE OF THE PROFILES OF THE TERTIARY EDUCATIONAL SYSTEM IN BRAZILIAN STATE CAPITAL AND NON-CAPITAL CITIES

*Filipe de Oliveira Peixoto**

Cite este artigo: PEIXOTO, Filipe. Uma Capital e Muitos Interiores: os perfis do sistema de ensino superior. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p.94-114, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: Temos visto uma enorme expansão da oferta de cursos de ensino superior no Brasil, que não foi, entretanto, homogênea. Embora seja possível observar uma tendência de crescimento da oferta de cursos no interior do país, argumentamos que a forma como o interior tem sido pensado é inerentemente equivocada, pois ela dá pouca atenção ao padrão de distribuição regional dos cursos dentro do interior, mascarando as desigualdades mais significativas, que são aquelas internas a esta categoria. Neste trabalho (1) desvendamos os perfis do sistema de ensino superior dentro do interior, dividindo qualitativamente esta categoria, (2) comparamos São Paulo e Bahia para entender desigualdades dentro do país e (3) apresentamos conexões entre características dos municípios e as dos sistemas de ensino superior correspondentes.

Palavras-chave: Ensino superior. Interiorização. Não-capitais. Capitais regionais. Política pública.

Abstract: We have seen a huge expansion of the offer of tertiary-level education courses in Brazil, but this expansion wasn't homogeneous. Although it is possible to observe an overall trend of growth of the offer of courses in the non-capital regions, we argue that the way the "interior" – the aggregation of all non-capital cities – is treated is inherently wrong for it disguises and blurs the most significant inequalities, which are within the "interior"- that is, between non-capital cities themselves. In this paper we will be (1) revealing the profiles of the tertiary education system in Brazil's "interior" by using qualitative variables to break this category; (2) comparing the two states, to get a better understanding of other inequalities and (3) presenting connections between the cities' characteristics and those of their tertiary education systems.

Key-Words: Tertiary education. Decentralization. Non-capitals. Regional Capitals. Public policy.

Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, a educação superior brasileira passou por grandes mudanças: surgiu a educação à distância, novas modalidades de cursos e programas foram criadas e novos formatos institucionais foram regulamentados (FRAUCHES, 2010). Nos anos 2000, o padrão de expansão foi reforçado e acompanhado por diversos programas e políticas do governo federal que afetaram tanto o setor público quanto o privado (MELO, DE MELO, NUNES, 2009). O país passou, então, por um período de crescimento do ensino superior tanto em número de vagas ofertadas como de matrículas efetivadas; de cursos oferecidos e de instituições habilitadas a oferecê-los (SAVIANI, 2007; RISTOFF, 2013). Dentre as diversas características desta expansão se destaca a busca pela interiorização do ensino terciário (BRASIL, 2014).

Podemos falar em um esforço organizado pela interiorização, pois existiram políticas públicas almejando aumentar a oferta de cursos de nível superior em regiões mais afastadas das capitais. Após o Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE-2001), por exemplo, o Ministério da Educação (MEC) montou uma estratégia de expansão do ensino superior cuja primeira fase, chamada Expansão I (de 2003 a 2007), teve como principal meta interiorizar o ensino superior federal (MEC, sd, pg. 35). Durante este período, as instituições federais passaram a oferecer cursos em um número crescente de municípios do interior. Em 2012, estas instituições abriram vagas em 272 municípios, em comparação com apenas 114 no ano de 2003. Esse crescimento (quase 140%) foi suficiente para que o MEC entendesse que o processo de desconcentração geográfica foi bem sucedido (MEC, 2012).

O que logo se vê nesta conclusão do ministério é que, ao avaliar a interiorização do sistema federal de ensino superior, as agências governamentais acharam desnecessário fazer qualquer discussão sobre as diferenças que existem dentro do interior (como tamanho das cidades) e do ensino superior (como tipos de curso). Essas faltas impossibilitam a discussão sobre as desigualdades que acompanham a interiorização e dificultam o mapeamento preciso dos sucessos e limites deste processo.

Temos, então, o argumento deste artigo, que se constrói em um ponto central com dois lados: para se entender a interiorização de forma clara é necessário (a) levar em conta as diferenças entre os municípios do interior, sem deixar de (b) se considerar a pluralidade do próprio ensino superior, tanto institucional quanto de curso. Isto porque mesmo que a interiorização em si seja fato inegável, devemos qualificar tanto que tipo de interior recebeu a expansão do ensino superior quanto que tipo de ensino superior foi levado ao interior. Entretanto, por mais significativos que estes pontos sejam, pode-se verificar que sua ausência não se restringe à burocracia governamental.

Diversos autores que em algum momento abordaram a interiorização do ensino superior fizeram-no de forma muito similar à utilizada pelo MEC: utilizando-se da categoria “interior” como se esta indicasse um bloco indiferenciado. Cunha (2004), por exemplo, nos fala que a “expansão da oferta de vagas originou-se da criação de IES privadas nas periferias das áreas metropolitanas e nas cidades do interior”, não diferenciando o entorno metropolitano do resto do interior, e os diferentes tipos de cidades dentro deste último. Cunha não está sozinho em tratar todas as zonas além das capitais como uma unidade, desconsiderando sua heterogeneidade: Vargas (2007), Dourado (2008), Mancebo e

Dimenstein (2011) e Sampaio (2011, 2013), utilizam-se da mesma lógica de operacionalização dos dados ao discutir o interior em seus trabalhos. O risco da aglutinação de áreas diversas dentro do termo interior ocorre principalmente ao tratar dos dados quantitativos, e trabalhos que abordam a interiorização apenas do ponto de vista de uma instituição, sem fazer uso de dados estatísticos (como RIEDER, 2011), não tem esse problema – mas tampouco tem a capacidade de generalização que trabalhos que lidam com dados nacionais têm.

É possível que uma das causas da quase universalidade desta maneira de tratar o problema seja a forma como os dados quantitativos são disponibilizados pelo próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP): apresentando apenas a distinção entre capital e interior. Como defendo neste trabalho que não se deve avaliar a interiorização do sistema de ensino superior entendendo a categoria “interior” apenas como um bloco homogêneo e de forma negativa (como não-capital), buscarei superar esta simplificação utilizando dados que permitam qualificar positivamente as informações sobre o local de oferta dos cursos. Isso será clarificado na seção “que interior é esse?”.

Além de não diferenciarem em qual tipo de município os cursos estavam sendo abertos, os autores citados (CUNHA, 2004; VARGAS, 2007; DOURADO, 2008; MANCEBO E DIMENSTEIN, 2011; SAMPAIO, 2011, 2013) tampouco puderam qualificar que tipo de ensino superior que estava sendo interiorizado. Isto, pois os autores tratam como igual todos os tipos de curso e instituições de ensino superior ao abordar a questão da interiorização: ignoram, por exemplo, se a vaga aberta é de um curso de medicina em uma universidade pública, ou de administração em uma faculdade particular. Entretanto, para se fazer um diagnóstico do processo de interiorização, é necessário qualificar também os dados sobre o perfil do sistema de ensino superior que está sendo ofertado nas diferentes cidades, de forma que se possa diferenciar tanto cursos ofertados quanto instituições ofertantes. É isto que proponho, e discutirei posteriormente na seção “que ensino superior é esse?”.

Neste contexto geral, este trabalho pretende analisar os dados do Censo do Ensino Superior, que nos permitem ver as diferenças internas ao ensino superior, com base numa maior diferenciação das características dos municípios que compõe o interior do Brasil. A partir desta diferenciação pretendo (1) demonstrar a importância de se considerar a heterogeneidade do interior para se ter uma dimensão mais clara das desigualdades que acompanham o processo de expansão do ensino superior brasileiro, (2) apontar algumas características do sistema de ensino superior dentro dos interiores e (3) entender como as heterogeneidades do interior se associam a heterogeneidades no sistema de ensino superior, principalmente nos casos da Bahia e de São Paulo, que serão vistos mais a fundo.

Entretanto, antes disso, irei discutir um pouco mais as questões que já pincelei na introdução: a interiorização e a pluralidade do interior, por um lado, e a heterogeneidade do ensino superior, por outro. Depois, colocarei claramente a questão central do trabalho, para então apresentar os dados e métodos que utilizei para respondê-la. Finalmente, apresentarei alguns dos resultados, já com sua análise, e uma breve conclusão, na qual retomarei alguns dos achados apresentados na seção anterior.

1. Que interior é esse?

A interiorização é o nome que se dá para o processo de desconcentração espacial de uma população, efeito ou serviço desde as capitais ou regiões metropolitanas em direção ao resto do país (o interior) (BAENINGER, 2004). Essa definição, embora frouxa, já permite superar aquela usada pelos autores que trouxemos antes, que não fazem a distinção entre as cidades da periferia metropolitana e aquelas do mais profundo interior (CUNHA, 2004). Tanto o MEC (MEC, 2012), ao avaliar o resultado de sua política de interiorização, quanto a literatura sociológica ao utilizar de dados quantitativos (CUNHA, 2004; DOURADO, 2008; MANCEBO E DIMENSTEIN, 2011; SAMPAIO, 2011, 2013; VARGAS, 2007) e o INEP, ao publicar os dados relativos ao Censo do Ensino Superior, utilizam-se da categoria “interior” querendo dizer “não-capital” sem aprofundar-se nele. É por partir desta operacionalização homogeneizante que, após fazer apenas uma contagem do número de municípios onde existem cursos de instituições federais, o MEC conclui ter atingido o objetivo de interiorização deste sistema - que passa a alcançar em 2012, como já dito, 272 dos 5565 municípios brasileiros.

Neste trabalho ofereço uma nova abordagem: colocar o problema da definição e diferenciação deste grande espaço diverso que é o interior, protagonista natural do fenômeno da interiorização. Pretendo questionar a possibilidade de se definir o interior como um bloco homogêneo, pois é dentro dele que se encontram todos os municípios brasileiros que não são capitais. Como os municípios são muito diferentes entre si, e entre as não-capitais temos desde as grandes cidades e as áreas do entorno das capitais até as pequenas cidades rurais, podemos dizer que a heterogeneidade é a característica mais marcante do interior. As diferenças entre as capitais existem, mas são colocadas em segundo plano porque essas somam apenas um município por estado, sendo assim, de certa forma, correspondentes a diferenças entre estados (logo, não cabendo em uma análise nacional).

Ao avaliar a interiorização do ensino superior, não é possível ignorar as diferenças entre os 272 municípios nos quais eram ofertados cursos federais em 2012, nem acreditar que todos eles ofereciam os mesmos tipos de curso. Há também de se considerar o fato de que estes representavam menos de 5% do número total de municípios no país naquele ano, e que não há porque se esperar que os cursos de nível superior tenham sua oferta distribuída de forma arbitrária entre as cidades do país. É mais provável que algumas características dos municípios, como tamanho da população ou nível de PIB per capita, tenham influência no processo de alocação ou criação de cursos de ensino superior pelo país.

É por este motivo que medir a interiorização meramente contando o número de cidades é fazê-lo de uma forma incompleta, que se justifica apenas por uma falha comum a todos os trabalhos mencionados acima: a falta de qualificação do termo interior. Essa categoria é abrangente demais, e, em um contexto de crescente interiorização do sistema de ensino superior, a mistura de cidades tão diferentes dentro dela pode estar disfarçando parte do problema da distribuição dos cursos, mascarando diferenças de outra forma visíveis. Por isso defendo que, para falarmos em interiorização, precisamos qualificar o termo interior.

Para melhor abordar o problema da interiorização do sistema de ensino superior no Brasil, utilizarei três formas de dividir e categorizar o interior: (1) a população dos municípios; (2) os dados de

produção de riqueza e produto interno bruto (PIB) per capita; e (3) a classificação de hierarquia urbana do estudo de Regiões de Influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2007).

1.1 Que ensino superior é esse?

O ensino superior não é homogêneo, podendo ser dividido em diversas áreas de estudo, tipos de instituição e pela categoria administrativa destas (NEVES, 2012). Com tanta diversidade, não há porque achar que sua expansão tenha sido homogênea nem nas capitais, nem nos interiores do Brasil. Por esses motivos, para se avaliar satisfatoriamente a interiorização do sistema, é necessário desvendar o perfil do sistema de ensino superior nos interiores e compará-los com as capitais. Apenas qualificando o ensino superior oferecido nos diferentes tipos de municípios é possível ver os reais avanços e limites do processo atual de interiorização, e as relações entre as características dos municípios e de seus respectivos sistemas de ensino superior. Felizmente, os dados utilizados por esta pesquisa, por sua riqueza, permitem que se faça justamente isso.

É necessário entender qual foi o perfil dos cursos oferecidos nos interiores e nas capitais, pois eles podem ser muito diferentes. Além de não ser possível pensar que o sistema federal chegou de forma uniforme aos 272 municípios no qual era oferecido, por exemplo, no que tange às políticas públicas verificamos que no PNE de 2001 a única menção explícita ao interior se encontra na seção IV, Magistério da Educação Básica, objetivo número 15: “incentivar as universidades e demais instituições formadoras a oferecer no interior dos Estados, cursos de formação de professores, no mesmo padrão dos cursos oferecidos na sede” (MEC, 1998), o que já indica uma possibilidade de diferença sistemática entre o sistema de ensino superior no interior e na capital, possivelmente com maior percentual de cursos de licenciatura no primeiro.

Desta forma, além de desvendar onde os cursos estão sendo oferecidos, é necessário, na medida do possível, saber por quem (qual instituição) e o que (qual curso) está sendo ofertado. Para tal, utilizo variáveis provenientes do Censo do Ensino Superior do INEP: as variáveis (1) Dependência Administrativa, (2) Rede e (3) Organização Acadêmica são utilizadas para entender as instituições de ensino superior que oferecem os cursos; e a variável (1) Grau Acadêmico será utilizada para entender o perfil de cursos oferecidos.

1.2 Objetivo

Os objetivos deste trabalho são: (1) demonstrar a importância de tratar a heterogeneidade do interior para falar do interior e de interiorização e (2) descobrir e mapear as diferenças no padrão de interiorização do sistema de ensino superior do Brasil que estão mascaradas pela forma negativa como se define interior, e, assim, pela forma como esta categoria mistura diversas cidades e zonas tão diferentes entre si. Em suma, pretende-se entender como se dá a oferta do ensino superior no interior do país com um quadro mais detalhado do que o apresentado com a distinção entre interior e capital.

Assim, a partir das características do interior abordadas anteriormente (população, PIB e hierarquia urbana), e dos dados do Censo do Ensino Superior de 2002 e 2012, pretendo traçar os perfis de interiorização do sistema de ensino superior brasileiro. Por falta de espaço, infelizmente, não

poderei tratar aqui de todas as variáveis estudadas, mas buscarei dar um panorama geral das diferenças encontradas. Em especial, espera-se distinguir em quais regiões ou cidades do interior especificamente estão localizados os cursos de ensino superior, e o perfil do sistema de ensino superior das diferentes zonas do interior; ou seja, pretende-se entender como as heterogeneidades do interior se refletem em heterogeneidades de seus sistemas de ensino superior. Além disso, para discutir mais a fundo os diferentes tipos de interior, apresentarei os casos de São Paulo e da Bahia.

1.3 Dados, Limites e Método

Para tentar entender o ensino superior e o interior, utilizei os dados do Censo do Ensino Superior dos anos de 2002 e 2012, entre os quais houve uma grande expansão do sistema. A falta de espaço neste artigo não me permitiu uma análise temporal aprofundada, e, por isso, optei por focar no ano mais recente (2012). Essa dificuldade também me forçou a reduzir o número de variáveis com as quais lidar para descrever seja os municípios, seja o sistema de ensino superior, de forma que não podemos explorar neste artigo toda a riqueza que as bases oferecem. É fundamental lembrar, também, que este trabalho está discutindo o sistema de ensino superior do ponto de vista da oferta de cursos, e não de outros pontos de vista possíveis, como o do número de alunos matriculados, por exemplo. Igualmente, como este trabalho procura ver a distribuição geográfica dos cursos no Brasil, e inicialmente teria um viés temporal mais longo, decidi restringir a análise apenas aos cursos presenciais.

Neste trabalho, os dados relativos aos municípios virão da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2012 (MUNIC-2012), da base de dados dos centros, da base de dados de PIB dos municípios (PIBMUN0307) e da base de dados de municípios, todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trabalharemos com três tipos de características das cidades do interior: população, riqueza (PIB) e centralidade.

Para os dados de população, utilizo a população estimada dos municípios em 2012, retirada do MUNIC (2012), organizada em classes de tamanho. Decidi ligar tanto os municípios em 2002 quanto em 2012 ao mesmo dado populacional (2012), para garantir que cada categoria contenha, nos dois anos, os mesmos municípios (desde que esses municípios ofereçam cursos de ensino superior em ambos os anos). Estou ciente dos possíveis efeitos negativos que esta decisão pode trazer ao trabalho, mas acredito que serão mínimos, dado que o foco deste trabalho é o ano de 2012. Para os dados de produto interno bruto (PIB), retirados da base de dados de PIB dos municípios (PIBMUN0307), escolhi como ano de referência 2007 (o mesmo do MUNIC) para ligar tanto aos municípios de 2002 quanto de 2012. Esta informação também foi organizada em categorias.

Utilizo também as classificações de municípios pela hierarquia urbana segundo o REGIC de 2007, que agregam os municípios segundo seu nível de influência e grau de subordinação, em um índice chamado “centralidade”. Além das onze categorias originais, criei a categoria Área de Concentração Populacional (ACPs). Esta agrega os 291 municípios que não tem categoria própria pelo REGIC, pois este estudo os considera como parte de áreas conurbadas sem ser o seu centro ou sub-

centro – como um “entorno metropolitano”. Aqui, novamente, os municípios foram ligados às suas categorias em 2007 (ano de realização do REGIC).

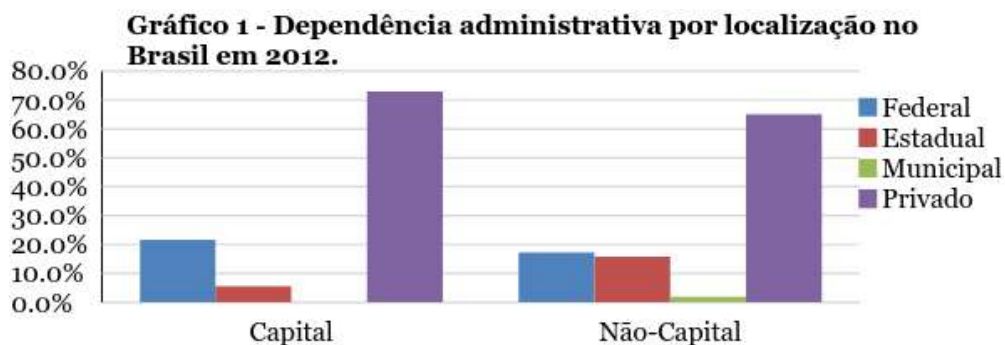
Para viabilizar a comparação das diversas bases de dados utilizadas uma série de decisões foram tomadas: a variável de organização acadêmica demandou um rearranjo nas suas categorias, dado que estas diferiam entre os anos de 2002 e 2012, e a variável de grau acadêmico demandou ajustes para que mudanças de legislação não enviesassem os resultados. Infelizmente, o plano inicial de que se incluísse um banco de dados referente a um ano dos anos 1990 foi inviabilizado dado a incompatibilidade das variáveis entre 1992, 2002 e 2012, e a ausência de dados relativos aos municípios onde se oferecem os cursos na base de 1995 (dado fundamental para essa pesquisa).

Assim, a partir de dados retirados de diversos bancos, utilizados para qualificar as não-capitais, fiz uma análise dos dados retirados das bases do Censo de Ensino Superior 2012 (com alguma referência a 2002) para o Brasil, na medida do possível, e posteriormente para os estados de São Paulo e da Bahia. Estes estados foram escolhidos para um foco especial, pois esses apresentam interior diversificado e uma grande população, além de serem os mais populosos estados de suas respectivas regiões. Utilizei dados que me permitem qualificar o perfil do ensino superior oferecido nos diferentes municípios e acredito que, ao acrescentar subdivisões ao interior, demonstro a importância de se reconhecer a heterogeneidade do interior ao se estudar a interiorização do ensino superior.

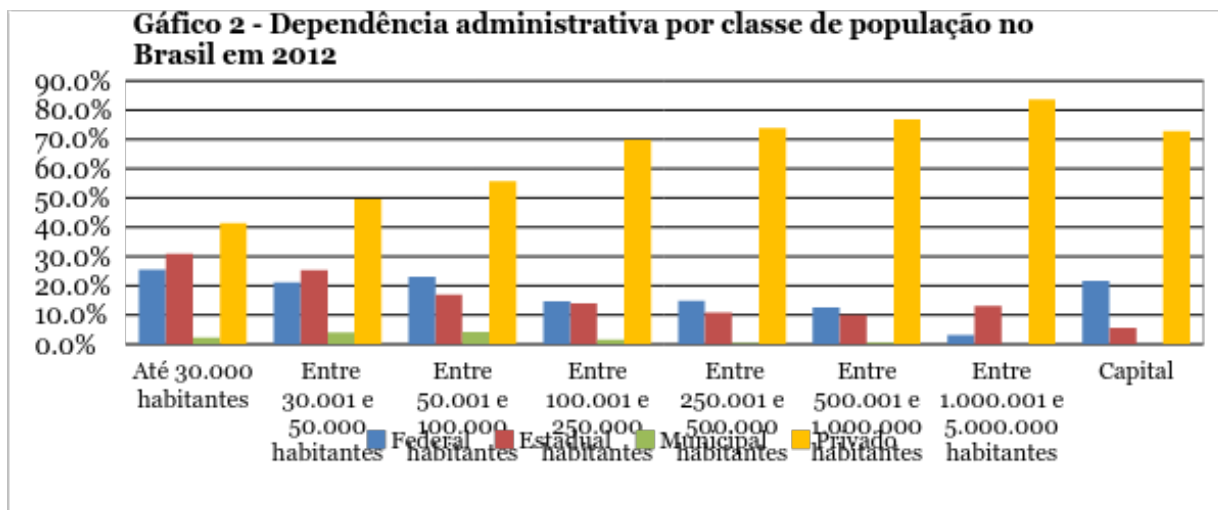
2. Resultados

2.1 Heterogeneidade do interior

Sendo o primeiro objetivo deste trabalho o de desconstruir a ideia de que entender o interior como um bloco é suficiente para avaliar a interiorização do sistema de ensino superior no Brasil atualmente, começo fazendo análises no nível nacional. Essas análises separarão os interiores segundo características dos municípios, mas não segundo região ou estado. Dessa forma, veremos como estas características se refletem no sistema de ensino superior dos municípios nacionalmente.

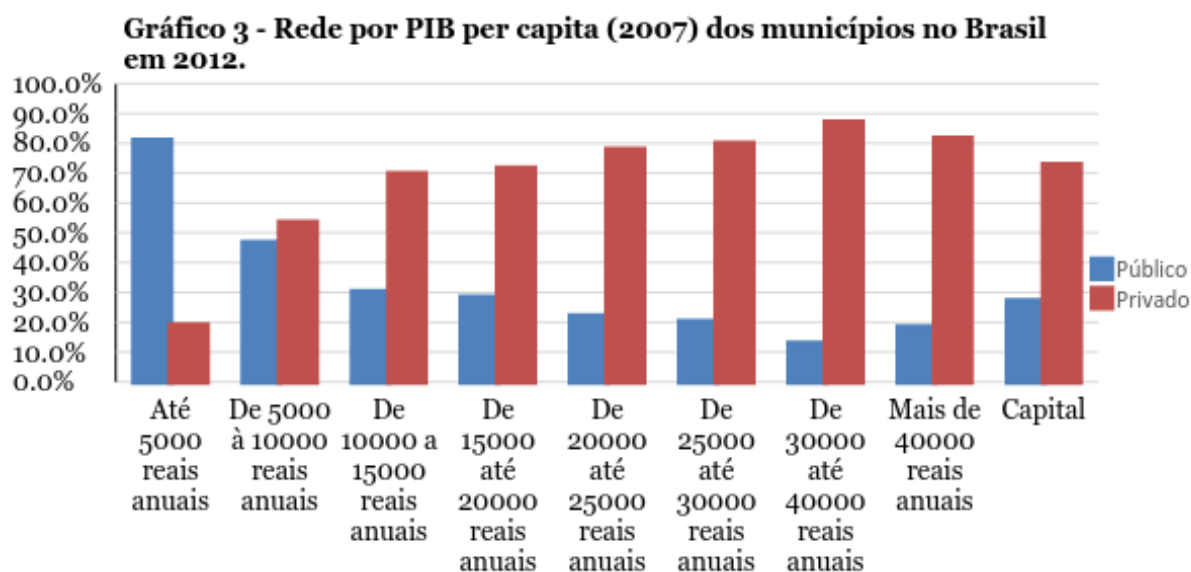


O gráfico 1 nos apresenta a proporção da oferta de cursos por dependência administrativa em 2012 na capital e no interior. Podemos ver que, ao analisar o interior como um bloco, encontramos nas capitais uma participação maior tanto do sistema privado como do sistema federal, ao passo que os sistemas estaduais e os municipais são mais relevantes nas não-capitais. Essa diferença, entretanto, é diluída ao diferenciarmos o interior por população, no próximo gráfico:



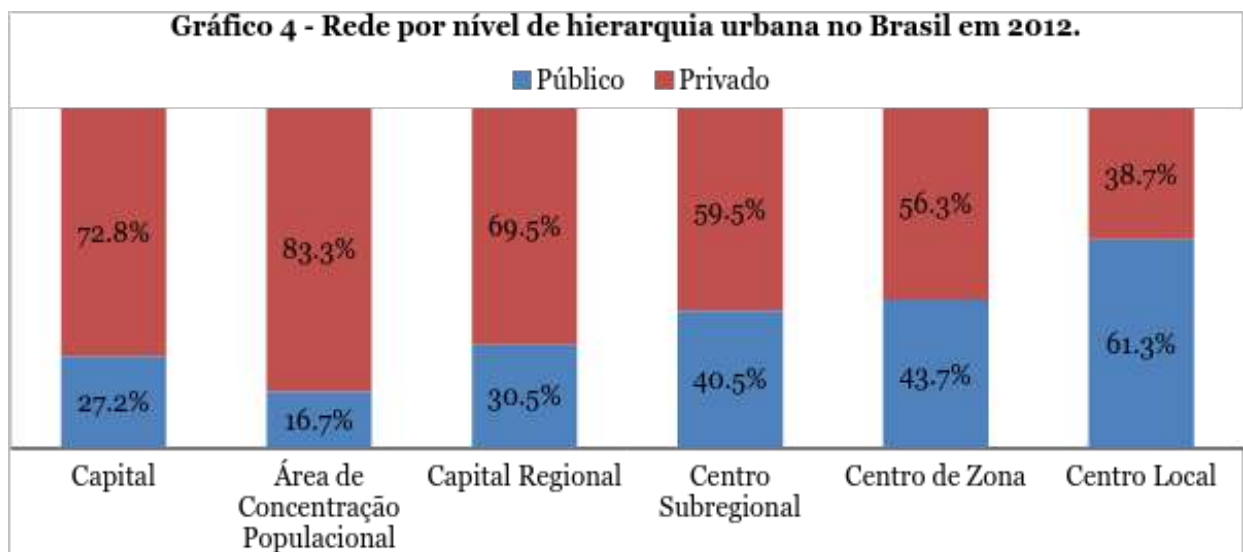
No gráfico 2 vemos que o interior é extremamente diverso, e a diversidade do sistema de ensino superior se relaciona com a diversidade populacional dos municípios. Nota-se claramente uma tendência de maior participação percentual do sistema privado quanto maior a população dos municípios não-capitais, sendo que a média de participação percentual dos cursos privados nos municípios com mais de 250 mil pessoas é inclusive maior do que nas capitais. Isto é o contrário do visto quando analisamos, logo antes, o interior como um bloco único. Podemos notar também que as redes federal e estadual têm, no interior, participação maior nas cidades com menos de 100 mil habitantes – atingindo níveis equivalentes e maiores aos que estas redes têm nas capitais. Assim, vemos que as heterogeneidades de população do interior se refletem em heterogeneidades de dependência administrativa no seu sistema de ensino superior.

Entretanto, as heterogeneidades de população não são as únicas que se refletem no sistema de ensino superior, muito pelo contrário. Conforme podemos ver no gráfico abaixo, as heterogeneidades de riqueza (PIB per capita) também estão relacionadas a diferenças no sistema de ensino superior:

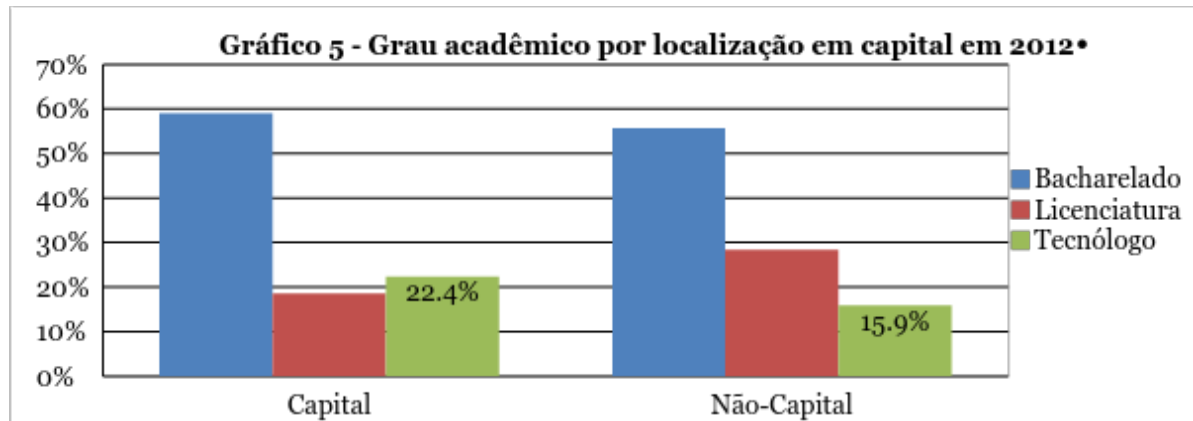


Conforme podemos ver no gráfico acima, à exceção do grupo de cidades com PIB per capita anual acima de 40 mil reais, quanto maior o PIB per capita dos municípios interioranos, maior tende a ser a participação percentual de cursos privados. As capitais apresentam percentual de cursos públicos de 27,2% do total, número ligeiramente menor do que a categoria de municípios do interior com PIB per capita anual entre 15 a 20 mil reais. Assim, novamente, verifica-se que há não-capitais com certas características que apresentam, agrupadas, percentuais menores de cursos particulares do que as capitais, enquanto outras apresentam percentuais maiores. Ou seja, assim como há cidades mais ricas e mais pobres do que as capitais no interior, há também cidades com maior e menor percentual de participação das instituições públicas no total de cursos de graduação oferecidos.

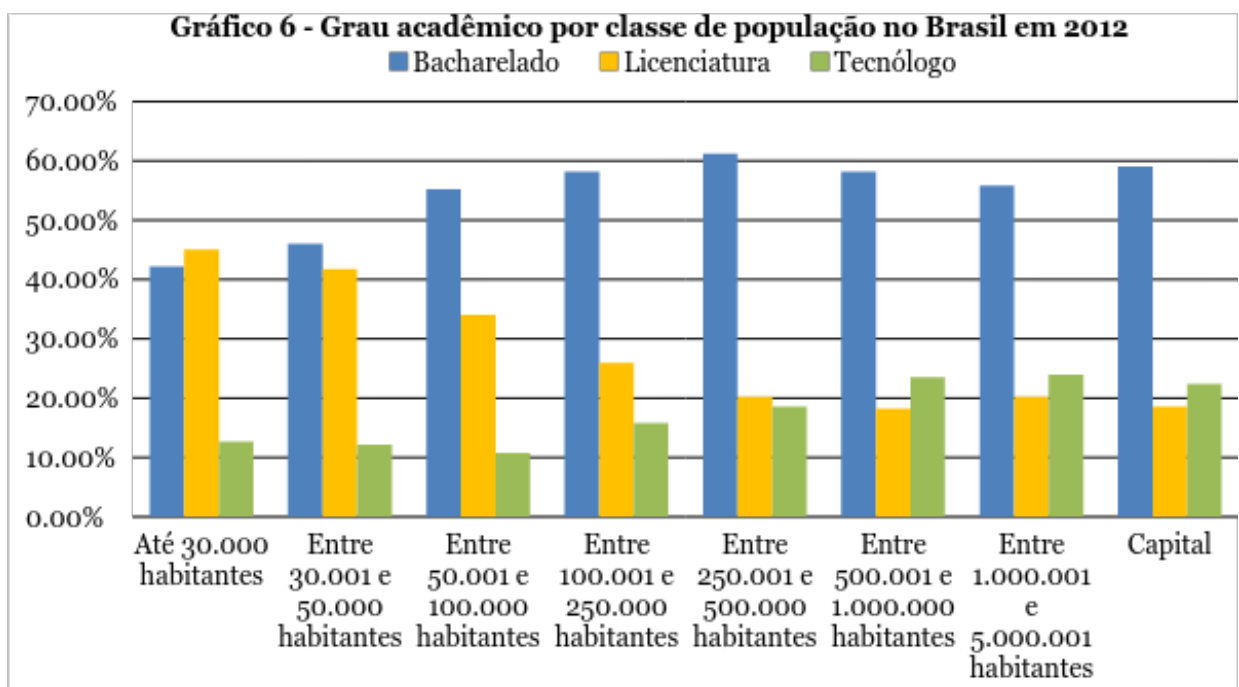
Se quisermos ver a relação da rede não com a população, nem com o PIB per capita, mas com a importância da cidade, medida como grau de centralidade ou posição na hierarquia urbana pelo REGIC (IBGE, 2007), encontraremos também muita diversidade dentro do interior. Conforme vemos no gráfico abaixo, a maior participação percentual de cursos privados é visto nas periferias dos grandes centros (as áreas de concentração populacional) e a maior participação percentual de cursos públicos é vista nos centros locais (as cidades cuja influência apenas se limita ao próprio município). Assim, tanto a maior como a menor concentração relativa de cursos públicos está dentro do interior, e só pode ser encontradas por variáveis que conseguem qualificar e diferenciar as não-capitais entre si.



Apesar das características institucionais do sistema de ensino superior terem sido nosso foco até agora, as heterogeneidades do interior também repercutem no tipo de cursos que são ofertados. Podemos vê-lo, por exemplo, analisando os dados relativos ao grau acadêmico dos cursos oferecidos em 2012 e vendo se há diferença sistemática dentro do interior.

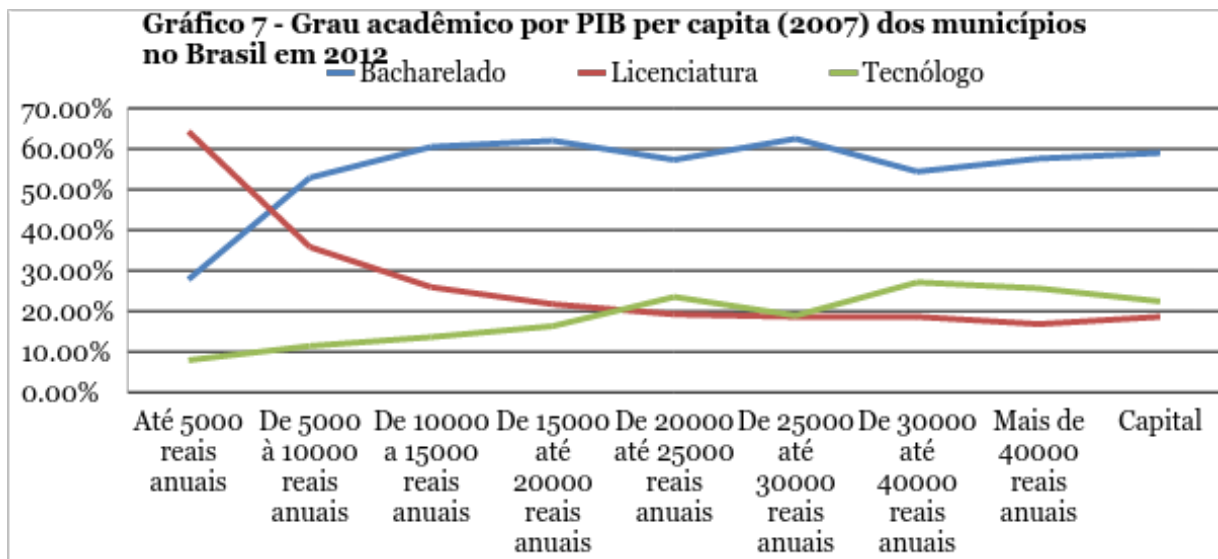


No gráfico acima vemos que, vistas em conjunto, as não-capitais têm menor percentual de cursos de bacharelado e tecnológico do que as capitais, enquanto, por outro lado, têm maior percentual de cursos de licenciatura. Quando dividimos o interior por população (abaixo), entretanto, vemos que a heterogeneidade do interior faz com que haja grandes diferenças na oferta de cursos dos diferentes graus acadêmicos entre as categorias populacionais: as categorias de cidades com menos de 100 mil habitantes têm entre um terço e mais da metade do total de seus cursos na área de licenciatura; ao passo que as de cidades com mais de 250 mil habitantes oferecem mais cursos tecnológico, em relação ao total, do que as capitais, e os oferecem em percentual duas vezes superior ao das cidades com até 100 mil habitantes.



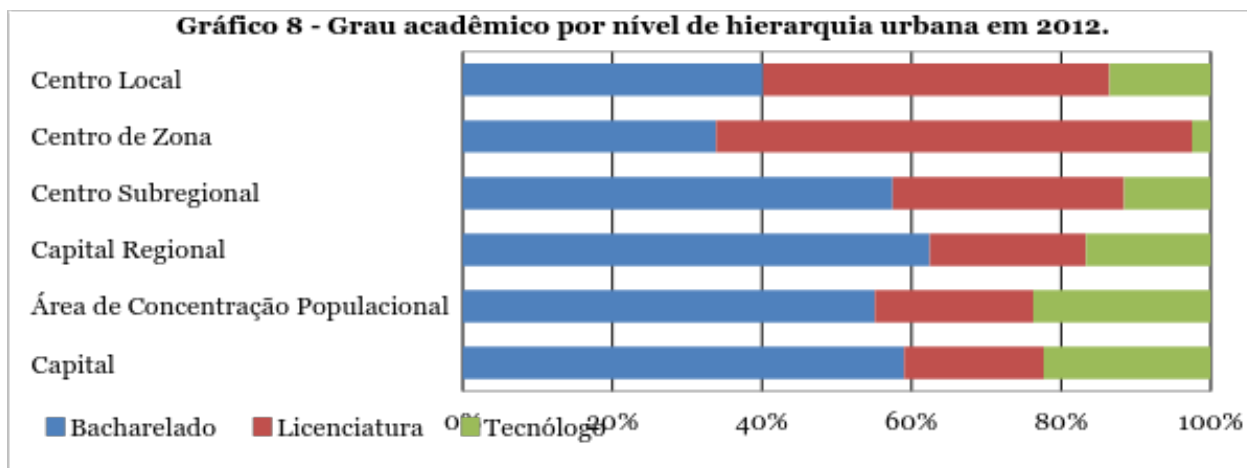
Se quisermos dividir os municípios do interior pelas categorias de PIB per capita (abaixo) e de porcentagem do PIB municipal que é produzido pela indústria, veremos uma tendência similar: menor percentual de cursos de licenciatura quanto maior o PIB per capita e a participação da indústria no PIB municipal. Análises não incluídas por falta de espaço mostram que um maior percentual de PIB industrial também parece estar ligado a um menor percentual de cursos de educação, e a um maior

percentual de cursos nas áreas de ciências sociais, negócios e direito; ciências, matemática e computação; saúde e bem estar social; e engenharia, produção e construção.



No gráfico acima vemos que o percentual de licenciatura nas capitais (18,6%) é maior do que nos municípios pertencentes a maior faixa de PIB per capita no interior (16,8%), e idêntico ao das faixas imediatamente anteriores. Verifica-se também uma tendência a uma maior participação percentual dos cursos tecnológicos quanto maior o PIB per capita anual até a quinta categoria (20 a 25 mil reais anuais), e uma grande diferença no percentual de bacharelados entre os municípios com PIB per capita inferior e superior 5000 reais anuais (1ª e 2ª categorias).

O gráfico a seguir, o último dessa seção, mostra uma tendência similar àquela do anterior, dessa vez classificando os municípios por lugar na hierarquia (REGIC). Esse gráfico nos mostra que, para entender o interior, temos que levar em consideração que existem, além das capitais e grandes cidades de interior, os chamados entornos metropolitanos - as periferias das metrópoles. Se essas periferias têm um perfil diferente do das metrópoles com as quais estão interligadas, elas têm, também, um perfil diferente daquele do resto do interior. O gráfico abaixo demonstra que as cidades com este perfil, a chamada área de concentração populacional (ACP), possuem maior percentual de cursos tecnológicos do que as capitais e qualquer parte do interior, embora tenham menor percentual de bacharelados do que as capitais, as capitais regionais, e os centros sub-regionais.



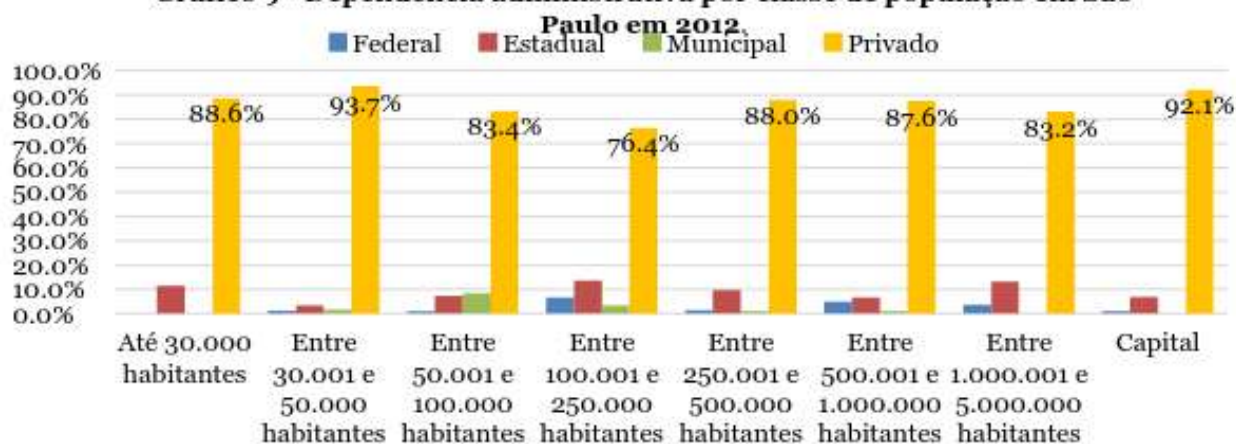
O gráfico 8, além disso, nos mostra uma tendência das cidades menos centrais a terem percentuais maiores de cursos de licenciatura, tendência bastante coerente com as observadas anteriormente. O nível de hierarquia urbana é especialmente interessante por mostrar que as cidades do interior que concentram uma série de centralidades (como serviços, comércio e influência regional) também têm diferenças significativas em relação às outras quando olhamos apenas aspectos do sistema de ensino superior. Talvez, na verdade, o que estejamos vendo seja justamente que, no Brasil, a interiorização do ensino superior ocorre principalmente nas cidades do interior que já são centrais, ricas e populosas, por um lado; e, por outro, nas cidades do entorno das grandes metrópoles.

Apesar de ter apresentado apenas as variáveis de dependência administrativa, rede e grau acadêmico, podemos notar que há grande diversidade dentro do interior, mesmo se considerando o Brasil como um todo. Essas diferenças se repetem e complexificam quando incluimos outras variáveis na análise (como a área do curso, por exemplo); o que não some, entretanto, é a conexão entre as características do interior e as do sistema de ensino superior. Com essa primeira parte do trabalho, espero ter conseguido comprovar a necessidade de se melhor entender e dividir o interior para estudar a verdadeira interiorização do sistema de ensino superior; além de mostrar que há ligações importantes entre algumas heterogeneidades dos municípios do interior e seus sistemas de ensino superior. Agora partimos para tentar melhor entender essas ligações entre as características do sistema e dos municípios, com base nos dados para os estados de São Paulo e da Bahia.

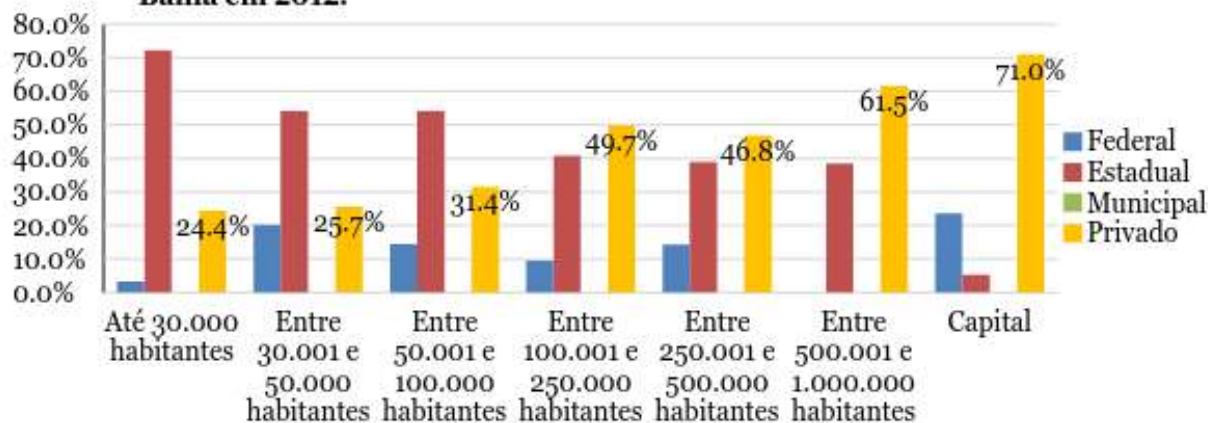
2.2 São Paulo e Bahia

Passamos agora para uma investigação um pouco mais profunda dos interiores dos estados de São Paulo e da Bahia. Primeiramente, temos que alertar que ambos são estados com muitas particularidades, e, assim, as tendências encontradas para estes não podem ser generalizadas acriticamente para suas regiões. Apesar disso, esses dois estados interessam, pois são os mais populosos de suas regiões, e, além disso, por terem um interior relativamente forte e diversificado.

Começamos, então, com os gráficos de dependência administrativa (abaixo), onde poderemos ver que as tendências são muito diferentes entre São Paulo (gráfico 9) e Bahia (gráfico 10), assim como entre esses estados – principalmente São Paulo – e a tendência nacional.

Gráfico 9 - Dependência administrativa por classe de população em São

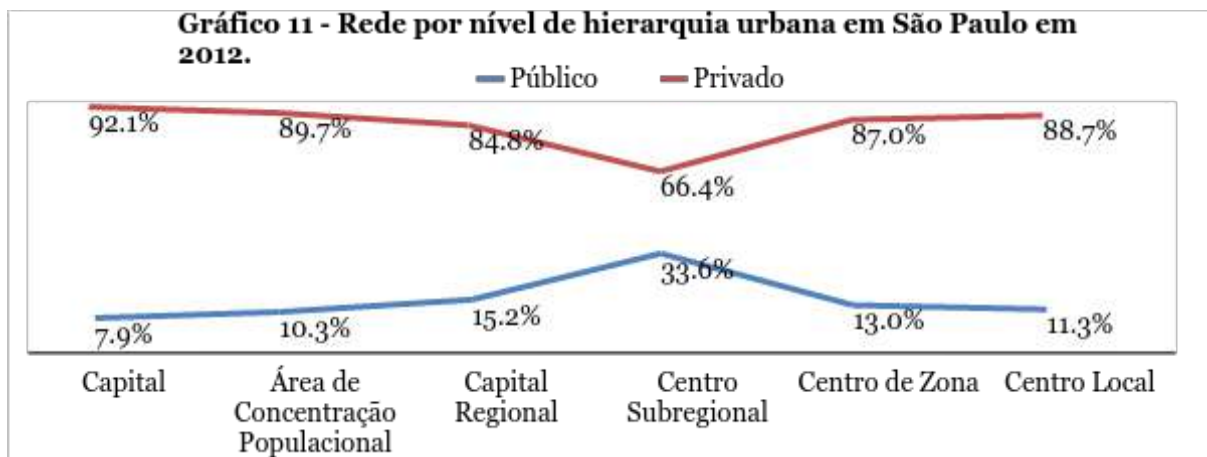
Nesse primeiro gráfico, relativo a São Paulo, podemos ver que a tendência nacional de maior participação do setor privado nas maiores cidades não se repete ali. A causa principal disso parece ser o tamanho relativamente grande do setor privado no estado, que cresceu 136% entre 2002 e 2012, comparado com um aumento de 236% na Bahia, indicando uma possível saturação do mercado. Em São Paulo o setor privado representa entre 75 e 94% do total de cursos em 2012, com participação mínima para as cidades entre 100 e 250 mil e máxima para aquelas entre 30 e 50 mil habitantes. Na Bahia, ao contrário de São Paulo, vemos muito que há maior percentual de cursos privados quanto maior a população, a partir de 30 mil habitantes (com exceção na classe entre 250 e 500 mil).

Gráfico 10 - Dependência administrativa por classe de população na Bahia em 2012.

O que vemos na Bahia é uma oposição entre a maior participação dos cursos particulares nas cidades maiores e a maior participação percentual dos cursos estaduais nas cidades menores. Aqui, gostaríamos de apontar que foi verificada uma tendência similar ao testarmos as variáveis de PIB per capita (no caso, usamos categorias diferentes de PIB per capita para os dois estados, baseados nos quintis de PIB per capita do total de municípios em cada um deles): ao contrário de São Paulo, na Bahia verificamos uma relação entre o maior PIB per capita do município e um maior percentual de cursos privados. Não se pode relevar, entretanto, o fato de que o limite inferior do quintil mais rico de municípios da Bahia é bastante interior ao limite superior do quintil mais baixo de São Paulo, ao que

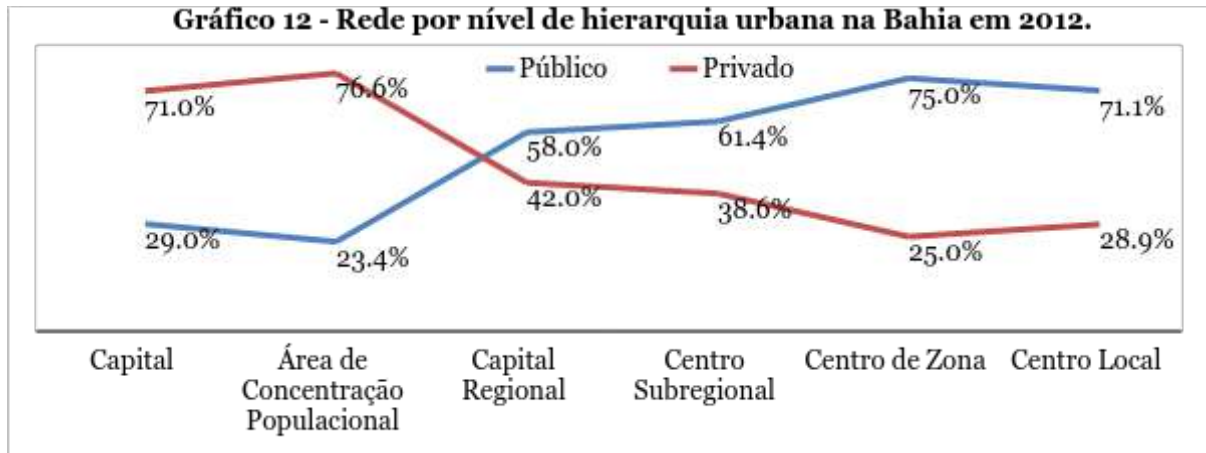
se pode pensar que os cursos privados estejam associados mais a uma renda mínima do que ao maior PIB per capita, mesmo na Bahia.

Quanto à dependência administrativa, em São Paulo as cidades com menos de 100 mil pessoas congregam 13,8% do total dos cursos públicos no estado, ao passo que na Bahia as cidades nessas faixas de população somam 38,9% do total dos cursos públicos no estado. A partir disso, podemos entender que em São Paulo a interiorização dos cursos públicos acontece principalmente nas cidades médias (entre 100 e 1000 mil habitantes representando 58,2% do total); enquanto na Bahia há maior foco nas cidades pequenas (mesmo pela diferença da rede urbana dos dois estados). Essa ideia parece ser corroborada pelos resultados obtidos utilizando as categorias de hierarquia urbana do IBGE:

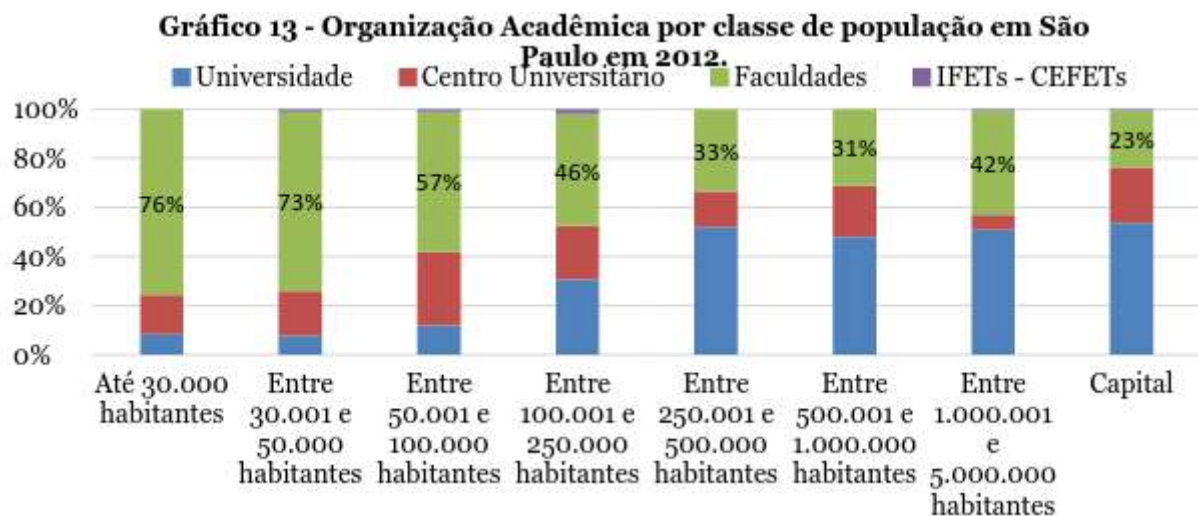


O gráfico acima nos mostra que, em São Paulo, há uma clara sobre-representação relativa de cursos públicos nos centros sub-regionais, que são aqueles que se caracterizam por polarizarem certa região, mas terem área de atuação e atividades menos complexas do que as da capital regional (REGIC, 2007, pag. 11). Assim, pode-se pensar que em São Paulo a interiorização planejada pelos poderes públicos se concentra nos municípios do interior que polarizam pequenas regiões (em suma, cidades médias), para alcançar maior capilaridade, mas sem ter a capacidade de pulverização da rede particular, que é muito desenvolvida no estado. O contraste com a Bahia é notável.

O que se vê na Bahia (gráfico abaixo) é uma maior participação percentual dos cursos públicos quanto menor é a centralidade dos municípios – ou seja: há relativamente mais cursos privados nos municípios que mais centralizam também outros serviços, comércio, redes de informação, entre outras características (REGIC, 2007, pag. 131). Assim, podemos entender que há uma dificuldade das instituições particulares em chegar aos municípios do interior mais profundo da Bahia, dificuldade que não se observa no mesmo grau em São Paulo. Muito dessa situação, entretanto, é devida à herança histórica de um sistema muito pequeno, dado que os níveis que viram maior crescimento do setor privado entre 2002 e 2012 na Bahia foram os centros sub-regionais e os centros de zona (crescimento de respectivamente 520 e 333%). Com base nessas e em outras análises das áreas dos cursos – que infelizmente não couberam aqui – pode-se suspeitar que o papel do sistema público é diferente em São Paulo e na Bahia: no primeiro busca a diversificação dos cursos no interior de média centralidade, e, no segundo, chegar ao interior de menor centralidade com cursos de licenciatura.



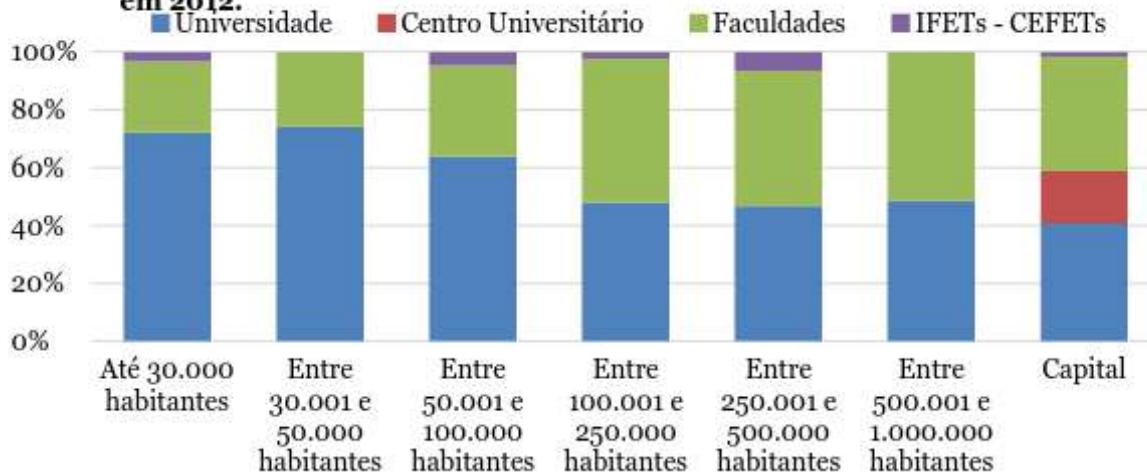
Outra divergência interessante no padrão do sistema de ensino superior entre Bahia e São Paulo está na organização acadêmica. No interior de São Paulo (abaixo), podemos ver uma tendência de maior participação das faculdades na oferta de cursos quanto menor a população dos municípios, até a categoria de limite superior de 1000 mil habitantes. Essa menor participação percentual de faculdades na oferta é contraposta por um maior percentual de cursos universitários nas classes entre 30 e 500 mil habitantes. Em São Paulo, assim, há um corte: nas cidades com mais de 250 mil habitantes, a maioria dos cursos é oferecidos por instituições universitárias, enquanto naquelas com menos de 250 mil habitantes, a maioria é oferecida por faculdades.



Quando olhamos a presença, em São Paulo, de cursos universitários em relação ao PIB per capita dos municípios, também encontramos uma relação indicando que maior PIB per capita está associado a um maior percentual de cursos universitários em São Paulo (tendência oposta a da Bahia). No interior da Bahia (abaixo), ao contrário de São Paulo, o aumento da participação de universidades na oferta de cursos ocorre quanto menor é a cidade, assim como aumenta (como visto anteriormente) a participação de instituições públicas. Essa diferença central entre São Paulo e a Bahia pode ser relacionada ao fato de que as pequenas cidades paulistas são, em geral, mais ricas, oferecendo melhores mercados para as instituições privadas. O fato de haver maior percentual de cursos universitários nas maiores cidades de São Paulo, pensamos, pode estar por sua vez relacionado tanto a

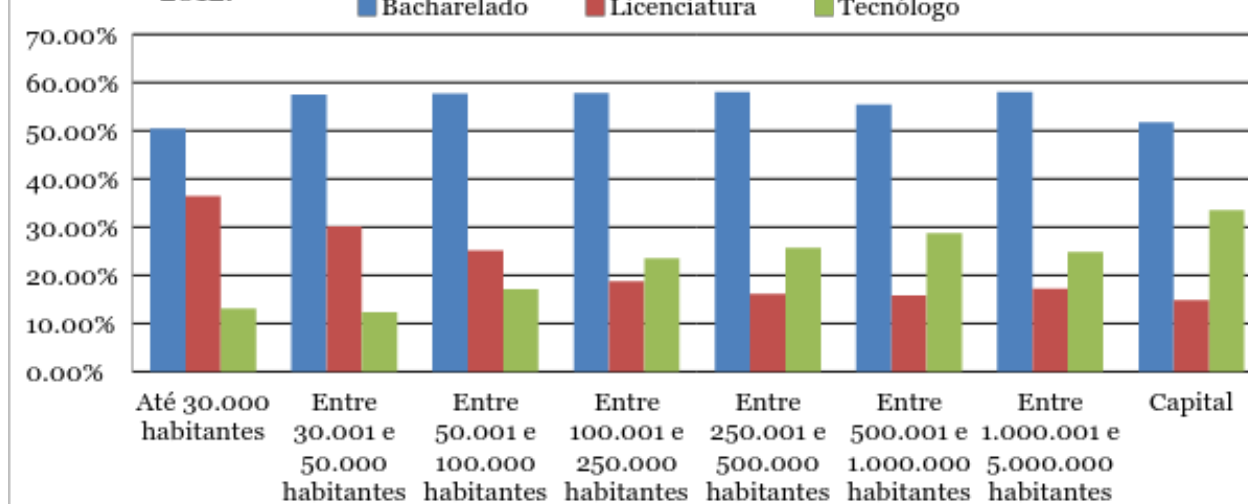
essas cidades serem mais ricas, como a terem instituições mais antigas, formadas quando a legislação era outra. Esses dados parecem indicar que, em São Paulo, os cursos universitários estão associados às maiores cidades, e, na Bahia, às instituições públicas (e assim a cidades menores).

Gráfico 14 - Organização Acadêmica por classe de população na Bahia em 2012.



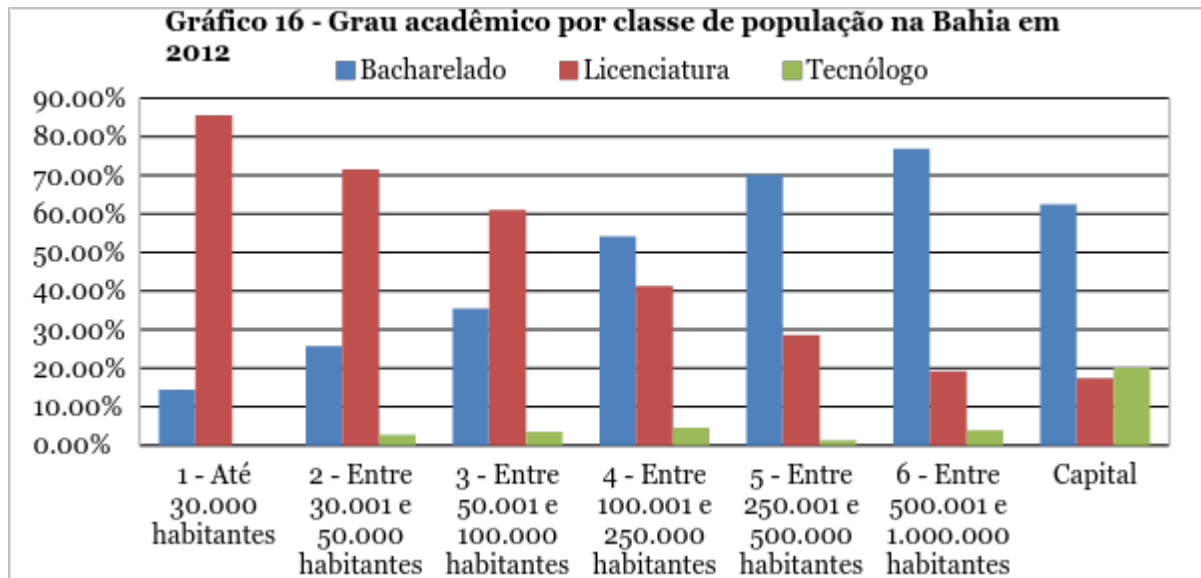
Até agora olhamos o perfil institucional do sistema de ensino superior de São Paulo e da Bahia; devemos, então, nos voltar ao perfil dos cursos, para ter uma visão um pouco mais abrangente da situação geral. Verificamos, então, abaixo, a relação de grau acadêmico por classe de população:

Gráfico 15 - Grau acadêmico por classe de população em São Paulo em 2012.



Nota-se logo que, em São Paulo, o percentual dos cursos oferecidos que são de bacharelado é muito alto para todas as categorias, entre 50 e 60 por cento tanto nas menores cidades quanto na capital. Há, entretanto, maior variação no percentual de licenciaturas e de tecnólogos, com uma tendência a maior número dos primeiros e menor número dos segundos quanto menor for a classe de população dos municípios. Na Bahia, ao contrário, apenas na capital há número maior de tecnólogos do que licenciaturas. Ao vermos o gráfico abaixo verificamos que na Bahia a oferta de cursos de tecnólogo é muito pequena, e a participação percentual dos cursos de bacharelado se opõe principalmente a participação dos de licenciatura, ambos variando muito de acordo com a categoria de

população dos municípios. Desta forma, a Bahia contrasta com o quadro visto em São Paulo (gráfico 15), onde a participação percentual dos cursos de bacharelados é estável, e a participação dos cursos técnicos é associada à população municipal. Os dados para grau acadêmico, assim, mostram que as desigualdades entre estes estados superam as desigualdades internas a cada um deles.



Destacamos que os resultados obtidos com as categorias de PIB per capita foram próximos daqueles descritos acima: na Bahia, quanto maior o PIB per capita, menos licenciaturas e mais bacharelados (e um pouco mais tecnológicos); e, em São Paulo, quanto maior o PIB per capita, em geral, menos licenciaturas e mais tecnológicos. Comparando com São Paulo, o interior da Bahia tem maior percentual de cursos de licenciatura e menor de tecnológicos. Em ambos os estados, entretanto, a maior população das cidades está ligada à menor oferta relativa de cursos de licenciatura.

As tendências vistas até agora para os dois estados, quando olhamos para o grau acadêmico por classe de população, são muito parecidas com aquelas obtidas quando olhamos para a centralidade – ou hierarquia urbana – das cidades. Infelizmente, por falta de espaço, os resultados obtidos para o nível de hierarquia urbana não poderão ser mostrados, então apenas descreverei as principais observações: percebe-se, coerentemente com o dito anteriormente, em São Paulo, uma ligação entre maior centralidade das cidades, ou posição mais central na hierarquia urbana, e maior percentual de cursos de tecnólogos e menor percentual de licenciaturas; sendo que, fora das áreas de concentração populacional (ACPs), há também relação com o maior percentual de bacharelados. Encontra-se também uma grande diferença entre as ACPs e qualquer outra área do interior: as ACPs apresentam percentual bastante maior de cursos tecnológicos. Uma análise que fundisse as ACPs e o resto do interior não veria essas diferenças.

Na Bahia, por outro lado, encontramos novamente que a principal diferença é o tamanho relativo dos graus de licenciatura e de bacharelado, sendo que o segundo é maior nas capitais, ACPs e capitais regionais (as mais importantes do interior) e o primeiro é maior nos centros sub-regionais, centros de zona e nos centros locais. Também vemos que na Bahia, ao contrário de São Paulo, o percentual de cursos tecnológicos, fora da capital, não chega nunca a 10% do total. Nesse sentido, vê-se

novamente que há grande diferença entre o interior de São Paulo e da Bahia, além, é claro, das grandes heterogeneidades que cada um desses tem dentro de si: no primeiro encontramos mais cursos de tecnólogo, e, no segundo, mais cursos de licenciatura; a proporção de bacharelados no total de cursos é mais estável em São Paulo que na Bahia, onde estes se contrapõem com a licenciatura mais.

Além disso, é importante dizer que, mesmo desconsiderando que o universo de cidades com curso superior é relativamente pequeno dentro do total de municípios no país, há uma grande concentração do total de cursos em relativamente poucas cidades. Estas efetivamente concentram a maioria da oferta de cursos de ensino superior, tanto em São Paulo como na Bahia, e mesmo dentro do interior. Se formos avaliar os quintis de PIB per capita aproximados de cada um dos dois estados, veremos que apenas 2% (25) dos cursos oferecidos na Bahia estão nas cidades do quintil mais baixo de PIB per capita, número que chega a 1% (74) em São Paulo, e nos faz questionar a ideia de uma profunda interiorização do sistema de ensino superior. Como trabalho na primeira tabela com quintis de PIB per capita do total dos municípios, cada categoria conteria um quinto do total de municípios paulistas, menos a capital - inclusive aqueles onde não há oferta de cursos de ensino superior-; na segunda tabela, ao contrário, trabalha-se com os quintis de PIB per capita dos municípios onde se oferece curso de ensino superior no ano de referência (2012).

Tabela 1: Quintis aproximados de PIB per capita dos municípios (2007) por número de cursos de ensino superior em São Paulo e Bahia, 2012.

	São Paulo		Bahia	
	N de cursos	%	N de cursos	%
Quintil mais baixo	74	1%	25	2%
	210	3%	31	2%
	476	6%	25	2%
	1624	20%	109	7%
Quintil mais alto	2960	37%	714	46%
Capital	2608	33%	651	42%
Total de cursos	7952	100%	1555	100%

Vemos acima que a concentração de cursos nas cidades ricas do interior é grande, principalmente na Bahia. Mesmo ao olhar os quintis apenas das cidades com cursos de ensino superior (abaixo), veremos que a diferença existe. Como os valores de limite dos quintis sobem ao se desconsiderar os municípios onde não há oferta de cursos de nível superior, podemos concluir que maior PIB per capita municipal é um fator que está conectado com a oferta destes cursos. Vemos, então, que o PIB per capita está conectado com a existência, o tamanho e a diversidade do sistema de ensino superior no interior do país, e, novamente, que o interior é muito heterogêneo. Mais uma vez,

nota-se que medir a interiorização apenas contando o número de cidades com cursos de ensino superior, e pensando o interior como uma estrutura homogênea, pouco diz sobre a realidade.

Tabela 2: Quintis aproximados de PIB per capita dos municípios (2007) com cursos de ensino superior por número de cursos em São Paulo e Bahia, 2012.

	São Paulo		Bahia	
	N de cursos	%	N de cursos	%
Quartil mais baixo	349	4%	42	3%
	790	10%	30	2%
	1037	13%	57	4%
	1278	16%	244	16%
Quartil mais alto	1890	24%	531	34%
Capital	2608	33%	651	42%
Total de cursos	7952	100%	1555	100%

Ao final deste trabalho, algumas conclusões genéricas podem ser tiradas: as heterogeneidades do interior se refletem em grandes heterogeneidades nos sistema de ensino superior dos diversos municípios do interior (1), há, então, cidades mais centralizadoras, geralmente maiores, mais ricas e mais industrializadas, no interior, que possuem um sistema de ensino superior mais diverso, mais complexo e maior do que a grande maioria das não-capitais do país (2); e, assim, a categoria interior, por si só, é insuficiente para entender as verdadeiras dinâmicas do interior e das capitais brasileiras, mesmo se as abordando apenas do ponto de vista do ensino superior (3).

Conclusão

Neste trabalho, vimos que diversos autores da bibliografia de sociologia da educação, e mesmo agências governamentais como o MEC, ao tratarem da interiorização do ensino superior, não estão atentos nem à diversidade do interior, nem à diversidade do ensino superior. Vimos também como essa forma de trabalhar o interior pode estar ligada a forma como os dados do INEP estão organizados, e algumas soluções possíveis para trazer a diversidade do interior e a diversidade do ensino superior para a análise. Trazendo esses dois elementos, graças a riqueza dos dados utilizados, tentei comprovar a importância de não se tratar o interior como uma categoria homogênea e fazer pequena contribuição no caminho para um melhor entendimento do processo de desconcentração geográfica da oferta de cursos do ensino superior.

Concluimos, fundamentalmente, que as heterogeneidades do interior estão relacionadas às características do sistema de ensino superior encontrado nas não-capitais, de forma que o interior não pode ser considerado em bloco por aqueles que pretendem medir, estudar ou planejar políticas públicas relativas a ele. Notamos que as variáveis escolhidas (centralidade, PIB per capita e população dos municípios), além de mostrarem a influência da heterogeneidade do interior no perfil do ensino

superior oferecido nas cidades, estão associadas a certos perfis específicos de cursos e instituições. Além disso, discutimos as diferenças principais entre a Bahia e São Paulo e vimos que, apesar delas, muitas vezes há maior disparidade dentro do interior de cada um dos estados do que entre cidades do mesmo porte, nível de centralidade ou PIB per capita em dois estados diferentes.

Em especial, vimos que uma maior população, riqueza e centralidade dos municípios parecem estar associadas a uma maior participação relativa do ensino privado na oferta de cursos no nível nacional, sendo que a riqueza dos municípios (como PIB per capita) parece ter um papel especial - delimitar um tipo de “mínimo” sem o qual a oferta de cursos pagos é inviável. Também vimos que estas mesmas características estão ligadas a uma maior participação de cursos de bacharelado e técnicos, e uma menor participação de cursos de licenciatura (estes mais comuns nas cidades mais pobres, menores e menos importantes). Vimos como essas tendências se diferenciam em São Paulo e na Bahia, sendo que em São Paulo as universidades são mais fortes nas cidades mais centralizadoras, ricas e populosas, onde há também muitos cursos privados; neste estado, as públicas se concentram em cidades médias e de média centralidade. Na Bahia, por outro lado, vimos que as universidades são mais fortes nas cidades menos centralizadoras, ricas e populosas, onde há mais cursos públicos; neste estado, as públicas parecem ter maior peso quanto menor e menos centralizador é o município, ficando as particulares e as faculdades nos municípios mais populosos, ricos e centralizadores.

Vimos também que há, dentro do interior, municípios que polarizam uma série recursos que, se misturados com o resto das não-capitais, não nos permitirão ver a real dimensão das desigualdades entre o interior e capital, e entre as cidades do interior. Parece haver uma tendência das cidades mais centrais, com maior posição na hierarquia urbana – e que já centralizam serviços, comércio, administração pública etc –, a receberem maior oferta e variedade de cursos de ensino superior público e privado, e, desta forma, se tornarem centrais também na oferta do ensino superior. Essa tendência parece se repetir tanto entre as maiores cidades quanto entre aquelas com maior PIB per capita. É possível que essa tendência se dê meramente por sustentabilidade da oferta, mas dada a importância dos cursos públicos nas cidades médias paulistas, não podemos descartar a importância e o papel do planejamento estatal na constituição dos sistemas de ensino superior dos municípios do interior.

NOTA

*O autor, à época da submissão, cursava o sétimo período de Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participava de um projeto de pesquisa vinculado ao Núcleo Interdisciplinar sobre Desigualdade (NIED) do IFCS, sob a orientação dos professores Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes e Elisa Maria de Conceição Pereira Reis. E-mail: filipe.virt@gmail.com

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R.. **Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos**. Anais do 14º E. N. de Estudos Populacionais, Caxambú, 2004.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

CUNHA, L. A.. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, Out. 2004.

DOURADO, L. F.. **Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios?**. Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 104, p. 891-917, Out. 2008.

FRAUCHES, C. da C.. **Novas Normas para Centros Universitários**. 2010. Disponível em: <<http://www.ilape.edu.br/artigos/celso-frauches?start=5>>. Acesso em 18 de Jun. 2016.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007 – REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M.. **Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 31, n. 2, p. 296-313, 2011.

MELO, P. A.; DE MELO, M. B.; NUNES, R. da S.. **A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil**. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação**. Proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012.

_____. **Balanco Social 2003-2014**. Brasília: SESu, sd.

NEVES, C. E. B.. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. 350 Congresso da Associação de Estudos Latino Americanos (LASA), São Francisco, 2012.

RISTOFF, D.. **Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização**. Cadernos do GEA, n. 3, 2013.

RIEDER, Arno. **A interiorização da educação superior no Brasil: caso do Mato Grosso**. Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL, Set-Dez. 2011.

SAMPAIO, H. M. S.. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Revista Ensino Superior Unicamp. 9. ed., n. 11, out. 2011.

_____. **Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos**, em M. L. Barbosa (org.), Ensino superior: expansão, diversificação, democratização. Rio de Janeiro 2013, 7 Letras.

SAVIANI, D.. **A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poésis Pedagógica, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 4-17, abr. 2011. ISSN 2178-4442.

VARGAS, H. M.. **Interiorização do ensino superior: um debate à luz de Tocqueville**. Boletim SOCED, v. 4, 2007.

Recebido em //2016

Aprovado em //2017

ECOLOGIA POLÍTICA DE UMA ANTROPOLOGIA SIMÉTRICA: PENSANDO A DEMOCRACIA PELA COSMOPOLÍTICA

POLITICAL ECOLOGY OF A SYMMETRICAL ANTHROPOLOGY: THINKING
DEMOCRACY THROUGH COSMOPOLITICS

*Rafael Damasceno Ramalho Pereira**

Cite este artigo: PEREIRA, Rafael Damasceno Ramalho. Ecologia Política De Uma Antropologia Simétrica: Pensando A Democracia Pela Cosmopolítica. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.115-127, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: Diante de um mundo em crise precisamos de uma teoria social em crise. Tendo a Sociologia e a Ciência Política resistido a aceitar a falibilidade de suas teorias e conceitos face à conjuntura moderna, é na crise de mais de 30 anos da Antropologia onde encontro respostas para refazer a discussão sobre o político. Tomando como base a obra do filósofo e antropólogo das ciências, Bruno Latour, buscarei mostrar neste artigo como a antropologia da ciência e a etnologia amazônica podem contribuir para uma reflexão ontológica sobre a democracia, em que a ecologia política é um dos desafios centrais. Pretendo traçar o caminho de uma sociedade humana separada da Natureza (mononaturalismo) rumo a um novo coletivo cosmopolítico.

Palavras-chave: Ecologia política; Antropologia da ciência; Etnologia amazônica; Democracia; Catástrofes

Abstract: Facing a world in crisis we need a social theory in crisis. Having Sociology and Political Science resisted to accept the fallibility of their theories and concepts in front of the modern conjuncture, it is in the over-30-years crisis of the Anthropology I find the answers to bring back the debate over the political. Using the work of the philosopher and anthropologist of science, Bruno Latour, as a basis, I'll intend to demonstrate in this article how the anthropology of science and the amazonian ethnology may contribute to an ontological reflection over democracy, in which the political ecology is one of the main challenges. I'll attempt to trace the path of a human society apart of Nature (mononaturalism) on the course to a new cosmopolitical collective.

Keywords: Political ecology; Anthropology of Science; Amazonian ethnology; Democracy; Catastrophes

Já é possível imaginarmos o fim do capitalismo" – disse o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro no Colóquio *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*[1]. As discussões acerca do futuro da humanidade abrem cada vez mais espaço para modelos em que a dialética trabalho-capital não está mais presente; e por mais que esses modelos não

ultrapassem o âmbito das ideias, seu surgimento é um sintoma evidente da crise da combinação entre democracia e capitalismo.

Há, contudo, uma dúvida generalizada sobre o modelo econômico-político a ser seguido, consequência de uma das mais assustadoras conjunturas já vivenciadas pelo jovem capitalismo financeiro. Num passado recente, vimos pequenos créditos de risco (*subprimes*) revirarem nações inteiras, pequenas plataformas de petróleo lançarem acidentalmente mais de 400 mil toneladas de petróleo direto em nossos oceanos, e reformas previdenciárias e fiscais alterarem de um dia para o outro as preocupações e os destinos de milhões de jovens mundo afora. Aqueles países ditos de Primeiro Mundo observam o retrocesso de seus quase plenos direitos sociais, ao mesmo tempo que dão conta de que estes foram, outrora, construídos às custas das nações subdesenvolvidas.

Parecia que corríamos na direção de um mundo perfeito (democrático, meritocrático, compreensível, etc.) que funcionaria corretamente e sem muitos desvios de percurso: um mundo plenamente moderno. A Ciência nos fazia crer que nada fugiria de sua capacidade explicativa, enquanto a Política nos assegurava que a justiça e o bem-estar não estavam tão longe. Eis que nos deparamos com uma crise que não é só do Capital. Estão por todos os lados eventos, seres, fenômenos, catástrofes que solapam a investigação científica ao mesmo tempo que deixam imóvel o Estado e tudo o que é instituição política. Como Bruno Latour afirma no primeiro capítulo de *Jamais Fomos Modernos*: vivemos a crise da Modernidade. Um "portador" da cada vez mais atual e famosa síndrome do pânico (mais um exemplar dos incompreensíveis híbridos, como veremos adiante) surtaria completamente caso encarasse a falibilidade moderna com tamanho pragmatismo. A capacidade resolutiva dos modernos parece estar se desfazendo.

Ainda no Colóquio, Viveiros de Castro disse que o fim do capitalismo não significa necessariamente um futuro melhor, tanto pelo fato de que um modelo totalitário pode surgir, quanto (e principalmente) pelo fato de que não deixaremos para trás o Antropoceno: ainda permaneceremos, por muito tempo, nesta Idade da Terra - ou da "geohistória", como diz LATOUR (2015) - em que o impacto global das ações humanas se torna uma força geológica. Fugimos de um socialismo que ao tentar acabar com a exploração do homem pelo homem, multiplicou-a indefinidamente; chegamos a um ponto em que

Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas [...] De fato, os socialismos destruíram ao mesmo tempo seus povos e seus ecossistemas, enquanto que os do Ocidente setentrional puderam salvar seus povos e algumas de suas paisagens destruindo o resto do mundo e jogando os outros povos na miséria. (LATOUR, 1994: 14)

Diante desta constatação me pergunto: o que está por trás das inúmeras "bandeiras" (capitalismo, socialismo, terceira via, etc.) que cometeram os mesmos erros? Que aspectos exatamente apresenta uma democracia perfeita, ou pelo menos que aspectos deve apresentar a busca por ela? Essa tal política que toma conta das relações sociais e, conseqüentemente, do processo democrático é arquitetada por quem e a partir de quê? Bastaria botar em prática as já inventadas e belas políticas sociais e ecológicas para resolvermos nossos problemas? Neste trabalho, pretendo mostrar que o

caminho para a emancipação, para a superação das catástrofes modernas, não só ultrapassa as desejadas medidas que garantem direitos sociais e civis iguais a todos, mas que essas próprias medidas podem ser fruto de uma falta de sensibilidade com o Outro, gerando consequências incomensuráveis. Tendo em vista tal objetivo, realizarei um desdobramento crítico da ideia de perspectivismo de Viveiros de Castro. Longe de querer propor, contudo, uma teoria antropológica do desenvolvimento baseada numa contra-antropologia dos indígenas, minha proposta reflexiva é bem mais pragmática. Tendo como base a obra do filósofo e antropólogo das ciências, Bruno Latour, buscarei mostrar, neste artigo, como a antropologia da ciência e a etnologia amazônica podem contribuir para uma reflexão ontológica sobre a democracia, em que a ecologia política é um dos desafios centrais.

1. A crise da modernidade: a metafísica moderna e a proliferação dos híbridos

Dentro do domínio das Ciências Sociais, são inúmeras as definições de modernidade: Anthony Giddens e seu conceito de modernidade reflexiva; Zygmunt Bauman e sua modernidade líquida; Ulrich Beck e a sociedade de risco, entre outras. No entanto, poucas parecem tão em sintonia com nossos tempos quanto a definição elaborada por Bruno Latour. Segundo este autor, podemos definir o moderno como sendo aquele que pensa através da separação metafísica natureza/cultura que teria sido fundada no século XVII no embate entre o cientista da natureza Robert Boyle (polo natureza) e o cientista político Thomas Hobbes (polo cultura/sociedade). Com a invenção do laboratório por Boyle fica nítida a independência de dois polos que se articularam em oposição. De um lado a política: uma vez que seria impossível todos os indivíduos falarem suas demandas, suas opiniões e efetivamente tomarem decisões, uma única entidade, o Leviatã, fala e age por todas elas, através do Estado e do contrato social; de outro lado a ciência natural: uma vez que são os fatos concretos e naturais expressos nas coisas que nos mostram a verdade objetiva, é no laboratório onde, com o intermédio dos cientistas, as coisas, que não têm voz, poderão finalmente "falar". Desde então, a ciência vem fazendo seus experimentos com pouca ou nenhuma regulamentação política, e a política vem tomando decisões sem considerar as produções científicas e sem, nem mesmo, abranger os não-humanos. Separa-se o mundo natural do mundo social em busca de uma purificação crítica que nos leve à objetividade, seja ela no âmbito das coisas, seja no âmbito moral e ético. A receita moderna para a apreensão da realidade e, conseqüentemente, para o sucesso é: "só a inumanidade irá subjugar a inumanidade. Só a Ciência, que não é feita pelo homem, irá proteger um Estado em constante risco de ser feito pela multidão. Sim, a Razão é a nossa muralha da China, nossa Linha Maginot contra a perigosa e intemperante multidão." (LATOURE, 2001: 248).

Com isso, perde-se tanto o fato de que a Ciência foi invenção dos humanos modernos - e que é constantemente refeita e reproduzida pelos mesmos, sendo, portanto, demasiado humana a manutenção de sua autoridade[2] -, quanto o fato de que a Política não é feita sem as coisas, sem a materialidade, sem os não-humanos, nem sem a própria Ciência. O alerta que Latour nos faz é que não existe nada que esteja efetivamente em um dos polos do conhecimento moderno, tampouco existe essa purificação dos saberes, que proliferou estes híbridos que são ao mesmo tempo naturais, sociais, discursivos, etc. O autor nos faz perceber que há um enorme problema em conceber os entes

(quaisquer que sejam) como uma simples mistura de tipos puros. Pegar um ser humano e "dissecá-lo" entregando a parte biológica ao biólogo, a parte social ao sociólogo, a parte discursiva ao linguista e assim por diante, é fundar o conhecimento moderno numa realidade que não existe. Seria, portanto, essencial dar conta desses dois processos: a purificação crítica e a proliferação dos híbridos (tradução); e por mais paradoxal que possa parecer, Latour afirma que quando dermos conta que ambos se desenvolvem em paralelo, não só deixaremos de ser modernos, como perceberemos que jamais o fomos, uma vez que nossa metafísica terá se desfeito. Já não precisamos de grande esforço para isso, já que "o crescimento dos quase-objetos [híbridos] saturou o quadro constitucional dos modernos." (LATOURE, 1994: 55). A crise da modernidade já está acontecendo e, conseqüentemente, a crise de tudo o que é instituição moderna.

Ao pegarmos, por exemplo, o impasse que os governos e organizações científicas vivem diante das catástrofes ambientais, o que Latour diz parece ficar evidente. Não se sabe como agir diante do buraco da camada de ozônio, do vazamento de petróleo, do derretimento das geleiras e etc., uma vez que é impossível classificá-los como problemas sociais, ou políticos, ou discursivos ou naturais. A capacidade deliberativa das instituições modernas está extremamente limitada pelos seus polos purificados do conhecimento. A objetividade e a máxima resolução de problemas prometida pela Constituição moderna não passaram de falácias: "as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos." (LATOURE, 1994: 14).

Posso responder, portanto, a questão pela qual iniciei: "o que está por trás das inúmeras bandeiras (capitalismo, socialismo, terceira via, etc.) que cometeram e ainda cometem os mesmos erros?". Algumas dessas bandeiras se preocuparam, pelo menos na teoria, em elaborar um modelo socioeconômico democrático em que todos fossem resguardados pelo Estado, beneficiados pelo saber absoluto das ciências da natureza e, logo, seriam iguais perante a lei e teriam iguais oportunidades dentro da sociedade. Todas elas ou faliram ou estão hoje em queda livre, perdidas diante de um mundo repleto de híbridos. A Ciência enquanto saber absoluto e melhor instrumento para lidar com a realidade suprime a multiplicidade de pontos de vista e de modos de existência. O que está por trás dos erros cometidos muitas vezes é uma maneira de enxergar o mundo, uma metafísica que separa o natural do social (do discursivo, do psicológico, etc.) que promete ser pragmaticamente capaz de solucionar os problemas do mundo, e mais, que se acha excepcional em relação às outras. Nesse debate a antropologia já progrediu faz tempo. A crítica a Lévy-Bruhl, que começou com Edward Evans-Pritchard e alcançou seu apogeu com *O pensamento selvagem* (1962) de Claude Lévi-Strauss, nos mostrou que os pré-modernos também pensam e encontram respostas rigorosas e lógicas para os problemas da realidade. Ao invés de seguir a perspectiva estruturalista, que aborda as *diferenças* como diferenças epistemológicas, pretendo aqui embalar na muito falada "virada ontológica" da antropologia, que as pensa como ontológicas, ou seja, como diferentes modos de ser e estar no mundo. Há mundos diferentes do nosso; a epistemologia pressupõe que há um único mundo e diferentes formas de conhecê-lo.

É necessário que natureza e sociedade deixem de ser termos explicativos e se tornem algo que requer uma explicação conjunta. Onde acharemos nossas respostas? Nesses outros mundos? Na metafísica ameríndia (pré-modernos, segundo Latour) estudada, por exemplo, por Eduardo Viveiros de Castro ou enfim na realização plena da democracia liberal que, apesar de sair vencedora da Guerra Fria, não vive um momento de trégua pois ora é atacada pelos resquícios (cada vez mais fortes) das experiências totalitárias do século XX, ora é impedida pelo neoliberalismo?

2. Imanência e transcendência: a incoerência dos modernos

Para sustentar sua ciência, sua política e, logo, sua Constituição, os modernos precisaram pressupor algumas garantias essenciais e ao mesmo tempo paradoxais para a sua metafísica. Num primeiro momento era necessário afirmar que a natureza não é uma construção nossa, que nos transcende infinitamente, ao mesmo tempo em que se afirmava que a sociedade, essa sim, é construção de nós humanos e é imanente à nossa ação. Imediatamente após a invenção do laboratório por Boyle, ao "construir" natureza dentro de quatro paredes, afirma-se que ela é, agora, imanente. Em paralelo, o polo cultura/sociedade se encontra num entrave: por mais agência que possamos ter, a sociedade nos molda, nos impõe estilos de vida, nos ultrapassa e nos transcende infinitamente. Por fim, temos as garantias da Constituição moderna enunciadas por Bruno Latour:

Primeira garantia: ainda que sejamos nós que construímos a natureza, ela funciona como se nós não a construíssemos. Segunda garantia: ainda que não sejamos nós que construímos a sociedade, ela funciona como se nós a construíssemos. Terceira garantia: a natureza e a sociedade devem permanecer absolutamente distintas; o trabalho de purificação deve permanecer absolutamente distinto do trabalho de mediação. (LATOURE, 1994: 37)

A essa capacidade de mobilizar a dupla imanência e transcendência é que os modernos devem todo o seu sucesso. O etnocentrismo assim como seus mitos sobre a excepcionalidade moderna jamais teriam existido - pelo menos não desta forma - sem uma metafísica que se supõe invencível. Imagino o editor chefe de um grande jornal falando sobre a manchete do dia: "Terremoto no Japão? Digam que não temos controle nenhum sobre a natureza. Desenvolveram canhões de elétrons? Digam que estamos reproduzindo o Big Bang no LHC. O CEO da empresa X é de família pobre? Digam que cada indivíduo constrói sua realidade socioeconômica. Estão todos tirando *selfies*? Digam que os jovens de hoje estão se comportando e seguindo modas disseminadas pelas redes sociais.". A imanência ou transcendência da sociedade ou da natureza são utilizadas quando convém. E me parece que a Ciência, com o surgimento do laboratório e a conseqüente separação entre natureza e sociedade, tem papel central na discussão do etnocentrismo e do relativismo, afinal

Nós, ocidentais, não podemos ser mais uma cultura entre as outras, porque mobilizamos também a natureza. Não mais, como fazem as outras sociedades, uma imagem ou representação simbólica da natureza, mas a natureza como ela é, ou ao menos tal como as ciências a conhecem (LATOURE, 1994: 96).

Cabe ressaltar aqui que o termo relativismo, que vem da discussão sobre etnocentrismo[3] e da perspectiva multiculturalista, pressupõe, mesmo proposto por modernos bem intencionados, como correta uma única ontologia. Com frequência imagino um típico militante e defensor do meio

ambiente indo visitar uma aldeia na Floresta Amazônica, tendo na cabeça várias imagens - vistas nos filmes que já assistiu sobre os indígenas - fazer o seguinte comentário ao chefe da tribo: "Nossa, sempre me impressionei com o amor e respeito que vocês sentem pela natureza!". Nos filmes, o chefe responderia: "É preciso que vocês também amem e respeitem a natureza.", mas na realidade a resposta seria uma pergunta: "Quem é essa tal natureza de quem você fala?". Sim, a pergunta é "Quem?" e não "O quê?". Um aspecto importantíssimo da metafísica ameríndia ao qual me debruçarei a partir de agora.

3. Perspectivismo ameríndio

Antes de mais nada, precisamos desmistificar a proporção política que a obra de Viveiros de Castro vem ganhando recentemente. O perspectivismo e o multinaturalismo não acusam a oposição entre natureza e cultura de não existir; basta buscarmos as referências teóricas do antropólogo para percebermos que ele é demasiado estruturalista para desconsiderar um par em oposição como esse: "Como está claro, penso que a distinção natureza/cultura deve ser criticada, mas não para concluir que tal coisa não existe (já há coisas demais que não existem)." (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 349). Encontrar respostas na teoria antropológica e na etnologia indígena para o problema da democracia implica, exatamente, o reconhecimento de que a separação metafísica dos modernos existe e funciona desde há muito tempo até os dias de hoje. O perspectivismo tem como base um solo muito específico: as terras baixas da Amazônia. Seu valor etnológico numa discussão mais ampla sobre democracia e ontologia dos modernos é enorme, mas não podemos deixar de considerar seu limite etnográfico. Eduardo Viveiros de Castro é muito rigoroso em sua argumentação e talvez não pudesse imaginar o potencial homogeneizante que suas ideias teriam sobre a produção etnográfica. Não se pode perder as nuances etnológicas das pesquisas de Viveiros. Mais do que resolver todas as questões modernas, o perspectivismo está aí para nos mostrar e nos pôr em contato com múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo.

Para adentrar no perspectivismo propriamente dito, cabe discernimos o que chamamos de *ponto de vista* nesta discussão sobre ontologia. Dois seres que possuem dois pontos de vista diferentes, neste caso, não são só seres que pensam diferente, mas seres que enxergam o mundo e, conseqüentemente, vivem em mundos distintos: não há um único evento que cada ser enxergue de um jeito, mas sim dois eventos paralelos (LIMA, 1996). O ponto ao qual quero chegar é o de contrastar a ontologia ameríndia com a moderna mostrando que é na primeira onde acharemos um exemplo metafísico alternativo que nos fará refletir - não significa que nos dará soluções ou que nos alçará à Iluminação - acerca dos impasses do capitalismo e do Antropoceno, através do reconhecimento de múltiplas ontologias e da coexistência possível[4] de pontos de vista diferentes. Parece-me inegável, diante da argumentação latouriana, que nossos conceitos modernos de natureza e cultura não entraram e jamais entrarão intactos no Antropoceno[5]. O que demos conta é de que

como modificou o fluxo de todos os rios, o *anthropos* é o mais importante fator de mudanças de todas as bacias hidrográficas do mundo; ele é também o principal agente na produção e distribuição do ciclo do nitrogênio; por causa do desmatamento, ele se tornou um dos principais fatores da erosão acelerada; e claro, seu papel no ciclo de carbono se tornou tão imenso quanto o grau de sua cumplicidade no

desaparecimento das espécies; ao ponto de ser responsável por isso que se chama "a sexta extinção global". (LATOURE, 2014: 29, tradução do autor)

No entanto, como aponta Latour, o Antropoceno não é uma extensão do antropocentrismo. Para solucionar os problemas ecológicos não basta fazermos uma reconciliação da natureza com a sociedade, em outras palavras, reintegrar o homem à natureza (a metáfora de "pisar na terra com o pé descalço"). Pois essa reconciliação pressupõe a linha que divide o natural do social, e o Antropoceno contorna e passa muito longe dessa divisão: a natureza e a sociedade não aguardam tranquilamente serem reconciliadas; se aguardam alguma coisa, é serem minimamente problematizadas enquanto conceitos. Antes de adentrarmos, com efeito, no perspectivismo, é preciso ressaltar que a nossa distinção entre natureza e cultura não poderia ser utilizada para descrever a cosmologia ameríndia sem passar por uma crítica etnológica rigorosa (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 348).

O perspectivismo se diferencia, e muito, do nosso relativismo cultural. Esse, o relativismo, pressupõe uma natureza estável com uma cultura instável que varia tanto quanto existem povos diferentes (o multiculturalismo), enquanto aquele, o perspectivismo, nega a existência de uma natureza única, transcendente e que se mostra igual a todos os seres do Planeta Terra. O que prevalece igual para todos os seres (animais, plantas, pedras, seres humanos, etc.) é a capacidade de ter, ou melhor, de ser um ponto de vista. Não existe a relação sujeito-objeto verificada no conhecimento Ocidental, uma vez que tudo o que existe é um sujeito, que é capaz de ter uma visão de mundo. Parece que o polo estável é o da cultura - caso pensemos através de nossa metafísica -, já que aquilo que chamamos de "alma" parece estar presente em tudo o que existe, enquanto os corpos, ou seja, o natural, é o espaço de emergência das diferenças[6]. "[...] o etnocentrismo europeu consiste em negar que os outros corpos tenham a mesma alma; o ameríndio, em duvidar que outras almas tenham o mesmo corpo." (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 381). Enquanto o conhecimento moderno se estrutura na lógica da Ciência do laboratório de Robert Boyle, a maneira de conhecer apresentada pelos ameríndios se estrutura na política, mas não aquela Política que mencionei e que atribui à Thomas Hobbes. Quando um indígena busca entender alguma doença, por exemplo, ele não pergunta "que disfunção é esta que provoca esses sintomas em mim?", mas sim "quem está causando esses sintomas em mim?". Esta maneira de apreender o mundo é política no sentido que, no perspectivismo, tudo o que acontece é fruto de uma intencionalidade, todas as relações interespecíficas são relações de divergência uma vez que as próprias coisas e seres são pontos de vista distintos. "O maior perigo da vida está no fato de que a comida do homem consiste quase inteiramente em almas", diz o antropólogo Kaj Birket-Smith citando um xamã esquimó (BODENHORN *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 391, nota de rodapé).

Mas então não estariam os indígenas somente invertendo nossa metafísica? Não estariam eles colocando a cultura/sociedade como polo estável e o natural como mutável ao mesmo tempo que em que mantêm a linha que os divide? Responder "sim" a essas perguntas seria um enorme equívoco. Em primeiro lugar, nós Ocidentais pensamos essas categorias através de uma concepção substantivista. Como apontei anteriormente, para nós modernos, natureza e sociedade são nomes, são termos explicativos; para os indígenas essas categorias indicariam a posição de um ser enquanto sujeito, não

um nome, mas um marcador enunciativo (pronome). Eles jamais opuseram humanos e não-humanos, uma vez que natureza e cultura integram um mesmo campo sociocósmico. Os ameríndios ultrapassam o largo do Grande Divisor cartesiano que separou humanidade de animalidade, sua concepção social do cosmos (e cósmica da sociedade) antecipou as lições fundamentais da ecologia, que apenas agora estamos em condições de assimilar (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 369 e 370). Essa sabedoria ecosófica é aquilo de que carecemos na modernidade. O reconhecimento ontológico do Outro, seja ele humano ou não-humano, é, ao meu ver, o modelo político que Gaia sonha em ter. É um modelo que, ao invés de buscar incondicionalmente a igualdade e o direito de participar de um projeto unilinear rumo à modernidade, aceita as diferenças e dá espaço para os potenciais e os devires de cada ser do Planeta Terra. Qual será a maneira moderna de encontrar um regime como esse?

4. Modernidade e os Holocaustos

Diante do que expus até agora, percebo que o etnocentrismo Ocidental e suas sucessivas invasões - que se iniciaram no século XV, mas que se estendem até os dias de hoje - tiveram consequências muito mais extensas do que poderíamos imaginar. Muito mais do que uma imposição econômica e uma exploração dos povos indígenas, africanos e da natureza, o projeto realizado no continente americano foi o de uma imposição metafísica. Um dos espaços etnográficos do perspectivismo - que contém inclusive uma porcentagem considerável das florestas, da biodiversidade e da água mundiais - é também o lugar onde as políticas governamentais mais desconsideram a pluralidade ontológica. No Brasil, os indígenas, os animais, as plantas etc. atrapalham, enquanto sujeitos, todo e qualquer objetivo do modelo de desenvolvimento vigente. Categorias foram surgindo para encaixá-los no progresso, no entanto nenhuma delas parece devolver a posição de sujeito que outrora tiveram. "Essa ideia, a da Amazônia como corpo para exploração, corpo sem sujeito, a ser dominado, submetido e violado, que ganha uma forma na ditadura e símbolos como este, continua bastante hegemônica no senso comum." (BRUM, 2015). Eles são "pobres" e objetos das políticas assistencialistas.

Há uma tentativa recorrente de esvaziar os indígenas de identidade para liberar suas terras para a exploração privada. [...] Como não é mais possível tratar os indígenas como "não gente", agora o que se diz deles é que "têm terra demais" ou que "não são índios de verdade". [...] Como os indígenas se tornaram o que se chama de "sujeitos de direitos", é preciso tirar deles tanto o "sujeito" - razão da frase "não são índios de verdade" - quanto o "direito" - "têm terra demais". (BRUM, 2015)

A falta de sensibilidade dos governos cujas diretrizes estão mergulhadas de corpo inteiro na metafísica Ocidental - até porque a centralização política e criação do Estado é resultado da bipartição natureza/cultura como vimos anteriormente -, está no fato de que seu ponto de vista é defendido como sendo superior, o que se dá por meio de um discurso científico. No entanto, esse "pseudodiscurso científico se deteriora rapidamente em verdadeira ideologia" (CLASTRES, 1974: 35). Para os modernos, a nossa cultura e projeto de desenvolvimento é a imagem do que os indígenas necessitam ser. O "pobre" é aquilo que não devemos ser, enquanto o "rico" é aquilo que devemos constantemente almejar; entre eles há somente os menos pobres, aqueles que percorreram somente uma parte do caminho rumo à modernidade. Os planos de desenvolvimento econômico no Brasil, por exemplo, têm como cenário as paisagens e típicos ecossistemas latino-americanos, e realiza suas mega obras no

território brasileiro, mas também em países vizinhos, através de parcerias. Usinas hidrelétricas enormes[7], estradas de concreto passando no meio da mata virgem, entre outras. A população tradicional das regiões onde são realizadas as obras é forçada a se curvar diante desses projetos; são removidos de suas aldeias e/ou cidades; são privados de seus estilos de vida e atividades laborais. "Aqueles que foram 'realocados' ou 'reassentados' estão distantes de seu modo de vida, de seu trabalho, de seus laços de afeto e de solidariedade, da única vida que conheciam. [...] Aqui, é a conversão de pescadores e agricultores em pobres que testemunhamos." (BRUM, 2015). Tudo isso porque precisa-se de mais infraestrutura e de mais energia para sustentar o estilo de vida moderno-ocidental. Deixa-se para trás a ideia de que a vida humana se adaptaria à Terra; vigora uma visão de que a Terra se adapta à existência humana - ou que pelo menos é modificada radical e conflituosamente por ela.

Não só as nossas instituições são vistas como as melhores, como tudo o que é tecnologia, estrutura social, política, conhecimento etc. encontraria sua mais desenvolvida e verdadeira forma na modernidade. Vemos nossa metafísica como sendo a única verdadeira e à qual todos devem chegar. "Por trás das formulações modernas, o velho evolucionismo permanece, na verdade, intacto." (CLASTRES, 1974: 202). Os discursos parecem seguir o politicamente correto, mas por trás das práticas políticas se esconde, efetivamente, a dimensão ontológica do etnocentrismo e do imperialismo moderno. A metafísica moderna não é a única verdadeira, e vem se mostrando como a mais nociva tanto para os humanos entre si quanto para os demais habitantes do Planeta Terra.

Voltamos à centralidade da ciência (e da maneira moderna de apreender o mundo) na discussão sobre democracia e política: foi a ciência, e somente ela, que serviu de dogma para o domínio absoluto da natureza. Ao fazer uma releitura crítica do famoso *Mito da Caverna* de Platão, LATOUR (1999) percebe como o filósofo grego fundou de maneira sagaz, hilária e paradoxal uma ruptura entre uma Assembleia das coisas - onde estariam acomodados todos os não-humanos, donos da verdade e da objetividade - e uma Assembleia dos humanos - todos ignorantes e tagarelas da ficção (com exceção dos cientistas que saberiam transpor o abismo entre as duas assembleias) -, ou seja, esta separação metafísica que viemos analisando desde o início deste artigo:

A dupla ruptura [do Mito] da Caverna não é fundada a partir de nenhuma investigação empírica, nem a partir de nenhum fato de observação, ela é mesmo contrária ao senso comum e à prática cotidiana de todos os sábios [cientistas] [...] Para que esta ideia de dupla ruptura resista por séculos a todas as evidências contrárias é que uma poderosa razão deve manter uma necessidade dela. Essa razão só pode ser política - ou religiosa. (LATOUR, 1999: 26, tradução do autor)

A sustentação de nossa Constituição não é sequer compatível com nossos princípios empiricistas, racionais e científicos. A Natureza parece ser, portanto, a grande religião política dos modernos. Essa categoria serviu para justificar a inferioridade técnica e metafísica dos pré-modernos ao mesmo tempo que colocava a moderna como superior, como se outras metafísicas e tecnologias não dessem conta de manter a vida em comum. Os modernos mobilizam sua ontologia e suas tecnologias para manterem a vida em sociedade (a qualquer custo, e sempre separada da natureza); os indígenas mobilizam as suas para manterem uma vida sociocósmica, através de guerras e trocas constantes entre interior e exterior (suas aldeias e os demais habitantes da floresta, respectivamente).

Se entendermos por técnica o conjunto dos processos que se munem os homens, não para assegurarem o domínio absoluto da natureza (isso só vale para o nosso mundo e seu insano projeto cartesiano cujas consequências ecológicas mal começamos a medir), mas para garantir um domínio do meio natural adaptado e relativo às suas necessidades, então não mais podemos falar em inferioridade técnica das sociedades primitivas: elas demonstram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade industrial e técnica. (CLASTRES, 1974: 203)

Não há, portanto, hierarquia no campo da tecnologia nem no campo da ontologia. É por estabelecer uma hierarquia que a metafísica moderna parece não poder mais coexistir com nenhuma outra. Os pré-modernos até vêem suas respectivas ontologias como as melhores, no entanto, não há retórica científica para elevá-las ao absoluto. Em nome dessa hierarquia, os socialistas, os capitalistas, enfim, os modernos cometeram mais de um Holocausto. Matam bilhões de sua própria espécie e trilhões de outras, ao mesmo tempo que pregam a paz.

Conclusão

Este exercício reflexivo trata, portanto, da Ecologia Política e não de políticas ecológicas. Como aponta LATOUR (1999),

os movimentos "verdes" [ou seja, a Ecologia Política militante], querendo dar à natureza uma dimensão política, tocaram no coração disso que chamamos Constituição moderna. [...] encarregados de proteger a natureza, os movimentos ecológicos ainda conservam a concepção de natureza que torna impraticável seu combate político (LATOUR, 1999: 34; tradução do autor).

Mas é exatamente nesta falha em que está o trunfo da Ecologia Política militante. Ao contrário da teoria na qual estão apoiados, os movimentos "verdes" encontram na prática uma vida pública que se constitui em um único coletivo. Ao tentar etiquetar o que imaginamos ser uma crise da Natureza (aquecimento global, tsunamis, inundações, etc.), a militância se depara com uma crise da objetividade[8]. Espera-se que ela se preocupe só com baleias encalhadas em praias do Brasil ou pinguins mortos por conta de um vazamento de petróleo, mas, na prática, acaba tendo que se ocupar simultaneamente das ciências, da natureza e da política. Seria injusto classificarmos esse movimento e pensamento, a Ecologia Política, como aquilo que "teria feito penetrar as preocupações da natureza na consciência política." (LATOUR, 1999: 49; tradução do autor). Mais do que isso, ela torna compreensível o caráter político da ordem natural. Basta ir a campo, acompanhar as catástrofes naturais e a produção científica para enxergarmos melhor esses híbridos que nossa teorias sociais e ciências naturais não são capazes de entender. Apresenta-se como necessária uma reforma da Ecologia Política sob a luz da sociologia e da antropologia da ciência, assim como sob a luz de uma Antropologia Simétrica (tal como proposta por LATOUR [1994]). Somente a Ecologia Política pode aproveitar em sua plenitude o potencial de um estudo simétrico da ciência, questionando o que concebemos como *a composição do mundo comum*.

Mas então, como proceder? Estaria a democracia liberal escondendo, por detrás de todos os seus problemas, esse modelo político cujo potencial de reconhecimento ontológico é o que esperamos? Ou precisaríamos inventar um modelo completamente novo, uma democracia ontológica? Mas, efetivamente, como essa democracia poderia se dar? Adentraríamos as florestas e praticaríamos o

animismo e o perspectivismo ameríndios? Esta tem sido a injusta acusação que as demais ciências humanas que estudam o desenvolvimento (sociologia do desenvolvimento, socioantropologia do desenvolvimento, economia, etc.) direcionam para as reflexões da antropologia em relação ao seu objeto de estudo. Deixar para trás toda tecnologia e estilos de vida modernos me parece muito romântico, mas pouco prático e viável, e a teoria antropológica como um todo me parece concordar com isso. Pouco percebemos, mas, bem devagar, caminhamos rumo a um novo formato de democracia (ontológica) através do âmbito jurídico e legislativo[9], que exige, ao mesmo tempo em que produz, uma redefinição de pressupostos metafísicos.

Não só a relação dos humanos entre si é mediada por aquilo que chamamos de objetos (híbridos, quase-objetos), como há mais não-humanos dentro deste Planeta que chamamos de Casa, do que propriamente humanos. É necessário, num primeiro momento, que a democracia se estenda a esses não-humanos. Eles precisam ser sujeitos dentro do Direito, não pseudosujeitos. Eles precisam, assim como a Ciência, entrar na Democracia. Os animais, enquanto sujeitos, devem ter o direito de habitar e/ou beber águas limpas, e não as empresas que devem ser proibidas de lançar dejetos químicos nos rios; as florestas devem receber indenizações aos moldes do direito civil; os produtos das ciências devem sofrer regulamentações/restrições assim como os indivíduos humanos recebem. Tudo isso já caminha a passos curtos no âmbito jurídico, o que abre um amplo campo para uma antropologia e sociologia empíricas. Não há mais espaço para algumas práticas modernas, precisamos reconhecer que a nossa sociedade é um único coletivo para, então, termos uma democracia cosmopolítica. 🌐

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 8º período do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro E-mail: rafael.d.ramalho@gmail.com.

[1] Colóquio Internacional *Os Mil Nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra*, realizado entre os dias 15 e 19 de setembro de 2014, na Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro-RJ Brasil, pelo departamento de Filosofia da PUC-Rio e pelo PPGAS do Museu Nacional-UFRJ.

[2] Ver LATOUR e FABRI (1977).

[3] A discussão sobre etnocentrismo na antropologia exige mais do que uma resposta categórica. Vejo como um desdobramento essencial dessa discussão uma retomada histórica dos argumentos antropológicos desconstrutores da visão etnocêntrica. Assim, passaríamos desde os evolucionistas, pela escola culturalista norte-americana, pelo estruturalismo francês de Lévi-Strauss, pelos escritos de Pierre Clastres, pelos pós-modernos, até chegarmos, enfim, aos pós-estruturalistas da virada ontológica (Bruno Latour, Roy Wagner, Marilyn Strathern, Eduardo Viveiros de Castro, Philippe Descola, entre outros).

[4] Coexistência esta, não tão harmoniosa e pacífica quanto se possa imaginar, afinal, muitos povos ameríndios vivem (ou viviam) em guerra constante; mostra-se essencial apreender a dinâmica conflituosa tanto da cosmologia ameríndia quanto da democracia. Não devemos nos deixar levar por discursos românticos na teoria social. Está aqui a centralidade da discussão do político: democracia é exatamente a coexistência conflituosa de múltiplas ontologias.

[5] Aqui gostaria de assumir uma dívida deste artigo: a dívida com a *Sociedade de Risco*, de BECK (2010). Por falta de espaço, não pude mobilizar suas ideias; colocá-lo em debate com Latour teria sido, sem dúvidas, muito produtivo, apesar e, principalmente, das divergências centrais que os autores têm entre si. Autor incontornável na discussão sobre a questão ambiental, Beck foi um dos primeiros a

trazer para a teoria social a falibilidade da ciência moderna diante das catástrofes climáticas. Segundo o autor, a sociedade industrial teria continuado nos trilhos da modernidade sob outra forma, a forma da sociedade de risco: na primeira, predominaria a produção de riqueza; na segunda, a produção de risco. Nesta nova configuração, a natureza teria sido absorvida pelo sistema industrial e se transformado de fenômeno externo em interno: seria, portanto, impossível continuarmos a pensar em uma natureza exterior aos humanos.

[6] Vale ressaltar que conceitos como corpo e alma têm seus limites, uma vez que na etnologia se lida o tempo todo com traduções.

[7] "[...] a imagem da hidrelétrica de Belo Monte, aquela monstruosidade humana imposta sobre a floresta lá no meio do Xingu" (BRUM, 2015).

[8] Com o surgimento e a intensificação do risco e do perigo (ambos ultrapassam sem qualquer dificuldade as barreiras de classe, estamento e cultura que os modernos ergueram entre si) na modernidade, a vida comum se vê numa dinâmica repleta de crises: movimentos sociais, reviravoltas epistemológicas, etc. "todos ainda vivem sob o choque antropológico de uma dependência 'natural' das formas de vida civilizatórias, uma dependência experimentada em meio à ameaça e que suspendeu todos os nossos conceitos de 'emancipação' e 'vida própria', de nacionalidade, espaço e tempo." (BECK, 2010: 8).

[9] Vejam que o que constato, a partir da obra de Latour, não corresponde ao que poderíamos chamar de uma "ontologia política eco-anarquista", como defende Viveiros de Castro. Não pressuponho uma percepção e adoção generalizadas por parte dos humanos. Nem mesmo tenho um apocalipse em meu horizonte como algo a se fugir. É na epistemologia constante e na ontologia variável que enxergo o sucesso do sociocosmos moderno, mas, por enquanto, ainda vejo saída no caminho democrático.

REFERÊNCIAS

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010 [1986].

BRUM, E. **Belo Monte, empreiteiras e espelinhos**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html>. Acesso em: 12 de jul. 2016.

CLASTRES, P. **Sociedade contra o Estado**. Edição Cosac Naify Portátil 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2013 [1974].

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991].

_____. **Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie**. Paris: Éditions La Découverte, 1999.

_____. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001 [1999].

_____. **L'Anthropocène et la destruction de l'image du Globe**. In: HACHE, E. (Org.). *De l'univers clos au monde infini*. Paris: Éditions Dehors, 2014 [2013]. pg.27-54.

_____. **Face à Gaïa: huit conférences sur le nouveau régime climatique**. Paris: Éditions La Découverte, 2015.

LATOUR, B. e FABBRI, P. **La rhétorique de la science**. Actes de la recherche en sciences sociales, v.13, n.1, p. 81-95, 1977.

LIMA, T. S. **O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi.** Revista Mana: Estudos de Antropologia Social, v.2, n.2, p.21-47, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 5 de jul. 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Perspectivismo e multinaturalismo na Amazônia indígena.** In: _____. A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2002. p.347-399.

Recebido em 20/09/2016

Aprovado em 02/08/2017

RESENHA DO LIVRO

A FLECHA DO CIÚME: O PARENTESCO E SEU AVESSO SEGUNDO OS AWETI DO ALTO XINGU

BOOK REVIEW

A FLECHA DO CIÚME: O PARENTESCO E SEU AVESSO SEGUNDO OS AWETI DO ALTO XINGU

Clara Fortes Brandão*

Referência completa da obra resenhada: VANZOLINI, Marina. *A Flecha do Ciúme: O parentesco e seu avesso segundo os Aweti do Alto Xingu*. São Paulo: Terceiro nome, 2015.

“A criança cresce depressa demais e se torna um menino com a testa protuberante. Sua mãe adotiva lhe diz para sempre atirar flechas na vertical. Certo dia, uma dessas flechas cai nele e descola a protuberância frontal, que se transforma em outra criança”.

Claude Lévi-Strauss, 1971

O livro *A flecha do ciúme: o parentesco e seu avesso segundo os Aweti do Alto Xingu* (2015), publicado pela editora Terceiro Nome, é resultado de um trabalho de campo desenvolvido de 2006 a 2010 pela antropóloga Marina Vanzolini entre os Aweti, grupo hoje estabelecido à beira dos rios Curisevu, Tuatuari e Mirassol, nas cabeceiras do rio Xingu. A partir de uma descrição minuciosa de certos aspectos da vida desse povo, falante de uma língua tupi, Vanzolini aborda o problema da constituição da pessoa xinguana por meio do funcionamento sociológico do feitiço. O livro designa, nesse sentido, a feitiçaria como a chave para a compreensão do mecanismo ambíguo de produção de inimizade que opera no interior do parentesco xinguano, fazendo com que este pareça nunca se completar. Em outras palavras, o lugar axial da feitiçaria no campo das relações sociais diz respeito à inconsistência entre as relações de semelhança, que formam a identidade grupal, e as relações de diferenciação, que desestabilizam essa unidade de modo contínuo e ininterrupto.

Para chegar ao argumento central do livro, gostaria de chamar a atenção para dois aforismos aweti. Ambos anunciam a singularidade de *A flecha do Ciúme* ao pensar o tema da feitiçaria como ultrapassando uma dimensão exclusivamente política, que a reduz à inserção de corpos sociais externos no interior do sistema Aweti, e colocam a feitiçaria como processo operativo no núcleo sociológico do parentesco. Dentro deste, ela se desdobra, atingindo até a constituição cosmológica da pessoa xinguana. Assim sendo, o primeiro aforismo que gostaria de abordar afirma que *o feiticeiro não é gente*. Ora, uma vez que a convicção xinguana sobre a constituição da pessoa vacila quando se trata de feiticeiros, tal premissa informa sobre o notório (VIVEIROS DE CASTRO, 1996) caráter relacional e posicional do conceito de “gente” nas cosmologias amazônicas, onde o esforço de “tornar-se gente” (condição equivalente à “tornar-se parente”) é continuamente ameaçado pelo perigo de um “destornar-se” gente. A segunda máxima afirma que *todo feiticeiro é antes de tudo um parente*. Tal princípio condensa no interior do parentesco, precisamente, a instabilidade da construção de laços sociais de semelhança, por serem ininterruptamente ameaçados pela produção de feiticeiros-inimigos. O feitiço é, assim, a charneira para entender a infixidez das relações de identidade e diferença, posto que a junção de semelhantes pelo reconhecimento de parentes (assim como humanos ou “gente”) possui como fundo o seu inverso, isto é, a dissociação pelas relações de diferença que provocam as acusações de feitiçaria. Estas suscitam o rompimento de laços e, de quebra, ainda determinam a destituição da humanidade do acusado.

1. O feiticeiro não é gente

No primeiro capítulo do livro, intitulado “Os feiticeiros não são gente”, Vanzolini destaca o arcabouço de relações de semelhança e diferença condensado no termo Aweti *mo’at*, palavra traduzida como “tornar-se gente”. A expressão carrega em si, simultaneamente, o sentido de “antropomorfo”, “humano” (se contrastado com animais, plantas, objetos e espíritos), “organizado culturalmente”, “moral” (se em oposição à imoral), e “xinguano” (em oposição a não-xinguanos e não-índios). Designa, portanto, um congênera, ou uma relação de identidade em diversas escalas contrastivas. Tais relações, em consonância com uma lógica perspectivista, comportam-se como *condições* e não como *classes taxonômicas*. Isto significa dizer que “ser gente” (em aweti “*mo’at*”) não está estabelecido de antemão e depende de um esforço contínuo e ininterrupto de formação da pessoa para não deslizar para seu contrário, “não ser gente” (*mo’at e’ym*).

Tornar-se ou não se tornar “gente”, entre os Aweti, anuncia uma questão simultaneamente ética e estética, desenvolvida no capítulo 4 do livro. Com efeito, trata-se de um problema de ordem moral: a condição para ser *mo’at* é mostrar-se sociável, produtivo, alegre e belo, ao passo que ser *mo’at e’ym’* sugere uma índole antissocial, bravia e irascível. Não obstante, dado o *corpo* como produto, instrumento e sinal decisivo no reconhecimento de humanidade, sua realização aponta acima de tudo para um caráter estético. Como será detalhado no Capítulo 3, intitulado “para fazer gente”, formar um corpo de substâncias, bens e conhecimentos específicos é o cerne do processo de constituição da pessoa (ser *mo’at*). Em vista disso, elementos como adornos corporais, comida, remédios de origem vegetal ou animal, rezas e sonhos devem ser adquiridos por meio de potências alheias. Isto configura a pessoa xinguana como resultado de relações com outros sujeitos e objetos detentores das qualidades almejadas. No entanto, tais relações são sempre perigosas, pois na apropriação de qualidades externas para tornar-se *mo’at*, corre-se o risco de “passar do ponto” e de fato virar outro, *mo’at e’ym’*.

Segundo a etnografia de Vanzolini, o feiticeiro é simultaneamente *mo’at* e *mo’at e’ym’*. Tal ambiguidade, que oscila entre identidade e diferença, gente e não gente, social e antissocial, parente e não parente, será introduzida no Capítulo 1 a partir da comparação entre flechas de *kat* (*kat u’wyp*) e flechas de feitiço (*tupiat*). Os donos das primeiras, os chamados *kat*, são pequenos entes invisíveis ao olho humano que, apesar de não serem gente, agem como tal. Amando demais as pessoas, os *kat* querem levá-las para viver perto de si. Para isso, introjetam suas flechas *kat u’wyp* nos corpos humanos, mas, mesmo sem querer, acabam provocando adoecimento. Assim, tendo em vista curar o doente, promove-se que a comunidade mobilize práticas xamânicas e festas. Nestas, principalmente devido ao compartilhamento de bens que a ocasião propicia, a atualização da humanidade e das relações de parentesco de um coletivo serão impulsionadas.

Da perspectiva aweti, portanto, os *kat* são seres não-humanos que agem como humanos, e findam por compor sociabilidade. Em contrapartida, os feiticeiros são humanos que agem como não-humanos, irrompendo antissociabilidade no processo. Assim, em um ato sumamente perverso e imoral, os *kat* são manipulados pelo feiticeiro em flechas de feitiço (*tupiat*). O conjunto destas técnicas malignas serão explicadas no Capítulo 2, “o que fazem os feiticeiros”. Nas palavras da autora, “viver, no mundo xinguanos, é ser constantemente invadido, afetado, alterado por pessoas e coisas próximas” (VANZOLINI, 2015, p. 148). Contudo, enquanto no cotidiano estas relações de influência ocorrem espontaneamente, neste capítulo vemos como o feiticeiro opera à força, com a intenção de causar mal, uma aproximação artificial na vida de seus parentes, o que arruína as relações e, na maioria das vezes, acarreta na morte da vítima. Pervertendo o que se espera de uma vida entre parentes, as flechas *tupiat* lançadas ou amarradas encurtam drasticamente a distância entre o feiticeiro e o enfeitizado, provocando uma “comunhão corporal entre ambos” (*Id. Ibid.*, p. 184), seja porque o feitiço invade o corpo do enfeitizado, seja porque o feiticeiro invade sua casa para depositá-los. Apesar de operar por atração, no plano sociológico o feitiço denuncia distância, o que expõe o arrebatamento dos laços relacionais de parentesco. No momento do enfeitização, confirma-se que o feiticeiro (antes um parente) é um *outro*, estranho, ciumento, inimigo. Aflitos, os Aweti ratificam que o sujeito que imaginava-se ser humano é não-humano; aquele que antes de tudo imaginava-se ser parente é um não parente.

2. O feiticeiro é antes de tudo um parente

A distinção entre as relações entre *parentes* e *não-parentes* xinguanas se dá através do que Vanzolini chamou de “ética da circulação de bens”. Ora, para que haja a percepção de similitude que faz com que um conjunto de pessoas se afirme como parte de um mesmo corpo coletivo, são formadas redes de compartilhamento de substâncias, bens e palavras. Quando movidas não somente pelo desejo, mas também pelo dever de compartilhar e dar sem expectativa de retorno imediato, estas redes estendem a conexão corporal que une consanguíneos, e assim, fazem parentes. Do outro lado, entre os não-parentes, as relações se dão em termos de troca compulsória e pagamento de serviços, o que marca uma distância relacional própria à afinidade. A título de exemplo, o Capítulo 6, descreve, para além da circulação de bens materiais, a dinâmica de contar histórias e sua (in)versão diretamente “política”, contar fofocas. O compartilhamento de histórias torna as pessoas conhecidas umas das outras, posicionando-as como parentes. Na medida, porém, em que são recebidas como histórias sobre os outros (fofocas), impõem-se as diferenças.

À vista deste sistema, o feiticeiro, movido pela amargura e pelo ciúme diante de uma expectativa frustrada de compartilhamento, lança as flechas de feitiço (*tupiat*). Se a vítima for abatida, seus parentes contratam um “amarrador de ex cabelo” (*ap ut ātsat*), que, retirando mechas de cabelo da vítima, se aproveita da conexão duradoura entre o feiticeiro e o enfeitado, para identificar o primeiro e, idealmente, mata-lo com um contrafeitiço. Se for atingido por esta magia de vingança, a identidade do feiticeiro é revelada e, não raramente, trata-se de um vizinho ciumento de algo que não lhe foi oferecido ou enfurecido porque uma comida pedida lhe foi negada. A relevância do ciúme como sentimento propulsor do feitiço é tal que, precisamente, dá nome ao livro de Vanzolini. Essa mágoa, por irromper principalmente em contextos de divergências amorosas ou conjugais, ou seja, onde há proximidade entre matador e vítima, torna a feitiçaria ainda mais abominável.

Isto posto, a feitiçaria no Alto Xingu é interpretada como resposta a um problema relacional entre pessoas próximas. A originalidade da tese de Vanzolini é compreendê-la como emergindo no interior do círculo mais íntimo da vida social: *o feiticeiro é antes de tudo um parente*. Nas palavras da autora, “enquanto a identificação através do compartilhamento de substâncias, bens e palavras é a própria essência do parentesco, o feitiço, incidindo nesse mesmo campo, e manipulando os mesmos materiais, revela a face obscura da proximidade, o lado negativo do processo de fusão que tem sua face positiva no aparentamento.” (*Id. Ibid.*, p. 338). Ou seja, o compartilhamento de bens pode vir a criar sociabilidade pelo parentesco quando bem-sucedido e, por outro lado, dissociabilidade pela feitiçaria quando ele falha, o que qualifica o feiticeiro que antes de tudo era parente, enquanto um “ex-parente”. Como mostra o Capítulo 5, intitulado “desfazendo parentes”, esse movimento só se torna possível em vista do parentesco, assim como a feitiçaria, constituírem-se tão somente enquanto uma ordenação momentânea de fluxos relacionais. O feiticeiro xingano não é detectável por propriedades intrínsecas, tampouco se constitui enquanto um tipo social. Na verdade, ele é denunciado pela posição que ocupa diante de um outro. Desse modo, é previsto entre os aweti que o processo de composição do parentesco inclua em si mesmo o seu avesso, ou seja, sua decomposição pela feitiçaria. Isto posto, constata-se que “fazer parentes” germina uma tensão permanente, que se justifica por ser intrínseco a este processo estar eternamente diante do perigo iminente de sua ruína, “desfazer parentes”. Sendo assim, a feitiçaria é percebida como um mecanismo que impede a cristalização de coletivos homogêneos e auto idênticos, configurando-se como um *socius* clastriano “contra o Estado”.

3. Feitiçaria como forma perversa da guerra

A feitiçaria alto-xinguana, e suas implicações cosmológicas e políticas, havia sido pouco explorada por trabalhos anteriores ao de Marina Vanzolini. Entre as poucas descrições etnográficas que trataram do tema, Dole (1964) e Gregor (1992) haviam contraposto a guerra e a feitiçaria, definindo a segunda como o mecanismo pacificador que garantiu historicamente a estabilidade da unidade xinguana. Pensavam na feitiçaria como mecanismo de controle moral, banindo a violência aberta para o exterior e permitindo, por meio de uma guerra invisível ou internalizada, o “pacifismo” como definidor da ética na região. A feitiçaria seria assim, segundo estes dois autores, uma versão “mitigada” da guerra que permitiria a convivência dos povos da região. Vanzolini, contudo, possui uma outra visão sobre a questão, em consonância com o entendimento de Coelho de Souza (2001) sobre o tema, a saber, que a “feitiçaria é um mecanismo através do qual o sistema pode incorporar novos corpos sociais, internalizando uma diferença potencialmente letal” (VANZOLINI, 2015, p. 41). Entretanto, como vimos, Vanzolini acrescenta à tese de Coelho de Souza a proposta de pensar a feitiçaria para além da abertura do sistema *parafora*, como potência centrípeta do englobamento do exterior pelo interior. Para ela, a singularidade do feitiço xinguano está em abrir o sistema de forma centrífuga, *de dentro*, na medida que a produção de feiticeiros-inimigos no centro da vida social aponta para constante dispersão de pessoas antes próximas, atualizando alteridade incessantemente no processo do parentesco. A irrupção da violência na própria dinâmica do parentesco contradiz a tese de que a feitiçaria seria uma continuação da guerra por outros meios, mascarada pela vigência de uma moral pacifista. Segundo Vanzolini, a feitiçaria é “uma *transformação* da guerra, a atualização da diferença dentro do universo xinguano” (*Id. Ibid.*, p. 42). Com efeito, a violência feiticeira é uma forma “pervertida” da guerra, inerente ao modo de ser xinguano.

Assim, o olhar atento da autora revelou a feitiçaria como resultante do mesmo mecanismo de identificação que move os coletivos na formação do parentesco. Pelo fato deste projeto ser fadado à incompletude, todo feiticeiro é um ex-parente precisamente porque a inimizade aparece como forma básica ou primeira de toda relação, de maneira que todo parente é potencialmente um inimigo. Isto nos remete àquilo que Eduardo Viveiros de Castro, ao pensar o problema da afinidade, chamou de síntese disjuntiva (e não conjuntiva) do parentesco amazônico. Nas palavras do autor, “dizer que o inimigo está ‘incluído na sociedade’ não é dizer que o Outro é, no final das contas, um tipo de Eu, mas sim que o Eu é, antes de mais nada, uma figura do Outro” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 429). Dispõem-se, nesta perspectiva, a identidade e a produção de semelhantes como polo construído (marcado), enquanto a diferença é o dado (o não-marcado). No caso aweti, o feiticeiro, simultaneamente “não-gente” e “antes de tudo parente”, nos ensina por meio da etnografia de Vanzolini como a alteridade é constitutiva, interna e anterior à identidade. Por conseguinte, o esforço de fazer “tornar-se gente” (*mo’at*) parece nunca se completar e as flechas de feitiço (*tupiat*) miram uma constante dispersão, resultante da desconfiança generalizada entre pessoas próximas. Afinal, a feitiçaria no Alto Xingu, assim como seu avesso, sintetiza uma potência sem possibilidade de estabilização. A flecha do ciúme, enfim, se mostrou um aparato capaz não somente de converter vida em morte, mas também de desvelar a subsunção do parentesco pela feitiçaria, da pacificação pela violência, do dentro pelo fora, do eu pelo outro, da identidade pela diferença.

NOTAS

* A autora é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui experiência em Antropologia, com ênfase em Etnologia e Mitologia. Atualmente participa de uma pesquisa, com bolsa de Iniciação Científica da Faperj no Museu Nacional da UFRJ, sobre as Mitológicas de Lévi-Strauss.

REFERÊNCIAS

- COELHO DE SOUZA, Marcela S. “Virando gente: notas a uma história aweti”. In: FRANCHETTO, B & HECKENBERG, M. (Orgs). **Os povos do Alto Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. pp. 358-400.
- DOLE, Gertrude. “Shamanism and Political Control Among the Kuikuro”. In: BECKER, Hans (ed.). **Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas**. Hannover: Munstermann-Druck GMBH, 1964. pp. 53-62.
- GREGOR, TOMAS. “Uneasy peace: intertribal relations in Brazil’s Upper Xingu”. In: HAAS, J. (ed.). **The Anthropology of war**. Nova Iorque: The Cambridge University Press, 1992. pp. 105-125.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. **Mana**. Rio de Janeiro, n. 2, v. 2, 1996. pp. 115-44.
- _____. “Atualização e contra efetuação do virtual”. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naif, 2002. pp. 403-455.

Recebido em 28/10/2016
Aprovado em 15/05/2017

POR UMA SOCIOLOGIA DA SAÚDE: ENTREVISTA COM JESÚS RIVERA NAVARRO

BY A SOCIOLOGY OF HEALTH: INTERVIEW WITH JESÚS RIVERA NAVARRO

*Entrevista realizada e traduzida por Lidia Cordeiro Campos**

No primeiro semestre de 2016, fiz um intercâmbio na *Universidad de Salamanca*, onde cursei uma disciplina optativa do curso de Sociologia, *Sociología de La salud*. Como o interesse que me atraiu a princípio só cresceu ao longo do semestre, perguntei ao professor se poderia entrevista-lo e ele gentilmente concordou. Assim, em junho de 2016, me recebeu em seu escritório na Faculdade de Ciências Sociais para uma conversa cujo resultado vocês podem conferir a seguir.

Com doutorado em Sociologia pela *Universidad Complutense de Madrid*, **Jesús Rivera Navarro** é professor titular da *Universidad de Salamanca*. Antes disso, foi professor de diversas universidades mexicanas, além de ter uma vasta experiência em pesquisa. Suas linhas de investigação são Sociologia da Saúde (desigualdade em saúde, doenças crônicas e cuidadores) e do Envelhecimento (qualidade de vida e dependência). Atualmente, se dedica ao estudo das desigualdades em saúde, tema que apenas ensaiava quando conversamos em 2016.

Nessa entrevista, Rivera nos conta sua trajetória acadêmica, fala sobre a relação entre sociologia e saúde e das temáticas que investiga. Também faz considerações sobre o ensino de sociologia, metodologia, colaboração multidisciplinar, financiamento público e privado, popularização da ciência e a relação entre teoria e aplicabilidade do conhecimento. E finaliza com considerações breves para países que, como o Brasil, presenciam um maior envelhecimento populacional nas últimas décadas.

Entretanto, em tempos nos quais a ciência brasileira anda ameaçada por cortes de verbas cada vez maiores, são significativos seus comentários sobre as condições da pesquisa na Espanha, em comparação a países como México e Brasil. Rivera exalta a importância de um investimento sólido para que a produção científica de um país se torne relevante a nível internacional. Tomemos nota.

Revista Habitus: *Qual é sua formação profissional?*

Jesús Rivera Navarro: Eu sou formado em Licenciatura em Sociologia, depois fiz um doutorado também em Sociologia, que se chamava Doutorado em Mudança Social, se não me engano, e foi aí que comecei a me especializar nos temas de saúde e envelhecimento. Então desde 1994 me dedico a essa linha de pesquisa, problemas sociais relacionados à saúde, mas muito relacionado, não sempre, com a população idosa, posto que, como as doenças crônicas estão muito relacionadas ao processo de

envelhecimento, aí dediquei mais esforços, publiquei e trabalhei mais. Depois do doutorado fui ao México e trabalhei ali durante quatro ou cinco anos. Depois disso, voltei aqui [à Espanha] e me dedico ao ensino desde 2002, aproximadamente quinze anos. Então minha formação é muito relacionada à pesquisa, quiçá mais anos à pesquisa que à docência.

Revista Habitus: *E como você se interessou pelo estudo das doenças crônicas e do envelhecimento?*

Jesús Rivera Navarro: Bom, sou sincero, na verdade foi absolutamente casual (risos). Eu gostaria de contar uma história mais bonita, mas na verdade foi casual. O que me interessava quando comecei a faculdade e até quando comecei o doutorado eram os movimentos sociais. Eu estava muito envolvido no movimento ecologista e pensava que se estavam produzindo mais mudanças, que se poderiam produzir mais mudanças, através de movimentos sociais desta índole que por meio dos partidos políticos. Então foi nisso que comecei a trabalhar.

Mas, por diferentes circunstâncias da minha vida, entre outras porque fiquei sem emprego, entrou em contato comigo um médico que estava fazendo um estudo da prevalência da demência em diferentes bairros de Madrid, que queria um sociólogo para falar de uma perspectiva mais social e também para coordenar um pouco o estudo, a nível mais de monitorização, para controlar os entrevistadores. Então a condição para trabalhar nesse hospital com esse médico era fazer a tese sobre algum aspecto desse estudo relacionado à demência.

Bom, eu aceitei, pois ainda não havia realmente começado a tese sobre os movimentos ecologistas. Aceitei e a partir daí me dediquei somente a essa temática, mais voltada à demência, mas não apenas isso. Mas, sim, muitas doenças crônicas, muitas doenças neurológicas, muitos aspectos relacionados aos cuidadores informais. Foi absolutamente casual, mas logo fui gostando, e, bom, quando você está em uma linha de pesquisa pode variar, mas sempre dentro de uma temática muito concreta.

Revista Habitus: *E qual acredita ser a importância da pesquisa sobre as doenças crônicas na velhice?*

Jesús Rivera Navarro: É que esse é um problema muito atual, eu diria que para grande parte dos países, pois por um lado existem as mudanças sociais relacionadas à incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho, à igualdade de gênero a nível doméstico, a nível familiar, mas por outro lado as pessoas idosas cada vez ficam mais velhas, e têm uma fase de dependência, que para muitos deles chega a dez, quinze anos, que está relacionada a essas doenças crônicas e às muitas dificuldades que existem para cuidar dessas pessoas.

Em sociedades que são mais, digamos, de espírito protestante, existem menos problemas na hora de articular estruturas formais para cuidar dos idosos, pois a família tem menos peso nessas sociedades, como ocorre na norueguesa, na sueca, inclusive na inglesa. Mas nas sociedades mediterrâneas, como Espanha, Itália, Portugal, Grécia, e também nas latino-americanas, esse problema aumenta não tanto porque não haja suporte formal suficiente para cuidar dos idosos, mas também porque a família ainda

não sofreu essas mudanças, que são positivas a todas as luzes, e se sente responsável. E nesses países as pessoas idosas se sentem mal quando são mandadas para uma residência, para um asilo, o que ocasiona problemas muito sérios, às vezes de incompatibilidade de cuidados, em relação a essas transformações ou mudanças que citei.

Então as doenças crônicas são um objeto de estudo muito interessante na Medicina, para ajudar a aliviar os sintomas e chegar a uma cura, mas também para nós [sociólogos], pelas consequências ou pela problemática social que se origina ao redor delas.

Revista Habitus: *E você já estudou outras áreas além dos movimentos sociais?*

Jesús Rivera Navarro: Eu agora estou interessado em estudar – fiz um projeto, vamos ver se sai – o tema da desigualdade em saúde. A desigualdade social é um dos objetos de estudo da Sociologia, mas o que fundamentalmente me interessa, sobretudo pela minha formação e trajetória profissional, é a desigualdade em saúde. Porque, mesmo nas sociedades ocidentais, onde, apesar da desigualdade, há uma grande homogeneidade, existe desigualdade em saúde. Quer dizer, porque as pessoas de classe baixa fumam mais, tem um estilo de vida mais sedentário, tem mais doenças cardiovasculares, mais hipertensão, comem pior, têm hábitos menos saudáveis?

Digamos que essas desigualdades em saúde, em países onde a desigualdade é mais extrema, como México ou Brasil, por exemplo, são muito mais visíveis, mas em países onde existe um Estado de bem-estar relativamente implantado, como pode ser Espanha, apesar da crise, França ou Reino Unido, essas desigualdades são mais sutis. Então creio que é preciso estudá-las para poder chamar a atenção dos poderes públicos, para que façam as transformações pertinentes, visando à diminuição dessas desigualdades.

Por exemplo, porque nos bairros mais pobres da cidade, que na Espanha em geral são os bairros do sul, há menos parques, menos lugares para praticar esportes, as lojas vendem mais produtos cancerígenos, menos saudáveis, com mais gordura, menos frutas? Porque há mais acesso ao tabaco, ao álcool em bairros onde se concentra o desemprego? Enfim, é um campo que me interessa pela contribuição que se pode fazer. Então digamos que essa é uma linha que tem me interessado e que se distancia um pouco das doenças crônicas e dos cuidados às pessoas idosas, ainda que a desigualdade em saúde tenha um fundo transversal a todos.

Revista Habitus: *Mas se as desigualdades em saúde, ao longo da vida, levam a uma pior velhice, então, de alguma maneira, essas coisas não estão relacionadas?*

Jesús Rivera Navarro: Sim, totalmente. A desigualdade em saúde faz com que, ao final, as pessoas idosas que viveram em bairros mais pobres ou mais desfavorecidos tenham uma pior velhice, é verdade. Mas digamos que a desigualdade em saúde é quase uma área autônoma.

Existe uma disciplina chamada Epidemiologia Social, que é muito fronteira, onde existem médicos, mas também sociólogos, psicólogos, que pesquisa justamente essas desigualdades em saúde, com

técnicas muito sofisticadas, pois às vezes não é tão fácil identifica-las, sobretudo em sociedades ocidentais, onde até pouco tempo havia uma igualdade, ao menos visível, bastante grande: todo mundo tinha acesso a serviços médicos, se tinha algum tipo de doença. Muita gente tinha emprego, inclusive muita gente de classe média tinha possibilidade de sair de férias, mas, ainda assim, tinha sempre pior saúde que os mais qualificados ou que se supõe estarem em estratos sociais superiores. Então essas desigualdades não eram tão fáceis de medir nem de estabelecer quais eram seus fatores.

Logo, na disciplina de Epidemiologia Social se desenvolveu uma série de técnicas estatísticas, quantitativas, como a análise multinível, que tratam de hierarquizar quais são os fatores que tem mais relevância nessas desigualdades. Pois aí nós, sociólogos, temos espaço. Particularmente, não me interessa tanto a sofisticação estatística, pois acredito que por meio da metodologia qualitativa podemos investigar muitas questões. Por exemplo, se perguntamos às pessoas quais são suas percepções, podemos encontrar muitas coisas interessantes.

Revista Habitus: *Sim, acho que ambas as abordagens têm pontos positivos e negativos. Jesús, você pode contar um pouco mais sobre seu trabalho de pesquisa anterior à docência?*

Jesús Rivera Navarro: Como falei, nesse hospital precisavam de alguém que controlasse um estudo, coordenasse os entrevistadores e introduzisse os dados em um banco de dados – estávamos nos anos 1990, ainda não se faziam enquetes diretamente no computador. A partir daí, me envolvi no tema da pesquisa, não apenas em sua parte prática, do que é coordenar um estudo de campo, mas também apresentar trabalhos em congressos, escrever, ler bibliografia sobre a problemática familiar na demência...

Eu não dava aulas, durante muitos anos me dediquei apenas à pesquisa e ao trabalho de campo – que no fundo também é pesquisa, não? E assim estive durante muitos anos, praticamente oito anos, até que fui para o México, porque na Espanha é muito complicado viver de pesquisa. Existem algumas empresas estatais, como o *Centro Superior de Investigaciones Científicas*, o CSIC. Nós, sociólogos, temos o CIS, o *Centro de Investigaciones Sociológicas*, mas há pouca gente e é muito difícil entrar, então para quem quer pesquisar praticamente a única saída que resta é o ensino universitário – ainda que, na minha opinião, nós, que gostamos de pesquisar, que queremos fazer-lo e que publicamos, temos muitas disciplinas, o que reduz seu tempo para pesquisar. Mas são as condições de trabalho que existem nesse país: ou você as assume ou se vai, não há o que fazer.

Revista Habitus: *E no México a situação da pesquisa é diferente?*

Jesús Rivera Navarro: Sim, sem dúvida. No México existe um sistema, digamos que seja um sistema, chamado CONACYT, que premia os professores universitários que mais publicam. A cada três anos eles se submetem ao sistema e, se entram, existem três níveis, dependendo do nível em que estejam, recebem um salário, e não apenas isso, o Estado também premia as universidades quanto mais professores estejam nele.

Assim, o Estado exige que os doutorados e mestrados de qualidade ou de excelência tenham um número determinado de pessoas que estejam nesse sistema de pesquisadores, com o qual, se você faz parte dele, recebe uma compensação da universidade, não econômica, pois para isso existe o próprio sistema, mas tendo que lecionar menos. Quer dizer, você precisa dar aula, mas menos, porque entendem que está beneficiando à universidade, que você, pesquisador, está fazendo com que ela seja melhor.

E aqui na Espanha não se entendeu isso ainda, ou se entende de maneira muito incipiente, o que é ruim para o país, claro, porque o resultado é perceptível: a existência de uma universidade mexicana e uma ou duas brasileiras entre as cem melhores do mundo e nenhuma espanhola – parece que a *Universitat de Barcelona* ou a *Pompeu Fabra* está no número cento e vinte, cento e trinta –, é um indicador. Bom, assim estamos. Isso não é se queixar, é apenas uma constatação da realidade, nada mais.

Revista Habitus: *Não sei se sua percepção está equivocada, mas meus professores no Brasil sempre se queixam da situação do ensino superior e da pesquisa no país.*

Jesús Rivera Navarro: Não, eu creio que não. Existe o TNCP, ou algo assim.

Revista Habitus: *O CNPq.*

Jesús Rivera Navarro: Sim, que é uma concessão parecida à do México. No Brasil foram repatriadas muitas pessoas, não estudantes, mas muitos professores que estavam, principalmente, nos Estados Unidos, e alguns na Europa também. Eu acredito que, na medida das possibilidades desses países, onde existe uma grande desigualdade e grandes desequilíbrios tanto econômicos, como de saúde e territoriais, estão fazendo um esforço maior que a Espanha, percentualmente, para dignificar a pesquisa de qualidade. Estou absolutamente convencido.

Claro que devem existir problemas e claro que devem existir professores que reclamem, e claro que devem haver desequilíbrios entre os próprios professores, estou convencido. Mas o esforço que estão fazendo ambos os países é realmente muito superior ao da Espanha. Aqui não existem programas que invistam dinheiro para repatriar pessoas que estejam fora. O que é um absurdo, porque o país perde, formando as pessoas e logo as deixando partir para o estrangeiro, onde sua formação será revertida. Isso é uma perda de dinheiro, pois o país está deixando escapar seus recursos humanos, o que já chamam de fuga de cérebros.

Então acredito que, nesse sentido, Brasil e México, que são países muito complicados, muito extensos, muito complexos, tanto do ponto de vista étnico quanto econômico e político, mas creio que devemos, nesse caso, tê-los como referencia. Estão fazendo as coisas melhor que a gente, sem dúvida. Claro que devem existir deficiências, mas quem dera tivéssemos aqui um sistema nacional de pesquisadores ou um CNPq, porque precisamos de algo assim.

Além disso, essas entidades fazem com que todo mundo leia os currículos dos professores cadastrados. Acredito que financiem projetos a partir disso, o que fazem aqui também, mas em geral se investe muito pouco, realmente se dá pouquíssima importância. Por isso eu acho que a profissão de professor universitário na Espanha não é reconhecida, nem socialmente nem salarialmente, apesar disso estar relacionado a mais coisas. Então eu acho que deveríamos potencializar essa profissão, pois acredito que ajudaria a melhorar a sociedade, a formar uma sociedade melhor, em todos os sentidos.

Revista Habitus: *Sim, o ideal seria que a pesquisa científica fosse reconhecida e valorizada. E você poderia falar mais sobre qual é a situação da pesquisa fora das universidades?*

Jesús Rivera Navarro: Como disse, são poucas vagas de emprego. Existem dois ou três centros públicos, que são o CSIC, o *Centro Superior de Investigaciones Científicas*, em sociologia temos o CIS, que é o *Centro de Investigaciones Sociológicas*, e também temos um centro da área da saúde, a que chamamos de Instituto [se refere ao *Instituto de Salud Carlos III*], que é uma instituição que sobretudo pesquisa temas sanitários do ponto de vista médico, mas também há uma pequena vertente sociológica e antropológica. Mas são muito poucas pessoas.

Também há a iniciativa privada, mas as pesquisas que fazem são mais voltadas para as necessidades do mercado, com o qual é mais complicado. Em muitos casos, no âmbito da Sociologia, nem sequer possuem uma utilidade científica. Digo, se você é contratado por uma prefeitura para fazer um estudo sobre o impacto de um parque natural no município, normalmente isso não é interessante para publicar em uma revista de impacto. São empresas que se chama aqui de pesquisa de mercado. Não quero dizer que não são importantes, mas não é uma investigação aplicada a temas de interesse científico.

Então aqui se faz pouca pesquisa e se publica pouco pelas circunstâncias de que falei, porque não se investe a nível de política. E logo nas universidades digamos que convivam dois tipos de pessoas, somos duas gerações distintas. Os mais antigos entraram com exigências ou condições distintas às nossas, não estavam formados realmente para pesquisar, enquanto nós, que entramos há menos tempo, estivemos fora, estudamos em outros países, nos defendemos em inglês, alguns mais outros menos, publicamos em inglês e pesquisamos. Então digamos que convivem dois grupos distintos, uns que mantêm seus privilégios e outros que tentam se igualar aos países de ponta a nível científico, como podem ser Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e outros do nosso entorno, que talvez não consideremos tão importantes, mas que também o são. Enfim, estamos um pouco deficientes em pesquisa na Espanha.

Revista Habitus: *E, voltando ao tema da Sociologia da Saúde, como prefere chama-la, Sociologia da Saúde ou da Medicina, e por quê?*

Jesús Rivera Navarro: Prefiro chamar de Sociologia da Saúde, pois Sociologia da Medicina é um termo muito restrito, já que a saúde é um campo muito amplo, onde cabem diferentes profissões. Além disso, atualmente as profissões que estiveram muito subjugadas pela Medicina estão se empoderando,

que é o caso da Enfermagem, da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional, por exemplo. Então eu acho que não tem muito sentido chamar de Sociologia da Medicina, porque a saúde vai além da Medicina. Aliás, quando falamos de desigualdade em saúde, saúde dos bairros, estilos de vida, na verdade não estamos falando estritamente de Medicina, então creio que o termo Sociologia da Saúde permite englobar mais coisas.

Ainda que, dito isso, eu adoraria dar aulas para os cursos de Medicina e Enfermagem. A Sociologia na Espanha tem uma inserção muito pequena nas ciências da saúde, muito pequena. Aqui em Salamanca, só temos um disciplina compartilhada com Antropologia no curso de Terapia Ocupacional, mas não temos nada em Psicologia, nada em Medicina, nada em Enfermagem, nada em Fisioterapia... Deveríamos ter, para que os profissionais de saúde se nutram também da nossa visão, que é muito mais integral, muito mais ampla que a deles.

Deveríamos ter um professor ou dois apenas dedicados a eles, dando uma disciplina ou duas em Medicina e em Enfermagem, uma propriamente de Sociologia da Saúde e outra metodológica, para temas qualitativos, estou convencidíssimo. Os enfermeiros que queiram pesquisar, quem vai ensiná-los metodologia qualitativa? Eles podem se formar também, mas nós, a princípio, temos muito mais bagagem. E certamente teríamos mais êxito em campos como Enfermagem que Medicina.

De fato, todos os dias eu encontro estudantes de Medicina no restaurante universitário e alguns deles já me disseram “Jesús, é que não temos, precisaríamos ter outras ferramentas”. Eles se dão conta, o que acontece é que nos dar espaço significaria ter menos espaço para suas matérias clássicas, a matérias mais relacionadas ao sanitário. É uma pena, pois há outros países onde a Sociologia tem muito mais presença, como no Canadá. Enfim, na verdade, precisamos seguir lutando.

Revista Habitus: *Isso também não seria uma questão de disputa de espaço entre diferentes campos do conhecimento?*

Jesús Rivera Navarro: Sim, é isso. Não apenas disputa, mas é também uma questão ideológica, pois a Medicina, a Biomedicina, tem uma visão da saúde, da doença e da vida, em geral, muito concreta, que não coincide com a visão crítica que nós, sociólogos, temos. Não todos, logicamente, há alguns mais conservadores, como a teoria funcionalista, mas a maioria dos sociólogos assume como ponto de partida que existe desigualdade social e classes sociais. Em Medicina esse aspecto é evitado, em Enfermagem não tanto. Você é um indivíduo, com suas doenças, com agentes patógenos que parecem que vem a você pelo ar, assim você toma um comprimido para se curar, e isso está muito desvinculado do que é o contexto. Então, no fundo é uma disputa de poder, mas que tem muito de ideológico.

Revista Habitus: *E como é o campo da Sociologia da Saúde na Espanha em comparação a outros países?*

Jesús Rivera Navarro: Aqui não está muito desenvolvida. Temos algumas pessoas boas, mas faltam estudos, faltam publicações, falta gente. Temos uma pessoa muito boa que se chama Lourdes Lostao, que está na *Universidad de Navarra* e publica com os epidemiologistas sociais mais relevantes, mas exceto ela, há muito pouca gente.

Na verdade, creio existir uma tendência à dispersão em sociologia na Espanha: gente que estuda um par de anos imigração, outro par de anos a comunidade étnica cigana, depois a organização empresarial, então, claro, assim é impossível. O que se pede hoje em dia é outra coisa, é se especializar em um tema e ter coerência temática em sua trajetória profissional. Você já não pode estudar coisas dispersas porque é penalizado no mundo acadêmico. É impossível, não somos grandes sábios, nem sequer [o são] os sociólogos modernos, como Ulrich Beck ou Bauman. Podemos contribuir se nos dedicamos a um tema concreto.

Revista Habitus: *Entendo. Acho que uma das características fundamentais da Sociologia da Saúde é seu diálogo com as ciências da saúde e os profissionais da área. Você pode falar um pouco mais sobre isso?*

Jesús Rivera Navarro: Eu acho que avançamos muito, sobretudo a nível internacional. Há vinte anos, quando eu comecei nisso, vinte e dois anos, publicar uma pesquisa baseada em técnicas qualitativas em uma revista sociosanitaria ou uma revista de Medicina era impossível. Hoje em dia não, existem muitas revistas, sobretudo as que contemplam questões mais sociais também, como os cuidados, que contemplam artigos mais qualitativos. Já existem revistas de metodologia qualitativa em saúde, eu mesmo publiquei artigos qualitativos em revistas clássicas de Medicina.

Sempre acreditei na colaboração multidisciplinar e acho que paulatinamente começamos a conseguir que aconteça, pois esses projetos em que colaboram médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, sociólogos e psicólogos começam a receber importância e financiamento. Eu faço isso há muitos anos e pouco a pouco estamos conseguindo.

Talvez, nesse sentido, como disse antes, que temos muita dificuldade de introduzir-nos nas faculdades de Medicina, no caso da pesquisa eu acho que o problema é mais nosso que deles. Digo, eles estão dispostos a colaborar conosco em questões que desconhecem, mas nós somos um pouco singulares do ponto de vista teórico. Parece que mais vale o nosso deus e que, ao fazer algo mais aplicado com outras ciências, você já não é sociólogo. Eu acho que temos essa ideia. Acho ótimo que existam grandes teóricos e eu os celebro, mas também acho ótimo que existam pessoas com um conhecimento teórico talvez menos extenso, mas que seja mais aplicado. Eu acho que ambos os perfis são necessários. E parece que ter um perfil mais aplicado em Sociologia faz você menos sociólogo. Não concordo com isso, em absoluto. Então creio que talvez esse seja o grande problema.

Mas hoje em dia a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento na pesquisa é bastante habitual, pois começamos a perceber que é boa, necessária. Acredito que outros países estão muito

adiantados nesse sentido. Aqui existe uma visão muito corporativa, mas pouco a pouco essa é uma tendência que começamos a valorizar.

Revista Habitus: *E você acredita que no trabalho multidisciplinar a Sociologia é subvalorizada ou é considerada do mesmo nível que as ciências da saúde?*

Jesús Rivera Navarro: Dependendo dos temas, sim. Para temas de saúde pública, de doenças incuráveis, as doenças crônicas, sim, porque eles têm consciência de que existe uma problemática clínica, uma problemática social à qual eles não chegam. Por exemplo, eles são conscientes dos problemas e conflitos familiares que existem para cuidar de uma pessoa com demência, porque os percebem. Os médicos os percebem nas consultas hospitalares, mas não têm ferramentas de análise, e nós sim.

Então eu acho que não nos consideram em uma situação subalterna, mas a nível social eles estão melhores que nós, pois são mais valorizados e têm mais prestígio. Então é normal que, como disciplina, ninguém vai menosprezar você num estudo, mas, como disciplina, olhem você de cima. Mas a nós, sociólogos, nos olham de cima muitas pessoas, nos olham de cima os advogados, os economistas, obviamente os médicos, os engenheiros, é assim (risos). Temos que assumir isso, mas sem complexo de inferioridade. E tampouco devemos olha-los de cima, simplesmente faze-lo de uma maneira horizontal.

Revista Habitus: *Sim, claro. E você pode contar mais como foi sua experiência nos trabalhos de colaboração com profissionais de outras áreas e como é essa relação?*

Jesús Rivera Navarro: Eu quase sempre colaborei com outros profissionais, nos hospitais estava sempre colaborando com eles. Mas logo depois de trabalhar nesse hospital, me juntei com epidemiologista, um médico de saúde pública, e um neurologista, fizemos uma associação e nos dedicamos a estudar a problemática da qualidade de vida na esclerose múltipla, que é uma doença também neurológica que afeta às pessoas jovens. No México também me juntei com psicólogos e médicos para estudar envelhecimento e saúde. Faz pouquíssimo tempo, publiquei um estudo sobre o maltrato, o estamos publicando agora, em que colabora ativamente a Faculdade de Psicologia. Fizemos um projeto para estudar desigualdade em saúde com médicos, com um médico que tem uma bolsa europeia de um milhão, um milhão e meio de euros, um professor jovem que tem material publicado em revistas bastante importantes de Medicina.

Eu me sinto muito à vontade na fronteira, trabalhando com pessoas de outras disciplinas, faço isso há vinte anos e minha experiência é muito positiva. Temos que reconhecer nossas virtudes e nossos limites. Por exemplo, temos que reconhecer que um psicólogo sabe muito mais de escalas que nós, de escalas padronizadas, porque eles têm disciplinas de Psicometria e, além disso, estão habituados a aplicar esse tipo de escalas no seu dia a dia, inclusive em sua prática clínica. E para nós é bom conhecer esse tipo de escala, porque, por exemplo, no âmbito do cuidador existe um conceito importante, que é o de sobrecarga, que se mede de uma determinada forma, inventada por eles. Então

nós aprendemos com eles e eles aprendem conosco, porque muitas áreas não utilizam a metodologia qualitativa, algo que nós sabemos melhor.

Por exemplo, no âmbito da saúde é mais difícil existirem pesquisas de opinião, ainda que às vezes as façam. Perguntar, “para você, o que é a saúde?”, por exemplo, “você identifica a saúde com o quê?”, ou “para você, o que é a doença?”. Esse constructo teórico, essa realização de enquetes nós fazemos melhor, já que eles não estão acostumados a fazer pesquisas de opinião. Estão acostumados a fazer pesquisas de comportamento, tanto os psicólogos quanto os médicos, em outra dimensão. E para mim é muito valioso, eu acho que para os sociólogos é muito valioso saber o que é a doença para as pessoas. “Para mim, a doença”, por exemplo, o que dizem os idosos, “é a falta de autonomia, a falta de independência”. Essa é uma informação muito valiosa, pois talvez seja por isso que devemos lutar, para que as pessoas sejam o mais autônomas possível. Se uma pessoa tem pressão alta, mas isso não dificulta sua autonomia, não quer dizer que não precise cuidar disso, porque é um fator de risco clássico das doenças cardiovasculares, mas as pessoas querem ser autônomas, querem ser independentes, querem viver na sua casa e pegar o ônibus para ir ao aniversário do seu neto (risos).

Revista Habitus: *Além dessas diferenças que comentou entre uma sociologia mais aplicada e uma mais teórica, e da valorização distinta que recebe cada uma delas, você acha que na academia, por exemplo, uma sociologia mais aplicada é menos valorizada?*

Jesús Rivera Navarro: Sim, sem dúvida. Exceto nas disciplinas de metodologia, as disciplinas mais aplicadas são menos valorizadas, mas precisamos tentar coloca-las no mesmo nível. Eu tampouco tenho uma visão absolutamente profunda de tudo que ocorre na faculdade de Sociologia da Espanha, mas aqui em Salamanca eu sei que damos muito mais metodologia que em muitas faculdades, como, por exemplo, a *Universidad Complutense de Madrid*. Então isso também é um indicador, que se privilegiem disciplinas teóricas em detrimento de disciplinas mais aplicadas ou metodológicas, e para mim é um defeito, uma falha.

E logo existe também um problema com a metodologia qualitativa: devemos dignificá-la, dar-lhe o valor que lhe corresponde. Temos que aprender, ainda que não gostemos, o programa das TIC [*Tecnologías de Información y Comunicación*], temos que aprender as teorias que sustentam a análise do discurso. Eu acho que na metodologia qualitativa se foi, em geral, muito pouco rigoroso, em geral e neste país também. Porque a metodologia qualitativa é muito mais flexível que a quantitativa, mas ainda assim possui regras, que precisam ser aprendidas, você não pode dizer o que bem entende. Se você diz o que bem entende, tem que ser com base em argumentos bem definidos, em constructos teóricos que existem e que custaram muitos anos para construir.

Revista Habitus: *Mas você acha que essa divisão, entre uma Sociologia da Saúde mais aplicada e uma mais teórica, continua ou é muito relevante?*

Jesús Rivera Navarro: Eu acho que na Sociologia da Saúde essa divisão entre o aplicado e o teórico se salvou, pois creio que a Sociologia da Saúde é, por si mesma, uma sociologia aplicada. A divisão

entre o aplicado e o teórico está em outros tipos de sociologia, não nesta. Porque na Sociologia da Saúde se integram perfeitamente a teoria de Bourdieu ou a de Foucault com as doenças crônicas e os problemas de saúde, sem problemas. Eu já vi, o vejo todos os dias lendo artigos. Ocorre com muita naturalidade, eu diria.

Revista Habitus: *E sobre o financiamento, qual é a origem dos recursos destinados à Sociologia da Saúde? São mais públicos ou mais privados?*

Jesús Rivera Navarro: Públicos, sem dúvida, originados de projetos de pesquisa de empresas públicas ou de entidades que estão próximas ao Ministério de Educação. E logo existem as fundações, que, guardados os subterfúgios utilizados por algumas empresas privadas, sobretudo por bancos, para empregar parte do seu dinheiro em pesquisa, trabalhos ou tarefas sociais, também investem em pesquisa. Digo, existem bancos que dedicam uma parte, uma pequena parte, à pesquisa, fazendo chamadas. Então daí também se pode conseguir dinheiro para pesquisa. Mas acho que [os recursos] são muito mais públicos que privados.

Revista Habitus: *E no caso desses investimentos privados, você acredita que exista algum tipo de conflito ético ou alguma pressão sobre os pesquisadores?*

Jesús Rivera Navarro: Acho que conflito não, o que ocorre é que existem temas que não os interessam. Por exemplo, o tema do envelhecimento interessa, pois a população idosa consome recursos, mas também gasta, porém a população imigrante interessa menos. Então não vão financiar o que não os interesse e que não possam usar a seu favor, a sua conveniência.

Contudo, não acredito que precisamos ser puristas demais e que se, em um dado momento, uma empresa privada financia uma chamada sobre temas que interessem a você, por que não? Nós, sociólogos, estivemos muito ideologizados, o que é normal, posto que temos um *corpus* teórico muito crítico e não podemos nos desembaraçar dessa contaminação ideológica. Mas acho que precisamos ter certa flexibilidade. Quer dizer, seria injusto dizer que alguém que trabalha para uma empresa privada está se vendendo, não? Algumas vezes que não há mais remédio e que, além disso, tampouco é um problema. Vivemos em um mundo em que sabemos um pouco o que implica trabalhar para uns e trabalhar para outros.

Revista Habitus: *Claro. Então quais seriam os temas que recebem mais ou menos recursos, em geral, na Sociologia da Saúde?*

Jesús Rivera Navarro: Por exemplo, a desigualdade em saúde não é um tema em destaque, pelo menos no financiamento privado. O tema de doenças como o Alzheimer, as doenças crônicas, o câncer, os acidentes que afetam mais às pessoas idosas, como fratura de quadril e traumatismos, todos esses temas têm mais apoio que outros. Sobretudo as questões ou temas que questionam, que põe em cheque o *status quo*, a estrutura social estabelecida, são temas que não vão ter muito financiamento, e, no fundo, a desigualdade em saúde coloca isso em questão.

Eu escrevi um artigo para uma revista daqui, a revista *Encrucijadas*, que se publica aqui [em Salamanca], relacionando o que diz Thomas Piquet em seu livro “O capital no século XXI” com a desigualdade em saúde. Quer dizer, está totalmente relacionado. Se quisermos ter uma sociedade com melhor saúde, com uma distribuição mais homogênea da saúde, precisamos de uma distribuição mais justa da riqueza. E algumas pessoas não gostam disso. Logo há toda uma série de discursos que tentam amparar essa justificção, de por que não gostam da ideia de uma distribuição mais justa da riqueza.

Revista Habitus: *E em comparação com outros campos sociológicos, você acha que o financiamento da Sociologia da Saúde é considerável?*

Jesús Rivera Navarro: Acho que sim, que aí ganhamos! (risos) Por ser uma disciplina mais aplicada, existem mais campos para buscar financiamento. Mas isso não ocorre somente com a Sociologia da Saúde, ocorre com a Antropologia também. Por exemplo, tenho um amigo antropólogo, que é muito teórico, que agora começa a estudar o tema do alcoolismo, mais propriamente da reabilitação do alcoolismo, os alcoólicos anônimos, que é um problema muito atual.

De repente você encontra uma praça cheia de garotos e garotas entre 15 e 19 anos que se juntam uma sexta e um sábado à noite e começam a beber feito loucos garrafas de uísque, rum... Isso é um problema de saúde pública, além de ser um problema social. São muitas questões: Por quê? O que acontece aí? Por que se juntam? O que estão dizendo esses jovens? Inclusive se juntam às vezes de maneira ilegal, porque algumas Câmaras Municipais decidiram que é ilegal tantas pessoas se juntarem para beber em uma praça pública ou um parque. Incomodam aos vizinhos, vomitam, urinam... Mas, por que o fazem? Apenas porque é mais barato comprar bebida em lojas de chineses? O que isso significa para eles? Quais são seus rituais? Há rituais aí? E isso – os antropólogos mais, mas nós [sociólogos] também – quem vai decifrar são as ciências sociais, não outras disciplinas.

Então eu acho que, nesse sentido, voltando outra vez à pergunta, temos mais capacidade de conseguir financiamento que outras disciplinas, é verdade (risos). E isso também enraivece as pessoas mais teóricas, porque dizem “claro, isso se vende”, mas não é isso.

Revista Habitus: *Então, partindo do pressuposto que a Sociologia da Saúde consegue mais financiamento e que seus temas são de interesse da opinião pública, você acha que esse conhecimento tem maior capacidade de difusão que outros campos sociológicos, que às vezes são mais teóricos e limitam suas discussões ao ambiente acadêmico?*

Jesús Rivera Navarro: Sim, sem dúvida, eu acho que quase todos os temas são mais fáceis de divulgar. Nós, sociólogos, escrevemos na maior parte das vezes para nós mesmos ou para pessoas de outras disciplinas, mas não todos. As revistas de fator de impacto são as que realmente contam academicamente, mas não as lê a garota que trabalha no Mercadona [rede de supermercados espanhola].

Em contrapartida, também temos outra oportunidade – que eu na verdade pratico pouco, gostaria de ter mais tempo para isso –, que são os livros de divulgação, que podem estar ao alcance de qualquer um, nos quais você tenta suavizar a linguagem para que o público entenda o que quer dizer.

Então eu acho que a Sociologia da Saúde, em geral, é mais fácil de publicar, mais de publicar que de difundir. Pois fazer uma revisão da teoria do Bourdieu pode ser interessante para nós, mas ao restante das pessoas não, porque não entendem, porque grande parte dos sociólogos é densa, é complexa.

Revista Habitus: *Jesús, você diria que os resultados das pesquisas na área de Sociologia da Saúde são incorporados pelas instituições sanitárias?*

Jesús Rivera Navarro: Depende. Às vezes sim, às vezes não, porque existem outros interesses em jogo. Existem muitos interesses, mas é verdade que às vezes sim. Como, por exemplo, no tema do alcoolismo. Quando fazem coisas para que os garotos não bebam tanto na rua, estão implementando outros tipos de atividades, esportivas, gratuitas, que possam estimulá-los. Por exemplo, quando eu tinha quinze anos, havia muita gente que começava a consumir drogas e álcool, mas havia muitas outras pessoas que tinham como ídolos os jogadores de basquete e desejavam que no seu bairro colocassem um aro, pois passavam toda a tarde e parte da noite jogando o esporte. Da mesma forma ocorre em muitos lugares. Isso é um pouco a forma que você tem para se divertir e também socializar, porque por meio do esporte também se socializa.

Nesse sentido, creio que esses estudos sobre o alcoolismo que foram incorporando antropólogos e sociólogos serviram para que se fizessem outras propostas de entretenimento, entendendo que também é possível se divertir de forma saudável.

Revista Habitus: *Entendendo que a melhoria no estado de saúde das populações resulta de muitos fatores, além dos sistemas sanitários e dos avanços na Medicina, sendo resultado de melhorias nas condições de vida de forma geral, o que inclui uma maior difusão do conhecimento, o nível de instrução das pessoas e sua capacidade de cuidar de si mesmo de forma autônoma, você não acredita que a melhor maneira da Sociologia da Saúde contribuir para melhoria no estado de saúde das populações não seria ampliar o diálogo com o meio extra-acadêmico? O que você pensa a respeito?*

Jesús Rivera Navarro: Concordo com você, mas também é verdade que estão começando a realizar pesquisas em que a população participa ativamente. Hoje é terça, na quinta-feira vêm quatro pessoas de Madrid para nos explicar um projeto que estão fazendo lá, em que usam fotografias. Nos bairros mais precários de Madrid, mais desfavorecidos, escolhem cinco ou seis pessoas, que recebem uma câmera para realizar as fotos que quiserem de elementos positivos ou negativos relacionados à saúde em seu bairro. E, uma vez que tenham feito já todas as fotos, se juntam em grupos para discutir, de forma que também se trata de tentar empoderar as pessoas para que sejam conscientes de quais são os elementos que prejudicam ou beneficiam a saúde em seu bairro, para que possam modificá-lo. Quer

dizer, começam a surgir essas ferramentas, estes instrumentos que tentam envolver a população também.

Revista Habitus: *Por fim, para os países que agora começam a ter uma população mais envelhecida, que políticas públicas, ou que maneira de conduzi-las, você acha que seria importante adotar, levando em consideração a maior experiência espanhola nesse âmbito?*

Jesús Rivera Navarro: Bom, países extensos, como Brasil e México, têm mais idosos, aproximadamente 10% da população tem mais de 60 anos, mas percentualmente ainda é muito inferior à da Europa. Contudo, apesar da população idosa ser percentualmente mais escassa, têm muitos problemas, porque não possuem um Estado de bem-estar como na Europa, porque são muito desiguais territorialmente, quer dizer, não é igual envelhecer numa grande cidade como São Paulo, que no Amazonas ou no Nordeste. Então, claro, estabelecer políticas homogêneas é muito difícil. Não somente pela diversidade econômica e social que há nesses países, mas também pela diversidade territorial e regional.

É complicado dizer, mas eu acho que deveriam existir alguns pontos inegociáveis. Alguns deles seriam pensões para todos os idosos e atenção sanitária gratuita para essa população, para, a partir daí, estabelecer políticas mais concretas, como sobre dependência e outras questões. Mas esses pontos seriam inegociáveis e inquestionáveis.

Revista Habitus: *Obrigada, Jesús!*

Jesús Rivera Navarro: De nada, Lúdia! Foi um prazer, tomara que a entrevista tenha ficado interessante.

Revista Habitus: *Com certeza ficou. Você quer dizer algo mais?*

Jesús Rivera Navarro: Não, apenas que aprecio a existência dessas revistas nas faculdades [feitas por estudantes de graduação e sendo um espaço de publicação para eles] e dou total apoio a esse tipo de iniciativa.

Revista Habitus: *Muito obrigada!* 🍷

* Lidia Cordeiro Campos é graduanda do Bacharelado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e ex-membra do Comitê Editorial da Revista Habitus.